

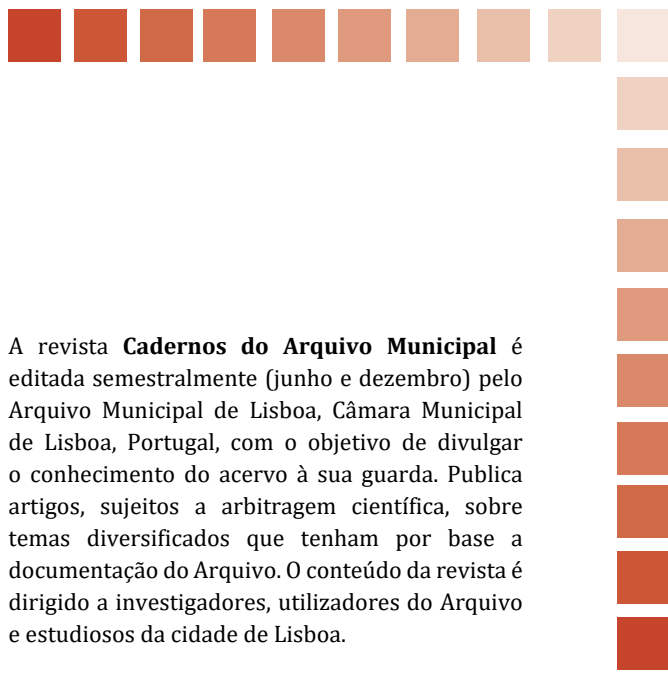
SÉRIE II
NÚMERO 11



cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2019

O HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS: A SAÚDE E A CIDADE NA ÉPOCA MODERNA



A revista **Cadernos do Arquivo Municipal** é editada semestralmente (junho e dezembro) pelo Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal, com o objetivo de divulgar o conhecimento do acervo à sua guarda. Publica artigos, sujeitos a arbitragem científica, sobre temas diversificados que tenham por base a documentação do Arquivo. O conteúdo da revista é dirigido a investigadores, utilizadores do Arquivo e estudiosos da cidade de Lisboa.

cadernos do arquivo municipal

FICHA TÉCNICA

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa

2ª série nº 11 janeiro - junho 2019

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Periodicidade semestral

Direção

Helena Neves

Coordenação Editorial

Marta Gomes

Conselho Editorial

Aurora Almada e Santos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal; IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH/Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Marta Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Campos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Gomes Martins (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Sandra Cunha Pires (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal; ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Apoio à edição

Denise Santos

Fernando Matos

Publicação

Arquivo Municipal de Lisboa

Edição

Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica

Joana Pinheiro

Capa

Rossio antes do terramoto de 1755.

Água-tinta, desenho à pena a nanquim de Zuzarte, século XVIII.

Fotografia, Estúdio Mário Novais

PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/000361



Contactos

Arquivo Municipal de Lisboa

Rua B ao Bairro da Liberdade lote 3 a 6 - 1070-017 Lisboa

Telefone: 213 807 100

E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores; Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (FL-Faculdade de Letras, Porto, Portugal; Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques, École Pratique des Hauts Études, França)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de Arganda del Rey, Servicio de Archivos y Gestión Documental, Espanha)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Maria Raquel Henriques da Silva (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal; Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Silvio de Almeida Toledo Neto (DLCV-Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil)

Teresa Leonor Magalhães do Vale (ARTIS-IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica (*peer review*) referenciada e indexada nos seguintes repositórios/bases de dados internacionais:

DOAJ

ERIH PLUS

Catálogo LATINDEX (nº de Fólio 23733)

SciELO

SHERPA/RoMEO

SÉRIE II
NÚMERO 11



cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2019

O HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS: A SAÚDE E A CIDADE NA ÉPOCA MODERNA

Comissão Externa de Avaliadores

1.º semestre 2019

- Adelino Dias Cardoso (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal)
- António Henrique Rodrigues Miranda (DSPC-Divisão de Salvaguarda do Património Cultural, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal)
- Carlos Guardado da Silva (Instituto de História Regional e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)
- Deolinda Maria da Ressureição Folgado (DGPC-Direção Geral do Património Cultural, Portugal / IHA-Instituto de Historia da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal / IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)
- Flávio Borda d'Água (Arquivo de Estado, Genebra, Suíça / Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Suíça / Museu Voltaire da Biblioteca de Genebra, Suíça)
- Isabel dos Guimarães Sá (CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal)
- Joana Balsa de Pinho (CLEPUL-Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal / ARTIS-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)
- João Rosa Vieira Caldas (CERIS, Instituto Superior Técnico, Portugal)
- João Seixas (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal / Observatório das Metrópoles, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
- Jon Arrizabalaga (IMF-Institución Milà i Fontanals, CSIC-Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Barcelona, Espanha)
- José Maria Amado Mendes (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal / Departamento de História, Artes e Humanidades, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)
- Laurinda Faria Santos Abreu (CIDEHUS-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora, Portugal / IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa Portugal)
- Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós- Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Brasil)
- Maria Fernanda Olival (DH-Departamento de História, Universidade de Évora, Portugal / CIDEHUS-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora, Portugal)
- Maria Helena Marcelo Ribeiro dos Santos (DPIMI-Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, DPC-Departamento dos Bens Culturais, DGPC-Direção-Geral do Património Cultural, Portugal)
- Manuela Santos Silva (Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)
- Paulo César Drumond Braga (CIDH-Cátedra Infante D. Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização, Cátedra Convidada FCT, Universidade Aberta, Portugal / CLEPUL-Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa, Portugal)
- Susana Gómez Martínéz (Departamento de História, Universidade de Évora, Portugal / CAM/CEAACP-Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Portugal)
- Susana Margarida Münch Miranda (Lisbon School of Business & Economics, Universidade Católica Portuguesa, Portugal)

Editorial	9
Helena Neves	
Destaque	
Some Observations about medical practice and culture at Lisbon's Todos-os-Santos Hospital during the Enlightenment Era	11
Algumas observações sobre prática médica e cultura no Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa durante o período iluminista	
Timothy Walker	
Artigos	
A Casa de São Lázaro de Lisboa no alvorecer da modernidade	27
Lisbon's House of Saint Lazarus in the early modern period	
Rita Luís Sampaio da Nóvoa	
Da qualidade dos registos depende a boa administração: os documentos do Hospital de Todos os Santos	47
<i>The quality of the records ensures a good management: the documents of the Todos os Santos Hospital</i>	
Rute Ramos	
La administración mediata en territorios atlánticos durante el siglo XVII: la Cámara de Lisboa y el Cabildo de Tenerife frente a las adversidades exógenas	63
A administração mediada nos territórios atlânticos durante o século XVII: a Câmara de Lisboa e o Cabildo de Tenerife perante as adversidades exógenas	
The local administration in Atlantic territories during the 17 th century: the <i>Câmara de Lisboa</i> and the <i>Cabildo de Tenerife</i> facing the exogenous adversities	
Javier Luis Álvarez Santos	
Placas foreiras do Hospital Real de Todos-os-Santos no acervo fotográfico da coleção Mac-Bride	83
A photo set of property plaques of the All-Saints Royal Hospital in the Mac-Bride collection	
Carlos Boavida	
A Ilha. História e urbanismo do grande quarteirão onde se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1750-1779)	103
The Island. The history of the large block where the Hospital Real de Todos-os-Santos once stood (1750-1779)	
Hélia Cristina Tirano Tomás Silva, Tiago Borges Lourenço	
De Ilha a Arquipélago. História e urbanismo do lugar do grande quarteirão onde outrora se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1834-2019)	127
From <i>Island to Archipelago</i> . The history of the site of the large block where the Hospital Real de Todos-os-Santos once stood (1834-2019)	
Hélia Cristina Tirano Tomás Silva, Tiago Borges Lourenço	

Documenta

Nota Introdutória	145
Regimento dos boticários	145
<i>Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lixboa</i> , cap. LXVIII, f. 245v.-246	
Regimento dos "drogoeiros"	149
<i>Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lixboa</i> , cap. LXVIII, f. 246v.	
Regimento dos sangradores	149
<i>Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lixboa</i> , cap. LXX, fl 247-247v.	
Regimento das parteiras	147
<i>Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lixboa</i> , cap. LXXI, f. 248	
Regimento das cristaleiras	147
<i>Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lixboa</i> , cap. LXXII, f. 248v.-249	

Varia

Relação dos oficiais de saúde na cidade de Lisboa (1504-1775)	149
Adelaide Brochado	

Recensões

MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato da Gama-Rosa, orgs. – <i>Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal</i>. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. Viver e morrer entre mares	215
Aldrin Moura de Figueiredo	
COMELLES, Josep M.; CONEJO, Antoni; BARCELÓ-PRATS, Josep, coords. – <i>Imago Civitatis. Hospitales y manicomios en Occidente</i>. Tarragona-Barcelona: Publicacions URV-Universitat de Barcelona Edicions, 2018	219
Alfons Zarzoso	
MOISÃO, Cristina – <i>A arte das mãos: cirurgia e cirurgões em Portugal durante os séculos XII a XV</i>. Lisboa: Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 2018	223
Diana Martins	
MONTALTO, Filipe – <i>Arquipatologia (tratados I-IX)</i>. Revisão científica Adelino Cardoso; José Morgado Pereira; Manuel Silvério Marques; trad. de Domingos Lucas Dias; Inês de Ornellas e Castro; Joana Mestre Costa. Lisboa: Edições Colibri, 2017. 408 p.	227
Nuno Fonseca	

Editorial

Helena Neves

O número 11 dos Cadernos do Arquivo Municipal desenvolve-se em torno do Projeto Hospital Real de Todos-os-Santos, revelando-nos a importância deste Hospital não só na promoção da saúde na cidade de Lisboa, como no desenvolvimento científico que potenciou. Este número dos Cadernos proporciona uma leitura integrada de temas relacionados com aquela instituição hospitalar, assim como com outras da mesma época.

O levantamento de fontes do Arquivo Municipal de Lisboa (AML) sobre esta temática revelou um manancial de informação que, em conjunto com o legado arqueológico, nos dá a conhecer a inovação funcional do edifício, o seu papel na renovação urbanística e a influência do Hospital Real de Todos-os-Santos nas práticas e na regulamentação dos oficiais de saúde na cidade de Lisboa.

O tema deste número dos Cadernos do Arquivo Municipal e as fontes disponíveis para o seu estudo motivaram a apresentação de um conjunto significativo de artigos científicos, que não se esgotam no Hospital Real de Todos-os-Santos. A Casa de São Lázaro, em Lisboa, e as práticas preventivas no domínio da saúde nos portos atlânticos das coroas portuguesa e espanhola, são outros artigos que contribuem para o estudo destes temas na Época Moderna. A sistematização de informação inédita, apresentada na rubrica VARIA, constitui um instrumento fundamental para a produção de novos estudos a partir das fontes do AML.

Impõe-se uma palavra de agradecimento aos investigadores que partilharam os seus estudos e conhecimentos através dos artigos que integram este número, aos elementos da Comissão Externa de Avaliadores, ao Conselho Editorial e naturalmente aos técnicos do Arquivo Municipal que asseguraram a descrição e disponibilização dos documentos, sem os quais não seria possível a concretização deste número.

DESTAQUE

Some observations about medical practice and culture at Lisbon's Todos-os-Santos Hospital during the Enlightenment Era

Algumas observações sobre prática médica e cultura no Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa durante o período iluminista

Timothy Walker

ABSTRACT

This article describes and documents the important role and influence of the Todos-os-Santos Royal Hospital in producing trained, licensed physicians and surgeons for service in the Lusophone world. During the seventeenth and the first half of the eighteenth centuries, until to the 1755 earthquake, the Todos-os-Santos Royal Hospital in Lisbon (which offered formal instruction in practical medicine), along with the antiquated medieval curriculum of the Faculty of Medicine of the University of Coimbra, were the only medical training centers structured in Portugal. This had serious implications for conventional medical treatment and practices. Even in Enlightenment era, in Portugal, training for state-licensed healers was, at best, limited and inadequate. The Hospital was the main practical training facility for the medical arts during the late seventeenth and first half of the eighteenth century, and was more open to innovations of surgical technique and applied medicines; it was there that the most innovative official medical teaching in Portugal occurred until the end of the reign of Dom João V. For example, the hospital boasted of a separate ward built and staffed especially for the mentally ill, and experimented with remedies for tropical diseases, often with indigenous medicines imported from the colonial empire.

KEYWORDS

Physicians / Surgeons / Hospital / Illuminism period / Lisbon

RESUMO

O artigo descreve e documenta o importante papel e a influência do Hospital Real de Todos-os-Santos na formação de físicos e cirurgiões licenciados para serviço no mundo lusófono. Durante o século XVII e a primeira metade do século XVIII, até ao terramoto de 1755, o Hospital Real de Todos-os-Santos em Lisboa (que oferecia instrução formal na prática da medicina), em conjunto com o antiquado curriculum medieval da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, foram os únicos centros de treino médico estruturado em Portugal. Este facto teve sérias implicações no tratamento e práticas médicas convencionais. Mesmo na época iluminista em Portugal, o treino oficial destes licenciados era, na melhor das possibilidades, limitado e inadequado. O Hospital foi o principal local de treino das artes médicas durante o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, estando mais aberto às inovações em técnicas cirúrgicas e em medicina aplicada; foi aí que ocorreram as mais inovadoras técnicas oficiais de ensino médico em Portugal até ao final do reinado de D. João V. Como exemplos, a construção de uma ala isolada especialmente equipada para doentes mentais, e experiências com medicamentos para doenças tropicais, muitas vezes com base em medicina indígena importada do império colonial.

PALAVRAS-CHAVE

Físicos / Cirurgiões / Hospital / Iluminismo / Lisboa

During the seventeenth and the first half of the eighteenth centuries, the Royal Todos-os-Santos Hospital in Lisbon (which offered formal instruction in practical medicine), along with the antiquated medieval curriculum of the Faculty of Medicine of the University of Coimbra, were the only centers of structured medical training in Portugal¹. Their combined output of university graduates or medical professionals educated through apprenticeships was rarely more than a dozen or so students per year, a circumstance that had serious implications for conventional medical treatment and practices within the Lusophone world.

Thus, even in Enlightenment-era Portugal, training for state-licensed healers was, at best, limited and inadequate. Until the very end of the early modern period, medical instruction at Coimbra was profoundly encumbered by a medieval scholastic sensibility that focused on the traditional Galenic system of medical instruction². As late as the second quarter of the eighteenth century, many professional physicians trained at Coimbra, if they did not follow medical developments abroad, simply had little exposure to new ideas from outside this antiquated tradition, whether those innovations came from the Asian colonies or from empirical scientists like Harvey, Malpighi, Van Leeuwenhoek, Haller and Boerhaave, who worked mostly in the north of Europe³. Furthermore, Coimbra-trained doctors were also frequently Old Christians in the employ of the Inquisition, an organization that was notoriously resistant to change and which distrusted ideas originating beyond the frontiers where Catholic orthodoxy reigned. Innovative medical techniques contended with an Old Christian mentality which saw any experimental changes in methodology as having a suspicious «*estrangeirado*» (foreign influenced) taint or, worse, carrying the stigma of being «Jewish medicine»⁴.

Even at the Todos-os-Santos Royal Hospital in relatively cosmopolitan Lisbon, a teaching hospital which during the eighteenth century was somewhat more open to innovations of surgical technique and applied medicines, there is little indication that doctors there succeeded before the 1760s in instituting any profound qualitative changes across the medical profession in Portugal, particularly among those physicians who, following their training, would be practicing in the rural provinces⁵. Nor is there much documentation showing that doctors and surgeons there made much use of information about potential cures sent back from Portuguese colonies in Asia or South America⁶. However, increasingly throughout the eighteenth century, medical practitioners within Portugal began to look for texts that would convey more effective medical techniques than could be learned from the ancient authorities and theoretical lectures of the Coimbra Faculty of Medicine.

To cite just one example, a contemporary Portuguese physician, José Ferreira da Moura, born in 1671 in Torres Novas, produced significant medical discourses in his lifetime⁷. Significantly, José Ferreira da Moura trained in surgery at the Todos-os-Santos Hospital before serving as a Portuguese army regimental surgeon during the War of Spanish Succession. Afterwards, he settled into a practice in Lisbon, where he produced a massive 656-page tome on theoretical and practical surgery. The first 568 pages of this volume were a translation of a Spanish text originally published in Latin by Juan de Vigo, but Ferreira da Moura augmented this work with professional materials of his own. He included his personal observations about «modern cures for illness and injury» which

¹ LEMOS, Maximiano de – *História de medicina em Portugal: doutrinas e instituições*. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1991. vol. 1, p. 145-180.

² LEMOS, Maximiano de – *História de medicina em Portugal...* vol. 2, p. 145-168. See also GUIMARÃES, Feliciano Augusto da Cunha – A Faculdade de Medicina de Coimbra. *Actas Ciba*. Nº 14 (1950), p. 555-556.

³ DIAS, José Sebastião Silva – Portugal e a cultura europeia: séculos XVI a XVIII. *Biblos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. XXVIII (1952), p. 280-281 and 368.

⁴ WALKER, Timothy D. – The role of licensed physicians in the Inquisition and at Court during the reign of João V. *Journal of the Mediterranean Studies Association*. V. 9 (2000), p. 146; 164-167.

⁵ CARMONA, Mário – O Hospital Real de Todos-os-Santos. *Boletim Clínico dos Hospitais Cívicos de Lisboa*. V. 18 Nº 3-4 (1954), p. 535-560. See also LEMOS, Maximiano de – *História de medicina em Portugal...* vol. 2, p. 133-144 and 169-180.

⁶ *Ibidem*.

⁷ ANTT, Chancelaria do Dom João V, *livro 40*; CARVALHO, Augusto da Silva – *Dicionário dos médicos e cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, [1949?]. vol. 3, p. 113-114. Unpublished 32-volume typescript with manuscript notations.

he had learned through his experience as a military practitioner. Mostly, these concerned poisons and venereal disease – and the effects of mercury used as a «panacea». Following this material was a catalogue of medicinal preparations: recipes for new medicines and prescriptions for their application⁸.

How does the life and works of physician José Ferreira da Moura exemplify in some ways the experience of medical practitioners at Lisbon's main central hospital during the Age of Enlightenment? To answer this question, first we must consider the general circumstances of contemporary medical training found there.

AN OVERVIEW OF THE ROYAL TODOS-OS-SANTOS HOSPITAL IN LISBON

As Lisbon expanded during the late medieval period, the lower town, known as the *Baixa*, situated below and to the west of the fortified castle hill with its old Roman-Moorish neighborhoods, developed organically with little formal planning into a tangled maze of streets, courtyards, and alleyways⁹. Essentially, the *Baixa* was built on a narrow sloping plain between two of Lisbon's hills, with the *Bairro Alto*, or «high neighborhood» (known to contemporaries as «*Vila Nova d'Andrade*») on the western side and the São Jorge Castle hill (with the venerable *Alfama* and *Mouraria* neighborhoods) on the other¹⁰. At the north end of this plain, furthest from the river, the large square called the *Rossio* – site of the Royal Todos-os-Santos Hospital, the Palace of the Inquisition, and several churches – constituted an important public focal point in the urban topography¹¹.

Public squares in the *Baixa* typically provided approaches that framed views of magnificent ecclesiastical building façades with their broad monumental doorways, meant to impress and overawe the population. Examples included the churches of the Todos-os-Santos Hospital and the *São Domingos* Convent in the *Rossio* Square¹². Following the 1755 earthquake and tsunami, however, reconstruction of the Manueline-style Todos-os-Santos Hospital church, once the dominant centerpiece façade overlooking the late medieval *Rossio*, was not even attempted; instead, the new royal hospital was situated on higher, «more healthful» ground above the *Rossio*, becoming the Royal Hospital of São José (the chosen name purposely to evoke that of the then-reigning monarch), a model of civic-minded benevolence¹³. Adjacent to the *Rossio*, the eighteenth-century *Baixa* reconstruction design called for the opening of another smaller square, called *Praça da Figueira* [Fig Tree Square] to encompass the area that the wards of the Todos-os-Santos Royal Hospital previously occupied¹⁴.

Before the earthquake, though, the Todos-os-Santos Royal Hospital, propitiously located in the *Praça do Rossio* in central Lisbon, played an important role in training surgeons and physicians for service across the nation and throughout the Portuguese colonial network. Particularly for medical professionals coming from the environs of Lisbon, but also for novices sent from the provinces (often supported by scholarships provided by the municipal councils of their communities or the crown), the Hospital of All Saints was the main practical training facility for the medical arts in Portugal during the late seventeenth and first half of the eighteenth century. Perhaps sixty percent of the physicians practicing in and around Lisbon during the middle half of the eighteenth century had

⁸ *Ibidem*.

⁹ MURTEIRA, Helena – Lisboa antes de Pombal: crescimento e ordenamento urbanos no contexto da Europa moderna (1640-1755). *Monumentos*. 21 (2004), p. 50-57.

¹⁰ ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: IPPAR, 2000. p. 9-10.

¹¹ Museu da Cidade, TINOCO, João Nuno – *Planta da Cidade de Lisboa I [1650]*, desenho aguarelado, 1850. Nº Inventário: MC. DES. 1084.

¹² Museu da Cidade, TINOCO, João Nuno – *Planta da Cidade*. Nº Inventário: MC. GRA. 489.

¹³ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), CARVALHO, Eugénio dos Santos; MARDEL, Carlos – *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos*, 12 Junho 1758; copy, 1947. These designs were drawn up by the military architects and engineers who prime minister Pombal appointed in 1756; they worked under Pombal's authority and close supervision.

¹⁴ ROSSA, Walter – Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado. *Monumentos*. 21 (2004), p. 22-43; ROSSA, Walter – *Além da Baixa...*, p. 39.

trained at Todos-os-Santos, with the balance having learned the skills necessary to pass their licensing exams either at the University of Coimbra or through a private apprenticeship with a licensed surgeon or doctor¹⁵.

Typically, medical trainees would complete what can appropriately be called a residency, lasting from one to two years in the wards of Todos-os-Santos, wherein they would have a chance to practice such skills as surgery and diagnostic medicine. Coimbra graduates, too, would occasionally attend for shorter periods to gain some practical clinical experience before being examined in the capital by a panel of physicians chosen and supervised by the chief physician and chief surgeon of the realm (respectively, the *Físico-Môr do Reino* and *Cirurgião-Môr do Reino*). Only upon passing this exam – and paying a substantial fee – would a prospective physician or surgeon receive an official *cartão do médico* (medical license) allowing him to begin a private practice within Portugal. Such a system, of course, was woefully susceptible to corruption¹⁶.

By the standards of the day, then, Todos-os-Santos can accurately be called a teaching hospital, and its position as such was unique in the nation. Further, it was there that the most innovative official medical teaching in Portugal occurred until the end of the reign of Dom João V. Modest as those efforts were, the All Saints Royal Hospital in Lisbon did have some strikingly forward-looking attributes, resulting primarily from its position as the crown's premier hospital in what was, despite the closed nature of Portuguese intellectual life, still a wealthy cosmopolitan European imperial capital. These attributes included a permanent association with the chief surgeon and physician of the kingdom, each of whom usually served on the hospital staff (in addition to their respective duties of tending to the royal family and the king's person). In addition, the Royal Hospital of All Saints benefited from the residency of a series of exceptionally skilled foreign-born medical practitioners who had been brought to Portugal by members of the royal family or the diplomatic corps precisely because of their superior knowledge of the healing arts. Also – and this was quite an enlightened attribute for the time – the hospital boasted of a separate ward built and staffed especially for the mentally ill¹⁷.

Although much of the Todos-os-Santos Hospital was destroyed by fire in 1750 and again following the disastrous earthquake of 1 November 1755, earlier in the century Dom João V had taken steps to improve healing facilities in the premier medical institution of the nation's capital. In so doing, the king followed the marked inclination toward innovation that he displayed as a young monarch. However, one must bear in mind that this ambitious program to improve Todos-os-Santos was begun when Lisbon was newly awash with a veritable flood of gold from Brazil; the eventual quotidian reality fell far short of the hospital's planned renovation¹⁸.

Just a few years into his reign, in 1715, João V's government promulgated a *Regimento do Serviço dos Médicos*, which increased the authorized number of interned patients of all types at Todos-os-Santos to six hundred, allowed for the construction of new buildings to contain them and, for their care, significantly augmented the number of trained nurses (*enfermeiros* and *enfermeiras*) permanently attached to the staff. According to the new *Regimento*, patients were to be divided into wards according to their respective illnesses; there were wards specifically designated to care for wounds, fevers, skin diseases, and the insane. In addition, one corridor was set aside especially for illnesses particular to women, while another dealt exclusively with male

¹⁵ This unscientific impression was gained from a lengthy, thorough examination of CARVALHO, Augusto da Silva – *Dicionário dos médicos e cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, [1949?].

¹⁶ DUTRA, Francis A. – The practice of medicine in early modern Portugal: the role and social status of the *físico-mor* and the *surgião-mor*. In KATZ, Israel J., ed. – *Libraries, history, diplomacy, and the performing arts: essays in honor of Carlton Sprague Smith*. Stuyvesant; New York: Stuyvesant: Pendragon Press, 1991. p. 162-166. See also BETHENCOURT, Francisco – Portugal: a scrupulous inquisition. In ANKARLOO, Bengt; HENNINGSEN, Gustav, ed. – *Early modern witchcraft: centres and peripheries*. Oxford: Clarendon Press, 1990. p. 410.

¹⁷ CARMONA, Mário – O Hospital Real de Todos-os-Santos... p. 498-507. See also PIRES, Maria Teresa; VAZ, Maria de Fátima – A medicina em Portugal no século XVIII. In CONGRESSO INTERNACIONAL PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: DE D. JOÃO V À REVOLUÇÃO FRANCESA, Lisboa, 1989 – *Comunicações*. Lisboa: Universitária Editora, 1991. p. 168; and *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal. Ordenado por mandado do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral do Concelho de Estado de Sua Magestade*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1640. Livro II, Título XVII, § 1-2.

¹⁸ CARMONA, Mário – O Hospital Real de Todos-os-Santos... p. 498-507.

maladies. Each was to have its own specialized nursing staff person. Further, certain members of the staff were designated to promote preventative medicine (*enfermeiras de prevenção*), along with those who worked with the general *convalescentes*¹⁹.

Alongside João V's document, medical treatment at the Todos-os-Santos Hospital, and indeed across all of metropolitan Lisbon, was also governed by a collection of *regimentos* compiled and maintained by the city Senate, a comprehensive regulatory body, under the title *Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos da cidade de Lisboa reformados por ordem do Senado*²⁰. This compilation of rules and ordinances commenced official public use in 1572, and was continued, due to its great utility, until 1808, the year of the French military occupation of Lisbon and the relocation of the royal court to Rio de Janeiro. In this fundamental government volume, one could find the guidelines and bylaws by which all the important technical – «mechanical» – professions of the capital city were supposed to practice their trades. As such, rules governing critical royal hospital support staff and workers were included (for example, apothecaries, barber-surgeons, midwives, and phlebotomists), as well as hospital suppliers, like bulk merchants of medicinal drugs, or dealers in foodstuffs, linens, and bedding²¹.

Todos-os-Santos could boast of two other unusual innovations for the time. The hospital had a ward devoted to fevers and other maladies which Portuguese colonial administrators, soldiers and merchant travellers had picked up in the tropics (though treatment remained largely based on European and not colonial practices). Another ward, heralded for its novelty and utility, specialized in treating the dementia of patients suffering from advanced syphilis. To keep its patients isolated from the rest of the inmates, this facility was apparently built well apart from the main hospital buildings²².

A number of distinguished, physicians and surgeons served on the staff of the Todos-os-Santos Hospital, beginning quite early on in the seventeenth century, at the dawn of the age of empirical science. Notable among them was doctor Miguel Cabreira, a physician appointed to serve the King and the city of Lisbon, duties for which he performed through his posting to the royal Todos-os-Santos Hospital. He was also a knight of the Order of Christ, and during the first decade of the 1600s served on Lisbon's Board of Health, where his duties included overseeing the quality of Lisbon's apothecary shops, and visiting the sick at the municipal infirmary (the *Casa da Saúde*) during times of plague or other epidemic illness²³. Another was Cabreira's contemporary at the royal hospital, Jorge de Castro, surgeon to the King and royal family. He also held an appointment at the *Hospital Real de Todos os Santos*. De Castro appears to have taken an interest in the plight of Lisbon's orphans, having supported the appointment petition of a functionary charged with administering to the needs of abandoned or parentless children²⁴.

One of the foreign-born medical experts who came to Lisbon after receiving superior medical training abroad was an Italian physician named Bernardo Santucci. A native of Cortona, in Tuscany, Santucci had studied medicine in Rome before being attracted to Portugal by a royal salary in 1732. Dom João V invited Santucci to Lisbon specifically to teach anatomy and surgery at the Todos-os-Santos Royal Hospital. During his residence in Lisbon, Santucci produced a human anatomy textbook of the first quality²⁵.

¹⁹ PIRES, Maria Teresa; VAZ, Maria de Fátima – A medicina em Portugal.... p. 168.

²⁰ AML, Casa dos Vinte e Quatro, Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos da cidade de Lisboa reformados por ordem do Senado, docs. 1-99, f. 1-322v.

²¹ *Ibidem*.

²² PIRES, Maria Teresa; VAZ, Maria de Fátima – A medicina em Portugal.... p. 168.

²³ AML, Quitações e desistências, Livro 1 (tomo I) [copy], f. 25v-34.

²⁴ AML, Provitamento de officios, 1429-1739, Livro 3 [copy], f. 46v-49.

²⁵ SANTUCCI, Bernardo – *Anatomia do corpo humano, recopilada com doutrinas medicas, chemicas, filosoficas, mathematicas, com indices, e estampas, representantes todas as partes do corpo humano...* Lisboa Occidental: António Pedrozo Galram, 1739.

Santucci's appointment to Todos-os-Santos was made in the wake of a major yellow fever epidemic in Portugal that, in 1730, had severely over-taxed the capital's medical resources. There had not been enough qualified physicians to treat the hundreds of ill citizens who flocked to Lisbon's Royal Hospital for care. So many sick individuals arrived at Todos-os-Santos that year (34,000, as compared to the usual annual average of less than five thousand patients) that treatment was provided based on a lottery system. The following year, therefore, in response to this crisis, crown patronage created a formal course at Todos-os-Santos to train new surgeons²⁶.

A respected surgeon and court favorite named Isaac Elliot, thought to have been an Englishman, was provided with a royal stipend to train young men by instructing them in a practical course of surgery which was to meet twice a week. This was the first program organized in Portugal and represents a marked departure from the scholastic methods employed at Coimbra²⁷. Shortly thereafter, however, Elliot was involved in a sensational trial for the murder of his young wife²⁸. In this extraordinary case, the royal influence of an important court medical doctor was not sufficient to keep him beyond the reach of the law, though the physician in this case was not an employee of the Inquisition. *Médico* Isaac Elliot was João V's personal physician and a member of the Order of Christ.

Santucci was summoned to take Elliot's place; the surgery course, along with a stipend of 300,000 *reis*, was entrusted to him. For a sense of just how valuable this emolument was, consider that regular staff surgeons of the Lisbon hospital earned one hundred *reis* per day in the 1730s and 1740s, paid by the king. In return, they were obliged to give an account of their clinical experiences in special seminars, wherein they were to describe their most effective cures²⁹. This system was designed to enlarge and disseminate an institutional memory of effective healing methods, for the overall improvement of hospital care.

Bernardo Santucci served the Portuguese crown until 1747. During his tenure he influenced scores of young surgeons and physicians who interned with him. As a testament to his skill, a royal provision issued in 1738 required that no one who had trained in surgery at Todos-os-Santos could be certified to practice their profession in Portugal without first being certified by Santucci or one of his associates³⁰.

Medical practices in eighteenth-century Lisbon owed some changes to the influence of the Portuguese ambassador to England, Sebastião José de Carvalho e Melo, better known to history as the Marquês de Pombal. Carvalho e Melo's tenure in London began in 1739; in the six years of his residence, he and the illustrious expatriate Jewish physician Jacob Henriques de Castro Sarmiento had ample time together to discuss Portugal's need for medical reform. Carvalho e Melo in London was a man steeped in experiences that honed his Enlightenment sensibilities. He became a member of the Royal Society in 1740, consorted with exiled *converso* reformers and other intellectuals and possessed in his library books that the Inquisition had banned at home. In short, he became a thoroughgoing rationalized *estrangeirado*, with ideas shaped by his time abroad. Moreover, he became convinced that the only way for Portugal to become a stronger State internally was to modernize all aspects of society through a program of enlightened reform³¹.

Carvalho e Melo left London in 1745 to serve in Vienna as ambassador to the Austrian Habsburgs,³² but there is ample evidence that he carried the effect of his conversations with Castro Sarmiento with him. He continued

²⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1996. vol. V, p. 420.

²⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*.... vol. V, p. 420.

²⁸ DONAVAN, Bill M. – Crime, policing and the absolutist State in Early Modern Lisbon. *The Portuguese Studies Review*. V. 5 Nº 2 (1997), p. 65-66.

²⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*.... vol. V, p. 420.

³⁰ ANTT, Chancelaria do Dom João V, *livro* 131, f. 132. In CARVALHO, Augusto da Silva – *Dicionário dos médicos*... vol. 5, p. 189.

³¹ MAXWELL, Kenneth – Eighteenth-century Portugal: faith and reason, tradition and innovation during a golden age. In LEVENSON, Jay A., ed. – *The age of the Baroque in Portugal*. New Haven: Yale University Press, 1993. p. 108. See also MAXWELL, Kenneth – *Pombal: paradox of the enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 10-20 and 87-109.

³² MAXWELL, Kenneth – *Pombal: paradox of the enlightenment*... p. 8.

to correspond with Castro Sarmiento and other *estrangeirados* on topics of scientific innovation, and during his tenure in Vienna he attracted talented physicians to his retinue. One of these, a Swiss-born doctor whom the Portuguese called Pedro Defau, was so valuable that Carvalho e Melo brought him to Lisbon as his personal physician when he returned in 1749. Defau was named to the Chair of Anatomy at the Todos-os-Santos Hospital; while in Lisbon he went on to publish two learned and influential treatises on human bone structure³³.

INTERCONNECTIONS: LICENSED PHYSICIANS AND SURGEONS IN THE TODOS-OS-SANTOS HOSPITAL, IN THE INQUISITION, AND AT COURT DURING THE REIGN OF DOM JOÃO V

During the seventeenth century, a strong professional bond developed that linked three important social institutions in Portugal: the crown, the Holy Office, and the learned medical community. How did this association occur, are its implications historically? Let's begin with an example:

In 1670, the Coimbra-trained surgeon António Ferreira first published his medical treatise entitled *Luz Verdadeira, e recopilado exame de Toda a Cirurgia* (True Light, a brief examination of All Surgery). He dedicated the 1705 edition of this work, which had become widely known across Portugal and helped to establish Ferreira's reputation as one of that country's most skilled and recognized medical professionals of the seventeenth century, to the «august and royal majesty, the King Dom Pedro II». That he should do so comes as no surprise, as the king was his immediate patron and benefactor. The 1705 title page of his treatise identifies the author as a university graduate (*licenciado*), surgeon both of the king's chambers and to his elite guard, as well as a surgeon of the Royal Hospital of Todos-os-Santos in Lisbon³⁴. Without a pause, the description goes on to say that Ferreira was a surgeon of the prisons of the Holy Office and *familiar* of that institution, and a surgeon of the *Tribunal da Relação*, one of the supreme judicial councils of the royal court. Final among his enumerated laurels was his membership as a «professed Knight of the Order of our Lord Jesus Christ». Ferreira had risen into very privileged ranks, indeed.

The experience of surgeon António Ferreira was by no means unique. Though he is a relatively early example of the trend, he typifies what in the eighteenth century would become a common occurrence. Increasingly, university-trained physicians and surgeons simultaneously held important posts at court, took up influential positions within the Inquisition, and maintained ties with an elite class of surgeons and doctors with whom they practiced and discussed ideas for change within the medical profession. During the reign of Dom João V, a handful of broadly connected medical men assumed key positions of far-ranging authority and simultaneous tri-lateral influence. These circumstances help to explain two concurrent eighteenth-century themes in Portuguese history: the effort to bring about substantive modernization of the medical profession, and the Inquisition's markedly increased persecution, using centuries-old statutes against the practice of witchcraft, of unlicensed popular healers. These circumstances are not mere coincidence.

The following passages will document the expanding role and influence of trained, licensed physicians and surgeons within the Portuguese Inquisition and at the royal court during the reign of João V (1706-1750). The period in question saw a significant influx of university-trained doctors and surgeons into the paid ranks of the Inquisition, where they worked as *familiars* – non-ecclesiastic employees, informants and lower echelon functionaries – and as resident physicians and surgeons in the Inquisition's prisons (where one of their concurrent functions was the supervision of interrogation sessions conducted with the use of torture). Particularly telling are the cases which originated from the Faculty of Medicine at the University of Coimbra and the Royal Hospital of Todos-os-Santos in Lisbon, where doctors trained at or even teaching medicine in those institutions maintained very close links

³³ CARVALHO, Augusto da Silva– *Dicionário dos médicos...* vol. 3, p. 41-42.

³⁴ A facsimile of the title page is found in DUTRA, Francis A. – *The practice of medicine...* p. 162.

with the Inquisition, often holding important positions within both organizations simultaneously. During the same period, professional physicians from Coimbra or the Todos-os-Santos Hospital held significant, potentially influential positions at the monarch's court, serving as personal doctors or surgeons to the royal family or to specific noble houses. These physicians, too, were also frequently in the employ of the Inquisition.

It is for this reason that a modestly-sized group of elite medical professionals could come to exercise a significant influence over several key Portuguese institutions just before and during the reign of João V; many of the same surgeons and physicians simultaneously held posts in the Inquisition, at court, in the Todos-os-Santos Royal Hospital in Lisbon (important as a teaching hospital), and in the Faculty of Medicine of the University of Coimbra. Moreover, because such posts were often lifetime appointments, these men held their positions typically for decades at a time, throughout the most important, productive years of their careers. Hence, this central corps of medical professionals exercised an influence at the core of the Portuguese *ancien regime* that was marked by great consistency and continuity. Many of the key faces stayed the same for much of King João V's reign, through the first half of the eighteenth century.

What were the duties of these medical professionals, regarding their service to the Holy Office? If a convict or one of the accused became mentally unstable while incarcerated, the chief jailer and inquisitors would call upon the prison medical staff to address the prisoner's madness. Judging from the explicitness with which «insanity» was addressed in the 1640 Holy Office *Regimento*, this problem, whether feigned or real, was not uncommon. And no wonder: then as now, being judged mentally deficient worked to the accused's advantage. Legal proceedings against the suspect were suspended and the prison physicians were ordered to restore the inmate to his senses with «all possible means», including whatever medicines they thought necessary. If in the physicians' opinion the prescribed remedy could not be administered effectively within the Inquisition *cárceres*, the prisoner would be interned at the Todos-os-Santos Hospital in Lisbon, which had a special ward to treat madness. The 1640 *Regimento* further provided that, should the patient still not regain his senses, he would be released to the care of his relatives until such time as he was judged able to stand trial, if at all³⁵.

Research for this article has turned up literally several scores of doctors and surgeons who, during the first six decades of the eighteenth century, held important positions at the royal court while serving simultaneously as paid functionaries of the Inquisition, sometimes simply as *familiares*, but often holding far more elevated posts. The following examples, proceeding chronologically from a long roster of apt candidates, illustrate the broad influence and connections of these court medical practitioners. They also provide insight to the influential place of the Todos-os-Santos Hospital in contemporary Portuguese elite culture.

António de Figueiredo was born in the village of Farminhão, near Viseu in north-central Portugal, in about 1644. He established himself in Lisbon, interning as a surgeon at the Royal Hospital of Todos-os-Santos. Apparently a very capable student, he subsequently began to teach surgery at Todos-os-Santos and, as his reputation grew, he was named successively as the chief surgeon of the Royal Hospital, and of the *Senado* of the *Câmara*, one of the sovereign's primary advisory councils. On 7 April 1698, Figueiredo became the surgeon of the Inquisition prisons in Lisbon. These latter positions he held until his death on 3 August 1717³⁶. All told, António de Figueiredo spent nearly forty years tending to the ailments of persons in high power, and had himself risen to a place of no mean influence.

António Silva served for two years as a physician of the *Santa Casa da Misericórdia* in Lisbon before moving to the Todos-os-Santos Royal Hospital in 1710. He practiced medicine there until his death in 1737. During that time, however, he also served as *médico* of the Inquisition prisons in Lisbon, and was the long-time personal physician

³⁵ *Regimento do Santo Officio* (1640), *Livro II, Título XVII*, § 1-2.

³⁶ CARVALHO, Augusto da Silva – *Dicionário dos médicos...* vol. 3, p. 122-123.

of Prince Dom António, one of King João V's legitimized sons born to him by a French mistress. In 1730, Silva gained additional royal favor when he was officially recognized for assisting in the treatment of an illness that threatened the life of Prince Dom Carlos, Dom António's younger half-brother³⁷.

Another notable physician during the reign of João V was Manuel Lopes. Born near Braga in the north of Portugal in 1715, Lopes came to Lisbon in the late 1720s already having some medical training: he served as a adjutant to the surgeon Manuel Vieira at Crown Prince Dom José's wedding in 1729. He continued to train to become a certified «anatomical surgeon», working at the Todos-os-Santos Hospital with the renowned Italian anatomist Bernardo Santucci. According to the practice of the time, he was examined by the chief surgeon of the realm and *Físico-Môr* Doctor Francisco Xavier, who on 8 February 1739 granted Lopes his license to practice medicine. Lopes became a surgeon of the royal chambers, personally attending to the needs of members of the royal family, and continued in this capacity after the death of King João V in 1750. In 1754, when the position of surgeon and phlebotomist for the Holy Office prisons became vacant, Lopes sought this post. Accordingly, he was made a *familiar* of the Inquisition on 17 October 1755 and immediately assumed his duties. Lopes's greatest merit, though, lay in publishing: in 1760 he authored a masterful treatise on bone anatomy and the treatment of skeletal afflictions. Portuguese medical historian Augusto da Silva Carvalho has termed this work «among the most important books for the history of surgery in Portugal during the eighteenth century»³⁸.

MEDICINES EMPLOYED AT THE TODOS-OS-SANTOS HOSPITAL: THE MARKET AND COMMERCE OF IMPORTED MATERIA MEDICA IN LISBON DURING THE EARLY MODERN PERIOD

Many of the most important cognitive breakthroughs in tropical medicine came to the Portuguese during the sixteenth century, too early to be appreciated by later European science – so early, in fact, as to be ignored or forgotten by later generations of medical scholars. Several Portuguese discoveries in applied medical technology predated systematic recognition by rationalized science in northern Europe by such a broad span of years that the historical memory of those events has since been superseded by later medical observers of different nationalities. Recent Portuguese historians of medicine have written revisions with justifiable indignation, attempting to restore to their countrymen their rightful place as innovators in medical science³⁹. The epoch of the discoveries, they argue, were prolific times of innovation in the domain of botany, toxicology and pathology, as the Portuguese encountered a great number of exotic illnesses for the first time, and pioneered the field of tropical medicine with their attempts to find cures for these maladies, with experimental treatments often effected at the Todos-os-Santos Hospital.

To understand how medicinal substances from Portuguese colonial territories were distributed in continental Portugal, let us turn our attention briefly to the dynamics and structure of the home market for pharmaceuticals, especially in the imperial metropole.

In continental Portugal at the end of the seventeenth century, the great majority of pharmacies were in the hands of that nation's numerous monasteries and operated by the often highly trained brothers of these institutions, be they Jesuit, Augustinian, Benedictine, Carmelite, or of some other order⁴⁰. These pharmacies typically

³⁷ ANTT, Chancelaria de Dom João V, *livro* 31, f. 132; *livro* 42, f. 69. Also SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal...* vol. V, p. 448.

³⁸ ANTT, Chancelaria de Dom João V, *livro* 97, f. 18v; Habilitações do Santo Ofício, *maço* 166, no. 1737; CARVALHO, Augusto da Silva – *Dicionário dos médicos...* vol. 4, p. 153-154.

³⁹ FRADA, João – Contributos portugueses do período expansionista e da época colonial para as ciências médicas. *Medicamento, história e sociedade*. Ano 4 Nº 6 (Julho 1995), p. 9-11.

⁴⁰ DIAS, Pedro Sousa; PITA, Rui – *A botica de S. Vicente e a farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa Setecentista*. In *A botica de São Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994. p. 19.

provided medical preparations for people living in the vicinity of the monastery, as well as for the resident friars themselves. Only in the larger cities, like Lisboa, Porto, Coimbra or Évora, were secular pharmacies to be found. These, however, were generally modest concerns; secular pharmacists complained frequently that they could not compete with the monopolistic practices of the great monastic orders, whose purchasing power, established trade and procurement networks throughout the overseas empire, and superior professional reputations combined to impoverish lay pharmacies⁴¹.

Physicians and surgeons working in the Todos-os-Santos Hospital would have drawn their medicines from multiple sources, and these certainly included secular and ecclesiastical apothecaries operating in Lisbon. The privileged position enjoyed by the capital city's principal Royal Hospital may have allowed for the direct importation of dedicated consignments of drugs for the exclusive use of Todos-os-Santos staff to treat their patients.

However, a large proportion – indeed a virtual monopoly – of the very lucrative trade in medicinal substances in continental Portugal, therefore, was controlled by monastic institutions and the schools (*colégios*) associated with them. In the case of medicines arriving from Brazil and the *Estado da Índia*, the druggists (*boticários*) of the Society of Jesus enjoyed a clear advantage, as they could rely on their co-religionist associates in Salvador de Bahia, Goa, and Macau to procure and ship consignments of precious medicinal plants or prepared medications using South American or Asian ingredients, such as the prized substances jalapa, rhubarb, or opium, especially for the stockrooms of their brethren in Portugal⁴².

In Lisbon, two of the city's most important pharmacies operated under Jesuit control. These were attached to the *Casa Professa de São Roque* and the *Colégio de Santo Antão*. Together, these two pharmacies functioned as the hub of a network of Jesuit *boticas* that extended throughout the Portuguese seaborne empire. Without exaggeration, the Jesuits and, to a lesser extent, the Dominicans, helped to drive, direct and sustain the global market in many of the exotic medicinal plants or animal-based *drogas* arriving in Europe from Asia, Africa, and South America, partly because of their purchasing might in this profitable trade, but more importantly because of their influence and pharmacological expertise at those points in the empire where these substances could be procured⁴³.

This arrangement existed deep into the reign of Dom José (1750-1777). After the suppression of the Jesuit order under prime minister Pombal in 1759, the goods of the Jesuit colleges and their pharmacies situated across Portugal and the colonies became confiscate, spoils of crown policy. On the continent, the University of Coimbra absorbed much of the Jesuit's holdings into the Faculty of Medicine. Most of the substantial nation-wide stock of Jesuit medicines was sold at public auction⁴⁴.

Another Lisbon monastic pharmacy of great importance and repute was located in the courtyard of the monastery of the Augustinian Order of *Santa Cruz de Coimbra*, better known to *Lisboetas* as the venerable *Mosteiro de São Vicente de Fora*. The monks of this order naturally were involved in the pharmacist's trade as producers and vendors of medicines: one of their preparations was a mercury-based «panacea» in pill form, which the monks produced on the premises and shipped in great quantities along with a printed sheet of dosage instructions to destinations all over Portugal and the colonies – its particular use was to combat syphilis⁴⁵. They were best

⁴¹ *Representação da corporação dos boticários de Lisboa pedindo o encerramento das boticas dos conventos* (ANTT, Ministério do Reino, Maço 469, no date [mid-eighteenth century]). In DIAS, José Pedro Sousa – *Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. vol. II, p. 638-639. See also DIAS, Pedro Sousa; PITA, Rui – *A botica de S. Vicente...* p. 20.

⁴² DIAS, Pedro Sousa; PITA, Rui – *A botica de S. Vicente...* p. 19-20.

⁴³ *Ibidem*, p. 18 and 21.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 18.

⁴⁵ COELHO, Manoel Rodrigues – *Farmacopeia tubalense chimico-galenica*. Lisboa: Officina de Antonio de Sousa Sylva, 1735. p. 845-846.

known, however, for their production of professional texts on matters of pharmacology and chemistry, which the monks wrote and published on an in-house press. During the first decade of the eighteenth century, one of their number, Dom Caetano de Santo António, produced what would quickly become the most widely known, influential and authoritative Portuguese «pharmacopoeia» – a manual of remedies and medicines for physicians, surgeons and barbers⁴⁶.

In 1704, Dom Caetano de Santo António, an Augustinian monk and druggist originally of the Monastery of Santa Cruz in Coimbra, published the first *farmacopeia*, or pharmaceutical guide, written wholly in the Portuguese language. At that time he still lived in Coimbra, and his initial book, *Pharmacopea Lusitana*, shows the influence of his working in this highly insulated community⁴⁷. In 1709, however, Santo António transferred his activities to Lisbon when he was nominated *boticário* of the famous pharmacy at the Monastery of São Vicente da Fora. In this more cosmopolitan environment, Santo António was exposed to innovative medicines and techniques from outside Portugal. He increasingly became aware of – and was perhaps less restricted in writing about – progressive medical science conducted in the north of Europe. This new consciousness led him to thoroughly revise and reissue his pharmacopoeia, which he published in 1711 under the title *Pharmacopea Lusitana Reformada*⁴⁸.

Dom Caetano de Santo António's new guide enjoyed immediate success; it was in great demand as a teaching text for pharmacology in Portugal, where it achieved a wide distribution. Subsequent editions, entitled *Pharmacopea Lusitana Aumentada* (1725⁴⁹ and 1754⁵⁰), further refined and disseminated a growing knowledge of the art and science of pharmacology. More importantly for purposes of understanding the cosmopolitan nature of medicine as practiced in contemporary Lisbon's hospitals, editions of Dom Caetano's book published after 1711 were increasingly informed and influenced by the accumulated knowledge of medicinal plants derived from contact with India, China, Africa, and Brazil⁵¹.

So, through works like this and a few others, such as the highly derivative *Pharmacopea Tubalense* (1735 and 1760), specific information about *drogas* and remedies from the imperial enclaves first became broadly and systematically known within Portugal, gradually entering mainstream medical practice. While knowledge of such drugs may have come to some Portuguese physicians earlier through works published outside Portugal in other languages – Spanish, French and Latin-language publications from the sixteenth and seventeenth centuries circulated in Portugal prior to the publication of *Pharmacopea Lusitana Reformada* in 1711 – this information was not so widely known and imperfectly understood beyond the cosmopolitan centers because it was not written in Portuguese⁵².

⁴⁶ BASSO, Paula; NETO, João – *O Real Mosteiro de S. Vicente de Fora*. In *A botica de São Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994. p. 14. NETO, João – *A botica do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora. Medicamento, história e sociedade*. Ano 3 N^o 4 (Setembro 1994), p. 10-11.

⁴⁷ DIAS, José Pedro Sousa; PITA, Rui – *A botica de S. Vicente...* p. 23; NETO, João – *A botica do Real Mosteiro...* p. 10-11.

⁴⁸ SANTO ANTÓNIO, Dom Caetano de – *Pharmacopea lusitana: método prático de preparar, e compor os medicamentos na forma galenica com todas as receitas mais usuais*. Coimbra: Impressão de João Antunes, 1704; and SANTO ANTÓNIO, Dom Caetano de – *Pharmacopea lusitana reformada: método prático de preparar os medicamentos na forma galenica e chimica*. Lisboa: Impressão no Real Mosteyro de São Vicente de Fóra, 1711; NETO, João – *A botica do Real Mosteiro...* p. 10-11.

⁴⁹ SANTO ANTÓNIO, Dom Caetano de – *Pharmacopea lusitana aumentada*. Lisboa: Na Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.

⁵⁰ SANTO ANTÓNIO, Dom Caetano de – *Pharmacopea lusitana aumentada*. 4th ed. Lisboa: Impressão no Real Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1754. p. 1-61; 144-189; 190-238; 352-377.

⁵¹ DIAS, Pedro Sousa; PITA, Rui – *A botica de S. Vicente ...* p. 23.

⁵² DIAS, José Pedro Sousa – *Inovação técnica...*, vol. II, p. 609-621. Dias lists the personal medical libraries of five Lisbon *boticários*, which were included in the inventories of their respective estates.

Thus, knowledge about colonial curatives was not widespread at the popular or professional level in Portugal until after 1711, and such knowledge spread only gradually thereafter. By far, most Portuguese curative preparations, both in popular healing lore and in academic pharmacological publications and practice, came from sources which were locally available. While this is to be expected, of course, the striking corollary is that, even with the potential availability and relative cheapness of medicinal plants from Asia, they were nevertheless rarely employed in recipes for medicines in continental Portugal. Folk healers and licensed physicians alike preferred to use locally-grown plants or medicines from the European medical tradition almost exclusively, the effects with which they were most familiar. Despite the exotic allure of tropical colonial drugs and their rumored efficacy, Portuguese physicians resorted to them only rarely, while popular *curandeiros* (folk healers) used them practically not at all⁵³.

There were, of course, exceptions: Rhubarb, benzoin, *pedras cordiais* from Macau, and the like enjoyed a certain popularity. Saleable as these substances were, they constituted only a minor piece of the total pharmaceutical market's volume. Comparing prices, colonial drugs from Asia or South America available in the imperial capital were in general only marginally more dear than medicinal substances procured from more convenient locations closer to Lisbon; and Asian drugs were actually cheaper on average than medicinal *drogas* originating in the Americas. Prices were determined not so much by distance travelled as by availability, demand, or difficulty of manufacture. While the average price for vegetable drugs coming from Asia or African was slightly higher than for plant medicines originating in Europe or the Mediterranean, every region provided expensive substances, the prices for which reflected that drug's rarity. Prices often exceeded those of *drogas* arriving from Asia by a wide margin⁵⁴. Based on their relatively comparable prices, most medicinal plants coming from Asia do not seem to have been difficult to procure in sufficient quantities to easily meet the demands of the Lisbon market⁵⁵.

Among imperial medicinal items of animal origin, three stand out for their exotic provenance and assumed efficacy. Ambergris was the second most expensive item held in the *Colégio de Santo Antão's* stocks. A fatty substance found on beaches and floating in tropical waters, it is thought to originate in the intestines of Sperm whales. At 53,333 *reis* per pound, ambergris was valued for its musk smell; it was used as a fixative agent in perfumes and drugs, and was expected to add to the potency of medicinal compounds. Bezoar stones, too, had been sought for centuries for their supposed power as a universal remedy. A concentrated enzyme secretion found in the stomachs of goats in India and China, they were thought to staunch bleeding wounds and generally increase vitality. Reflecting both their great rarity and high demand, Asian bezoar stones sold for 12,800 *reis* apiece. The intriguing entry «elephant oil» at 960 *reis* per pound concludes the list, the intended application for which this historian was unable to discern. *Drogas* from Asia of animal or mineral origin, it must be noted, represented only a tiny fraction – just six or seven items – of the substances found on this pharmacy's complete list. Except for a few exotic animal substances, most medicinal drugs imported from Asia on the *Carreira da Índia* were plant derivatives⁵⁶.

⁵³ ARAÚJO, Maria Benedita – *O conhecimento empírico dos fármacos nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992. p. 20-21.

⁵⁴ DIAS, José Pedro Sousa – *Inovação técnica...*, vol. II, p. 697-699.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *A world on the move: the portuguese in Africa, Asia and America, 1415-1808*. Manchester: Carcanet Press, 1992. p. 126-127.

Regarding medicines imported to Lisbon from Brazil, by the mid-eighteenth century, a broad range of South American medical substances had entered common pharmaceutical usage in continental Portugal⁵⁷. Indigenous medicinal plants that Portuguese settlers adopted and exported from Brazil in significant quantities beginning in the sixteenth century included derivatives of *cacau* (medicinal chocolate and cocoa butter, the latter used to treat skin ailments); *ipecacuanha* (also called *cipó*), a reliable emetic and diaphoretic; cinchona bark (also called *quina* or *quineira*), arguably the most important remedy found in the New World, essential to treating malaria and other tropical fevers;⁵⁸ *jalapa*, an effective purgative; *copaíba*, to treat gonorrhoea; and *salsaparilha*, administered against syphilis and skin diseases⁵⁹. More than any others, these particular Brazilian remedies travelled within the Atlantic World medicinal economy, gaining widespread medical usage elsewhere in the Portuguese empire, and becoming both medically and commercially significant commodities.

CONCLUSION

Remedies from the Asian and South American colonies, then, were not in the same demand as medicinal products created with local, traditional ingredients. The supply of medical goods was not a problem; at issue, rather, was the willingness of traditional medical practitioners to use these goods in sufficient quantity to justify their increased importation. This did not occur. Medicines from the colonies remained in the realm of the exotic. Most healing in continental Portugal in the eighteenth century was done with traditional local medicines made from local plants. By far, the majority of medicinal substances in use at the Todos-os-Santos Hospital during the eighteenth century were derived from plants of European or Mediterranean origin, reflecting not simply the relative ease of supply for these products, but also the popular and professional demand for them⁶⁰. Moreover, the healing techniques employed came from a centuries-old European tradition which remained resistant to innovation from the imperial enclaves. Moreover, despite earlier discovery and reporting of medicinal plants by Portuguese explorers in the sixteenth century, knowledge of these plants did not become widespread until the eighteenth century, with the publication of technical pharmacist's guides written in Portuguese.



⁵⁷ DIAS, Pedro Sousa; PITA, Rui – A botica de S. Vicente... p. 12-20.

⁵⁸ JARCHO, Saul – *Quinine's predecessor: Francesco Torti and the early history of Cinchona*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993. p. 102-104; 297-298; and MAEHLE, Andreas-Holger – *Drugs on trial: experimental pharmacology and therapeutic innovation in the eighteenth century*. Amsterdam: Rodopi, 1999. p. 223-233.

⁵⁹ For detailed descriptions and documentation of the various uses of these medicinal plants, see WALKER, Timothy – The medicines trade in the portuguese atlantic world: dissemination of plant remedies and healing knowledge from Brazil, c. 1580-1830. *The Social History of Medicine*. 26:3 (2013), p. 428-431.

⁶⁰ *Lista da botica de São Roque* (Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Junta da Inconfidência*, nr. 112, f. 58-73). In DIAS, José Pedro Sousa – *Inovação técnica...*, vol. II, p. 626-633.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

PRIMARY SOURCES

Arquivo Municipal de Lisboa

CARVALHO, Eugénio dos Santos; MARDEL, Carlos – Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos, 12 junho 1758; copy, 1947.

Casa dos Vinte e Quatro. Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos da cidade de Lisboa reformados por ordem do Senado, docs. 1-99, f. 1-322v.

Quitação e desistências, Livro 1 (tomo I) [copy], f. 25v-34.

Provimento de ofícios, 1429-1739, Livro 3 [copy], f. 46v-49.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria do Dom João V, Livro 40.

Habilitações do Santo Ofício.

Ministério do Reino, maço 469.

Museu da Cidade

Tinoco, João Nuno – *Planta da Cidade*. N.º Inventário: MC. GRA. 489.

Tinoco, João Nuno – *Planta da Cidade de Lisboa I [1650]*, Desenho aguarelado, 1850. N.º Inventário: MC. DES. 1084.

PRINTED SOURCES

Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal. Ordenado por mandado do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral do Concelho de Estado de Sua Magestade. Lisboa: Manoel da Sylva, 1640.

STUDIES

ARAÚJO, Maria Benedita – *O conhecimento empírico dos fármacos nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

BASSO, Paula; NETO, João – O Real Mosteiro de S. Vicente de Fora. In *A botica de São Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994.

BETHENCOURT, Francisco – Portugal: a scrupulous inquisition. In ANKARLOO, Bengt; HENNINGSEN, Gustav, eds. – *Early modern witchcraft: centres and peripheries*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

CARMONA, Mário – O Hospital Real de Todos-os-Santos. *Boletim Clínico dos Hospitais Civis de Lisboa*. V. 18 N.º 3-4 (1954).

CARVALHO, Augusto da Silva – *Dicionário dos médicos e cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, [1949?]. Unpublished 32-volume typescript with manuscript notations.

COELHO, Manoel Rodrigues – *Farmacopeia tubalense chimico-galenica*. Lisboa: Oficina de Antonio de Sousa Sylva, 1735.

DIAS, José Sebastião Silva – Portugal e a cultura europeia: séculos XVI a XVIII. *Biblos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. XXVIII (1952).

DIAS, José Pedro Sousa – *Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

DIAS, Pedro Sousa; PITA, Rui – A botica de S. Vicente e a farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista. In *A botica de São Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994.

DONAVAN, Bill M. – Crime, policing and the absolutist State in Early Modern Lisbon. *The Portuguese Studies Review*. V. 5 Nº 2 (1997).

DUTRA, Francis A. – The practice of medicine in Early Modern Portugal: the role and social status of the *físico-mor* and the *surgião-mor*. In KATZ, Israel J. ed. – *Libraries, history, diplomacy, and the performing arts: essays in honor of Carlton Sprague Smith*. Stuyvesant: Pendragon Press, 1991.

FRADA, João – Contributos portugueses do período expansionista e da época colonial para as ciências médicas. *Medicamento, história e sociedade*. Ano 4 Nº 6 (Julho 1995).

GUIMARÃES, Feliciano Augusto da Cunha – A Faculdade de Medicina de Coimbra. *Actas Ciba*. Nº 14 (1950).

JARCHO, Saul – *Quinine's predecessor: Francesco Torti and the early history of Cinchona*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

LEMONS, Maximiano de – *História de medicina em Portugal: doutrinas e instituições*. Lisboa: Dom Quixote, 1991. 2 vols.

MAEHLE, Andreas-Holger – *Drugs on trial: experimental pharmacology and therapeutic innovation in the eighteenth century*. Amsterdam: Rodopi, 1999.

MAXWELL, Kenneth – Eighteenth-century Portugal: faith and reason, tradition and innovation during a golden age. In LEVENSON, Jay A., ed. – *The age of the Baroque in Portugal*. New Haven: Yale University Press, 1993.

MAXWELL, Kenneth – *Pombal: paradox of the enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MURTEIRA, Helena – Lisboa antes de Pombal: crescimento e ordenamento urbanos no contexto da Europa moderna (1640-1755). *Monumentos*. 21 (2004).

NETO, João – A botica do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora. *Medicamento, história e sociedade*. Ano 3 Nº 4 (Setembro 1994).

PIRES, Maria Teresa; VAZ, Maria de Fátima – A medicina em Portugal no século XVIII. In CONGRESSO INTERNACIONAL PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: DE D. JOÃO V À REVOLUÇÃO FRANCESA, Lisboa, 1989 – *Comunicações*. Lisboa: Universitária Editora, 1991.

ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: IPPAR, 2000.

ROSSA, Walter – Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado. *Monumentos*. 21 (2004).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *A world on the move: the portuguese in Africa, Asia and America, 1415-1808*. Manchester: Carcanet Press, 1992.

SANTO ANTÓNIO, Dom Caetano de – *Pharmacopea lusitana: método prático de preparar, e compor os medicamentos na forma galenica com todas as receitas mais usuais*. Coimbra: Impressão de João Antunes, 1704.

SANTO ANTÓNIO, Dom Caetano de – *Pharmacopea lusitana aumentada*. Lisboa: Na Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.

SANTO ANTÓNIO, Dom Caetano de – *Pharmacopea lusitana aumentada*. 4th ed. Lisboa: Impressão no Real Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1754.

SANTO ANTÓNIO, Dom Caetano de – *Pharmacopea lusitana reformada: método prático de preparar os medicamentos na forma galenica e chimica*. Lisboa: Impressão no Real Mosteyro de São Vicente de Fóra, 1711.

SANTUCCI, Bernardo – *Anatomia do corpo humano, recopilada com doutrinas medicas, chemicas, filosoficas, mathematicas, com indices, e estampas, representantes todas as partes do corpo humano...* Lisboa Occidental: António Pedrozo Galram, 1739.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, ed. – *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1996.

WALKER, Timothy D. – The role of licensed physicians in the Inquisition and at Court during the reign of João V. *Journal of the Mediterranean Studies Association*. V. 9 (2000), p. 143-169.

WALKER, Timothy D. – The medicines trade in the portuguese atlantic world: dissemination of plant remedies and healing knowledge from Brazil, c. 1580-1830. *The Social History of Medicine*. 26:3 (2013).

Timothy Walker, Department of History, University of Massachusetts, Dartmouth, 02747-2300 Massachusetts,
United States of America. twalker@umassd.edu

WALKER, Timothy – Some observations about medical practice and culture at Lisbon's Todos-os-Santos Hospital during the Enlightenment Era. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série N.º 11 (janeiro-junho 2019), p. 11 – 26.

A Casa de São Lázaro de Lisboa no alvorecer da modernidade

Lisbon's House of Saint Lazarus in the early modern period

Rita Luís Sampaio da Nóvoa*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender algumas das componentes que caracterizaram a Casa de São Lázaro de Lisboa, uma instituição destinada a acolher indivíduos que padeciam de lepra, no alvorecer da modernidade. Focaremos, em primeiro lugar, os aspetos relacionados com a organização da instituição, nomeadamente ao nível dos seus oficiais e funcionários, do património e rendimentos que tinha à sua disposição e dos espaços que a compunham. Em segundo lugar, analisaremos aspetos administrativos, acompanhando alguns dos episódios que marcaram as disputas jurisdicionais pelo controlo da administração da gafaria. Por fim, avançaremos as conclusões possíveis sobre os enfermos que habitavam a leprosaria e sobre a sua vivência na instituição.

PALAVRAS-CHAVE

Casa de São Lázaro / Lisboa / Lepra / Leproso / Leprosaria

ABSTRACT

This article aims to understand some of the components that characterized Lisbon's House of Saint Lazarus, an institution designed to receive individuals suffering from leprosy, during the early modern period. Firstly, we will focus on aspects relating to the organization of the institution, concerning, in particular, its officials and employees, the patrimony and the incomes it had at its disposal, and the spaces which made it up. Secondly, we will analyse the administrative aspects, following some of the episodes that marked the jurisdictional disputes for the control of the administration of the leper-house. Finally, we will advance the possible conclusions about the patients who lived in the house and about their experience in the institution.

KEYWORDS

House of Saint Lazarus / Lisbon / Leprosy / Leper / Leper-house

* Bolsista de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/114904/2016).

INTRODUÇÃO

A Casa de São Lázaro de Lisboa, também referida na documentação e na produção historiográfica como leprosaria ou gafaria de Lisboa e como Hospital de São Lázaro, foi uma instituição destinada a acolher leprosos ou gafos, isto é, indivíduos que padeciam de lepra, gafeira ou do mal de São Lázaro. Embora a tradição historiográfica faça remontar a sua fundação ao início da monarquia portuguesa, a existência desta instituição está documentada apenas a partir do século XIV e até finais do século XIX. Ao contrário de vários outros estabelecimentos assistenciais de Lisboa, a Casa de São Lázaro foi imune ao movimento de unificação que viu nascer o Hospital Real de Todos-os-Santos entre finais do século XV e inícios do XVI, talvez por virtude da especificidade da doença que albergava¹. Assim se manteve, autónoma do Hospital Grande, até 1844, data em que a sua administração passou para as mãos da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia e do então Hospital Real de São José².

O primeiro estudo de fôlego dedicado à leprosaria de Lisboa foi levado a cabo por Eduardo Freire de Oliveira na sua monumental obra *Elementos para a história do município de Lisboa*³. Mais tarde, ocupou algumas páginas da análise tecida por Maria Teresa Campos Rodrigues acerca da administração municipal lisboeta⁴ e por Miguel Gomes Martins num artigo dedicado ao papel desempenhado pelo município na administração de diversas instituições assistenciais⁵. Por fim, uma dissertação de mestrado por nós concluída em 2010 teve a Casa de São Lázaro de Lisboa como tema central, procurando compreender não só o modo de funcionamento e os contornos administrativos e institucionais do estabelecimento mas também as atitudes face à doença e aos portadores da enfermidade.

Esta dissertação, à semelhança dos trabalhos anteriores, sustentou-se em grande medida em documentação conservada pelo Arquivo Municipal de Lisboa⁶. De facto, é nesse repositório que encontramos as principais fontes para o estudo da leprosaria, as quais se concentram, sobretudo, no fundo “Casa de Santo António”, onde está depositado o designado *Livro 1 do Hospital de São Lázaro*, uma coleção documental temática que reúne vários documentos relacionados com a instituição. A par deste fundo, também a “Chancelaria da Cidade” merece destaque por ser num dos seus subfundos – “Posturas, regimentos, alvarás, assentos, portarias, providências e ordens” – que se conserva o designado *Livro das posturas antigas*. Foi neste códice que se inscreveu o único Regimento conhecido da gafaria lisboeta, datado de 1460, o qual foi integralmente transcrito com o remanescente do livro por Maria Teresa Campos Rodrigues⁷.

Assim, é com base nestes suportes historiográficos e documentais que apresentamos o presente artigo, que tem como objetivo compreender algumas das componentes que caracterizaram a Casa de São Lázaro de Lisboa no alvorecer da modernidade. Focaremos, em primeiro lugar, os aspetos relacionados com a organização da instituição, nomeadamente ao nível dos seus oficiais e funcionários, do património e rendimentos que tinha à sua disposição e dos espaços que a compunham. Em segundo lugar, analisaremos os aspetos administrativos, acompanhando alguns dos episódios que marcaram as disputas jurisdicionais pelo controlo da administração da gafaria. Por fim, avançaremos as conclusões possíveis sobre os enfermos que habitavam a leprosaria e sobre a sua vivência na instituição. Na soma destas partes, pretendemos dar a conhecer um dos mecanismos que promoviam a saúde na cidade, confinando a doença num espaço próprio, fechado, mas não alheio ao mundo são.

¹ Sobre a lepra vd. NÓVOA, Rita Sampaio da – *A Casa de São Lázaro: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Universidade Nova de Lisboa. p. 10-22 e 41-64.

² OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1904. tomo XIV, p. 535.

³ *Idem*, p. 532-553.

⁴ RODRIGUES, Maria Teresa Campos – Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV. *Revista Municipal*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa. Nºs 101 a 109 (1968), p. 126-130. Separata.

⁵ MARTINS, Miguel Gomes – Entre a gestão e as ingerências: a administração hospitalar municipal na Lisboa de Quatrocentos. In *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitaniana durante o Antigo Regime*. Santarém: Câmara Municipal, 2000. p. 120-131.

⁶ NÓVOA, Rita Sampaio da – *A Casa de São Lázaro: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

⁷ Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 180-187.

FUNDAÇÃO

A história dos primórdios da Casa de São Lázaro de Lisboa é marcada por diversas incertezas, nomeadamente no que toca à data e local da sua fundação, bem como à entidade ou conjunto de entidades que terão promovido a sua construção.

Apesar de, como vimos, a tradição historiográfica fazer remontar a fundação da Casa de São Lázaro de Lisboa aos primórdios da monarquia portuguesa, a data concreta do seu aparecimento é incerta. A referência mais antiga à gafaria lisboeta de que temos conhecimento encontra-se no testamento de Ousenda Leonardes, produzido em Lisboa em 1325, que contempla vinte soldos para os “gafos de São Lázaro”⁸. Anteriores a essa data conhecemos apenas outros dois testemunhos que, embora não mencionem diretamente a instituição, se reportam aos “gafos de Lisboa”: o primeiro é o testamento de Estevainha Peres Caseval, feito em 1300, onde deixa certa quantia em dinheiro aos “gafos de Lisboa”⁹; e o segundo é uma carta de escambo assinada em 1313 por Domingos Esteves, comendador dos gafos de Lisboa¹⁰.

Tendo em conta que documentação posterior atesta a existência do cargo de comendador associado à leprosaria de Lisboa e a outras suas congéneres, é possível que no documento de 1313 esteja implícita a existência do estabelecimento ou, pelo menos, de um modelo de organização ou de uma estrutura mais ou menos formal que agregasse os leprosos da cidade. Contudo, só a partir de 1325, e com maior regularidade a partir década de 50 do século XIV, é que a Casa de São Lázaro de Lisboa aparece específica e sucessivamente referenciada na documentação.

Hipóteses em aberto surgem também quanto ao local onde foi edificada a leprosaria. Segundo Freire de Oliveira, o estabelecimento situou-se desde a sua origem na atual Rua de São Lázaro, sita nas imediações do Campo de Santa Ana¹¹. Já Fernando da Silva Correia argumenta que a gafaria foi primitivamente construída na freguesia dos Mártires “na parte mais alta” da Rua Nova do Almada, sendo depois transferida para a Rua de São Lázaro por ocasião da construção da cerca fernandina¹². As referências documentais ao local de implantação da gafaria são parcas: numa carta régia enviada ao almoxarife do Celeiro de Lisboa em 1414, menciona-se que a leprosaria fora construída “fora dos muros” da cidade, sem se explicitar o local exato; sabemos também que em 1593 a Câmara de Lisboa solicitou que fosse feito um orçamento para estimar os custos necessários para a mudança de sítio da Casa de São Lázaro, ficando por determinar se a mudança ocorreu de facto¹³; por fim, numa carta escrita pelo Senado da Câmara de Lisboa em 1682, escreve-se que o sítio do hospital era de “terra árida” e “sem água”, tinha “grande vizinhança com o curral e com os moradores que obram cordas de viola”, e era “apartado da cidade” e de “passagem deserta”¹⁴.

Por fim, não é também claro que entidade ou conjunto de entidades promoveram a construção da gafaria, sendo que a análise deste tema se complexifica significativamente devido às lutas de poder associadas ao controlo sobre a Casa de São Lázaro e aos argumentos utilizados para sustentar as reivindicações, como veremos com maior detalhe no ponto dedicado à administração.

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Hospital São José, liv. 1188, f. 19v-24v (traslado de 1752).

⁹ ANTT, Corporações Religiosas, Convento de S. Domingos de Santarém, 1^ª inc., mc. 2, n^º 8.

¹⁰ Documento transcrito em PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003. vol. 2 – Antes da fundação das Misericórdias, p. 424-425.

¹¹ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1904. tomo XIV. p. 538.

¹² CORREIA, Fernando da Silva – *Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres, 1944. p. 338.

¹³ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria da Cidade, Livro 2^º de Assentos do Senado, f. 7.

¹⁴ Documento transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1894. tomo VIII, p. 456.

De acordo com a tradição historiográfica, teria sido o município de Lisboa o responsável pela edificação da instituição. Esta ideia não é sustentada por documentos contemporâneos à fundação mas sim pela missiva régia de 1414, onde se pode ler que os corregedores e homens bons de Lisboa informaram o rei de que a “cidade de antigamente” tinha ordenado um hospital fora dos muros para se recolherem os lázaros, hospital esse que tinha sido dotado e edificado pela dita cidade e por outros “fiéis cristãos”¹⁵.

Avaliando os momentos fundacionais de outras gafarias portuguesas como, por exemplo, a de Santarém, na qual os núcleos concelhios desempenharam um papel ativo, não é de excluir a hipótese de a fundação da leprosaria lisboeta ter sido efetivamente concelhia¹⁶. Contudo, devemos considerar também a possibilidade de a iniciativa de constituição do estabelecimento ter partido dos mencionados “fiéis cristãos”, agregados por uma congregação leiga ou pela própria igreja. Seguindo a sugestão de Luís Mata para o caso de outros estabelecimentos assistenciais, a leprosaria de Lisboa poderá ter sido depois absorvida pelo concelho num movimento de centralização local ocorrido a partir do século XIV¹⁷. Desconhecemos se tal premissa é aplicável a Lisboa, permanecendo uma hipótese em aberto, tal como a intervenção do concelho no momento fundacional.

ORGANIZAÇÃO

Oficiais e funcionários

Em sintonia com o panorama das leprosarias urbanas portuguesas, eram três os principais grupos de funções desempenhados pelos indivíduos sãos que contribuía para o funcionamento interno da gafaria, a saber, aquelas relacionadas com os ofícios civis, com os ofícios religiosos e com as lides domésticas.

No que diz respeito ao primeiro conjunto, verificamos que o oficialato civil foi evoluindo ao longo dos séculos, tornando-se progressivamente mais complexo. O primeiro modelo de que temos conhecimento, parcial ou totalmente vigente durante o século XIV, é marcado pela presença de um comendador¹⁸ e de um procurador¹⁹. Estes cargos terão sido condensados em inícios de Quatrocentos na figura do provedor ou vedor, ao qual se juntou um escrivão, sendo que a primeira referência a estes dois oficiais data de 1414²⁰. Esta alteração deu-se em sintonia com o que havia já sucedido no caso de Santarém, em 1325²¹, e no caso de Coimbra, entre finais do reinado de D. Afonso III e de D. Dinis²².

¹⁵ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 7.

¹⁶ CONDE, Manuel Sílvio Alves – Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo: a gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV. In *Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos*. Cascais: Patrimonia, 1999. p. 344.

¹⁷ MATA, Luís – *Ser, ter e poder: o Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*. Santarém: Magno Edições; Câmara Municipal, 2000. p. 169-170.

¹⁸ Encontramos referência ao comendador numa carta de escambo datada de 1313 (PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003. vol. 2 – Antes da fundação das Misericórdias, p. 424-425) e em duas cartas de emprazamento datadas de 1355 (AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 4) e 1358 (AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 5), onde o oficial surge como interveniente nos negócios celebrados pela Casa na qualidade de representante dos lázaros e da própria instituição.

¹⁹ Encontramos referência ao procurador numa contenda datada de 1360 que envolveu os raçoeiros da Casa de São Lázaro de Lisboa e Gomes Peres, hortelão, acerca de umas penhoras que este último havia feito quando desempenhava funções de porteiro da cidade (AML, Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, f. 70-70 v).

²⁰ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 7.

²¹ CONDE, Manuel Sílvio Alves – Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo: a gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV. In *Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos*. Cascais: Patrimonia, 1999. p. 129.

²² ROCHA, Ana Rita da – *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: [s.n.], 2011. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Universidade de Coimbra. p. 54.

No que toca a Lisboa, o Regimento de 1460 vem definir concretamente os contornos destes cargos, em particular o de provedor. Por intermédio deste último testemunho, sabemos que o provedor devia ser eleito de entre os vereadores e mantinha o ofício durante um ano²³, práticas que remontavam pelo menos a 1426, como se verifica numa carta régia sobre a administração da leprosaria²⁴. A partir de 1460, estipula-se que as eleições deviam decorrer no fim do mês de março, sendo que só eram elegíveis os vereadores que ao tempo da eleição já não desempenhassem qualquer função relacionada com os pelouros²⁵.

Concluídas as eleições, cabia aos provedores uma série de tarefas que não parece apresentar variações significativas no que às leprosarias urbanas de maiores dimensões diz respeito. Assim, o Regimento de 1460 atribui ao provedor lisboeta as funções de guardar uma das duas chaves da arca das escrituras (sendo que a segunda ficava à responsabilidade do escrivão) e a chave da arca que continha os ornamentos e outros objetos de valor pertencentes à instituição; supervisionar o uso e aproveitamento das propriedades da Casa por altura do Natal e do São João; averiguar as razões das contendas entre os gafos e entre estes e pessoas de fora e comunicá-las ao concelho; escolher o pessoal doméstico; avaliar e fazer assentar os bens e posses dos enfermos que já residiam na gafaria e daqueles que viessem a residir; dar conhecimento público das vendas ilegais praticadas pelos leprosos; constranger os doentes que se recusassem a ingressar na gafaria; executar as sentenças previstas quando os enfermos não cumprissem as normas; e gerir as esmolas que anualmente eram oferecidas ao hospital²⁶.

A este rol pediu o concelho de Lisboa em cortes que se juntasse uma outra função que era já desempenhada pelos provedores de Santarém e Coimbra, isto é, a de atuar como juiz dos enfermos nos feitos cíveis e crimes com capacidade para dar apelação e agravo nos casos em que se julgasse necessário²⁷. De acordo com os representantes concelhios, o exercício de tal função permitiria evitar que os lázaros perdessem os seus “direitos” por razão da “defesa que lhe é posta que não saiam de seu eremitério”. Sem aceder ou negar o apelo, D. Afonso V responde em 1478, determinando apenas que se convocasse o vedor de Santarém para avaliar o privilégio requerido por Lisboa²⁸.

Quanto ao escrivão, o texto normativo de 1460 adianta poucas informações. Sabemos somente que a este cargo estava afeta a competência de guardar a segunda chave da arca das escrituras e de participar em algumas das tarefas também desempenhadas pelo vedor, como a supervisão das propriedades²⁹.

A partir do século XVI a estrutura de oficiais da Casa de São Lázaro parece complexificar-se. Para Quinhentos estão documentados dois outros oficiais, a saber, um porteiro³⁰ e um recebedor³¹, e no século XVII vemos surgir um almoxarife³², um escrivão do almoxarife³³ e um escrivão da fazenda³⁴.

²³ “Regimento e estatuto facta sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa”, transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 186.

²⁴ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 8.

²⁵ “Regimento e estatuto facta sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa”, transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 186.

²⁶ *Idem*, p. 181-186.

²⁷ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 10.

²⁸ *Idem*.

²⁹ “Regimento e estatuto facta sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa”. transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974. p. 181-182.

³⁰ AML, Chancelaria da Cidade, Livro 2.º de assentos do Senado, f. 29v.

³¹ AML, Chancelaria da Cidade, Cópia do Livro 1.º de registos de posturas, regimentos, privilégios e ofícios, f. 50-50v.

³² AML, Chancelaria da Cidade, Livro 3.º de fianças dos oficiais da Câmara 1625-1634, f. 144-145v.

³³ AML, Chancelaria da Cidade, Cópia do Livro 1.º de renúncias 1603-1628, f. 84v-86v.

³⁴ AML, Chancelaria da Cidade, Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1690-1691, f. 13-14v.

Avançando para o segundo grupo de funções afetas à organização interna da leprosaria lisboeta, os officios religiosos, é possível atestar a existência da figura de um capelão da gafaria pelo menos desde 1355, ano em que é apresentado como testemunha ao lado do provedor no empraçamento de uma propriedade da gafaria³⁵. A já referida missiva de 1414 informa-nos que era a cidade que escolhia o capelão e que o pagava à sua custa³⁶, acrescentando o Regimento de 1460 que as suas tarefas se resumiam a dizer missa três vezes por semana³⁷.

O mesmo Regimento estipula ainda que a administração dos sacramentos aos lázaros não estava incluída neste rol de competências do capelão, recaindo sim no cura de Santa Justa conforme sentença acordada em data incerta pelas duas partes³⁸. De acordo com um documento emitido pelo concelho lisboeta em 1682 sobre matérias relacionadas com o Hospital de São Lázaro, os representantes concelhios supunham que a Igreja de Santa Justa detivesse direitos paroquiais sobre a área onde tinha sido instalada a gafaria, o que justificaria o acordo³⁹. Certo é que a igreja de Santa Justa continuou responsável pela administração dos sacramentos aos leprosos até pelo menos 1735, ano em que o escrivão do Senado da Câmara envia uma carta ao prior da freguesia de Santa Justa queixando-se que os beneficiados da igreja não estavam a cumprir a sua obrigação como deviam⁴⁰. Por seu turno, a figura do capelão de São Lázaro permanece até pelo menos 1835, data em que é dada carta de provimento na capelanía ao padre Francisco de Miranda Teixeira⁴¹.

Aos oficiais civis e ao capelão juntava-se um terceiro grupo de funcionários são afetos à organização interna da Casa de São Lázaro de Lisboa e responsáveis pelas lides domésticas. O texto normativo de 1460 previa a contratação de mulheres para servir os lázaros, para acender as suas candeias e para providenciar o abastecimento de carne e água de forma a evitar que os doentes tivessem necessidade de sair da gafaria. Em troca, ser-lhes-ia oferecido alojamento gratuito nas imediações do estabelecimento da parte de fora (já que o provedor não devia consentir que vivessem “dentro com os ditos lázaros”) e um mantimento mensal⁴². No século XVIII, algumas destas mulheres serventes parecem habitar na leprosaria, como sugere o facto de se distinguir os officios de “servente de fora”⁴³ e “servente de dentro”⁴⁴.

A par destas serventes, é provável que a leprosaria tivesse também ao seu serviço outros trabalhadores afetos, por exemplo, à exploração das terras ou ao fabrico de determinados bens alimentares (como pão, azeite ou vinho), à semelhança do que sucedeu na Casa de Santarém⁴⁵.

³⁵ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 4.

³⁶ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 7.

³⁷ Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 183.

³⁸ Esta sentença é referida no Regimento de 1460 (Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 183).

³⁹ Documento transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1894. tomo VIII, p. 456-457.

⁴⁰ Documento transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1903. tomo XIII, p. 82-83.

⁴¹ AML, Chancelaria da Cidade, Livro de registo da chancelaria da cidade 1734-1735, f. 3-3v.

⁴² Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 184.

⁴³ AML, Chancelaria da Cidade, Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1722-1723, f. 13-13v.

⁴⁴ AML, Chancelaria da Cidade, Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 342-342v.

⁴⁵ CONDE, Manuel Sílvio Alves – Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medieval: a gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV. In *Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos*. Cascais: Patrimonia, 1999. p. 350.

PATRIMÓNIO E RENDIMENTOS

E que vias tinha a gafaria à sua disposição para sustentar estes oficiais e funcionários e para auferir rendimentos? Estas eram essencialmente três, a saber, o património com o qual o estabelecimento havia sido dotado por altura da sua edificação e que foi sendo gerido e acrescentado daí em diante; o património dos próprios lázaros; e, por último, a caridade da sociedade sã.

Sobre o património da leprosaria no alvorecer da modernidade pouco sabemos, já que são poucos os documentos compilados acerca desta matéria e insuficientes para obter uma visão de conjunto sobre as posses do hospital ou sobre o seu nível de riqueza⁴⁶. De facto, a única referência que nos permite entrever parcialmente a dimensão dos rendimentos auferidos no alvorecer da modernidade data de 1498 e encontra-se numa carta régia em que se afirma que teriam sobrado entre oitenta e cento e quarenta mil reis, os quais deveriam ser gastos na compra de vinhas e na reparação do celeiro⁴⁷. Cerca de dois séculos mais tarde, em 1682, afirmam os representantes do concelho que as rendas da gafaria não excediam os 450 mil réis⁴⁸. Não obstante, parece seguro afirmar que, pelo menos no que toca ao tipo de propriedades (rústicas e urbanas) e à gestão que delas se fazia (vendas, empraçamentos ou aforamentos), o cenário lisboeta não destoaria daqueles conhecidos em relação às restantes leprosarias.

Com elas, Lisboa partilhava também uma outra fonte de rendimentos, desta feita oriunda das posses e patrimónios dos lázaros que residiam nos estabelecimentos, sendo comum que os bens dos doentes falecidos revertissem a favor das gafarias⁴⁹. O Regimento de 1460, fixando uma prática que remontava pelo menos a 1414⁵⁰, determina que, depois da morte, o vestuário e roupas de cama fossem repartidos equitativamente entre os residentes e que todos os bens móveis e de raiz fossem apropriados pela instituição⁵¹. Num sentido semelhante, a leprosaria de Lisboa controlava ainda os pertences dos residentes em vida, exigindo que metade do usufruto das propriedades detidas por altura do seu ingresso no estabelecimento ficasse na posse da instituição⁵². Daí que o provedor tivesse a seu cargo conhecer e registar os bens com os quais os leprosos chegavam ao estabelecimento e os bens que iam adquirindo ao longo da sua estadia.

⁴⁶ Estes resumem-se a um empraçamento de uma quinta, celebrado em 1355 (AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 4); um empraçamento de três parcelas de vinha, feito em 1358 (AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 5); e um contrato de venda de um olival, datado de 1488 (AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 14).

⁴⁷ Documento transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1904. tomo XIV, p. 539.

⁴⁸ Documento transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1894. tomo VIII, p. 456-457.

⁴⁹ Regimento da Gafaria do Hospital de São Lázaro de Coimbra. Transcrito em PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003. vol. 2 – Antes da fundação das Misericórdias, p. 90; para Santarém vd. ANTT, Leitura Nova, Estremadura, liv. 11, f. 72.

⁵⁰ Numa carta régia de 1414 é referido que quando os gafos morriam os seus bens revertiam a favor do hospital: AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 7.

⁵¹ Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 184-185.

⁵² *Idem*.

A julgar pela transversalidade da prática de apropriação dos bens e propriedades dos residentes no quadro das gafarias, é provável que o património levado pelos lázaros representasse uma percentagem significativa do conjunto total das posses do estabelecimento e, como consequência, do valor anual de rendimentos. Aliás, o próprio facto de a Casa de São Lázaro de Lisboa impedir que os enfermos legassem os seus bens aponta no mesmo sentido. Contudo, na ausência dos livros onde foram registadas as propriedades dos lázaros, fica por estabelecer com exatidão o papel que desempenharam na subsistência económica da gafaria lisboeta no alvorecer da modernidade.

Menos lacunares mas ainda assim escassas afiguram-se as informações disponíveis sobre a terceira e última via utilizada pela instituição para auferir recursos, a caridade. A par das eventuais doações em vida, a gafaria lisboeta contava também com as esmolas contempladas nos testamentos por habitantes da cidade ou por figuras régias. Aquelas podiam ser atribuídas ao próprio estabelecimento (como o fez Constança Gil em 1374 ao legar dez soldos “à gafaria de Lisboa”⁵³) ou aos leprosos (como encontramos patente no testamento de Constança Eanes, que em 1351 deixa trinta soldos “aos de São Lázaro”⁵⁴, ou no de Ousenda Leonardes que em 1325 oferece outros vinte soldos para “pitança aos gafos de São Lázaro”⁵⁵). Dentro desta última opção, existe ainda uma outra variante que não se refere diretamente à leprosaria mas abrange os “gafos de Lisboa”, variante essa que consta, por exemplo, no segundo testamento da Rainha D. Isabel, esposa de D. Dinis, datado de 1336⁵⁶.

Em consonância com estas «esmolas facultativas», a Casa de São Lázaro de Lisboa era ainda alvo de um segundo tipo de caridade que não se encontra atestado para nenhuma outra leprosaria portuguesa. Este está previsto no Regimento de 1460, onde se estipula que cada morador da cidade e do termo devia oferecer aos leprosos um real por ano de forma a “evitar o perigo que recrescer se poderia aos ditos moradores se a pedir andassem [os lázaros] por fora do lugar a eles limitado”⁵⁷. Tal “benemérito subsídio”, como lhe chamou Maria Teresa Campos Rodrigues, devia ser gerido pelo provedor, oficial que tinha também autoridade para o arrendar caso considerasse proveitoso para a Casa⁵⁸.

É possível que estas «esmolas institucionalizadas» tenham representado uma parcela significativa do espólio financeiro da gafaria e desempenhado um papel importante na sua subsistência. De facto, poderão ter surgido como resposta ao decréscimo de receitas oriundas das legações testamentárias que, segundo Sílvio Conde, desde a segunda metade de Trezentos, vinham deixando progressivamente de contemplar os leprosos e as leprosarias⁵⁹. Contudo, como comprova o cenário lacunar que temos vindo a descrever, é difícil apresentar conclusões sólidas sobre esta vertente da instituição. Resta-nos supor que, em consonância com as leprosarias de Évora ou Santarém, a Casa lisboeta gozava de um certo poder económico, poder esse que explica em parte as tentativas de apropriação da provedoria da leprosaria, como veremos adiante no ponto dedicado à administração.

⁵³ ANTT, Corporações Religiosas, Convento de S. Domingos de Lisboa, liv. 4, f. 253.

⁵⁴ ANTT, Corporações Religiosas, Colegiada de S. Lourenço de Lisboa, mç. 3, n.º 53.

⁵⁵ ANTT, Hospital de São José, liv. 1188, f. 19 v-24 v.

⁵⁶ Documento transcrito em PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 2003. vol. 2 – *Antes da fundação das Misericórdias*, p. 508. Ver também ANTT, Corporações Religiosas, Convento de S. Domingos de Santarém, 1.ª inc., m. 2, n.º 8; ANTT, Corporações Religiosas, Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa, m. 10, n.º 188.

⁵⁷ Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 186-187.

⁵⁸ RODRIGUES, Maria Teresa Campos – Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV. *Revista Municipal*. Lisboa: Imprensa Municipal. N.ºs 101 a 109 (1968), p. 127. Separata.

⁵⁹ CONDE, Manuel Sílvio Alves – Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo: a gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV. In *Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos*. Cascais: Patrimonia, 1999. p. 337.

ESPAÇOS

Pouco sólidas revelam-se também as conclusões disponíveis acerca dos espaços que compunham a leprosaria de Lisboa. Para os séculos XIV e XV é-nos possível atestar a existência da ermida ou igreja de São Lázaro⁶⁰ onde o capelão celebrava as missas, do “alpendre”⁶¹ onde os lázaros se reuniam com as pessoas de fora, de um celeiro⁶², por fim, da casa das mancebas no exterior da gafaria junto à porta⁶³. A par das moradas dos gafos, temos também notícia das casas do provedor, que o rei mandou despejar em 1487⁶⁴, e Maria Teresa Campos Rodrigues sugere ainda que uma parcela do espaço interior estivesse reservada para propriedades agrícolas diretamente exploradas pelos lázaros⁶⁵.

Este cenário torna-se um pouco mais claro com a documentação produzida no dealbar do século XVI, nomeadamente através de uma missiva emitida por D. Manuel I em 1503⁶⁶, onde foi ordenada uma série de trabalhos de renovação da Casa, provavelmente na sequência dos projetos maiores de reorganização da cabeça do reino encetados por aquele monarca⁶⁷. Ora, no que à gafaria diz respeito, os esforços de melhoramentos concentraram-se, por um lado, na construção de novas moradas para “melhor serem agasalhados os lázaros e terem melhor aposentamento” e, por outro, na reparação dos edifícios e estruturas existentes.

Desconhecemos quantas casas havia antes da reforma manuelina mas, depois dela, sabemos que foram erguidas quinze novas “moradas”, cada uma com duas casas, obra que deve ter aumentado significativamente a capacidade da leprosaria, tendo em conta os números máximos de residentes que foi possível contabilizar tanto em Lisboa como noutras instituições⁶⁸. Assim, estas novas moradas seriam térreas e teriam a sua própria chaminé, cantareira e janela, sendo que cada aposentamento mediria doze palmos de altura e quinze de largura. A par dos acabamentos em “bom tabuado de castanho”, todas as moradas contariam ainda com um “bom alpendre sobre as portas para poderem estar os lázaros”.

Em paralelo, os trabalhos de reparação focaram-se por seu turno nas casas que já existiam e que tivessem necessidade de reparos e na igreja, edifício cuja parede e altares foram corrigidos e onde se construiu uma nova grade com altura de dez palmos. A “torre das casas” foi também renovada e remodelada com o intuito de servir de escritório e de guardar a arca das escrituras. Era ali que se devia fazer todo o despacho relacionado com a Casa e que se deviam reunir os oficiais quando fosse necessário tratar de algum “negócio”. Não obstante o facto de a habitação do provedor ter sido transferida de dentro para fora da gafaria, fica então comprovado que era esperado que tanto ele como os restantes oficiais se encontrassem no interior do estabelecimento para cumprir as suas funções, facto que acentua a regularidade da convivência entre sãos e enfermos.

⁶⁰ Documentada numa carta régia de 1414 (AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 7). Em 1597, a Câmara de Lisboa determinou que fosse construído um novo púlpito na igreja e que se colocassem grades no alpendre (AML, Chancelaria da Cidade, Livro 2º de Assentos do Senado, f. 64v).

⁶¹ Onde, em 1488, os lázaros se reuniram com o tabelião e com um comprador para confirmar a venda de uma das propriedades da gafaria (AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 14).

⁶² Que, de acordo com uma carta de D. Manuel I datada de 1498, tinha nesse tempo necessidade de reparação (documento transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1904. tomo XIV, p. 539).

⁶³ Regimento e estatuto facta sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 184.

⁶⁴ Documento transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1904. tomo XIV, p. 539.

⁶⁵ RODRIGUES, Maria Teresa Campos – Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV. *Revista Municipal*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa. n.ºs 101 a 109 (1968), p. 129. Separata. Tal sugestão baseia-se numa passagem do Regimento que proíbe aos doentes a venda da fruta que colhessem nos lugares a eles “apropriados”: Regimento e estatuto facta sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 184.

⁶⁶ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 17.

⁶⁷ CARITA, Helder – Programa de reordenamento da Capital. In *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 53-80.

⁶⁸ *Idem*, p. 59, n. 152.

Sem ignorar o eventual carácter singular das novas construções e das renovações em Lisboa, acopladas ao projeto manuelino de reformulação espacial da cidade, o facto é que parecem contrariar a teoria tradicionalmente vigente que defende o desaparecimento gradual da lepra a partir do século XIV e a conseqüente despreocupação com aquela doença por parte do poder central e das autoridades locais, entretanto destronada pela peste. Se é clara a centralidade que esta última enfermidade ocupou pelo menos desde a década de 80 do século XV, tal não impediu a Coroa de executar melhoramentos significativos no contexto das gafarias.

ADMINISTRAÇÃO

O direito sobre a administração da Casa de São Lázaro de Lisboa foi uma matéria sensível ao longo de todo o século XV, encontrando-se no centro de um complexo xadrez político que articulou três atores centrais: o concelho, a Coroa e os mestrais. No que toca ao concelho, cabia-lhe pelo menos desde 1414 nomear o provedor e o escrivão da gafaria⁶⁹, sendo que o primeiro devia ser eleito de entre os vereadores de acordo com uma missiva régia de 1426⁷⁰ e com o Regimento de 1460⁷¹. Para além desta função, este conjunto normativo previa ainda outras formas de participação na vida da instituição por parte do corregedor, vereadores e procurador. Uma delas passava pela gestão dos recursos económicos, nomeadamente pela autorização de novos emprazamentos, pela revisão e revalidação daqueles que já tivessem sido celebrados⁷² e pelo consentimento das vendas das heranças dos lázaros⁷³. Em segundo lugar, aqueles oficiais tinham também poder para sentenciar os doentes em casos de alterações com outros residentes ou com pessoas de fora⁷⁴ e para consentir que ingressassem na leprosaria enfermos que não tinham ligações à cidade ou ao termo⁷⁵. Por fim, os representantes concelhios desempenhavam ainda o papel de supervisores do provedor, garantindo que este último cumpria devidamente as suas tarefas sob pena de ser punido. Tal aconteceria, por exemplo, se o provedor não castigasse os leprosos que saíssem da leprosaria, sofrendo parte da mesma pena que seria atribuída aos enfermos infratores (neste caso a perda da ração durante um mês, soma que deveria ser descontada do mantimento do oficial)⁷⁶.

Apesar de o Regimento não prever a partilha de qualquer uma destas responsabilidades inerentes à administração da Casa com outras entidades extra-concelhias leigas ou religiosas, a restante documentação revela um cenário distinto. E a história deste último começa algumas décadas antes da redação das normas, com as sucessivas intervenções da Coroa na gestão da leprosaria (que, inclusivamente, talvez tenham motivado o concelho a elaborar o texto normativo no sentido de salvaguardar as suas prerrogativas). Tais intervenções, que se arrastaram para além do dealbar do século XVI e que tocaram a generalidade das gafarias urbanas, devem ser lidas no quadro de um movimento mais vasto compassado, por um lado, pelo reforço do poder da Coroa e pela extensão da sua jurisdição e, por outro, pelas reformas de iniciativa régia operadas no seio das instituições assistenciais.

Uma das vias de acesso das intervenções dos monarcas na leprosaria passou pelas incertezas quanto ao direito da Coroa sobre a administração da Casa e pela ausência de limites jurisdicionais claros. Nas palavras de Humberto Baquero Moreno, tal indeterminação constituiu mesmo um dos principais pontos de tensão entre a monarquia e os concelhos, “cabendo à coroa a responsabilidade de manter uma permanente incerteza, não obstante a legislação existente, para deste modo fazer vingar os seus propósitos no sentido da condução da vida política do país”⁷⁷.

⁶⁹ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 7.

⁷⁰ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 8.

⁷¹ Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 186.

⁷² *Idem*, p. 182.

⁷³ *Idem*, p. 185.

⁷⁴ *Idem*, p. 183.

⁷⁵ *Idem*, p. 186.

⁷⁶ *Idem*, p. 186.

⁷⁷ MORENO, Humberto Baquero – O poder central e poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV. *Revista de História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. VII (1988), p. 60-62.

Estas contendas jurisdicionais aparecem evocadas pela primeira vez numa carta régia produzida em 1426, se bem que os conflitos gerados por esta matéria antecedam aquela data, como prova a alusão feita na dita carta a missivas expedidas anteriormente sobre o mesmo assunto⁷⁸. O documento régio de 1426 permite-nos saber que, em data incerta, D. João I escreveu ao concelho afirmando acreditar que a administração da gafaria pertencia à Coroa e instruindo os representantes concelhios a refutar o seu direito sobre a gestão através de registos escritos. Os representantes assim o fizeram e o rei acabou por reconhecer que, de facto, a administração pertencia ao concelho.

No entanto, este reconhecimento não encerrou o assunto, como seria de supor. Isto porque, de acordo com o mesmo documento, o monarca, auxiliado pelo infante, voltou a imiscuir-se na administração da leprosaria, desta vez alegando a sua capacidade de intervenção em situações de má gestão por parte dos provedores. À semelhança do que sucedeu noutras cidades⁷⁹, a legitimidade para intervir na gafaria de Lisboa em situações irregulares advinha, pelo menos em parte, de uma carta de proteção outorgada em 1392⁸⁰. Nela, D. João I colocou sob a sua “guarda”, “encomenda” e “defendimento” todos os gafos e gafas da leprosaria, assim como todas as propriedades da instituição, daí em diante protegidos contra a ousadia de qualquer pessoa independentemente do seu “estado” ou “condição”. Assim, face às queixas que tinham sido dirigidas ao monarca pelos lázaros residentes na leprosaria acerca dos “erros” cometidos pelo provedor, o infante ordenou que o oficial fosse removido do cargo e nomeou um contador para gerir a instituição. O concelho voltou então a reivindicar a sua jurisdição sobre a gafaria e sobre a nomeação do provedor e, mais uma vez, o rei anuiu⁸¹.

Não obstante, o assunto voltou a reacender-se já no reinado de D. Afonso V, mais precisamente em junho de 1459, embora em moldes algo distintos e mais complexos do que os anteriores. Isto porque o rei não aparece diretamente como contestador da jurisdição concelhia, ocupando antes o lugar de juiz num feito que envolveu a cidade de Lisboa e um Gonçalo Vasquez, escudeiro⁸².

Conforme um acordo celebrado entre o concelho e a duquesa de Borgonha, tia do monarca, o primeiro ofício concelhio que vagasse deveria ser atribuído ao referido Gonçalo Vasquez. Acontecendo que o primeiro cargo a vagar foi precisamente a provedoria da Casa de São Lázaro, os representantes concelhios recusaram-se, no entanto, a aceitar o escudeiro como provedor⁸³. Dada a importância do ofício, imperava mantê-lo dentro do círculo fechado dos vereadores, como era costume pelo menos desde 1426, impedindo que se perturbassem as intrincadas teias políticas que mantinham o equilíbrio entre as elites concelhias tradicionalmente instaladas no poder e as personagens estranhas ao círculo⁸⁴.

Constatando que o prometido não era cumprido, Gonçalo Vasquez apelou ao rei que, por seu turno, redigiu uma primeira carta exortando o concelho a ceder o ofício, uma vez que tinha sido essa a promessa acordada com a duquesa⁸⁵. Ao verificar que a cidade mantinha a sua posição, D. Afonso V enviou um segundo documento, a referida carta de 1459, reforçando a obrigatoriedade da entrega do cargo não só por razão da dita promessa mas também porque a administração pertencia à Coroa e, portanto, o rei podia delegá-la conforme a sua mercê⁸⁶.

⁷⁸ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 8.

⁷⁹ Os gafos do Porto receberam semelhante carta de proteção em 1385 (ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. João I, liv. 1, f. 78-78 v.). Já a Casa de Coimbra viu os seus privilégios confirmados em 1357 (documento transcrito em MARQUES, A. H. de Oliveira, ed. – *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I*. Lisboa: INIC/Centro de Estudos Históricos da UNL, 1984. p. 356-357), assim como as instituições de Évora em 1454 (ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 27, f. 29) e Santarém em 1392 (ANTT, Leitura Nova, Estremadura, liv. 11, f. 72).

⁸⁰ ANTT, Leitura Nova, Estremadura, liv. 11, f. 208.

⁸¹ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 8.

⁸² AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 9.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ MARTINS, Miguel Gomes – Para mais tarde regressar. Percursos na administração municipal da Lisboa medieval. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís F.; FONTES, João L., coord. – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 278-287.

⁸⁵ Esta carta é mencionada em AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 9.

⁸⁶ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 9.

Perante tais invetivas, o núcleo concelhio acabou por solicitar a abertura do feito e deu conhecimento ao monarca da sentença julgada por D. João I em 1426, na qual se provava, como vimos, o direito do concelho sobre a administração. Sem contestar a determinação do seu avô, D. Afonso V optou então por a confirmar, declarando que a “provedoria e administração” pertenciam “direitamente e exemptamente à dita cidade” e revogando a nomeação de Gonçalo Vasquez⁸⁷.

Mas a questão não ficou por aqui. De facto, D. João II e D. Manuel I voltaram a interferir na nomeação dos provedores, o primeiro em 1487, ordenando a substituição do provedor que então ocupava o cargo por um outro de nome Manuel Pestana⁸⁸, e o segundo em 1498, revogando uma nomeação régia para o mesmo ofício ordenada anteriormente⁸⁹.

Para além destes aspetos diretamente relacionados com a nomeação dos provedores, os monarcas procuraram intervir também noutras matérias ligadas ao cargo e à gestão da instituição. D. Afonso V, por exemplo, imediatamente depois de reconhecer o direito concelhio de nomear os provedores, estipula os moldes que deviam presidir à eleição do novo oficial e a duração do mandato⁹⁰. D. João II, por seu turno, ordena a já mencionada transferência da habitação do provedor de dentro para fora da gafaria⁹¹ e D. Manuel I determina a forma como deviam ser gastos os restos de contas de 1498⁹², para além de introduzir alterações nos mantimentos que eram atribuídos aos oficiais da Casa e aos lázaros em 1503⁹³. Deste modo, verificamos que o reconhecimento da jurisdição do concelho sobre a administração da Casa de São Lázaro por parte da Coroa não significou o recuo da intervenção régia, nem impediu os monarcas de ultrapassarem o mero debate jurisdicional e de se imiscuírem em assuntos que diziam respeito à organização interna da gafaria.

Outros exemplos de conflitos jurisdicionais partiram de dentro da circunscrição local pela voz de outra força política que começou a demonstrar interesse pela administração da Casa de São Lázaro de Lisboa: os mesteirais. Como mostrou Armindo de Sousa, estes “opositores do *status quo* municipal” vinham-se afirmando desde finais de Trezentos por várias das cidades do reino, sendo Lisboa um caso particular devido ao apoio que aquele grupo ofereceu ao primeiro rei de Avis e às graças régias que daí sucederam⁹⁴. Aberto o século XV, as reivindicações dos mesteirais começaram a constituir uma ameaça para as elites concelhias instaladas, facto que explica o apelo que os representantes do concelho de Lisboa fizeram chegar ao rei em cerca de 1478 sobre a gafaria, queixando-se que aqueles tentavam imiscuir-se na provedoria⁹⁵.

Nesse ano, D. Afonso V favorece o concelho e não autoriza a participação dos mesteirais na administração da gafaria lisboeta⁹⁷. Não obstante, a decisão régia não teve efeitos duradouros, sendo provável que o assunto tenha sido novamente discutido algures entre os finais da década de 70 do século XV e os derradeiros anos do decénio

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ Documento transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1904. tomo XIV, p. 539.

⁸⁹ *Idem*.

⁹⁰ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 9.

⁹¹ Documento transcrito em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1904. tomo XIV, p. 539.

⁹² *Idem*.

⁹³ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 17.

⁹⁴ SOUSA, Armindo de – A socialidade (estruturas, grupos e motivações). In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. vol. 2 – A monarquia feudal. p. 346-353.

⁹⁵ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 10.

⁹⁶ *Idem*.

seguinte. Desconhecemos os pormenores desta outra discussão, mas sabemos que os mesterais acabaram por sair vitoriosos, já que em abril de 1489 D. João II envia uma missiva acerca da provedoria da Casa de São Lázaro endereçada aos “vereadores, procurador e procuradores dos mesteres”⁹⁷. Que papel desempenharam estes últimos na administração da Casa e qual a capacidade jurisdicional que lhes foi atribuída no alvorecer da modernidade são questões sobre as quais a documentação é omissa. Contudo, o seu lugar na esfera administrativa da gafaria manteve-se ao longo da centúria de Quinhentos e arrastou-se pelo menos até meados do século XVIII⁹⁸, sendo que, em 1609, o Senado da Câmara de Lisboa determina que, de acordo com as disposições régias, os procuradores dos mesteres podiam votar em assuntos relacionados com a Casa de São Lázaro⁹⁹.

OS LÁZAROS

Longe, mas não totalmente alheios às questões de índole administrativa, encontramos por fim os residentes enfermos da Casa de São Lázaro de Lisboa. As informações disponíveis para o contexto moderno são escassas e permitem-nos antever apenas fragmentos sobre os leprosos e sobre como seria a sua vivência na instituição. Além disso, os vestígios documentais que nos chegaram, produzidos sobre os lázaros ou em seu nome e não pelos lázaros, traduzem somente a perspetiva da sociedade sã sobre os grupos doentes e nunca a dos doentes sobre si próprios. Por isso, é difícil tentar aquilo a que François-Olivier Touati chamou “história dos assistidos”¹⁰⁰ ou que Iona McCleery designou “história dos pacientes”, escrita, neste último caso, a partir das reflexões que D. Duarte teceu sobre a sua própria enfermidade¹⁰¹.

Assim, as informações que podemos avançar acerca dos lázaros que residiram na Casa de São Lázaro de Lisboa resumem-se em alguns parágrafos. Em primeiro lugar, sabemos que o núcleo de residentes era composto por homens e mulheres que, na sua maioria, partilhavam as mesmas origens geográficas. Visto que a gafaria funcionava como uma instituição local, o ingresso no estabelecimento pressupunha a existência de uma ligação dos enfermos à cidade ou ao seu termo. O caso de Lisboa é, a este nível, particular e, tanto quanto nos foi possível estabelecer, único no contexto português e raro no contexto internacional¹⁰².

De facto, de acordo com o Regimento de 1460, o ingresso na leprosaria de Lisboa era compulsivo, determinando-se que os lázaros que não quisessem ir para a Casa deviam ser constrangidos a fazê-lo pelo provedor, mesmo que contra as suas vontades¹⁰³. Esta postura difere daquela documentada para outras gafarias, em que o ingresso no estabelecimento exigia o pagamento de uma certa quantia, como ocorria em Santarém¹⁰⁴ ou em Coimbra¹⁰⁵, prática que, portanto, supunha um ingresso voluntário e vedava o acesso à instituição àqueles que não pudessem custear a entrada.

⁹⁷ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 11.

⁹⁸ AML, Chancelaria Régia, Livro XVIII de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I, f. 49-60. Trata-se de uma consulta sobre um requerimento de um oficial da Casa, a qual foi assinada pelo Senado, pelo procurador da cidade e pelos procuradores dos mesteres.

⁹⁹ AML, Chancelaria da Cidade, Livro 3º de assentos do Senado, f. 3v.

¹⁰⁰ TOUATI, François-Olivier – Un dossier à rouvrir: l’assistance au Moyen Âge. In CONGRÈS NATIONAL DES SOCIÉTÉS HISTORIQUES ET SCIENTIFIQUES, 121, Paris, 1999 – *Fondations et œuvres charitables au Moyen Âge*. Paris : C.T.H.S., 1999. p. 33-34.

¹⁰¹ MCCLEERY, Iona – Both «illness and temptation of the enemy»: melancholy, the medieval patient and the writings of King Duarte of Portugal (r. 1433-38). *Journal of medieval Iberian studies*. 1:2 (2009), p. 169-174.

¹⁰² RAWCLIFFE, Carole – *Leprosy in medieval England*. Woodbridge: The Boydell Press, 2006. p. 304.

¹⁰³ Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 185.

¹⁰⁴ CONDE, Manuel Sílvia Alves – Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo: a gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV. In *Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos*. Cascais: Patrimonia, 1999. p. 352.

¹⁰⁵ Documento transcrito em PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003. vol. 2 – Antes da fundação das Misericórdias, p. 90.

Sabemos que esta obrigatoriedade de ingressar na leprosaria lisboeta podia ser contornada por intermédio de uma autorização régia ou concelhia¹⁰⁶. Do mesmo modo, o rei ou o concelho podiam autorizar também a entrada de leprosos na Casa de Lisboa que não tivessem qualquer ligação à cidade ou ao seu termo, como sucedeu com a filha de um Domingos Gonçalves, que se havia mudado de Setúbal para Lisboa e que em 1536 recebe autorização de D. João III para entrar na gafaria lisboeta¹⁰⁷. Excluindo estas exceções, julgamos que a origem social e económica dos leprosos que residiam em Lisboa fosse mais diversa do que aquela associada aos doentes de outras gafarias, não só devido ao carácter compulsivo do ingresso mas também ao facto de a residência não estar à partida limitada pela capacidade financeira de custear a entrada no estabelecimento.

Uma vez admitidos na Casa, é de supor que a entrada dos novos residentes fosse pelo menos marcada pela inventariação dos seus bens (tarefa que, como vimos, cabia ao provedor) e pela apresentação dos deveres e das regras impostos pela instituição. Na cabeça do reino, estas últimas passavam pela obrigatoriedade de não sair dos limites do circuito (mesmo com o intuito de pedir esmola nos dias de festa), pela impossibilidade de vender a fruta concedida pelo estabelecimento, pelas restrições adstritas à venda das heranças (que só podia ser feita mediante a autorização do corregedor, vereadores, procurador e provedor) e, por fim, pelo impedimento de legar património¹⁰⁸.

Os leprosos que não cumprissem as normas incorriam em penas, sendo que a saída da leprosaria, a mais grave das transgressões, seria punida com a supressão da ração durante um mês e com a prisão por tempo indeterminado¹⁰⁹. Não tão gravosa apresentava-se a venda da fruta colhida na instituição, penalizada com o confisco dos rendimentos adquiridos por intermédio dessa venda e com a privação de fruta durante um ano. Num sentido semelhante, a transação de heranças sem a autorização dos oficiais da Casa resultaria na anulação do referido negócio e na apropriação dos bens transacionados a favor do estabelecimento¹¹⁰.

Abrangendo múltiplos aspetos da vivência quotidiana – como os hábitos religiosos, as relações interpessoais, a mobilidade ou a gestão dos bens e do património –, os deveres impostos pelas gafarias não constituíam, todavia, a única faceta da relação estabelecida entre a instituição e o indivíduo. De facto, há que considerar um segundo plano, aquele dos benefícios e das regalias que aos lázaros advinham por razão do enquadramento institucional oferecido pela leprosaria. De entre eles, o mais notório é talvez a ração, concedida diária ou mensalmente consoante o estabelecimento. Em Lisboa, os residentes podiam esperar por mês quatro alqueires de trigo para o seu “mantimento” e dois de cevada para as suas aves, em adição a dois almudes e meio de vinho (apenas dois em tempo de escassez), um cântaro de azeite entregue anualmente e a fruta colhida na gafaria¹¹¹. A par dos mantimentos, os leprosos lisboetas contavam também, como vimos, com o serviço prestado por diversos funcionários¹¹².

¹⁰⁶ Em 1533, a rainha intervém a favor de duas gafas casadas, honradas e com fazenda, pedindo ao concelho que as permitisse permanecer em suas casas e não as obrigasse a ingressar na leprosaria: AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 23.

¹⁰⁷ ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, f. 64.

¹⁰⁸ Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 184-186.

¹⁰⁹ De acordo com a transcrição do Regimento efectuada por Maria Teresa Campos Rodrigues, uma das notas à margem do corpo do texto indica que os lázaros infractores deviam ser presos “no tronco da Casa de São Lázaro” (Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 184, n. 484). Tendo em conta a posição marginal da adenda, fica por estabelecer se esta determinação fazia parte das normas tal como elas foram compostas em 1460 ou se foi posteriormente adicionada.

¹¹⁰ *Idem*, p. 183-185.

¹¹¹ *Idem*, p. 183-184.

¹¹² *Idem*, p. 184.

Por último, resta mencionar um terceiro conjunto de contornos afetos à referida relação construída entre a instituição e o indivíduo, porventura o mais significativo dos três. Referimo-nos ao grau de intervenção dos enfermos na vida do estabelecimento ou, nas palavras de François-Olivier Touati, ao papel que os assistidos desempenharam na própria conceção e organização da assistência¹¹³. Longe de se afigurarem como sujeitos passivos alheios ao processo de gestão da gafaria, os residentes desempenhavam funções variadas nesse mesmo processo. Símbolo do grau da sua intervenção é a existência do cabido, o órgão representativo dos leprosos, documentado para Lisboa¹¹⁴, Santarém¹¹⁵, Évora¹¹⁶ e Coimbra¹¹⁷.

É precisamente no contexto da reunião deste mesmo órgão que encontramos um dos exemplos da capacidade de intervenção dos lázaros lisboetas, nomeadamente no tocante a matérias de gestão económica. Negociando-se em 1488 uma venda de um olival pertencente à gafaria, o tabelião responsável pela produção da carta de compra dirigiu-se ao alpendre da gafaria para perguntar a João de Lisboa, Gonçalo Eanes, Diogo Fernandes, Pero Gonçalves, João Afonso, Fernão de Sousa e Rodrigo (todos enfermos) se concediam a sua “autoridade e consentimento” à venda do dito olival pelo valor de cinco mil reais¹¹⁸. Recusando esta última quantia, os residentes renegociaram os termos da venda e acabaram por a outorgar mediante o pagamento de cento e vinte cinco reais brancos, os quais foram logo entregues pelo comprador e recebidos pelos lázaros. É de notar que, apesar de o provedor não estar presente nesta reunião, foi necessário obter a sua confirmação para a efetivação do contrato, o que sugere que o outorgamento dos residentes não seria de *per se* suficiente para validar a transação.

Ainda na esfera lisboeta, temos conhecimento de um outro tipo de intervenção dos residentes, desta feita relacionado com questões administrativas. Já o explorámos brevemente quando tratámos os episódios das contendas que envolveram a Coroa e o concelho, nomeadamente aqueles decorridos em 1426 sobre os “erros” cometidos pelo provedor na gestão da Casa conforme informação contida numa carta de D. João I¹¹⁹. Por intermédio deste testemunho chega-nos a informação de que os leprosos terão enviado ao rei determinados capítulos, provavelmente queixando-se da conduta do oficial, o que nos leva a supor que agiram à revelia do provedor. Parece seguro afirmar que a prática mais comum não seria esta, ou seja, por norma os representantes da instituição atuavam em nome dos lázaros ou operavam em consonância com eles na defesa dos interesses da instituição. Foi o que sucedeu, por exemplo, no apelo enviado a D. Afonso V pelos residentes da Casa de Coimbra e respetivos provedor e escrivão sobre os problemas provocados pelas cheias¹²⁰. Contudo, a disparidade entre os interesses da instituição, leia-se, dos oficiais que representavam a instituição, e aqueles dos lázaros, ditou a exceção à regra e justificou o apelo a uma instância superior ao provedor e ao próprio concelho, responsável pela sua nomeação.

¹¹³ TOUATI, François-Olivier – Un dossier à rouvrir: l’assistance au Moyen Âge. In CONGRÈS NATIONAL DES SOCIÉTÉS HISTORIQUES ET SCIENTIFIQUES, 121, Paris, 1999 – *Fondations et œuvres charitables au Moyen Âge*. Paris : C.T.H.S., 1999. p. 34.

¹¹⁴ Só nos foi possível localizar uma referência ao cabido lisboeta, datada de 1488, a qual se insere no contexto da negociação da venda de uma das propriedades da Casa (AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 14).

¹¹⁵ CONDE, Manuel Silvío Alves – Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo: a gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV. In *Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos*. Cascais: Patrimonia, 1999. p. 128-129.

¹¹⁶ BEIRANTE, Maria Ângela – A gafaria de Évora. In BEIRANTE, Maria Ângela – *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. p. 239-240.

¹¹⁷ ROCHA, Ana Rita da – *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: [s.n.], 2011. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Universidade de Coimbra. p. 64.

¹¹⁸ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 14.

¹¹⁹ AML, Casa de Santo António, Livro I do Hospital de São Lázaro, doc. 8.

¹²⁰ ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria D. Afonso V, liv. 12, f. 26-26 v. Neste documento, datado de 1452, pode ler-se que por razão das cheias do rio os leprosos ficavam isolados nas suas casas durante quinze dias ou três semanas sem poderem contactar com os oficiais ou com os funcionários e sem receberem os seus mantimentos. Face a esta situação, os residentes e os seus representantes apelaram ao rei para que este lhes concedesse autorização para pedir esmola de forma a custear as obras de deslocação da gafaria.

A entrada na leprosaria não ditava, portanto, o fim do contacto com o mundo exterior, com o mundo são, nem constituía uma morte civil dos enfermos. Encontramos um exemplo ilustrativo num apelo endereçado ao rei em 1469 por Diogo Afonso, lázaro residente na gafaria, onde pedia ao monarca que perdoasse parte da sentença atribuída à sua mulher, que tinha cometido adultério¹²¹. Aliás, o próprio carácter quotidiano da convivência entre são e enfermos demonstra que esse contacto era essencial para o funcionamento do estabelecimento, interligando a saúde e a doença num espaço que simultaneamente afastava e integrava os indivíduos doentes.

CONCLUSÃO

No quadro geral dos estabelecimentos assistenciais desenhados para promover a saúde na cidade durante a época moderna, a Casa de São Lázaro afigura-se, por um lado, como um exemplo em muitos aspetos semelhante aos demais. Em termos de organização e gestão interna, a gafaria funcionaria em moldes idênticos a outras instituições assistenciais. Da mesma forma, a história da sua administração foi marcada pelos mesmos contextos de conflitos jurisdicionais que opuseram as elites concelhias às tentativas de controlo régio e às reivindicações das organizações mesteirais.

No entanto, o carácter particular da doença que a leprosaria confinava faz da Casa de São Lázaro um exemplo particular, isolando-a da restante estrutura assistencial. Não cabia à gafaria curar a doença, mas, sim, confiná-la, oferecendo duas formas de proteção: proteção à cidade, que se resguardava do contacto com os indivíduos doentes; e proteção aos doentes que, ao se recolherem no estabelecimento, se tornavam dele dependentes. É por isso que, no nosso entender, é redutor entender as leprosarias como meros instrumentos de exclusão e marginalização, enfatizando, com essa leitura, apenas os benefícios que advinham à sociedade são. Numa interpretação mais abrangente, as leprosarias devem ser entendidas também como ferramentas de abrigo e salvaguarda, de compaixão e caridade. Em suma, é esta ambivalência que sobressai, numa dialética de afastamento e integração, de promoção da saúde e de proteção na doença.



¹²¹ ANTT, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 31, f. 53.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Casa de Santo António

Administração hospitalar.

Livro I do Hospital de São Lázaro, docs. 4-11; 14; 17; 18; 23; 28.

Chancelaria Régia

Livros de consultas, decretos e avisos.

Livro XVIII de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I.

Livros de Reis.

Livro dos Pregos.

Chancelaria da Cidade

Assentos do Senado.

Livro 2º de Assentos do Senado.

Livro 3º de assentos do Senado.

Livros Cópia

Cópia do livro 1º de registos de posturas, regimentos, privilégios e officios.

Cópia do livro 1º de renúncias 1603-1628.

Livros de fianças

Livro 3º de fianças dos oficiais da Câmara 1625-1634.

Registos da Chancelaria da Cidade

Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1690-1691.

Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1722-1723.

Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1734-1735.

Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria Régia

Chancelaria de D. João I, livro 1.

Chancelaria de D. Afonso V, livro 12; livro 22; livro 27; livro 31.

Corporações Religiosas

Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, mç. 10, nº 188.

Colegiada de S. Lourenço de Lisboa, mç. 3, nº 53.

Convento de S. Domingos de Santarém, mç.2, nº 8.

Convento de S. Domingos de Lisboa, livro 4.

Hospital de São José

Livro 1188.

Leitura Nova

Estremadura, livro 11.

IMPRESSAS

MARQUES, A.H. Oliveira, ed. – *Chancelarias portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I*. Lisboa: INIC/Centro de Estudos Históricos da UNL, 1984.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882-1911. tomo VIII (1894); tomo XIII (1903); tomo XIV (1904).

PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003. vol. 2 – Antes da fundação das Misericórdias.

Regimento e estatuto facto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa. Transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

ESTUDOS

BEIRANTE, Maria Ângela – A gafaria de Évora. In BEIRANTE, Maria Ângela – *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. p. 235-251.

CARITA, Hélder – Programa de reordenamento da capital. In *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 53-80.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo: a gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV. In *Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos*. Cascais: Patrimonia, 1999. p. 321-376.

CORREIA, Fernando da Silva – *Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres, 1944.

MCCLEERY, Iona – Both «illness and temptation of the enemy»: melancholy, the medieval patient and the writings of King Duarte of Portugal [r. 1433-38]. *Journal of medieval Iberian studies*. 1: 2 (2009), p. 163-178.

MARTINS, Miguel Gomes – Entre a gestão e as ingerências: a administração hospitalar municipal na Lisboa de Quatrocentos. In *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*. Santarém: Câmara Municipal, 2000. p. 120-131.

MARTINS, Miguel Gomes – Para mais tarde regressar. Percursos na administração municipal da Lisboa medieval. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís F.; FONTES, João L., coord. – *Lisboa medieval, os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 278-287.

MATA, Luís – *Ser, ter e poder: o Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*. Santarém: Magno Edições; Câmara Municipal, 2000.

MORENO, Humberto Baquero – O poder central e poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV. *Revista de História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. VII (1988), p. 53-67.

NÓVOA, Rita Sampaio da – *A Casa de São Lázaro: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

RAWCLIFFE, Carole – *Leprosy in medieval England*. Woodbridge: The Boydell Press, 2006.

ROCHA, Ana Rita da – *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: [s.n.], 2011. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV. *Revista Municipal*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa. N.ºs 101 a 109 (1968). Separata.

SOUSA, Armindo de – A sociabilidade (estruturas, grupos e motivações). In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. vol. 2 – *A monarquia feudal*, p. 346-353.

TOUATI, François-Olivier – Un dossier à rouvrir: l'assistance au Moyen Âge. In CONGRÈS NATIONAL DES SOCIÉTÉS HISTORIQUES ET SCIENTIFIQUES, 121, Paris, 1999 - *Fondations et œuvres charitables au Moyen Âge*. Paris : C.T.H.S, 1999.

Submissão/submission: 28/02/2019
Aceitação/approval: 03/05/2019

Rita Luís Sampaio da Nóvoa, CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
Edifício CEPESSE, Rua do Campo Alegre, 1021, 4169-004 Porto, Portugal.
IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, Avenida de
Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal. ritasampnova@gmail.com

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – A Casa de São Lázaro de Lisboa no alvorecer da modernidade.
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série N.º 11 (janeiro-junho 2019), p. 27 – 45.

Da qualidade dos registos depende a boa administração: os documentos do Hospital de Todos os Santos¹

The quality of the records ensures a good management: the documents of the Todos os Santos Hospital

Rute Ramos

RESUMO

O Hospital de Todos os Santos foi o maior e mais importante hospital português do Período Moderno. Planeado por D. João II desde 1479, acabaria inaugurado pelo seu sucessor, D. Manuel I, mais de duas décadas depois. O conhecimento desta instituição, como as demais, depende, entre outros fatores, da qualidade do património arquivístico que nos foi deixado. Sabe-se que os arquivos, antes de serem históricos, têm como principal função servirem a entidade produtora, essencialmente para permitir tomar decisões, provar direitos e preservar a memória institucional, razão pela qual sempre foi necessário estabelecer um conjunto de práticas que garantissem a organização e a salvaguarda da documentação. Este texto tem como objetivo dar a conhecer a documentação produzida pelo Hospital de Todos os Santos de modo a compreender o funcionamento e a estruturação do seu arquivo no Antigo Regime. Para tal, foi necessário analisar as grandes séries documentais do arquivo do Hospital, o que comprovou que este manteve praticamente inalterado o funcionamento e a organização documental desde a sua fundação até ao século XVIII, pese embora a progressiva complexificação de ambos.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivo / Hospital de Todos os Santos / Assistência / Misericórdias / Lisboa

ABSTRACT

Todos os Santos Hospital was the biggest and most important Portuguese Hospital of the modern period. Planned by D. João II since 1479 it was finally opened by his successor, D. Manuel I, over two decades later. We get to know this institution, like all others, among other factors, from the quality of the archival heritage that was left to us. We know that the archives before its historical function have as principal function to allow the institution, essentially, to take decisions, to demonstrate rights and maintain the institutional memory, which is why it has always been necessary to establish a set of actions that guarantee the organization and safeguard of the documentation. This text aims to show the documents produced by Todos os Santos Hospital so that we can understand the structuring and functioning of the archive during the Old Regime. For this, it was necessary to go through the great documentary collections of the Hospital archive and it was shown that the documental acting and organization remained virtually unchanged since its creation until the XVIII century, despite the progressive complexity of both.

KEYWORDS

Archive / Todos os Santos Hospital / Health Care / Misericórdias / Lisboa

¹ Este artigo constitui uma versão revista de partes da tese de doutoramento intitulada «O Hospital de Todos os Santos: história, memória e património arquivístico (sécs. XVI-XVIII)» que se encontrava, à data de submissão, a aguardar defesa pública.

INTRODUÇÃO

O Hospital de Todos os Santos foi mandado construir por D. João II em 1479, mas só abriu portas em 1502, já no reinado de D. Manuel I, que abraçou o projeto do seu antecessor como se fosse seu. A criação do Hospital marcou o início de uma nova era na assistência hospitalar em Portugal, um processo consentâneo com a reforma dos hospitais que, a partir dos finais da Idade Média, avançou na generalidade da Europa. Assim aconteceu em França, em 1505, com o Hôtel-Dieu de Paris e, quinze anos depois, com os restantes hospitais da cidade, mas também em Itália, em Brescia (1447), Milão (1448) e Bérgamo (1457) e, um século depois (1566-1567), em Madrid². Em Portugal, o primeiro momento verdadeiramente relevante destas políticas ocorreu durante o reinado de D. João II, com o início da construção do Hospital de Todos os Santos. Pela bula *EX Debito Sollicitudinis*, conferida a 13 de agosto de 1479, pelo papa Sisto IV, foi autorizado que o ainda príncipe D. João fundasse, em Lisboa, um hospital, que incorporasse outros hospitais e casas assistenciais da cidade por serem mal dimensionadas, de fracos recursos e não responderem às necessidades de uma cidade cada vez mais cosmopolita, a ferver de pessoas que cruzavam o velho e o novo mundo³. Em Lisboa, antes da fundação de Todos os Santos, são contabilizados por José Maria António Nogueira 42 hospitais, quatro gafarias e 13 albergarias⁴. No entanto, e ao contrário do que a historiografia tradicional tem afirmado, acreditamos que estes não terão sido todos integrados no Hospital de Todos os Santos: a informação compulsada, nomeadamente o tomo, apenas menciona 20 hospitais⁵. Os hospitais eram, na altura, as instituições caritativas mais numerosas, sobretudo em contexto urbano. Florença, por exemplo, contava com 30 hospitais no século XIV⁶, Londres e York teriam 35⁷, de um total de 11.030 em Inglaterra e Escócia⁸. Globalmente, estas instituições (à exceção das gafarias) ofereciam serviços indiferenciados, tendo por missão prestar assistência aos pobres, aos doentes, aos órfãos, aos enjeitados, às mulheres (normalmente, viúvas ou órfãs), aos viajantes e aos peregrinos⁹.

Distinto das instituições medievais que integrou, o Hospital de Todos os Santos principiou logo sob um conjunto de regulamentação bastante explícita quanto aos serviços que deveria prestar, modo de funcionamento e populações a assistir. Tido como uma instituição exemplar, como dão conta as descrições da cidade e os relatos de viajantes¹⁰, o Hospital desenvolveu uma nova dimensão de serviço público, que tinha como objetivo principal

² RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira – *Os hospitais portugueses no Renascimento 1480-1580: o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Braga: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento em História, apresentada à Universidade do Minho. p. 50-51. Segundo Manuel Jesús García Martínez, a reunificação dos hospitais em Madrid terá ocorrido em 1585. GARCÍA MARTÍNEZ, Manuel Jesús – *Cuidar el cuerpo y salvar las almas: la práctica de la enfermería según el modelo de la Congregación de enfermeros obregonos*. Sevilha: [s.n.], 2007. Tese de doutoramento em Antropologia, apresentada à Universidade de Sevilha. p. 122.

³ PAIVA, José Pedro – Introdução. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; União das Misericórdias Portuguesas, 2003. vol. 2, p. 19.

⁴ NOGUEIRA, José Maria António – Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do Hospital de Todos os Santos – 15 de maio de 1492. In *Esparsos: Arqueologia, Etnografia, bibliografia e História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934. p. 130.

⁵ No Tombo do Hospital, encontramos referência ao Hospital do Conde D. Pedro; Hospital de D. Maria Aboim; Hospital de João de Alenquer; Hospital dos Carpinteiros, Correeiros, Odreiros e Pedreiros (também conhecido como Hospital de Santa Maria das Mercês); Hospital de Santa Maria do Paraíso; Hospital de São Dinis de Odivelas; Hospital de São João de Braga; Hospital dos Hortelões e Almoineiros; Hospital dos Armeiros, Barbeiros e Caldeireiros; Hospital dos Carpinteiros da Ribeira (também conhecido como Hospital de São Vicente Corvo); Hospital dos Clérigos Pobres; Hospital dos Corretores; Hospital dos Escolares do Estudo; Hospital dos Meninos; Hospital dos Peliteiros; Hospital de São Vicente dos Romeiros; Hospital dos Tanoeiros; Hospital dos Tecelões. No entanto, ainda encontramos indicação de pelo menos mais dois hospitais, o de Santa Maria dos Francos e o de Santa Maria de Rocamador, o que desde logo deixa em aberto o número de hospitais integrados em Todos os Santos, mas que, quase seguramente terá sido cerca de metade daqueles que a historiografia sobre o Hospital tem apontado. Sobre o assunto, veja-se a relação e esboço cartográfico dos estabelecimentos assistenciais instituídos em Lisboa anteriores à fundação do Hospital de Todos os Santos apresentada por PACHECO, António Fernando Bento – *De Todos os Santos a São José: textos e contextos do “espiritual grande de Lixboa”*. Lisboa: [s.n.], 2008. Dissertação de mestrado em História, apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Anexo I, p. 1-14.

⁶ WALSH, James J. – Hospitals. In HERBERMANN, Charles G., ed. – *The Catholic encyclopedia*. Nova Iorque: Robert Appleton Company, 1910. vol. 7, p. 483.

⁷ AYLIFFE, William – St. Bartholomew’s Hospital and the origin of London hospitals. In *Safeguarding London’s heath: medieval hospitals of London*. Londres: Mayday University Hospital, 2008.

⁸ ABREU, Laurinda – *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal: séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Gradiva, 2014. p. 39.

⁹ PACHECO, António Fernando Bento – *Op. cit.*, p. 27.

¹⁰ Damião de Góis, na descrição que faz de Todos os Santos, diz que «o nosso hospital pode colocar-se acima de todos os hospitais reais, embora muito grandiosos e muito célebres, que se encontram através da Espanha ou das restantes regiões do mundo cristão». GÓIS, Damião de – *Lisboa de Quinhentos*. Trad. de Raul Machad. Lisboa: [s.n.], 1937. p. 46-47.

a assistência medicalizada: gradualmente ensaiaram-se novas técnicas para cuidar dos enfermos, criaram-se condições para tratar doenças como a sífilis e os insanos, organizou-se a escola de cirurgia e desenvolveram-se as práticas de anatomia e enfermagem. A instituição transformou-se num local de ensino de medicina, de cuidados médicos e de cura, sem obviamente descurar a assistência espiritual do quotidiano hospitalar, aliás, como era comumente aceite nos hospitais deste período. De salientar o facto de que o Hôtel-Dieu de Paris, o mais antigo hospital da capital francesa e o maior da Europa medieval, só recebeu pessoal médico especializado permanente em 1537¹¹. Para que o Hospital sobrevivesse, foi contemplado com diversos privilégios, benefícios e isenções e foi a Coroa que, durante muito tempo, assegurou o sustento da instituição, que se destinava a doentes curáveis e aberto à população em geral, com enfermarias separadas por sexo e compartimentadas por patologias, bem dimensionado e estrategicamente localizado no centro da cidade.

Inicialmente, a administração do Hospital de Todos os Santos esteve a cargo de provedores de nomeação régia¹², a maior parte capelães do rei ou servidores da Casa Real. Em 1530, João III entregou o governo do Hospital à Congregação de São João Evangelista, embora o monarca continuasse a tomar as decisões mais importantes. Depois de aceitar a administração deste Hospital, a Congregação de São João Evangelista recebeu também o Hospital de Nosso Senhor Jesus Cristo de Santarém, o Hospital do Espírito Santo de Évora, o Hospital de Santo André de Montemor-o-Novo (1531), o Hospital das Caldas (1532), o Hospital Real de Coimbra (1548)¹³ e a medida foi replicada pelos duques de Bragança, que lhes entregaram o Hospital de Arraiolos, o de Portel e o de Monforte¹⁴. A escolha dos Lóios para administrar os hospitais deveu-se às relações que mantinham com alguns membros da Corte, nomeadamente os fundadores da Congregação – João Vicente, Martim Lourenço, Afonso Nogueira – que eram próximos da Casa Real¹⁵. A breve passagem da Congregação pela administração dos hospitais tem sido alvo de controvérsia entre os historiadores, havendo os que defendem que se deveu exclusivamente à vontade da Ordem. Isabel dos Guimarães Sá, a partir dos relatos do cronista Francisco de Santa Maria, refere que, após a morte do rei D. João III, a Congregação solicitou à regente D. Catarina a renúncia das administrações dos hospitais, tendo ficado apenas com os hospitais de Coimbra, das Caldas e os da Casa de Bragança¹⁶. A explicação apresentada prendia-se com o desgaste que tal esforço representava, dificilmente compaginável com os compromissos assumidos em outras áreas da vida ativa¹⁷. Por seu turno, Isabel Rodrigues assegura, relativamente ao Hospital das Caldas, que os Lóios desde cedo foram acusados de má administração e, por diversas vezes, foram afastados da sua governança¹⁸.

Relativamente ao Hospital de Todos os Santos, a crer, como o fez Mário Carmona, nas palavras de José Maria António Nogueira, terão existido abundantes provas do bom desempenho dos Lóios no Hospital do Rossio¹⁹. No que a este Hospital respeita, e apesar de faltar documentação no arquivo relativa a este período²⁰, a investigação mostrou alguma eficiência dos Lóios que, em meados de Quinhentos, já tinham ampliado algumas das estruturas

¹¹ MCHUGH, Tim – *Hospital politics in seventeenth-century France: the crown, urban elites and the poor*. Hampshire: Ashgate Publishing, 2006. p. 55-81.

¹² SANTOS, Sebastião Costa – *Catálogo dos provedores e enfermeiros-móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*. Porto: Tipografia da Enciclopédia Portuguesa, 1918.

¹³ SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português – 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 80.

¹⁴ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *As misericórdias quinhentistas do senhorio da Casa de Bragança*. In JORNADAS DE ESTUDO SOBRE AS MISERICÓRDIAS, 2, Penafiel, 2009 – *As misericórdias quinhentistas: actas*. Penafiel: Câmara Municipal, 2009. p. 51.

¹⁵ RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira – *Op. cit.*, p. 236-237.

¹⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu: 1490-1600. Cadernos do Noroeste*. Braga: Universidade do Minho. 11: 2 (1998), p. 50.

¹⁷ TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria: do Convento da Feira à realidade nacional da congregação*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, 2009. p. 28-29.

¹⁸ RODRIGUES, Isabel Maria Pereira – *Doença e cura: virtude do Hospital Real das Caldas 1706-1777 – elementos sociais e económico*. Lisboa: [s.n.], 2007. Dissertação de mestrado em História, apresentada à Universidade de Lisboa. p. 27.

¹⁹ NOGUEIRA, José Maria António – *Op. cit.*, p. 166; CARMONA, Mário Reis de – *O Hospital de Todos os Santos da cidade de Lisboa*. Lisboa: Ed. do autor, 1954. p. 232.

²⁰ Refira-se, no entanto, a exceção do contributo dado pela série do *Registo Geral*. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Hospital de São José, liv. 940.

do Hospital, em parte pressionados pelo aumento do número de doentes. Cerca de 1552, entravam no Hospital, por ano, entre 2500 a 3000 enfermos, num espaço que tinha condições para internar entre 130 a 150 enfermos continuamente²¹. Atente-se que, em 1518, estiveram internados no Hospital 46 doentes²². Às três enfermarias iniciais, os Lóios juntaram uma enfermaria destinada aos padres capuchos e a casa de *doudos*, onde eram tratados os insanos (1539), uma nova especialidade médica, não prevista no Regimento de 1504. Foi também ao tempo dos Lóios que se desenvolveram os estudos de anatomia, tendo sido permitida a dissecação de cadáveres humanos. A congregação diligenciou ainda para que as rendas fossem arrecadadas e as dívidas cobradas, motivos que justificaram novas contratações de pessoal. Todavia, estas medidas não foram além de uma renovação de cargos de poder, de um acréscimo de ordenados e de problemas laborais, que contribuíram para aumentar o clima de insegurança, sem se verificarem melhorias substantivas na arrecadação das rendas.

Em 1564, o Cardeal D. Henrique retirou o Hospital de Todos os Santos à administração da Congregação de São João Evangelista e entregou-o à Misericórdia de Lisboa. Criada em agosto de 1498, pela regente rainha D. Leonor²³ em representação do rei D. Manuel I, que se encontrava em Castela²⁴, a Misericórdia de Lisboa gozava já de enorme prestígio. O papel desempenhado pelas misericórdias na assistência portuguesa é por demais conhecido e escusamo-nos aqui de o detalhar em profundidade. Relembramos apenas que as misericórdias são confrarias de leigos, fundadas sob os auspícios da Coroa, assentes em valores religiosos e caritativos, tendo sido transformadas, por determinação de vários monarcas, nas mais importantes instituições assistenciais do Portugal Moderno²⁵. No final da centúria de Quinhentos, as misericórdias eram já assumidas pelas comunidades como uma mais-valia social: às 77 misericórdias fundadas no reinado de D. Manuel I, juntaram-se pelo menos 127 até 1580. Em 1640, haveria mais de 300²⁶, momento a partir do qual declina o movimento fundacional. Como os estudiosos das misericórdias têm defendido, em Lisboa e outras cidades, o sucesso destas confrarias deveu-se, em boa parte, ao prestígio e poder das pessoas que as integravam. Na capital, é reconhecida a relação de proximidade existente entre o conde de Odemira, provedor da Misericórdia de Lisboa em 1564, a Corte e o rei²⁷. A Misericórdia de Lisboa esteve à frente do Hospital até 1758, altura em que foi designado como enfermeiro-mor do Hospital de Todos os Santos D. Jorge Francisco Machado de Mendonça Eça Castro Vasconcelos e Magalhães, que se manteve no cargo até 1766²⁸.

Como sabemos, a organização do Hospital, bem como a construção da sua identidade, à semelhança das demais instituições, passava, entre outros fatores, pela memória escrita e pela organização dada aos seus registos. É necessário não perder de vista que os documentos e os arquivos são, na sua origem, administrativos e procuram responder à gestão corrente das instituições ou provar direitos adquiridos²⁹. O arquivo do Hospital de Todos os

²¹ BRANDÃO, João – *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2ª metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552*. Org. de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 127.

²² Relatório de Men Carceres, 1518. ANTT, Corpo Cronológico, parte I, nº 23, doc. 128.

²³ Ao contrário do que afirma a historiografia do Estado Novo, sabe-se hoje que a rainha D. Leonor criou a Misericórdia de Lisboa, enquanto regente do reino, na ausência do seu irmão, o rei D. Manuel I. SÁ, Isabel dos Guimarães – A fundação das misericórdias e a rainha D. Leonor 1458-1525: uma reavaliação. In JORNADAS DE ESTUDO SOBRE AS MISERICÓRDIAS, 2, Penafiel, 2009 – *As misericórdias quinhentistas: actas*. Penafiel: Câmara Municipal, 2009. p. 15-17.

²⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998. p. 35.

²⁵ SÁ, Isabel dos Guimarães – As confrarias e as misericórdias. In OLIVEIRA, César de, dir. – *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 60.

²⁶ LOPES, Maria Antónia – *Protecção social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudos e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010. p. 52.

²⁷ PAIVA, José Pedro – Introdução. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. 4, p. 10.

²⁸ A historiografia tradicional tem entendido este momento como de separação temporária da Misericórdia de Lisboa do Hospital de Todos os Santos. Uma tese que foi recentemente contrariada por Laurinda Abreu, e que também partilhamos, ao defender que não terá havido separação formal entre as duas instituições, até porque a nomeação régia do enfermeiro-mor, que passou a responder diretamente perante o marquês de Pombal, não significou que a Misericórdia tivesse sido expropriada do Hospital. ABREU, Laurinda – *Pina Manique: um reformador no Portugal das luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013. p. 30.

²⁹ PENTEADO, Pedro – Arquivos de confrarias e irmandades: alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística. In ROSA, Maria Lurdes; FONTES, Paulo, coord. – *Fontes arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000. p. 168.

Santos não foi exceção³⁰. Todavia, ainda que as decisões que levassem à salvaguarda dos documentos servissem objetivos administrativos muito precisos e sujeitos a regras, não se pode ignorar que estiveram dependentes da subjetividade de quem lidou com eles. O arquivamento da documentação tanto se podia traduzir numa posição puramente passiva de acumulação de documentos, como representar uma estratégia ativa de tratamento e salvaguarda dos mesmos, opções, em ambos os casos, dependentes do responsável pelo acervo em questão ou das conjunturas e do que elas exigiam.

Depois de analisadas todas as séries documentais³¹ que constituem o arquivo do Hospital de Todos os Santos desde a fundação até 1775, verificamos que a escrituração do Hospital se manteve praticamente nos mesmos moldes durante os dois primeiros séculos. Obviamente que o peso da crescente burocratização da instituição se refletiu num esforço de ampliação e reforço da importância do arquivo. É notória a preocupação do Hospital em registar e conservar os documentos que ao longo da sua existência foram sendo produzidos e acumulados. Como já mencionámos, tanto quanto nos foi possível perceber da documentação existente, durante o governo dos Lóios não houve alterações de fundo na escrituração do Hospital. O mesmo não aconteceu quando a Misericórdia de Lisboa assumiu as funções, pois, conforme desejo expresso pelo Cardeal D. Henrique, a Misericórdia procurou pôr em ordem vários aspetos da vida do Hospital, dentre eles os que respeitavam à criação de memória e seu registo³². Procedimentos que verificaremos de seguida, mas não sem antes analisar o Regimento do Hospital no que à produção de registos respeita.

OS LIVROS NO REGIMENTO DO ESPRITAL DE TODOS OS SANTOS

Poucos anos depois de abrir portas, o rei D. Manuel mandou elaborar, em 1504, o *Regimento do Espirital de Todos os Santos de El Rey Nosso Senhor de Lisboa*. Esta foi a norma fundadora que, como em todos os demais campos relacionados com o Hospital³³, organizou, ainda que numa base minimalista, o modo como devia ser produzida e mantida a informação, que constituiria simultaneamente a memória da instituição. No texto normativo especificava-se, além das obrigações dos funcionários, os livros e os documentos que estes produziriam no decurso da sua atividade quotidiana.

O provedor era a figura mais importante de toda a estrutura, pois tinha a seu cargo a administração do Hospital e como tal deveriam produzir-se registos rigorosos e detalhados para futuro controlo das decisões por ele tomadas. Cabia ao provedor do Hospital averiguar, duas vezes por semana, os livros da despesa feita pelo almoxarife, despenseiro ou qualquer oficial. A revisão dos livros garantia a veracidade das informações neles contidos e assegurava o adequado cumprimento dos compromissos económicos do Hospital. Desta lógica administrativa resultaram os livros de receita, designados por livros de «foros e fazendas», registos que o escrivão era obrigado a manter com o assento das propriedades e das rendas, nome do foreiro, valor do foro e data da cobrança. Em 1509, através de um relatório, que um provedor enviou ao rei, sabemos da existência de mais de 10 livros de

³⁰ Trata-se do Arquivo do Hospital de São José. Quando se dá a mudança de nome de um organismo, os seus documentos são integrados no arquivo do organismo que apresenta nova designação ou nomenclatura. DUCHEIN, Michel – Le “respect des fonds” en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. *La Gazette des archives*. Paris: Archivistes français formation. N° 97 (1977-2), p. 71-96. Neste caso concreto, os documentos do Hospital de Todos os Santos integram um mesmo e único fundo, que veio a ser designado por Hospital de São José.

³¹ Veja-se, entre outras possíveis, a definição de série da *ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística*: «conjunto de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem e conservados como unidade, por resultarem de um mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma atividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, receção ou utilização». *ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística* [Em linha]. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 2002 [Consult. 25/01/2019]. Disponível na Internet: <https://bit.ly/2ISop6k>.

³² PEREIRA, Maria Olinda Alves – O arquivo como reflexo da orgânica e funcionamento das misericórdias. In ROSA, Maria Lurdes; FONTES, Paulo, coord. – *Fontes arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000. p. 189-238; ABREU, Laurinda – Processos de integração de normas nos campos da assistência e da saúde (Portugal, séculos XVI-XVIII). In POLÓNIA, Amélia [et.al.], org. – *História e ciência: ciência e poder na primeira idade global*. Porto: [s.n.], 2016. p. 19-39.

³³ CORREIA, Fernando da Silva – *Regimento do Espirital de Todos os Santos de el rey nosso senhor de Lisboa*. Lisboa: Laboratório Sanitas, 1946.

receita e despesa³⁴. No que hoje conhecemos do arquivo, verificamos que estes livros não se encontram no fundo do Hospital. Todavia, esta informação permite-nos antever a existência de uma escrituração sistemática das contas da instituição neste período.

Quanto aos livros relativos à assistência, o Regimento era muito preciso. Ordenava o rei D. Manuel I que o cura registasse as entradas dos doentes: nome, naturalidade, estado civil, nome e residência dos progenitores e respetivas alcunhas. Perante duas testemunhas, apontaria, ainda, o vestuário, dinheiro ou qualquer objeto que o enfermo tivesse aquando da admissão. Os primeiros livros de registo de entrada de doentes, existentes atualmente no arquivo, datam do século XVII e contêm informações muito idênticas às previstas no Regimento, o que demonstra a permanência e o cumprimento das instruções originais. Atualmente, o arquivo do Hospital inclui 3012 livros de registo de entrada de doentes.

Embora já não constem do arquivo, sabemos, através dos registos das despesas apresentadas pelos mordomos da Misericórdia, que eram comprados diversos livros, entre eles, os livros para registar as entradas de doentes e outros para as enfermarias, que conteriam, presumivelmente, informações sobre os doentes, patologias e cuidados de alimentação³⁵. Estes registos, ou parte deles, estavam também contemplados no Regimento de 1504, que especificava que, durante a visita aos doentes, o boticário devia levar «huua ymentta comprida da folha de papel da marca grande emcadernada na qual o dito físico asentara as receptas e mezinhas que hornenar pera cada huum doente».

Procedimentos idênticos eram determinados para os livros das crianças abandonadas. Foi nas *Ordenações Manuelinas*, no início de Quinhentos, que a Coroa determinou que a responsabilidade pelos enjeitados (expressão pela qual eram conhecidas estas crianças) cabia aos hospitais ou albergarias de cada cidade, vila ou lugar que tivessem bens destinados para esse fim. Caso não houvesse verbas, as crianças deviam ser criadas à custa dos concelhos que para isso eram autorizados a lançar fintas³⁶. Estas disposições foram depois renovadas pelas *Ordenações Filipinas* de 1603³⁷. Por ter incorporado o Hospital dos Meninos e suas rendas, o Hospital de Todos os Santos ficou responsável pelas crianças abandonadas em Lisboa, tal como expresso no Regimento de 1504: cabia ao provedor do Hospital «receber todos os meninos enjeitados que nelle se ymgeitarem e a elle forem trazidos que emgeitados sejam». No Regimento, era mencionado um livro para registar o dia, mês e ano da chegada da criança e um outro para os batismos. Particular cuidado era colocado na identificação das amas e dos maridos, sendo obrigatória a indicação do nome, da residência, do salário anual e do tempo que tinha a criança a cargo. Aos sete anos, quando os enjeitados comessem a trabalhar ou a aprender um ofício, os registos seriam atualizados. No total, para os enjeitados, deveriam existir três tipos de registo diferenciado. Porém, é conhecido que o terramoto de 1755 destruiu parte do arquivo, que continha estes ou outros livros. As informações atualmente existentes sobre estas crianças encontram-se no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa³⁸ e no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa³⁹. Neste último, existe sobretudo documentação referente à obrigatoriedade, imposta pela

³⁴ ANTT, Corpo Cronológico, parte I, mc. 8, n.º 24. Publicado por CARVALHO, Augusto da Silva – *Crónica do Hospital de Todos os Santos*. Lisboa: [s.n.], 1992. p. 217.

³⁵ ANTT, Hospital de São José, liv. 567, f. 157v.

³⁶ «custa dos bens dos ospitaeis, ou alberguarias, se os ouver na cidade, villa, ou luguar ordenados pera criaçam dos engeitados; e nom avendo hi taees ospitaeis ou alberguarias, se criaram a custa das rendas do concelho; e nom tendo o concelho rendas por onde se possam criar, se lançará finta por aquellas pessoas que nas fintas, e encarregos do concelho há-de pagar, a qual lançaram os officiaes da câmara». *Ordenações Manuelinas*, liv. I, tít. 67, art. 10.

³⁷ *Ordenações Filipinas*, liv. I, tít. 88, art. 11.

³⁸ Sobre a documentação dos expostos existente no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, veja-se SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. Arquivo Histórico – *Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1998.

³⁹ Veja-se, entre outros, Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria Régia, Livro 1.º de Filipe III, f. 83, f. 94, f. 98, f. 101, f. 105-110, f. 114, f. 254-255v., f. 256-256v.; AML, Chancelaria Régia, Livro 2.º de consultas e decretos de D. João IV, f. 81, f. 149, f. 172, f. 193; AML, Chancelaria Régia, Livro 1.º de consultas e decretos de D. Afonso VI, f. 256, f. 350-351v., f. 421-423; AML, Chancelaria Régia, Livro 2.º de consultas e decretos de D. Afonso VI, f. 80-83v.; AML, Chancelaria Régia, Livro 19.º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 177-190; AML, Chancelaria Régia, Livro 1.º de consultas e decretos de D. Pedro II, f. 101-101v.; AML, Chancelaria Régia, Livro 18.º de consultas e decretos de D. José I, f. 172-175v.; AML, Cópia do livro 2.º do Provimto da Saúde, f. 23v-24.

Coroa, do município partilhar responsabilidades na criação dos enjeitados. Uma situação que recua a D. Sebastião, o primeiro monarca a ordenar que a Câmara de Lisboa contribuísse de forma regular para a criação dos expostos⁴⁰. A reação do município não terá sido muito diferente da identificada em outros locais como em Évora, Sintra ou Coruche, onde o poder municipal também se recusava a suportar os encargos com estas crianças⁴¹. Pouco mais de uma década após a abertura, o provedor do Hospital dava conta ao rei de que as crianças eram em número muito superior ao expectável pela incorporação do Hospital dos Meninos⁴². Como é já conhecido, os expostos foram o principal foco de tensão entre o Hospital de Todos os Santos, a Câmara de Lisboa, e, a partir da década de 60 do século XVI, entre a Câmara e a Misericórdia da cidade. Ainda que a Misericórdia de Lisboa mostrasse alguma disponibilidade para prover o sustento destas crianças em casos excepcionais, o compromisso de 1577 era perentório ao referir que a confraria não era responsável por este serviço assistencial⁴³, discurso reiterado no compromisso de 1618⁴⁴, mas não podia escapar a uma obrigação que pertencia ao Hospital que administrava. Em 1627, a Misericórdia conseguiu que a Câmara de Lisboa fosse obrigada a contribuir anualmente com 689.360 réis para a criação dos enjeitados⁴⁵, razão pela qual, por diversas vezes, recorreu às fintas, ainda assim, sem cumprir com regularidade as suas responsabilidades⁴⁶.

Obviamente que o conhecimento da norma fundadora do Hospital não é suficiente para apreender toda a realidade estrutural e funcional da instituição, mas constitui um precioso instrumento para conhecer a pretensa estrutura inicial do arquivo. Com o decorrer dos anos, a multiplicidade de funções que o Hospital adquiriu e a diversificação das suas fontes de rendimento determinaram novos e, cada vez mais, complexos registos arquivísticos.

O NOVO ARRANJO DADO AOS PAPÉIS: OS REGISTOS DO HOSPITAL NOS SÉCULOS XVII-XVIII

*«Alvarás nossos que o Hospital de Todos os Santos
tenha e assim mesmo daqui por diante lhe dermos
se guardem internamente»*

ANTT, Hospital de São José, liv. 567, f. 16.

O estudo da documentação do arquivo do Hospital à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo permitiu verificar, como mencionado, que a escrituração do Hospital de Todos os Santos estabelecida em 1504 não sofreu grandes alterações. Todavia, quando, em 1564, a Misericórdia de Lisboa assumiu o controlo dos destinos do Hospital, surgiram novos instrumentos de registo: pela primeira vez, organizou-se o *Tombo do Hospital*⁴⁷, o que, cremos, ter sido executado entre finais do século XVI e inícios do XVII⁴⁸. O Regimento, que precedia o tomo,

⁴⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Op. cit.*, p. 249.

⁴¹ ABREU, Laurinda – As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura, orgs. – *A infância no universo assistencial da Península Ibérica: séculos XVI-XIX*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008. p. 31-49.

⁴² Explicava o provedor que o Hospital dos Meninos mandava criar seis crianças, pagando anualmente 1.200 réis a cada ama e que o Hospital de Todos os Santos tinha criado, desde janeiro de 1515, 164 crianças (76 meninos e 88 meninas). Cada ama recebia 1.500 réis acrescidos de coeiros, camisas, pão, mel e azeite, além de receberem, no primeiro ano, mais 200 réis. Afirmava, ainda, que tinham falecido 18 meninos e 26 meninas e que quatro tinham sido entregues às mães, tal como estipulava o Regimento. Esclarecia também o provedor que, descontando os que morreram, o Hospital tinha a seu cargo 119 crianças. ANTT, Corpo Cronológico, parte I, n.º 23, doc. 128.

⁴³ «vindo alguns enjeitados a esta Casa da Misericórdia não se mandarão criar por serem da obrigação do Hospital que pera isso tem renda certa e os costuma recolher e mandar criar». PAIVA, José Pedro – Introdução. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. 4, p. 353.

⁴⁴ «Casa da Misericórdia se não costuma encarregar dos meninos enjeitados, assim por no Hospital de Todos os Santos terem seu ordinario amparo». PAIVA, José Pedro – Introdução. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. 5, p. 312.

⁴⁵ ABREU, Laurinda – As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência... p. 47.

⁴⁶ ESTEVAM, José – Os enjeitados de Lisboa. *Revista Municipal*, ANO XVIII N.º 73 (2.º trimestre de 1957), p. 18.

⁴⁷ ANTT, Hospital de São, liv. 1187.

⁴⁸ Algumas freguesias que o tomo faz menção só obtiveram esse estatuto administrativo depois de 1568, ou seja, posterior ao tomo. Conforme as datas apresentadas por SILVA, Augusto Vieira da – *Dispersos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1968. 1 vol.

explicava que se deveria assentar todos os bens legados ao Hospital pelos reis ou por quaisquer outros doadores, assim como os que recebeu dos extintos hospitais da cidade e fora dela. Neste tomo encontra-se, por exemplo, menção às propriedades integradas pelos hospitais de D. Maria Aboim e do Conde D. Pedro, cuja documentação se encontra à guarda do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa e nos permite, entre outra, conhecer o património fundiário destas instituições antes de integrarem o grande Hospital de Lisboa⁴⁹. O tomo do Hospital de Todos os Santos manteve-se ativo por mais de dois séculos, sendo-lhe acrescentadas sucessivas verbas até 1852, altura que ficou conhecido como «Tomo Antigo» e se procedeu à sua reforma⁵⁰, solicitada pelo enfermeiro-mor Sequeira Pinto. Pretendia o administrador do Hospital

copiar em letra moderna e inteligível o tomo dos bens e propriedades deste Hospital Real de S. José [...] de maneira que facilmente se possa conhecer quais sejam esses bens e propriedades, adicionando-lhe as verbas das escrituras de reconhecimento dos enfiteutas, que neles têm sucedido até ao presente.

O «Tomo Antigo» e o que surgiu após 1852 contêm um grande potencial informativo, já que permitem conhecer os prédios rústicos e urbanos reunidos pelo Hospital, inclusive as localizações, nomes dos foreiros, valores dos foros, laudémios, natureza dos prazos e ainda, em alguns casos, a proveniência, como já mencionámos. O tomo não foi o único sinal a revelar maiores preocupações do Hospital com a construção da sua memória depois da chegada da Misericórdia. Surgiram também novos instrumentos de controlo de documentos, como nos dão conta os inventários e arrolamentos documentais então realizados, que mostram as dinâmicas arquivísticas em curso.

O primeiro inventário conhecido do Hospital data de 1604 e intitulava-se *Relatório de todos os padrões, provisões e outros papéis que havia no Hospital Real de Todos-os-Santos no ano de 1604*⁵¹. Trata-se efetivamente de uma lista dos documentos que existiam no arquivo da instituição, nomeadamente os referentes a doações e privilégios, foros, capelas e juros. Anos mais tarde, em 1649, a Mesa da Misericórdia de Lisboa mandou elaborar um novo inventário dos livros da fazenda do Hospital⁵², nomeadamente livros de receita e despesa, tombos, testamentos, escrituras, doações, privilégios e outros, que lhe permitissem saber quais os livros que existiam na casa. Apesar de desconhecermos se o projeto avançou, a intenção denota claras preocupações arquivísticas. E, nesse sentido, merece particular destaque a ordem para que os livros fossem guardados em armários fechados à chave, como, de resto, acontecia com os documentos das misericórdias⁵³. À semelhança destas confrarias, também o Todos os Santos mandou copiar vários conjuntos documentais, procurando, assim, acautelar possíveis adversidades naturais e “humanas” e assegurar a salvaguarda do património documental, sobretudo quando se tratava de documentação relativa à arrecadação de rendas. No Hospital de Todos os Santos, a dimensão do património em causa, a sua dispersão geográfica e a antiguidade das aquisições tornam a recuperação da informação ainda mais complexa. Por exemplo, em 1721, os irmãos oficiais da fazenda do Hospital propuseram à Mesa da Misericórdia que obrigasse os enfiteutas a fazerem o reconhecimento dos prazos e as escrituras de encabeçamento que se encontrassem em falta⁵⁴, medidas reiteradas em 1732⁵⁵ e que continuaram em 1758 por ação do enfermeiro-mor D. Jorge de Mendonça que, em 1761, concluiu no seu *memorial* que havia «cobrado dividas de vinte, trinta,

⁴⁹ Sobre esta documentação veja-se SANTOS, Aurora Almada e [et.al.] – Fontes medievais do Arquivo Municipal de Lisboa para o estudo dos hospitais. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal 2ª Série Nº 8 (julho-dezembro 2017), p. 237-274.

⁵⁰ ANTT, Hospital de São José, liv. 1179; liv. 1180; liv. 1181; liv. 1182; liv. 1183; liv. 1184; liv. 1185.

⁵¹ O inventário de 1604 faz parte da subsérie – Registo de cartas régias de padrões de juro. ANTT, Hospital de São José, liv. 1922. São conhecidos mais dois inventários do Hospital, ambos do século XIX. O segundo de 1843, trata-se do *Inventário alfabético dos livros e maços de documentos existentes no Cartório do Hospital*; e um terceiro de 1873, *Inventário por assuntos dos livros e maços de documentos existentes no Cartório do Hospital*. Os inventários de 1843 e 1873 fazem atualmente parte da subsérie – Inventários do Hospital. ANTT, Hospital de São José, liv. 2066 e liv. 2734, respetivamente.

⁵² ANTT, Hospital de São José, liv. 941, f. 169.

⁵³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Os arquivos das misericórdias do Alto Minho: um itinerário de investigação. *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal. T40 (2007). p. 361.

⁵⁴ A Mesa da Misericórdia ordenou aos foreiros que apresentassem os títulos de posse e colocou editais incitando à denúncia dos prazos sonogados ou em posse ilegítima, prometendo recompensar os denunciantes, seguindo, aliás, os mesmos procedimentos que a Coroa. ANTT, Hospital de São José, liv. 942, f. 114.

⁵⁵ ANTT, Hospital de São José, liv. 942, f. 171.

e quarenta anos, e avivado causas, que por esquecimento se achavão paradas, e outras, que por interesses particulares não corrião»⁵⁶. No mesmo documento⁵⁷, o enfermeiro-mor explicava as medidas que tinha levado a cabo para reorganizar a instituição hospitalar. Nele, contam-se vários editais e as providências que tomou para a boa gestão da casa, entre outras, as realizadas em prol do arquivo do Hospital: a autenticação de documentos, o registo de testamentos, o inventário da botica e livros de despesas, a reforma dos livros que estavam estragados ou não existiam por se terem queimado aquando do terramoto de 1755 e ainda os traslados das escrituras que se encontravam em outros cartórios (cartório da Casa de António de Pontes, escrivão da Provedoria das Capelas de Lisboa), mandando-as organizar e encadernar.

No entanto, a grande alteração da escrituração do Hospital ocorreu em 1767, já novamente sob a administração da Misericórdia, quando se tornou obrigatória a utilização do método das partidas dobradas. O uso desta técnica surgiu em Itália no século XIV e, apesar dos seus benefícios, simplicidade e eficácia, a sua difusão foi muito lenta. Em Portugal, temos indícios da sua utilização desde o século XVI, todavia, foi apenas no reinado de D. José, por manifesto impulso do marquês de Pombal, que surgiram os primeiros tratados teóricos e só com a carta de lei de 22 de dezembro de 1761, que instituiu o Erário Régio, as partidas dobradas se aplicaram à contabilidade pública⁵⁸. No Hospital, a utilização das partidas dobradas levou à criação de novos livros para a escrituração das contas⁵⁹ e a despedimentos de servidores menos aptos e à consequente contratação de outros mais habilitados⁶⁰, eleitos pela Junta do Comércio, organismo coordenador das atividades económicas do país, depois de frequentarem a Aula do Comércio⁶¹.

Portanto, se no século XVIII, por influência do Iluminismo, surgiram novos interesses exteriores aos das instituições produtoras e emergiu uma nova valorização da informação/documentos como fontes para estudos historiográficos, este facto foi particularmente significativo no século XIX, como veremos de seguida.

A ESTRUTURAÇÃO DO ARQUIVO: DO SÉCULO XIX À INTEGRAÇÃO NO ARQUIVO NACIONAL

Depois das reformas mencionadas, importa conhecer as alterações que ocorreram a partir do século XIX, porque tal se refletiu no modo como o arquivo chegou até nós. Desde logo, constatamos que parte do arquivo do Hospital passou a ser considerado mais para fins de memória histórica do que para fins primários/probatórios.

⁵⁶ MENDONÇA, Jorge Francisco Machado de – *Pelo breve memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao ill^{mo} e exc^{mo} Senhor Conde de Oeiras*. Lisboa: Off. Miguel Manescal da Costa, 1761. p. 18.

⁵⁷ *Idem*, ibidem, p. 18-19.

⁵⁸ As partidas dobradas ou *alla veneziana*, como também eram conhecidas, consistem no registo duplo de um mesmo evento: num (à esquerda) lança-se o débito; no outro (à direita) lança-se o crédito. O lançamento do crédito deve ser igual ao lançamento do débito e todos os movimentos devem ser feitos na mesma unidade monetária. As somas dos débitos e dos créditos têm de ser iguais. Os dois lançamentos em simultâneo permitem uma grande precisão e fácil controlo das variações patrimoniais. ALMEIDA, A. A. Marques de – *Aritmética como descrição do real 1519-1679: contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. p. 236-238.

⁵⁹ Livro de caixa, Livros de receita e despesa de géneros, Livro de receita interina, Livro de cobradores, Livro-diário, Livro mestre, Livro auxiliar dos juros reais e particulares, Livro auxiliar dos foros, Livro auxiliar para casas e fazendas, Livro auxiliar dos legados não cumpridos, Livro auxiliar de ordenados, Livro de compras e Livro de credores gerais. ANTT, Hospital de São José, liv. 943, f. 116.

⁶⁰ ANTT, Hospital de São José, liv. 943, f. 89v.

⁶¹ Sobre a Aula do Comércio vejam-se, entre outros, SANTANA, Francisco – Aula do Comércio. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas & Associados-Consultores, 1994. p. 114-115; *Idem* – A Aula do Comércio: uma escola burguesa em Lisboa. *Ler História*. Lisboa: ISCTE-IUL. N.º 4 (1985), p. 19-30; e ainda os trabalhos do autor publicados entre 1986 e 1988 na *Revista Municipal de Lisboa* (números 15, 16 e 18 a 23).

Os autores que nos ajudaram neste percurso foram o médico Sebastião da Costa Santos⁶², que teve a seu cargo o arquivo entre 1916 e 1918, e Nuno Daupias⁶³, já em meados do século XX. Costa Santos dá-nos a conhecer não só as atividades que foram desenvolvidas no arquivo no final do século XIX e inícios do XX, como também a sua própria intervenção enquanto classificador e catalogador dos documentos. No século XIX, segundo Costa Santos, foi criado um lugar de «Cartorário Paleógrafo incumbido do arranjo do Cartório», por alvará de 14 de dezembro de 1825. Mas a situação do arquivo continuou, segundo o autor, no «estado de completa confusão em que há mais de 250 anos jazia»⁶⁴. Em 1834, foi nomeado um ajudante interino do cartorário, o padre Manuel Maria Rodrigues Leitão, e «em pouco tempo, mas não sem muito trabalho, todo o cartório foi classificado e arquivado»⁶⁵. Costa Santos data desta época o

primeiro inventário e reportório [...] um índice cronológico das escrituras de aforamento, o índice alfabético delas para se fazer o cadastro dos prazos e mais propriedades rústicas e urbanas, fôros e direitos dominicais pertencentes ao Hospital⁶⁶.

Alguns anos mais tarde, em 1852, o enfermeiro-mor Sequeira Pinto tratou da instalação do arquivo e tomou algumas medidas para a sua organização, nomeadamente a classificação e o índice de processos de contas, sobretudo, dos legados pios não cumpridos⁶⁷. Num relatório de 1860, foi declarado que os livros e índices do cartório do Hospital estavam devidamente organizados⁶⁸.

Armando Malheiro da Silva e outros referem, em *Arquivística Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*, que a procura dos arquivos em função do valor secundário da documentação remonta aos séculos XVII e XVIII. Desde então, os arquivos passaram a recuperar-se não apenas para servir de prova de direitos, mas para dar resposta à investigação. A descoberta da riqueza informativa dos arquivos conduziu, segundo os mesmos autores, a um amplo movimento de elaboração de instrumentos de pesquisa e a reclassificações temático-funcionais⁶⁹, como aquela que assistimos no Hospital no século XIX pelo padre Manuel Maria Rodrigues Leitão e, mais tardiamente, por Costa Santos. Armando Malheiro da Silva e outros referem também que, a partir das primeiras décadas do século XIX, se assistiu a uma forte valorização das fontes históricas e da pesquisa nos arquivos. A mudança de conceção da própria História sob a influência do Positivismo – ligada ao movimento de nacionalização dos arquivos em vários países, desencadeado pelos ideais da Revolução Francesa –, fez surgir um novo interesse nos arquivos por parte dos historiadores, que impuseram um acesso público às fontes documentais, prepararam inventários de fontes e publicaram documentos importantes para a História⁷⁰.

Foi neste contexto que se divulgaram instrumentos de acesso à informação elaborados por personalidades que conheciam bem o arquivo e o frequentavam com regularidade, com o fim de tornar públicos os documentos, servindo os interesses da investigação. Os catálogos sobre o Hospital vulgarizaram-se e surgiram as transcrições

⁶² SANTOS, Sebastião da Costa – O arquivo do Hospital de S. José. Separata de *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. [s.l.]: [s.n.], 1920.

⁶³ DAUPIÁS, Nuno – *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês régias ao Hospital de Todos os Santos: 1492-1775: subsídios para a sua história*. Lisboa: [s.n.], 1959; DAUPIÁS, Nuno – O arquivo histórico do Hospital de S. José: esboço de um inventário. *Boletim Clínico dos Hospitais Cívicos de Lisboa*. Lisboa: Hospital de São José. V. 29 N^o 1-2 (1965).

⁶⁴ SANTOS, Sebastião da Costa – O arquivo do Hospital de S. José... p. 2.

⁶⁵ *Idem*, ibidem, p. 2.

⁶⁶ *Idem*, ibidem, p. 2.

⁶⁷ Recordamos, a este respeito, o grande volume documental relativo a legados não cumpridos incorporado no século XIX no arquivo do Hospital de São José decorrente da extinção da Provedoria das Capelas de Lisboa e das restantes comarcas do reino.

⁶⁸ SANTOS, Sebastião da Costa – O arquivo do Hospital de S. José... p. 2.

⁶⁹ SILVA, Armando B. Malheiro da [et.al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999. p. 95-96.

⁷⁰ *Idem*, ibidem, p. 109.

integrais ou extratos de documentos considerados de maior relevo para a investigação histórica da instituição⁷¹. A relação História-arquivos estreitava-se, embora os segundos fossem colocados numa posição subsidiária, ao serviço da primeira.

À luz da época e das suas próprias conceções, Costa Santos considerava que o arquivo do Hospital estava desorganizado, pelo que começou a proceder a uma separação dos documentos consoante as épocas e os assuntos. Ao fazê-lo, destruiu a ordem original⁷² dada pela entidade produtora para criar uma organização temática⁷³, que serviria sobretudo a investigação. Em 1910, Costa Santos referia que o arquivo já teria instalações que julgava adequadas, sem, no entanto, explicar quais⁷⁴. Contestando Costa Santos, Nuno Daupias defende que o mesmo apenas terá conservado a catalogação que lhe havia sido legada 60 anos antes pelo cartorário padre Manuel Rodrigues Leitão⁷⁵. Daupias chegou mesmo a afirmar, em 1965⁷⁶, que o fundo se encontrava fragmentado, com documentação numa sala contígua à biblioteca do Hospital e as pastas e maços de documentos na antiga igreja do Convento de Santo António dos Capuchos. Explicava ainda que o arquivo histórico do Hospital de São José, com a respetiva disposição e catalogação, não permitia a prossecução de trabalhos de investigação, tendo então sugerido a reunião dos dois corpos num só local, a instalação de um serviço de microfilme e a publicação integral de alguns registos. Além do mais, e dado o interesse histórico e económico do fundo, propunha a produção de «um catálogo monumental». Anos antes, já havia sugerido a publicação integral do Registo Geral dos Reinados de D. João II e D. Manuel e do «Registo Geral do Hospital»⁷⁷.

A grande quantidade de documentação acarreta vários problemas, implicando a existência de espaços apropriados para a instalar, cuidados para evitar a sua desfragmentação física e existência de profissionais qualificados para a organizar, catalogar e difundir. Esta situação aplicava-se ao Hospital, que seguia em linha com aquilo que acontecia um pouco em toda a Europa e que, segundo Fernanda Ribeiro, levou à criação de instituições destinadas a conservar e a gerir a documentação. Em Portugal, «alteraram o perfil do Arquivo da Coroa (Torre do Tombo), que se transformou em Arquivo Nacional»⁷⁸, o mesmo que receberia no século XX a documentação do Hospital.

Faseadamente, em 1979, 1980, 1994, 2001, 2003 e 2004, os Hospitais Cívicos de Lisboa foram incorporando o arquivo do Hospital de São José na Torre do Tombo, que concluiu o seu *Inventário*⁷⁹ em 2004, sob a responsabilidade de Teresa Saraiva, Fernando Carapinha e Idalina Lucas⁸⁰.

⁷¹ Entre outros, vejam-se: ABREU, Eduardo – Notícia de dois documentos raros relativos ao Hospital de Todos-os-Santos. Separata de *Archivos da História da Medicina Portuguesa*. Porto: Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão, 1887; CORREIA, Fernando da Silva – Um documento importante para a história do Hospital de Todos os Santos. Separata de *Imprensa Médica*. Lisboa: Impr. Médica. A. VI Nº 11 (1940); *Idem*, pref. – *Regimento do Esprital de Todos os Santos de el rey nosso senhor de Lisboa...*; CARVALHO, Augusto da Silva – *Op. cit.*; DAUPIÁS, Nuno – *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês...*

⁷² O *Dicionário de terminologia arquivística* define o princípio do respeito pela ordem original como o «princípio segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência devem conservar a organização estabelecida pela entidade produtora, a fim de se preservar as relações entre os documentos como testemunho do funcionamento daquela entidade.» ALVES, Ivone [et.al.] – *Op. cit.*, p. 77.

⁷³ O mesmo *Dicionário* define o princípio temático ou princípio da pertinência como «conceito segundo o qual os documentos de arquivo devem ser reclassificados por assuntos, independentemente da sua proveniência e organização original. Este conceito, anterior ao estabelecimento dos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original é hoje rejeitado». *Idem*, *ibidem*, p. 76-77.

⁷⁴ SANTOS, Sebastião da Costa – O arquivo do Hospital de S. José... p. 4.

⁷⁵ DAUPIÁS, Nuno – O arquivo histórico do Hospital de S. José... p. 322.

⁷⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 323.

⁷⁷ *Idem* – *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês...* p. 16.

⁷⁸ RIBEIRO, Fernanda – Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? In *I Encontro de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação*. Vila do Conde, 2005. p. 6.

⁷⁹ SARAIVA, Teresa; CARAPINHA, Fernando; LUCAS, Idalina – *Hospital de S. José: inventário provisório*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 2004.

⁸⁰ O inventário assente num sistema de organização orgânico-funcional adotou as orientações propostas pela reforma de Curry Cabral, enfermeiro-mor que, em 1901, remodelou completamente o funcionamento da instituição. *Regulamento geral da administração do Hospital Real de S. José e anexos, aprovado por decreto de 24 de dezembro de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.

Em 1996, Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado editaram os *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*⁸¹, transcrevendo o primeiro livro da série Registo Geral. Depois destas ações, ao abrigo do protocolo de cooperação entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), a Universidade de Évora e a Associação para o Desenvolvimento Hospitalar (APDH), foi ainda feita a catalogação de algumas séries do arquivo do Hospital de São José, que naturalmente contempla a série sob referência⁸².

Foi neste arquivo que recolhemos a maioria das fontes que serviram de base a este texto. No entanto, uma parte residual da documentação anterior ao século XIX ainda se encontra sobre a responsabilidade da atual entidade sucessora do Hospital, o Centro Hospitalar Lisboa Central, tendo também os Arquivos Históricos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Câmara Municipal de Lisboa documentação sobre a instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, sem a preservação da documentação, que testemunha as relações do Hospital de Todos os Santos com o meio que o envolvia, não haveria memória da instituição. Faz parte da estratégia das instituições, quaisquer que elas sejam, conservar a informação criada no âmbito das suas atividades, tendo em conta que, ao organizarem e selecionarem os documentos, asseguram a coerência, a continuidade e a sua própria identidade⁸³.

O Regimento manuelino de 1504 não só ditou o funcionamento e a organização do Hospital como obrigou à produção de registos escritos que serviram de suporte às suas atividades. Sem grandes mudanças desde a fundação, foi com a entrada da Misericórdia de Lisboa no governo do Hospital que as preocupações com a memória escrita se acentuaram, alterando-se, definitivamente, no período pombalino. Nos séculos XIX e XX, a documentação foi reorganizada e, anos mais tarde, entregue ao Arquivo Nacional, sendo possível, hoje, encontrar no mesmo espaço 500 anos de história da assistência hospitalar em Portugal. Verificamos que esta documentação é composta por séries longas que percorrem todo o Antigo Regime até ao início do século XX. A sua maioria respeita a assuntos relacionados com capelas e legados não cumpridos e deve-se à incorporação de documentação proveniente da Provedoria das Capelas de Lisboa e das Comarcas do Patriarcado no arquivo do Hospital de São José efetuada no século XIX. Segue-se a documentação de cariz financeiro e patrimonial, pois a sua salvaguarda era considerada prioritária, uma vez que pressupunha transparência, idoneidade de quem por ela era responsável e procurava evitar a perda e/ou desconhecimento do património da instituição. E apenas uma pequena parte corresponde a assuntos relacionados com a prestação de cuidados de saúde e recursos humanos, que inclui principalmente a admissão de servidores.

O Hospital de Todos os Santos adaptou-se às diferentes conjunturas políticas, económicas e sociais, reajustou-se e sobreviveu por mais de três séculos, sendo considerado o maior ou mesmo o melhor hospital português do Antigo Regime.



⁸¹ SALGADO, Anastásia Mestrinho; SALGADO, Abílio José – *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*. Pref. Jorge Borges de Macedo. Lisboa: [s.n.], 1996. Edição fac-similada.

⁸² Sobre este projeto, veja-se ABREU, Laurinda – Diferentes mundos num mesmo universo: o Hospital de Todos os Santos. *Boletim da Direcção-Geral de Arquivos*. Lisboa: DGARQ. Nº 9 (abril-junho de 2009), p. 8.

⁸³ CARDIN, Martine – *Archivistique: information, organization, mémoire - l'exemple du Mouvement Coopératif Desjardins 1990-1990*. Québec: Septentrion, 1995. p. 80-81.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Corpo Cronológico, parte I, mç. 23, nº 128.

Hospital de São José, Inventários do Hospital, liv. 2066, liv. 2734.

Hospital de São José, Reforma do tombo antigo, liv. 1179, liv. 1180, liv. 1181, liv. 1182, liv. 1183, liv. 1184, liv. 1185.

Hospital de São José, Registo de cartas régias de padrões de juro, liv. 1922.

Hospital de São José, Registo geral, liv. 941, liv. 942, liv. 943.

Hospital de São José, Tombo do Hospital, liv. 1187.

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia, Livro 1º de Filipe III.

Chancelaria Régia, Livro 2º de consultas e decretos de D. João IV.

Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos de D. Afonso VI.

Chancelaria Régia, Livro 2º de consultas e decretos de D. Afonso VI.

Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Chancelaria Régia, Livro 19º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental.

Chancelaria Régia, Livro 18º de consultas e decretos de D. José I.

Cópia do livro 2º do Provimento da Saúde.

IMPRESSAS

ABREU, Eduardo – Notícia de dois documentos raros relativos ao Hospital de Todos-os-Santos. Separata de *Archivos da História da Medicina Portuguesa*. Porto: Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão, 1887.

BRANDÃO, João – *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2ª metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552*. Org. de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

CORREIA, Fernando da Silva – *Regimento do Espirital de Todosos Santos de el rey nosso senhor de Lisboa*. Lisboa: Laboratório Sanitas, 1946.

DAUPIÁS, Nuno – *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês régias ao Hospital de Todos os Santos: 1492-1775: subsídios para a sua história*. Lisboa: [s.n.], 1959.

GÓIS, Damião de – *Lisboa de Quinhentos*. Trad. de Raul Machado. Lisboa: [s.n.], 1937.

MENDONÇA, Jorge Francisco Machado de – *Pelo breve memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao ill^{mo} e exc^{mo} Senhor Conde de Oeiras*. Lisboa: Off. Miguel Manescal da Costa, 1761.

Ordenações Filipinas. Livro I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações Manuelinas. Livro II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002-2012. 10 vol.

Regulamento geral da administração do Hospital Real de S. José e anexos, aprovado por decreto de 24 de dezembro de 1901. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.

SALGADO, Anastásia Mestrinho; SALGADO, Abílio José – *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*. Pref. Jorge Borges de Macedo. Lisboa: [s.n.], 1996. Edição fac-similada.

ESTUDOS

ABREU, Laurinda – Processos de integração de normas nos campos da assistência e da saúde (Portugal, séculos XVI-XVIII). In POLÓNIA, Amélia [et.al.], org. – *História e ciência: ciência e poder na primeira idade global*. Porto: [s.n.], 2016. p. 19-39.

ABREU, Laurinda – *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal: séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Gradiva, 2014.

ABREU, Laurinda – *Pina Manique: um reformador no Portugal das luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.

ABREU, Laurinda – As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura, orgs – *A infância no universo assistencial da Península Ibérica: séculos XVI-XIX*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008. p. 31-49.

ABREU, Laurinda – Diferentes mundos num mesmo universo: o Hospital de Todos os Santos. *Boletim da Direcção-Geral de Arquivos*. Lisboa: DGARQ. Nº 9 (abril-junho de 2009), p. 8.

ALMEIDA, A. A. Marques de – *Aritmética como descrição do real 1519-1679: contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. 2 vol.

ALVES, Ivone [et.al.] – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – As misericórdias quinhentistas do senhorio da Casa de Bragança. In JORNADAS DE ESTUDO SOBRE AS MISERICÓRDIAS, 2, Penafiel, 2009 – *As misericórdias quinhentistas: actas*. Penafiel: Câmara Municipal, 2009. p. 35-58.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Os arquivos das misericórdias do Alto Minho: um itinerário de investigação. *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, T40 (2007), p. 357-377.

AYLIFFE, William – St Bartholomew's Hospital and the origin of London hospitals. In *Safeguarding London's heath: medieval hospitals of London*. Londres: Mayday University Hospital, 2008. 11p

CARDIN, Martine – *Archivistique: information, organization, mémoire - l'exemple du Mouvement Coopératif Desjardins 1990-1990*. Québec: Septentrion, 1995.

CARMONA, Mário Reis de – *O Hospital de Todos os Santos da cidade de Lisboa*. Lisboa: Ed. do autor, 1954.

CARVALHO, Augusto da Silva – *Crónica do Hospital de Todos os Santos*. Lisboa: [s.n.], 1992.

CORREIA, Fernando da Silva – Um documento importante para a história do Hospital de Todos os Santos. *Separata de Imprensa Médica*. Lisboa: Impr. Médica. A. VI Nº 11 (1940).

DAUPIÁS, Nuno – O arquivo histórico do Hospital de S. José: esboço de um inventário. *Boletim Clínico dos Hospitais Cívicos de Lisboa*. Lisboa: Hospital de São José. V. 29 Nº 1-2 (1965).

DUCHEIN, Michel – Le “respect des fonds” en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. *La Gazette des archives*. Paris: Archivistes Français formation. Nº 97 (1977-2).

ESTEVA, José – Os enjeitados de Lisboa. *Revista Municipal*. ANO XVIII Nº 73 (2º trimestre de 1957).

GARCÍA MARTÍNEZ, Manuel Jesús – *Cuidar el cuerpo y salvar las almas: la práctica de la enfermería según el modelo de la Congregación de enfermeros obregonos*. Sevilha: [s.n.], 2007. Tese de doutoramento em Antropologia, apresentada à Universidade de Sevilha.

LOPES, Maria Antónia – *Protecção social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudos e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.

MCHUGH, Tim – *Hospital politics in seventeenth-century France: the crown, urban elites and the poor*. Hampshire: Ashgate Publishing, 2006.

NOGUEIRA, José Maria António – *Esparsos: Arqueologia, Etnografia, bibliografia e História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

PACHECO, António Fernando Bento – *De Todos os Santos a São José: textos e contextos dos “espiral grande de Lisboa”*. Lisboa: [s.n.], 2008. Dissertação de mestrado em História, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

PENTEADO, Pedro – Arquivos de confrarias e irmandades: alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística. In ROSA, Maria Lurdes; FONTES Paulo, coord. – *Fontes arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000. p. 164-188.

PEREIRA, Maria Olinda Alves – O arquivo como reflexo da orgânica e funcionamento das misericórdias. In ROSA, Maria Lurdes; FONTES Paulo, coord. – *Fontes arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000. p. 190-238.

RIBEIRO, Fernanda – Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?. In ENCONTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, I, Vila do Conde, 2005 – *A informação nas organizações: o desafio da era digital: comunicações*. Vila do Conde: FPCE-UP, 2005. p.1-23.

RODRIGUES, Isabel Maria Pereira – *Doença e cura: virtude do Hospital Real das Caldas 1706-1777 – elementos sociais e económicos*. Lisboa: [s.n.], 2007. Dissertação de mestrado em História, apresentada à Universidade de Lisboa.

RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira – *Os hospitais portugueses no Renascimento 1480-1580: o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Braga: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento em História, apresentada à Universidade do Minho.

SÁ, Isabel dos Guimarães – A fundação das misericórdias e a rainha D. Leonor 1458-1525: uma reavaliação. In JORNADAS DE ESTUDO SOBRE AS MISERICÓRDIAS, 2, Penafiel, 2009 – *As misericórdias quinhentistas: actas*. Penafiel: Câmara Municipal, 2009. p. 15-33.

SÁ, Isabel dos Guimarães – As confrarias e as misericórdias. In OLIVEIRA, César de, dir. – *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 55-60.

SÁ, Isabel dos Guimarães – A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu: 1490-1600. *Cadernos do Noroeste*. Braga: Universidade do Minho. 11: 2 (1998), p. 31-63.

SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português – 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. Arquivo Histórico – *Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1998.
- SANTANA, Francisco – Aula do Comércio. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas & Associados-Consultores, 1994. p. 114-115.
- SANTANA, Francisco – A Aula do Comércio: uma escola burguesa em Lisboa. *Ler História*. Lisboa: ISCTE-IUL. Nº 4 (1985), p. 19-30.
- SANTANA, Francisco – A Aula do Comércio de Lisboa: antecedentes. *Revista Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XLVII Nº 15 (1º Trim. 1986), p. 19-32.
- SANTANA, Francisco – A Aula do Comércio de Lisboa: relance sobre a vida de uma escola. *Revista Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XLVII Nº 16 (2º Trim. 1986), p. 18-37.
- SANTANA, Francisco – A Aula do Comércio de Lisboa: dos programas aos exames. *Revista Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XLVII Nº 18 (4º Trim. 1986), p. 24-39.
- SANTANA, Francisco – A Aula do Comércio de Lisboa: conclusão. *Revista Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XLIX Nº 23 (1º Trim. 1988), p. 19-30.
- SANTOS, Aurora Almada e [et.al.] – Fontes medievais do Arquivo Municipal de Lisboa para o estudo dos hospitais. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal. 2.ª Série Nº 8 (julho-dezembro 2017), p. 237-274.
- SANTOS, Sebastião da Costa – O arquivo do Hospital de S. José. Separata de *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. [s.l.]: [s.n.], 1920.
- SANTOS, Sebastião da Costa – *Catálogo dos provedores e enfermeiros-móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*. Porto: Tipografia da Enciclopédia Portuguesa, 1918.
- SARAIVA, Teresa; CARAPINHA, Fernando; LUCAS, Idalina – *Hospital de S. José: inventario provisório*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 2004.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- SILVA, Armando B. Malheiro da, [et. al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.
- SILVA, Augusto Vieira da – *Dispersos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1968. 1 vol.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria: do Convento da Feira à realidade nacional da congregação*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, 2009.
- WALSH, James J. – Hospitals. In HERBERMANN, Charles G., ed. – *The Catholic encyclopedia*. Nova Iorque: Robert Appleton Company, 1910. vol. 7.

Submissão/submission: 30/01/2019

Aceitação/approval: 22/03/2019

Rute Isabel Guerreiro Ramos, CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades,
Universidade de Évora, 7002-554 Évora, Portugal. rute.g.amos@gmail.com

RAMOS, Rute – *Da qualidade dos registos depende a boa administração: os documentos do Hospital de Todos os Santos*.
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 47 – 62.

La administración mediata en territorios atlánticos durante el siglo XVII: la *Câmara* de Lisboa y el Cabildo de Tenerife frente a las adversidades exógenas

A administração mediata nos territórios atlânticos durante o século XVII: a Câmara de Lisboa e o Cabildo de Tenerife perante as adversidades exógenas

The local administration in Atlantic territories during the 17th century: the *Câmara de Lisboa* and the *Cabildo de Tenerife* facing the exogenous adversities

Javier Luis Álvarez Santos

RESUMEN

Este trabajo presenta una investigación acerca de la actuación de la administración mediata ante eventualidades en puertos volcados al Atlántico. A través de un análisis de la documentación municipal de Lisboa y de Tenerife hemos realizado un estudio comparativo entre ambos territorios durante el siglo XVII. A partir de la acción de los miembros del gobierno local analizamos los mecanismos empleados para resolver las amenazas y los intereses que subrayasen dentro de la oligarquía. Del mismo modo, abordamos la consolidación de las vías de comunicación entre distintas administraciones, ya fueran castellanas o

portuguesas, como elemento esencial para preservar la seguridad y el abastecimiento. Finalmente, este estudio tratará las conexiones que se forjaron entre gobiernos locales dependientes de sus vínculos transoceánicos a partir del análisis de la élite lusa que llegó a formar parte del Regimiento Tenerife y los lazos que construyeron con otras administraciones de su entorno portugués.

PALABRAS CLAVE

Câmara de Lisboa / Cabildo de Tenerife / Atlántico / Administración mediata / Adversidades

RESUMO

Este trabalho apresenta uma investigação sobre a atuação da administração mediata diante de eventualidades nos portos voltados para o Atlântico. Através de uma análise da documentação municipal de Lisboa e Tenerife, fizemos um estudo comparativo entre os dois territórios durante o século XVII. Com base na ação dos membros do governo local, analisamos os mecanismos usados para resolver ameaças e os interesses que eles destacaram dentro da oligarquia. Da mesma forma, abordamos a consolidação de canais de comunicação entre diferentes administrações, seja castelhana ou portuguesa, como um elemento essencial para preservar a segurança e o abastecimento. Finalmente, este estudo tratará das conexões que foram forjadas entre os governos locais, dependentes de seus laços transoceânicos, com base na análise da elite portuguesa que se tornou parte do Regimento de Tenerife e os laços que eles construíram com outras administrações no seu ambiente português.

PALAVRAS-CHAVE

Câmara de Lisboa / Cabildo de Tenerife / Atlântico / Administração mediata / Adversidades

ABSTRACT

This paper presents an investigation about the action of the local government against eventualities in Atlantic ports. Through an analysis of the municipal documentation of Lisbon and Tenerife I have made a comparative study between both territories during the 17th century. Based on the action of the members of the local government, I analyze the mechanisms used to solve the threats and the interests of the oligarchy. In the same way, I analyze the consolidation of communication channels between different administrations, whether Castilian or Portuguese, as an essential element to preserve security and supply. Finally, this study will explore the connections that were forged between local governments dependent on their transoceanic ties from the perspective of the analysis of the Portuguese elite that became part of the Tenerife Regiment and the ties they built with other Portuguese Atlantic administrations.

KEYWORDS

Câmara de Lisboa / Cabildo de Tenerife / Atlantic / Local government / Adversities

INTRODUCCIÓN

Este artículo tiene como objetivo principal ofrecer un análisis comparativo de la gestión de la ciudad de Lisboa y de la isla de Tenerife sobre los fenómenos contingentes que sufrieron durante el siglo XVII y que brotaron de un mismo entorno social y mercantil, el Atlántico. Para ello, esta investigación se sustenta en fuentes documentales inéditas, tanto castellanas como portuguesas. En este sentido, se ha estudiado la documentación relativa a las instituciones mediatas de la isla – Libros Capitulares y Reales Cédulas – y de la capital lusa – *Chancelaria Régia*. Asimismo, se ha incorporado otras fuentes subsidiarias, como las madeirenses – *Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* –, para indagar en las redes de comunicaciones que se establecieron en este periodo entre islas del Atlántico y la Península Ibérica.

Como ha señalado Ribeiro da Silva¹, no son muchos los estudios directos y exclusivos sobre los *concelhos* portugueses para los siglos XVI y XVII. No obstante, aún continúan a ser esenciales los estudios de Maria Helena

¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – Historiografia dos Municípios Portugueses (séculos XVI e XVII). In CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa, ed. – *Os municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Évora: Publicações do CIDEHUS; Edições Colibri, 2016.

Cruz Coelho y de Joaquim Romero Magalhães sobre el poder del *concelho* y la obra dirigida por César Oliveira sobre los municipios y el poder local en Portugal². Más recientemente, el propio Joaquim Romero Magalhães realizó una relectura del tema y de sus propios trabajos sobre la organización municipal³.

Para el caso español, tampoco han abundado los estudios sobre el poder local. Los trabajos de Bernardo Ares y Martínez Ruíz constituyen aún referente para entender la administración municipal durante el Antiguo Régimen en Castilla⁴. Para Canarias, y en particular para la isla de Tenerife, Fernández Rodríguez abordó la formación de la oligarquía insular concejil⁵. Sin embargo, su análisis se detiene en las primeras décadas del siglo XVII.

Este trabajo pretende avanzar en el estudio de las administraciones locales a partir de un análisis comparado de dos instituciones mediatas alejadas en los aspectos geográficos y políticos pero vinculadas por los intereses y necesidades de sus dirigentes. En este sentido, más allá de la situación geográfica y de la pertenecía a un determinado reino, la isla de Tenerife y la ciudad Lisboa compartieron durante la Edad Moderna intereses vinculados al comercio transcontinental en el Atlántico. En ambos casos, la élite local fortaleció sus negocios internacionales ramificando su área de influencia hacia la administración local. Ocuparon cargos públicos, por lo que tuvieron acceso a la toma de decisiones que afectaban directamente a sus empresas. También este grupo se convirtió en el intermediario entre la comunidad local y el exterior dentro de una economía atlántica, por lo que sus preferencias mercantiles trascendían sobre la administración local.

Tanto el gobierno municipal como el insular tomaron decisiones que afectaron al desarrollo económico del lugar y al devenir social de sus moradores. De fuera arribaron mercancías para el abastecimiento local pero también productos que formaron parte de un entramado mercantil denso, dinámico y diversificado en el que participaban agentes y miembros de la oligarquía de diferentes emplazamientos del Atlántico. Del mar venía buena parte de las ganancias de la élite local que formaba parte del gobierno municipal, pero también del exterior llegaban los principales males. Estos emplazamientos se arriesgaban a recibir ataques de potencias adversarias o sufrir la agresión de un enemigo invisible, el contagio de enfermedades. Ante estos peligros las administraciones mediatas tuvieron que tomar medidas con rapidez. No obstante, en una economía atlántica, la élite local y la administración mediata en ocasiones asumieron riesgos para la salud de la comunidad y actuaron en su propio beneficio económico. Los tripulantes que podían transmitir algún contagio venían en las mismas embarcaciones en las que la élite mercantil y política había invertido. Las autoridades se vieron comprometidas entre garantizar la salud del grupo y perder el rédito en las mercancías donde habían colocado importantes capitales.

EL EJERCICIO DEL PODER DE LA ADMINISTRACIÓN MEDIATA

Empleamos el término “administración mediata” como expresión más certera y sensible para describir al órgano de gobierno de las comunidades locales, aquellos más apartados de la administración regia. Nos referimos al

² Nos referimos a: COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O poder concelho. Das origens às cortes constituintes*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986 e a OLIVEIRA, César, dir. – *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média a União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

³ MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Concelhos e organização municipal na época moderna. Miunças 1*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

⁴ BERNARDO ARES, José Manuel de; MARTÍNEZ RUÍZ, Enrique, ed. – *El municipio en la Edad Moderna*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 1996.

⁵ FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Lourdes – *La formación de la oligarquía concejil en Tenerife: 1497-1629*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2013.

domino del medio. Seguimos, así, la denominación empleada por António Manuel Hespanha para definir a los agentes detentadores del poder local:

En este tipo de relación del poder central con los poderes locales, a éstos es atribuida una zona de inmunidad y de autogobierno, por lo que el acceso del poder central a la comunidad sólo es posible por la mediación de agentes que, siendo por un lado los jefes de las comunidades locales, aseguraban la representación de éstas en la esfera política más vasta en que ellas están injeridas. El tipo de legitimidad de estos agentes es el de su prestigio (*honor*) local, normalmente basado en su supremacía económica y social (*senior pars*)⁶.

Somos conscientes que el empleo de esta terminología podría condicionar nuestro posicionamiento teórico en el debate historiográfico acerca de la existencia del Estado absoluto en los reinos ibéricos durante el Antiguo Régimen desde la perspectiva de la administración local. Por un lado, las leyes del reino, los juicios de residencia o la actuación fiscalizadora desde los concejos son algunos de los elementos que matizan la libertad de ejercicio de las autoridades locales. Por el otro, las administraciones locales no fueron una parte periférica de la organización política del Antiguo Régimen, sino que constituyeron una pieza esencial del Estado absoluto. Sin ignorar la dialéctica de la lucha por el poder, los intereses de aquellas oligarquías locales y los de la monarquía siempre alcanzan un punto de equilibrio, por muy inestable que sea, en lo referente a la dirección de los asuntos públicos en general y a la gestión de las finanzas locales en particular⁷.

Distingue Bernardo Ares dos aspectos de ejercicio del poder, el “político-legal” y el “económico-administrativo”. El primero hace referencia al hontanar de la ley, mientras que el segundo desvela quién ostenta la propiedad. Ambas realidades “se entremezclan de tal manera en las administraciones locales que sólo comprendiendo su interacción [...] es posible dar cuenta de la estructura y dinámica del municipio”⁸.

El poder político-legal, en el caso castellano, atravesaba todos los niveles de la administración política del reino, convirtiéndose este elemento en el eje vertical que vinculaba los distintos poderes (central, territorial y local). En este sentido, de la potestad regia emanó la jurisdicción municipal de los concejos castellanos⁹.

Por su parte, el poder económico-administrativo, el ejercido por los hombres principales a través de la patrimonialización de los oficios, manifestaba una relación de carácter horizontal entre los gobernantes y gobernados y “explica el verdadero sentido y alcance real de la administración local”¹⁰.

Por consiguiente, matiza Bernardo Ares, que el poder local

estuvo orientado en su dinámica política por los intereses socioeconómicos de las oligarquías (poder económico que hacían valer administrativamente) y limitado por el imperio de la ley (que tenían que aplicar en virtud de la jurisdicción delegada de un único y exclusivo poder soberano)¹¹.

La actuación de los miembros en la administración mediata estuvo condicionada por el modelo orgánico de las monarquías. Se trata de una entidad compuesta por diversos territorios que se extendían más allá de las fronteras del Viejo Mundo, en donde el acceso a las instituciones locales constituía una de las principales vías

⁶ HESPANHA, António Manuel – *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 71. Tradução do autor.

⁷ BERNARDO ARES, José Manuel de – Poder local y Estado absoluto. La importancia política de la administración municipal de la Corona de Castilla en la segunda mitad del siglo XVII. In BERNARDO ARES, José Manuel de; MARTÍNEZ RUÍZ, Enrique, ed. – *El municipio en la Edad Moderna*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 1996. p. 112-147.

⁸ BERNARDO ARES, José Manuel de – El régimen municipal en la Corona de Castilla. *Studia Historica. Historia Moderna*. Salamanca: Universidad de Salamanca. N° 15 (1996), p. 28.

⁹ *Ibidem*, p. 31.

¹⁰ *Ibidem*, p. 28.

¹¹ *Ibidem*, p. 34.

para conseguir un conjunto de privilegios para los vecinos de los territorios de ultramar. Esta transformación, de morador a rector local, suponía también la participación de estos agentes de la administración mediata en la gobernanza de la Monarquía – y de sus Imperios – en tanto que ésta estaba compuesta también por estos territorios periféricos¹².

Las instituciones de la Corona establecidas en los territorios ultramarinos, así como el ejercicio que se desprendía de ellas, constituyeron un sistema político-administrativo local con cierta autonomía, por lo menos desde el punto de vista más socioeconómico¹³. Estamos ante un modelo de Monarquía en el que la autoridad del “soberano” del Monarca cede en el plano externo ante una multiplicidad de poderes políticos. Se trata de un sistema en que el poder regio convive y comparte las atribuciones del buen gobierno con los poderes locales¹⁴. En este ambiente, en el que el rey compartía responsabilidades político-administrativas con órganos locales, es donde estos últimos podían llegar a concebir – como fue el caso portugués – su jurisdicción como una “auto-administración”¹⁵.

En el caso castellano, prosigue Bernardo Ares, el gobierno “nacional” sobre la Corona y el gobierno “internacional” desde la Corona recayó sobre el binomio rey-reino. Si el poder central del primero tendió hacia una monarquía autoritaria como modo de gobernanza; el poder local del segundo se sustentó sobre el poder de la propiedad. Por tanto, el poder real no anuló el poder del reino¹⁶.

En este universo gubernamental no existía una única “administración” como tal, sino muchas instituciones, tantas como colectivos con intereses. En palabras de Cardim, “la acción administrativa del príncipe, además de no ser unitaria ni homogénea, contaba con la presencia de una serie de elementos administrativos de naturaleza corporativa”¹⁷. Sin aparente contradicción, el Monarca mediaba con esa pluralidad de actores, reconociendo su presencia, y articuló un sistema corporativo en el que coexistían distintas voces.

En este marco institucional, las administraciones central y local no se comportaron como dos compartimentos estancos, sino que la actuación de ambas, así como la vinculación interpersonal de los gobernantes en su conjunto, formaron un todo coherente de acción pública¹⁸. Sin ignorar la dialéctica de la lucha por el poder, los intereses de las oligarquías locales y los de la monarquía siempre lograron alcanzar un cierto equilibrio tanto en lo relativo a la administración de los asuntos públicos en general como en la gestión de las finanzas locales en particular¹⁹.

En definitiva, por un lado, nos encontramos ante monarquías ibéricas politerritoriales constituidas por diferentes espacios de poder donde “es necesario tener plena conciencia no sólo del alcance real de la concentración del poder en manos del príncipe, sino también del carácter eminentemente policéntrico y plural de los cuerpos políticos”²⁰.

¹² BICALHO, Maria Fernanda – O que significava ser cidadão nos tempos coloniais. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel, org. – *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 145.

¹³ Para el caso del Imperio portugués, señala Hespánha que éste es “[...] pouco homogéneo, descentralizado, deixado ao cuidado de muitos centros políticos relativamente autónomos, ponteados de soluções políticas bastante diversas e onde a resistência do todo decorria da sua maleabilidade [...]” a arquitectura imperial era dominada por uma estratégia prática dirigida para uma sobrevivência auto-suficiente de cada parte”. HESPANHA, António Manuel – Estruturas político-administrativas do império português. In RODRIGUES, Ana Maria, ed. – *Outro mundo novo vimos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 24.

¹⁴ *Ibidem*, p. 30.

¹⁵ CARDIM, Pedro – La jurisdicción real y su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI-XVIII): reflexiones sobre la historiografía. In ARANDA PÉREZ, Francisco José; RODRIGUES, José Damião, coord. – *De Re Publica Hispania: una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*. Madrid: Silex, 2008. p. 355.

¹⁶ BERNARDO ARES, José Manuel de – El régimen municipal..., p. 35.

¹⁷ CARDIM, Pedro – *Op. cit.*, p. 353.

¹⁸ BERNARDO ARES, José Manuel de – El régimen municipal..., p. 61.

¹⁹ BERNARDO ARES, José Manuel de – Poder local y Estado absoluto..., p. 135.

²⁰ CARDIM, Pedro – *Op. cit.*, p. 363.

Por otro, este politerritorialismo y sobre todo los lazos de dependencia que se construyen entre regiones atlánticas tales como Lisboa o Canarias propiciaban que en la cosmovisión de estos individuos de ultramar se percibiese al lugar donde vivían como el núcleo central de la comunidad; se hablaba, sobre todo, de lealtad y de obligaciones con este universo próximo y sus habitantes²¹.

En estas administraciones mediatas de territorios volcados al mar, como los cabildos insulares o la *Câmara* de Lisboa, no se trataba únicamente temas locales, sino que discutían asuntos de relevancia para toda la monarquía en materia económica y financiera²². A este respecto, estos espacios de poder podían ejercer cierta autonomía – por lo menos en determinados asuntos –, llegando a aplicar en ocasiones una cláusula por la que “podrían desobedecer las instrucciones regias dadas siempre que una valoración puntual del servicio real lo justificase”²³.

Al igual que sucediese con otros alejados geográficamente de la metrópoli, pero con intenso dinamismo regional mediante el fomento de la actividad mercantil – como fue el caso de Goa o Macao²⁴ –, en Canarias y en Lisboa los miembros de esta administración mediata fueron comerciantes o estuvieron ligados al comercio internacional. No obstante, en las islas a diferencia de la capital portuguesa, la falta de una élite nobiliaria, la oligarquía estaba formada por individuos que, pese a procurar un ennoblecimiento asimilando normas de comportamiento – tales como la terratenencia –, estaban involucrados directamente en el devenir económico local ya que de ello dependía su éxito.

También debemos de resaltar que en el caso de Canarias, y en particular de Tenerife, los portugueses constituyen una excepción dentro de los no castellanos que tomaron el cargo de regidor de la isla. Por un lado, porque, a diferencia de los genoveses o flamencos, es la primera generación de lusos establecida en la isla la que accede a la regiduría. Si bien no fue recurrente que las primeras generaciones accediesen a una regiduría, más habitual fue el acceso a estos cargos de los descendientes de genoveses o flamencos. Por otro lado, por la cantidad de estos regidores lusos. Si bien en otras islas e, incluso, en la América española, los portugueses llegaron a ser miembros del Cabildo, no existe – que sepamos – ninguna otra comunidad castellana en ultramar con un porcentaje tan alto de regidores de origen portugués durante los siglos XVI y XVII.

El estudio de Trujillo revela la existencia de estrategias similares de la oligarquía portuguesa asentada en territorios castellanos, por lo menos en América y en Canarias. Plantea este autor para el caso de Buenos Aires que el éxito de la integración de este grupo se debió a que asimilaron como propios los cauces que utilizaron los comerciantes castellanos: acceso a la élite mediante acuerdos matrimoniales, búsqueda de mecanismos o estrategias de fortalecimiento financiero, conocimiento del mercado interno, etc²⁵. Continúa Trujillo afirmando que estos emigrantes “sobrevivieron en tanto y en cuanto lograron apropiarse de categorías y recursos (vecindad, servicio a la Corona, matrimonio, tierras, ganados, etc.) de la misma manera que la élite local ganaba con sus nuevos integrantes vínculos a nuevos mercados”²⁶. Al fin y al cabo, tanto en Tenerife como en Buenos Aires, los portugueses actuaron con la misma racionalidad mercantil que hubiese practicado un castellano ya que los intereses del lugar se convirtieron en los suyos.

²¹ *Ibidem*, p. 364.

²² BERNARDO ARES, José Manuel de – Poder local y Estado absoluto..., p. 123.

²³ HESPANHA, António Manuel – A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima, org. – *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 175. Tradução do autor.

²⁴ BICALHO, Maria Fernanda – As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima, org. – *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 208.

²⁵ TRUJILLO, Oscar José – Integración y conflicto en una elite fronteriza: los portugueses en Buenos Aires a mediados del siglo XVII. In CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da, org. – *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2013. p. 320.

²⁶ *Ibidem*, p. 320.

Se gesta en el Atlántico una vinculación entre espacios de distintos dueños y distinta titularidad desde su conquista y su posterior consolidación. Se estructura una cohesión desde diferentes ámbitos y niveles, en la que sobresale la acción de la administración local, que participa en la articulación y el tránsito de un lugar a otro de mercancías y personas, pero también de información vital para la estabilidad de cada emplazamiento conectado al Océano.

LA ACCIÓN DE LA ADMINISTRACIÓN DE LISBOA ANTE UNA POSIBLE PESTILENCIA

En el fondo de la *Chancelaria Régia* del *Arquivo Municipal de Lisboa* se conserva una consulta sobre sanidad pública del 21 de octubre de 1669²⁷. Este documento refiere a la reunión mantenida por el Senado de Lisboa para tratar sobre la enfermedad existente entre los tripulantes de una fragata de guerra que había entrado al puerto de Belém.

La consulta fue asignada por el marqués de Sande y *monteiro-mor* del reino, Garcia de Melo²⁸, por los regidores Cristovão Soares de Abreu, João Correia de Carvalho, Manuel da Cunha Sotto Mayor y Pedro de Almeida do Amaral, así como por António Bernardes, el *procurador dos mesteres*. Un día antes había llegado la noticia al presidente de la *Câmara* que al dicho puerto había arribado una embarcación francesa que pasaba para una de las islas Canarias y cuya tripulación sufría algún tipo de enfermedad. Inmediatamente el dicho presidente, tras consultar con los procuradores, llamó a médicos, cirujanos y oficiales de la salud para que tratarasen el asunto y averiguasen de cuál dolencia padecían. Las informaciones recabadas indicaban que habían fallecido más de cien miembros de la tripulación y que algunos de estos tripulantes habían pasado ya a tierra.

Finalmente, los médicos que examinaron a los navegantes descartaron que el mal fuera por contagio de peste, enfermedad que había causado estragos entre la población lisboeta durante más de un siglo. Además, aún estaba en la memoria de la comunidad las desgracias sufridas durante la gran epidemia de 1650. Las diligencias hechas concluyeron que la dolencia procedía por la falta de agua y de suministros. Aun así, las autoridades acordaron que los individuos enfermos de la fragata no debían salir de la embarcación y que los que ya estaban en tierra tenían que ser apartados para evitar posibles contagios.

Lisboa, como otros puertos estratégicos, dependía para su sustento y desarrollo de las relaciones marítimas con el exterior. Por tanto, a consecuencia de estos condicionantes, actuaron sus regidores.

Estas medidas preventivas tomadas por la administración de Lisboa no corresponden a un hecho aislado, sino que surgen de la percepción de la élite local de que la capital portuguesa es un nexo destacado entre el Atlántico y Europa durante esta primera era de la globalización. Así, a finales de esta misma centuria, en junio de 1699, el *provedor mor da Saúde* presentó una petición para que “dê prática” a la gabarra *Bom Jesus da Nazaré*, de la que era maestre Andrés da Palma, alegando que con base al auto de las diligencias de Diogo Rangel de Macedo, *guarda mor da Saúde* del puerto de Belém, no debía estar impedida porque “partindo de Penelva em lastro veio a Almeiria onde carregou de esparto para o consúl dos castelhanos, assistente nesta Corte” la embarcación no había “tocado outros portos mais que os referidos”²⁹. Nuevamente se pone de manifiesto la controversia entre las disposiciones a tomar por el bien de los moradores de este territorio fronterizo. Por un lado, se encuentran las propuestas de medidas encaminadas a garantizar el abastecimiento local y, a su vez, proclives a los intereses mercantiles en la economía global de la oligarquía asentada en la ciudad de Lisboa. Por otro lado, las soluciones promovidas para proteger la salud de la comunidad local pero que limitan la interacción y el comercio con el exterior.

²⁷ Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos de D. Pedro II, f. 230-231v.

²⁸ Hijo de Francisco de Melo, también *monteiro-mor* del reino y embajador de D. João IV en la corte de Francia. Además de *monteiro-mor* del reino, fue presidente de la *Câmara* de Lisboa y de la *Mesa da Consciência e Ordens, regedor das justiças*, presidente del *Desembargo do Paço* y consejero de Estado.

²⁹ Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, f. 491-492.

En último término, la actuación de esta administración mediata debía ser ágil y, sobre todo, preventiva en caso de un riesgo, significativo y constado, de contagio de una enfermedad tan virulenta como la peste. De una parte, el gobierno debía mantener a un cuerpo de especialistas, médicos y cirujanos, y de oficiales que actuaran con la mayor celeridad y en estrecha comunicación con las autoridades. De la otra, los avisos y contactos con otros emplazamientos, fomentados por las élites locales, se tornaron esenciales para conocer sucesos lejanos en el espacio, pero cercanos y estrechos dentro del circuito interoceánico. Estos contactos condicionaron a las sociedades marineras y los flujos de información se tornaron esenciales para garantizar la supervivencia a través de la prevención.

Fruto de esta inquietud, ante la posibilidad del contagio de graves enfermedades desde lugares fronterizos, es el ordenamiento realizado por el reino de Portugal en 1693 ante el avance de la peste desde la vecina España. Este *Regimento que se ha de observar sucedendo haver peste (de que Deus nos livre) em algum Reyno, ou Provincia confinante com Portugal* se articula en torno a quince capítulos que disponían las medidas a tomar ante las noticias de que en el reino colindante se padecía este mal³⁰. En el capítulo primero se determinan decisiones ágiles y prácticas, así como concretas y contundentes para acotar y delimitar los contactos entre ambos territorios. En este sentido, se establecía que se vigilase las interacciones entre los dos reinos limítrofes y, para ello, se habían de colocar a los guardas en las puertas de las ciudades y villas. El segundo de los puntos de este reglamento subraya el uso de la comunicación como herramienta fundamental para la prevención. En este apartado, se ordenaba que se notificase las citadas diligencias a todos los espacios fronterizos, “as camaras das cidades e villas vezinhas da raya”. Más aún, el artículo tercero ahonda en la obligación de difundir a la población la necesidad de tomar medidas provisionales. Así, “para se atalhar este danno, se lançarão pregões em todos os lugares”. Estas disposiciones, vinculadas al fomento de la comunicación también perseguían otro objetivo, que personas furtivas o desconocidas no pudieran traspasar la línea fronteriza entre los dos reinos. Incluso se les autorizaba a los *goardas da Saúde* el uso de armas de fuego.

Por un lado, la explicitación de estas órdenes sobre las limitaciones de los movimientos en la frontera revela las tradicionales interacciones en esta raya peninsular y de la cotidianeidad de la convivencia entre comunidades y familias a ambos lados de la línea que, únicamente en una coyuntura excepcional como esta, deben ser interrumpidas. Para asegurar las movi­lidades, únicamente dentro del reino, y para controlar a los individuos se expidieron pasaportes por los escribanos de las *câmaras* y fueron firmados por el *guarda mor da Saúde*. En este documento personal se describiría de manera detallada los rasgos físicos del individuo y de sus acompañantes: nombre, edad, estado, estructura del cuerpo, color de pelo, señales en la cara o en cualquier otra parte, etc. Incluso este reglamento establece cómo debe ser elaborado dicho pasaporte, indicando las medidas del folio y el tipo de letra.

La delimitación de los espacios y, en definitiva, de la raya fronteriza entre los dos reinos resurge con nitidez en el capítulo 14 con el objetivo de asegurar la supervivencia de una comunidad frente a otra:

E porque o comercio das cartas, que vem pelo correo ordinario de Madrid senão pode evitar por ser util, e necessario, para que d'elle não possa resultar ao bem publico da saude damno, se ordena que o estafeta, que vay todas as semanas a Badajos a receber as cartas, que o estafeta de Madrid trás, não entrará na cidade, e chegará ate junto da ponte de Badajos em poca distancia ficando da parte de Portugal, e no fim da ponte, o estafeta de Madrid tirará todas as cartas dos sacos, e as porá em terra, e serão logo todas passadas por vinagre, e por fogo; e feita esta diligencia as deixará, e cobrará os maços das que o estafeta de Portugal leva, o qual mete em sacos, que levará comsigo recolherá todas as cartas, que forem purificadas na forma referida, e mais papeis; e para que o estafeta não possa usar de dolo, nem engano saira de Elvas a receber as cartas acompanhado de dous cabos de esquadra de cavallo de toda a satisfação, e confiança.

³⁰ Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria Régia, Livro do Regimento do Senado, f. 66-69v.

Este articulado es un claro ejemplo de la construcción de una frontera, entendida como la división de un espacio, que surge como elemento preventivo frente a un enemigo externo que, en esta ocasión, resulta ser una grave epidemia.

En el mismo sentido, también se dispone en este reglamento una serie de normas relativas a la organización de las relaciones en la frontera marítima. En este espacio vital de interacción las medidas de control son tajantes. En el capítulo 7 se establece que, sin licencia, “não poderão os arraes, barqueiros, e fragateiros recolher em suas embarcações pessoa alguma de qualquer qualidade, estado, e sexo”. Incluso, para que nadie pueda justificarse por la falta de información, en el mismo apartado se señala que “se lançarão pregões nos taes portos com declaração das penas”. En este ámbito marítimo, como hemos venido indicando, son nuevamente las autoridades locales las que han de resolver las cuestiones sobre la salud más acuciantes. En este sentido, en el capítulo siguiente se refuerza el papel de la administración mediata una vez que “a deligencia vira logo dar parte de tudo ao presidente da Camara para que chamando ao Senado se tome resolução de como se deve proceder neste negocio”. Por tanto, es la élite local con intereses en el exterior la que, en último término, había de tomar decisiones vitales para el conjunto de la población.

COMPLEMENTARIEDAD ATLÁNTICA E INTERESES OLIGÁRQUICOS

Como en otros rincones atlánticos, en Lisboa y en Canarias se construyeron lazos solidarios basados en la necesidad de asegurar la subsistencia. En el caso de los isleños, además se trataba de garantizar la supervivencia en un espacio limitado y cercado por un entorno hostil³¹. No obstante, estos vínculos mercantiles transoceánicos resultaron, en ocasiones, insuficientes e, incluso, contraproducente. El historiador Núñez de la Peña relata la llegada de la peste a la isla de Lanzarote en 1598 como consecuencia del trato continuado de aquella isla con Madeira³².

Por otra parte, la complementariedad como proceso expresivo de articulación entre espacios atlánticos responde a un fenómeno histórico y, por tanto, cambiante. Esta fluida comunicación entre enclaves estratégicos fue originada por una parte específica de la sociedad, un grupo concreto con la capacidad para emprender dichas actuaciones mediante los resortes y medios disponibles a su alcance. Por tanto, actuaron en su propio interés en detrimento del bien comunitario, lo que abrió la puerta a la vulnerabilidad y a la mayor dependencia del exterior. Es decir, como señala el profesor Fajardo Spínola para las islas – igualmente extrapolable para otros territorios atlánticos – esta complementariedad

no se ejerce necesariamente en beneficio de todos los miembros de la comunidad isleña, sino de sus elementos rectores, lo que afecta también a los movimientos de población; y se vuelve concurrencia cuando hay una misma oferta, de un producto de exportación o de los servicios de escala. Por eso las sociedades insulares pueden resultar también especialmente vulnerables si hay una excesiva especialización, una fuerte dependencia o una situación de incomunicación³³.

La peste que asoló a la Tenerife a comienzos de siglo XVII perturbó los vínculos del espacio insular con el exterior, como se desprende de las escrituras en las que están involucradas otras comunidades. En la conciencia del colectivo insular afloraba el temor al contagio de la pestilencia. La sociedad local sabía que el bienestar de la comunidad

³¹ Aunque es posterior a nuestra cronología, debemos destacar el trabajo realizado por Santana sobre medidas de salubridad y enfermedades transmitidas por el mar a Canarias. SANTANA PEREZ, Juan Manuel – Diseases Spread by Sea: Health services and the ports of the Canary islands in the eighteenth and early nineteenth centuries. *The Mariner's Mirror*. Nº 102 (2016), p. 290-302.

³² NÚÑEZ DE LA PEÑA, Juan – *Conquista y Antigüedades de las islas de la Gran Canaria*. Santa Cruz de Tenerife: Imprenta Isleña, 1847 [1676]. p. 486.

³³ FAJARDO SPÍNOLA, Francisco – Inmigración e integración en Canarias en la Edad Moderna. In GALVÁN TUDELA, José Alberto, coord. – *Migraciones e integración cultural*. Las Palmas de Gran Canaria: Academia Canaria de la Historia, 2009. p. 176.

pasaba por el trato con el exterior. Sin embargo, ese mismo contacto exponía a los isleños a la posibilidad de padecer terribles enfermedades si no se tomaban medidas al respecto. El Cabildo, como administración mediata de la isla, intercedió regularmente para prevenir posibles contagios. Las noticias llegadas de fuera sobre lugares con peste son escuchadas con atención por los miembros del Regimiento. Generalmente son tomadas medidas de prevención, enviando a diputados a los puertos y negando el trato o poniendo en cuarentena a las embarcaciones que pudieran portar alguna enfermedad.

Como se ha podido observar, de la misma manera actúa la *Câmara* de Lisboa. En el documento que hemos referido se describe cómo, inmediatamente tras conocerse la noticia de la posible pestilencia entre la tripulación de una fragata que arribó al puerto de Belém, el presidente ordena que los oficiales de la salud y el personal sanitario hagan las averiguaciones oportunas para tomar medidas preventivas. Incluso se solicita información al cónsul de Francia.

La actuación del gobierno local no iba dirigida a salvar las vidas de la tripulación de la embarcación sino a que la posible enfermedad que éstos sufrían no se propagase en tierra. La prioridad y la inquietud de la administración, por tanto, se focalizaba en mantener el contagio, si lo hubiese, en el interior de la fragata.

Para el período estudiado, el Regimiento de Tenerife abordó en sus sesiones en más de una veintena de ocasiones la incidencia de la peste en los vecinos puertos lusos del Atlántico, así como las nefastas consecuencias de negar el trato de los navíos portugueses procedentes de estas tierras. Arribaban navíos sospechosos de enfermedad de Lisboa, Viana, Setúbal, Algarve e, incluso, hasta de Santo Tomé³⁴. En este último caso el gobierno de la isla actúa de la misma manera que las autoridades de Lisboa. El Cabildo insular ordenó en 1628 que se pusiese en degredo y fuese visitado por los médicos un navío, cargado con azúcar y esclavos, en el que habían fallecido alguno de sus ocupantes. En definitiva, los rectores locales responden de idéntica manera ante idénticos problemas. El Atlántico era una puerta a la fortuna pero también a la desventura.

Interrumpir estos flujos atlánticos podía suponer consecuencias funestas para los vecinos, más aún si quebraban los lazos complementarios de abastecimiento. Para desgracia de estas comunidades, el mismo vínculo que las suministra y las conecta con el exterior es el que puede hacerlas sucumbir ante epidemias de origen exógeno. El documento que referimos refleja la fragilidad de la frontera entre el mar y la tierra, entre lo exterior y lo local. Los hechos que se relatan crean una Historia Atlántica y transfronteriza que conecta distintas regiones en dependientes del Océano. En definitiva, las autoridades de Lisboa actúan sobre acontecimientos que desbordan al propio ámbito local porque la ciudad depende de estas comunicaciones exteriores y transnacionales.

Al cabildo de Tenerife le llegaron en varias ocasiones noticias sobre el estado de “la salud” en Madeira. Es sabedor el gobierno insular de que, si esta isla portuguesa cae ante un brote epidémico, la isla de Tenerife está abierta de la misma manera a enfermar si no previene al territorio con medidas tajantes, impidiendo cualquier contacto. En 1598, ante las noticias que llegan de Madeira, el Cabildo ordenó que no se admitiesen navíos de aquella isla, así como de Lanzarote y Fuerteventura³⁵. El Regimiento justificaba ampliar esta medida hacia las dos islas de las Canarias Orientales, justamente “por la común relación que con ella [Madeira] tiene [con Lanzarote] y porque esta isla [Tenerife] tiene asimismo trato con las dichas islas”³⁶.

No obstante, los regidores de la isla son conscientes de la necesidad del trato con el exterior. De igual modo, esta élite local es parte activa del comercio atlántico y está interesada en que se mantenga la fluidez de las relaciones con las embarcaciones venidas de fuera. En esta tesitura, en ocasiones los miembros del concejo de la isla titubean e, incluso, difieren sobre las medidas a tomar. En 1586, ante la decisión del gobierno de no recibir un navío procedente de Viana, algunos miembros del Regimiento, como Bernardino Justiniano, reclamaban que

³⁴ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 9, f. 205v.

³⁵ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 4, f. 304.

³⁶ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 4, f. 301.

antes de acometer cualquier diligencia se hiciese información porque “el sustento de estas islas es el comercio de los navíos que a ella vienen de fuera”³⁷.

Existe un debate dentro del gobierno local acerca de si se debía aceptar embarcaciones sospechosas para satisfacer las necesidades de los vecinos, en especial las de las propias autoridades como parte de la élite mercantil. Se discutía sobre productos para el abastecimiento, así como admitir otras mercancías imprescindibles para el comercio local. Para el caso de la isla de Tenerife, el vino era un producto básico de exportación sobre el que pivota buena parte de la economía y de las relaciones insulares con las regiones circunatlánticas. Valgan como ejemplo las diligencias realizadas en 1586 sobre un navío portugués sospechoso de contagio, el cual traía cierta cantidad de maderas:

El Cabildo, con información y diligencias que los señores comisarios hicieron en el puerto de Santa Cruz acerca de los dos navíos degredados y habiéndose platicado e tratado en razón de ello e informándose del Licenciado Romero, médico de esta isla, mandaron que se cumpla lo proveído en este cabildo de que se vayan los dos navíos. Que se les dé por sus dineros pan y vino y agua y los demás que pidieren para su viaje y se les dé apartadamente con la orden que otras veces se ha hecho. Y que atento que en la madera no puede venir contagio mojándose, se manda que si los dichos portugueses la quisieren vender puedan y se les pague en vinos. Y si la quisieren dejar a alguna persona, lo puedan hacer [...]. Que los guardas hagan que la dicha madera se moje [...] y si los portugueses no quieren vender la madera o dejarla, la vuelvan a subir³⁸.

El brote de pestilencia de principios del siglo XVII no era el primero que afectaba al Archipiélago que procedía de las islas portuguesas. En 1554, una peste proveniente de Madeira había afectado a las islas de Fuerteventura y Lanzarote. Más tarde, en 1598, Lanzarote se vio nuevamente afectada por otra afección procedente también de la citada isla portuguesa³⁹. Fue este contagio el que tres años después retornase a Canarias, y cuyas incidencias en las relaciones con Portugal son las que estamos evaluando. Señala Rodríguez Yáñez que la llegada de esta enfermedad a Tenerife se produjo por las negligencias de las autoridades locales de Garachico, quienes habían desestimado las órdenes del Cabildo⁴⁰. Como en anteriores ocasiones, se habían ordenado disposiciones preventivas pero tanto el alcalde como los regidores del lugar hicieron caso omiso de ellas y el puerto a mediados de 1601 continuaba aceptando embarcaciones procedentes de lugares con pestilencia. En julio de ese año, el Regimiento de la isla insistía sobre las prohibiciones a las autoridades locales, a sabiendas de la existencia de brotes de la enfermedad en Lisboa y Andalucía, pero estas aún desistían de llevar a cabo las citadas medidas preventivas⁴¹. Finalmente, la enfermedad entró en el territorio insular y como consecuencia de este brote epidémico, la isla sufrirá la escasez de cereales y la falta de abastecimiento.

En Lisboa, al igual que en Tenerife, la administración mediata es la encargada de actuar en primera instancia y de tomar medidas preventivas. Con rapidez recopilan información y movilizan a los agentes sociales. El presidente de la *Câmara* en último término debe tomar una decisión, la cual debe ser sopesada. Su parecer podría afectar a los intereses de la élite local, a la salud de toda la comunidad e incluso a todo el reino. La capital portuguesa es el puerto de entrada de beneficios y lucros para la Corona, pero también es la puerta de acceso a penurias y calamidades.

³⁷ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 15, f. 162.

³⁸ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 3, f. 344v.

³⁹ ANAYA HERNÁNDEZ, Luis Alberto; ARROYO DORESTE, Aurora – La peste de 1601-1606 en las islas Canarias. *Revista de Historia Canaria*. Nº 174 (1984-1986), p. 178.

⁴⁰ RODRÍGUEZ YANES, José Miguel – *Aproximación al estudio del Antiguo Régimen en la Comarca de Daute (Tenerife): 1500-1750. Aspectos demográficos, económicos y sociales*. Canarias: Archipiélago Canario S. L., 1988. p. 79.

⁴¹ Incluso se llegó a ordenar prisión contra el alcalde y regidores de Garachico por haber mantenido trato con navío procedente de Setúbal y sospechoso de tener landres. Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 4, f. 406.

EL CABILDO COMO INSTITUCIÓN MEDIATA EN LOS ASUNTOS PORTUGUESES

Como hemos señalado con anterioridad, los portugueses accedieron con cierta facilidad al cargo de regidores en la isla de Tenerife. Las islas Canarias, insertas en el dinamismo atlántico, eran un emplazamiento estratégico en los intereses lusos transoceánicos. Al Archipiélago se trasladaron comerciantes y agentes portugueses que formaban parte de importantes redes mercantiles en el Atlántico. Estos individuos conectaron los espacios insulares con las regiones circundantes y garantizaron el suministro para los locales. En contrapartida, la élite local les permitió acceder a cargos públicos a cambio de participar los canarios en los lucrativos negocios lusos transatlánticos. Se forjó así un pacto social en el que confluyeron los intereses de propios y extraños.

Fue durante el primer cuarto del siglo XVII cuando se produce el acceso del mayor número de lusos al Regimiento. Uno de estos portugueses fue Pedro Díaz Franco que en 1603 entró como regidor por oficio acrecentado. En ese mismo año también ocupó el cargo de almojarife⁴². Un año más tarde el Cabildo ordenó que se le pagase 1.000 reales por habérselos prestado para luchar contra la enfermedad de la peste que estaba azotando a la isla en esa época⁴³.

Pedro Díaz Franco representa al individuo portugués que, partiendo de su interés en la economía atlántica, es consciente de que tiene que intervenir en la administración política y mercantil del emplazamiento en donde se ha asentado para dinamizar sus conexiones. Yuxtapone, por tanto, su lucro personal – y el de su red – al potencial rendimiento económico de la isla. Sin embargo, estas pretensiones no podían ser desarrolladas en el ámbito insular sin la participación de otros miembros destacados de la sociedad. Siguiendo las estrategias matrimoniales, emparentó con la familia Lorenzo, otro importante linaje de origen portugués. De este modo, junto a ellos, se involucró en el comercio de vinos de la isla con la América española.

Esta estrategia dual de la comunidad portuguesa para ratificar su integración, basada en el compromiso local y en la inserción de la isla en las redes en las que ella participaba queda manifestada a través del estudio del comportamiento social de los principales hombres portugueses asentados en Tenerife. Así, el empleo de estas vías para la consecución de la mimetización le permitió emparentar a estos lusos con la oligarquía institucional-mercantil y, de este modo, interferir en las decisiones internas de la isla. Además, imitando el comportamiento de esta élite local interesada en la explotación de la tierra y en la comercialización de productos de la isla, los portugueses lograron intervenir directamente en la producción de azúcares y vinos, así como en su exportación. La novedad de este sistema de integración estribaba en que, en contrapartida a este pacto social, la comunidad lusa aseguraba la agregación de la isla – y de sus habitantes – a las redes económicas mercantiles atlánticas en las que ella era partícipe.

Con este modelo de asimilación, los destacados hombres de negocio portugueses no sólo pretendieron aparentar ser un miembro más de la élite y disfrutar de los privilegios de los individuos más reputados de la sociedad. Sobre todo, buscaban acceder mediante un acuerdo social a las oportunidades económicas que les brindaba la isla, tanto en la exportación de productos locales como por la situación estratégica de este territorio en relación al circuito mercantil atlántico.

Como señala Guimerá Ravina, muchos de estos no castellanos intervinieron en la economía insular no sólo a través de la actividad mercantil sino también adquiriendo tierras dedicadas a la explotación de la vid para su comercialización exterior. De esta manera, se dio forma a la figura del “comerciante-hacendado”. Fue este individuo de origen exógeno, pero asentado en la isla, quien realmente relacionó la economía local con los mercados exteriores⁴⁴.

⁴² Su acceso al puesto de fiel almojarife no estuvo exento de problemas. Un año antes, en 1602, parte de los miembros del Regimiento le recusaron como tal por no tener suficiente fianza para ocupar el cargo. Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 5, f. 51.

⁴³ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 6, f. 54.

⁴⁴ GUIMERÁ RAVINA, Agustín – *Burguesía extranjera y comercio atlántico: la empresa comercial irlandesa en Canarias*. Santa Cruz de Tenerife: Gobierno de Canarias/CSIC, 1985. p. 96.

Esta vocación económica de carácter internacional de las comunidades no castellanas en Canarias favoreció un ágil proceso de arraigamiento. En el caso de los flamencos, indica Viña Brito, que la integración de estos forasteros fue rápida, al tiempo que estrechaban vínculos con los grupos rectores de la sociedad insular. Este proceso de mimetización les permitió ya en la primera generación de flamencos establecidos en la isla – en este caso, en la de La Palma – no ser considerados como “extranjeros”, sino miembros de pleno derecho de la sociedad y formar parte de la élite dirigente insular gracias a la base económica que les sustentaba⁴⁵.

Sin embargo, retomando las palabras de Guimerá Ravina, estos extranjeros que se asientan en Tenerife, se mantuvieron alejados de la vida pública para no suscitar envidias entre los lugareños. Éstos intervinieron en los negocios de la isla a través de favores y sobornos a las autoridades. Precisa este historiador que, en el caso de la comunidad irlandesa en Canarias, “será en la segunda generación, cuando se dedican a entrar de lleno en el campo de la administración y de la política”⁴⁶, como síndicos personeros, alcaldes y regidores del Cabildo.

No obstante, como hemos visto, en el proceso de integración de la comunidad portuguesa en la isla intervinieron otros factores que conformaron un pacto social singular. Además del mimetismo formal y mediante enlaces mixtos, la inserción de la élite insular en las redes portuguesas supuso la aceptación de estos portugueses como parte de dicha oligarquía. A diferencia de otras comunidades foráneas, los portugueses no se caracterizaron por seguir procesos endogámicos y de consanguinidad dentro de la nación. Salvo en algunas expresiones culturales y religiosas, apenas se observa una excesiva lealtad a una entidad portuguesa o actitudes dirigidas a consolidar la unidad de la comunidad lusa en la isla. Por el contrario, lo que se desprende es el compromiso de estos individuos con las redes a las que pertenecen. Si bien éstas surgen de los intereses de grupos parentales de origen luso, su éxito dependía – por lo menos en el ámbito insular – no sólo de emparentar con la oligarquía sino de asumir las voluntades y necesidades de la élite local como propias.

LA TRANSFERENCIA DE INFORMACIÓN ENTRE ADMINISTRACIONES MEDIATAS EN EL ATLÁNTICO

Si bien los regidores portugueses no utilizaron esta institución para favorecer los negocios provenientes de su red atlántica, por lo menos directamente actuando como un partido con intereses estrictamente lusos, paradójicamente fue la propia institución quien utilizó los contactos con estos agentes lusos para su propio beneficio. A través de estos individuos, como ya hemos ejemplificado, se abasteció a la isla de víveres y mercancías procedentes de Portugal, así como de otras partes del Atlántico.

La comunidad de regidores que conformaban esta administración mediata era consciente de que la isla necesitaba mantener en latencia sus relaciones con los espacios circundantes portugueses, en especial con Madeira y Azores. De estos archipiélagos se concertaba traer trigo⁴⁷. A su vez, Tenerife respondía cuando en aquellos lugares se solicitaba este tipo de víveres⁴⁸. Así, en 1592, llegaba al Cabildo una carta procedente de Madeira informando de la mucha necesidad en aquella isla y pidiendo “ser socorridos y que les den licencia para cargar un navío de trigo”⁴⁹. Se trata, en última instancia, de un sistema de solidaridad para garantizar el sustento de una comunidad insular⁵⁰.

⁴⁵ VIÑA BRITO, Ana – Los flamencos en Canarias en el siglo XVI: ¿Una comunidad extranjera? Especificidades en la isla de La Palma. *Revista de Historia Canaria*. Nº 194 (2012), p. 191.

⁴⁶ GUIMERÁ RAVINA, Agustín – *Op. cit.*, p. 154.

⁴⁷ En 1577, el Regimiento acordó con el mercader francés Mel Oliver que trajese a Tenerife 4.000 fanegas de trigo de aquella isla. Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 14, f. 234.

⁴⁸ Por ejemplo, se solicitó traer trigo de Azores en 1627. Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 9, f. 183v.

⁴⁹ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 4, f. 101v.

⁵⁰ La Cámara de Madeira era consciente de la habitual falta de trigo en Canarias. Por eso, en 1571, informaba esta administración mediata a Su Majestad que aguardaban para remitir cierta cantidad de fanegas de la cosecha de ese año a Lanzarote, por si esta isla tuviese necesidad. Arquivo Regional da Madeira, Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, Tombo 3º, f. 139.

Las islas de la Macaronesia, principalmente por ser el lugar más próximo y con fluidas comunicaciones, son el primer territorio de la Monarquía al que se le solicita ayuda en momentos de extrema necesidad. A modo de ejemplo, valga referir que en 1621 se le pidió a la isla de Madeira que enviase un médico⁵¹. No era una novedad, en 1613 la Cámara de Funchal había informado al rey de la falta de médicos en aquella isla, ya que los anteriores habían marchado a Canarias y a Brasil, entre otras razones, por tener un bajo salario⁵². Igualmente, en 1637 el cabildo tinerfeño insistía en contratar un médico madeirense porque

hay necesidad de médicos, pues no hay hoy más de uno, y la población es grande y los pobres y conventos y hospitales muchos. Y es necesario que por lo menos haya dos médicos [y] atendiendo a que en esta isla está hoy de presente el doctor Luis Díaz Gutiérrez y ha dado profesión [...] como tal [médico] ha tenido salario en la isla de Madeira, [se le nombra como médico]⁵³.

No obstante, en ocasiones esta cercanía y el trato de vecindad podían suponer un riesgo para la isla de Tenerife. En momentos de propagación de epidemias por el Atlántico, como hemos referido, el Cabildo tomará medidas para mantener la salubridad en la isla. En 1580, por ejemplo, el concejo ordenaba que no se admitiesen barcos de Portugal y Madeira⁵⁴. Sin embargo, estas medidas iban en contra de la naturaleza extrovertida de la economía de Tenerife y, sobre todo, contravenían los intereses de la élite insular, involucrada en el comercio internacional. Así, en este mismo año en el que el Cabildo niega la entrada de embarcaciones portuguesas, llegó a la isla un navío procedente de Madeira. Los regidores durante las sesiones del concejo debatieron si debían aceptar el navío ya que en él iba parte del sustento de los isleños y, principalmente, las inversiones de parte de esta oligarquía⁵⁵. Finalmente, la decisión que toman es que sólo se acepte las mercancías si éstas están en buenas condiciones y, si es así, se las entreguen a Pedro Afonso Mazuelos y a Manuel de Caravallo⁵⁶.

Lo mismo ocurre con embarcaciones de otros lugares del ultramar portugués, por ejemplo, de Santo Tomé. Como señalamos anteriormente, en 1628 llegaba a Tenerife un barco procedente de aquella isla “con azúcares y negros”, al cual se le obligó ponerse en degredo porque sus tripulantes habían venido enfermos e, incluso, alguno había fallecido. Sin embargo, una vez que el navío fue visitado por el médico y el cirujano, se acordó levantar dicha prohibición por no tener problemas de salud⁵⁷.

También, como espacio intra-atlántico y dependiente de las relaciones que se producen en su entorno, la administración mediata es consciente de los peligros exógenos que pivotaban alrededor de la isla. Al Cabildo le llegaban noticias de posibles ataques de enemigos en otros lugares cercanos, como el ocurrido en Cabo Verde⁵⁸. Ante estos posibles peligros, las islas de la Macaronesia construyen a partir del sistema complementario un mecanismo colaborativo para mantener a los archipiélagos defendidos de los enemigos basado en el mantenimiento de canales de comunicación. Por ejemplo, en 1585, llegaba en un navío de Madeira una carta del capitán de aquella isla informando de un aviso de Su Majestad en el que prevenía de un posible ataque de los ingleses⁵⁹. Al año siguiente, también desde Madeira, se recibieron nuevas noticias de guerra referidas a los ingleses. El Cabildo, correspondiendo a estos canales de comunicación, “trasuntó” el aviso y se remitió a

⁵¹ El Cabildo aprovechó que en Tenerife se encontraban algunos de los miembros de la familia de uno de los médicos de aquella isla para solicitar, a través de estos parientes, que viniese a asentarse. Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 8, f. 190.

⁵² Arquivo Regional da Madeira, Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, Tombo 3º, f. 101.

⁵³ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 12, f. 137v.

⁵⁴ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 3, f. 30.

⁵⁵ Años más tarde, ante la posibilidad de contagio por peste por tratar con una embarcación procedente de Viana, el regidor Bernardino Justiniano pedía que antes de impedir el desembarco, primero se hiciese información porque “el sustento de estas islas es el comercio de los navíos que a ella vienen de fuera”. Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 15, f. 162.

⁵⁶ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 3, f. 37.

⁵⁷ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 9, f. 205v.

⁵⁸ En 1583, llegaban noticias al Regimiento acerca de que los corsarios habían saqueado Cabo Verde. Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 3, f. 212.

⁵⁹ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 3, f. 328.

Gran Canaria⁶⁰. De la misma manera, la Cámara madeirense informaba de otros peligros, como la salida de una escuadra turca de Argel en 1618⁶¹.

Asimismo, de Azores se reciben noticias de peligros en el Atlántico. En 1597, llegaba una carta del gobernador de San Miguel informando para que las islas estuviesen prevenidas ya que los ingleses habían ocupado y destruido la isla de Faial⁶².

Las relaciones con el entorno circunatlántico eran esenciales para Tenerife debido al carácter dependiente de la economía insular. La fluidez en este circuito determinaba el porvenir económico de la isla y, por consiguiente, de sus habitantes. Por tanto, si alguno de los subsistemas atlánticos sufría alteraciones, estos cambios también incidían en la coyuntura local de la isla. La ocupación de Bahía por los holandeses es el principal ejemplo de las ataduras económicas de la isla a otros espacios cisatlánticos y las repercusiones que podían conllevar sucesos exógenos al ámbito insular. Las noticias de la toma de este lugar llegaron al Cabildo insular a finales de 1624. Reunido el Regimiento, entendieron estos las nefastas consecuencias que este acto iba a tener para los isleños, “con lo cual es notable la miseria en que esta isla se halla y los vecinos de ella, pues padecen por no hallar salida a sus frutos”. El Cabildo asumía que era una situación excepcional, que iba más allá de la ocupación por los enemigos del Monarca de un territorio alejado, equiparable a otros momentos de grandes penurias sufridas por la isla. Para intentar solventar dichos males, los hombres del concejo actuaron en conciencia, empleando los únicos recursos disponibles: implorar por el éxito de las armadas de Su Majestad.

[...] para lo cual acordaron que en esta ciudad para el miércoles día de Nuestra Señora de la O por la mañana se saque a Nuestra Señora de Los Remedios en procesión general asistiéndola comunidades y pregonando para que todos los vecinos y pendones de oficios y se vaya con toda devoción al convento del señor San Francisco y allí se digan nueve misas cantadas por nueve días con sus plegarias pidiendo el buen suceso de lo dicho [...]⁶³.

De la misma manera, cuando meses después llegaron noticias del éxito de la empresa, el Cabildo se reunió y trató sobre ella, ya que resultaba un asunto que concernía a la isla. Era un motivo de alegría “y particularmente para esta isla”. Por ello, respondieron de la manera más sentida: “Acordaron que el domingo próximo siguiente se vaya en procesión de la parroquia de Los Remedios a San Francisco al Santísimo Cristo y se haga misa en alzamiento de gracias [...]⁶⁴.”

La ocupación holandesa tuvo sus consecuentes repercusiones para el soberano y para los intereses del reino de Portugal. Pero también la toma de Bahía repercutió en la economía de una isla castellana en medio del Atlántico. Tenerife perdía no sólo el principal mercado al que exportaba los vinos, sino la participación directa en este circuito atlántico brasileño que tenía ramificaciones por la América española, Angola, Cabo Verde, Lisboa o Sevilla. Además, esta pérdida en el trato mercantil con Brasil no repercutía exclusivamente sobre los portugueses en la isla, ni siquiera sobre el grupo mercantil insular, afectaba a la sociedad en su conjunto ya que el modelo de explotación del territorio se sustentaba en la producción de vinos y en su exportación.

La importancia de este circuito, además de por los registros mercantiles, lo corrobora la actuación del Regimiento. Entre 1580 y 1640, al menos en una treintena de sesiones del Cabildo se aborda el comercio con Cabo Verde, Guinea y, especialmente, con Brasil. En la mayor parte de las ocasiones esta institución actuaba como altavoz de los intereses locales frente a las disposiciones del Monarca. Los miembros del concejo defendían la *praxis* mercantil de la isla, aunque contraviniese al derecho, argumentaban que de este circuito económico se beneficiaba también la Monarquía. Sin embargo, esta actitud de la administración mediata chocaba con el ejercicio de otra

⁶⁰ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 4, f. 12.

⁶¹ Arquivo Regional da Madeira, Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, Tombo 3º, f. 119.

⁶² Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 18, f. 117.

⁶³ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 9, f. 73.

⁶⁴ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 22, f. 177.

administración, la del juez de registro de Indias. Era deber del dicho juez el control de las embarcaciones que pasaban por Canarias como territorio de excepción al monopolio castellano, por lo que en teoría quedaban exentos de este registro las posesiones portuguesas de ultramar⁶⁵. Estas tensiones se revelan en los discursos en el Cabildo, en donde sus miembros descalifican al dicho juez y éste, a su vez, se quejaba de las intromisiones de los regidores en su deber de registrar los navíos.

En 1586, el concejo opinaba sobre la actuación de este funcionario regio, convirtiéndose en la voz de los mercaderes y navegantes que se acercaban a la isla:

[...] se quejan todos los señoríos, maestros y pilotos y mercaderes de los navíos que debiendo llevarles por cada registro, tasándolo conforme al dicho arancel, 90 o 100 reales, se convierten en otros tantos ducados y más. Y esto mismo hace en los navíos del Brasil, Guinea y Cabo Verde, por donde hay grandísima mermuración en esta isla causada de las quejas y clamores de los susodichos [...]⁶⁶.

Así, en el Cabildo continuaban las quejas y en el mismo año expresaban indignados los regidores que,

[...] porque además de los excesivos costos que se llevan por los registros se quejan que los dichos señores jueces les quitan su libertad en el comprar los vinos que han de cargar porque han de ser a su voluntad y lo mismo en el vender las mercaderías que traen que han de ser por su mano y en su casa haciendo demostración en la dicha su casa de las ropas que traen los dichos tratantes y mercaderes⁶⁷.

En 1600, el gobernador de la isla apuntaba a que el rey debía procurar solución a esta intromisión, ya que

[...] por algunas siniestras relaciones de los jueces del juzgado de las Indias les ha dado comisión [para] que los navíos cargan para Brasil, Cabo Verde y Guinea les den registro y asistan a la carga. Y con este registro no les es de en ningún momento porque en las dichas partes no se lo piden ni hay [más] menester que vender sus vinos que llevan y cargan de las mercaderías de la tierra⁶⁸.

Como consecuencia de estos excesos, continúa el gobernador, “no envían los cargadores de Lisboa de esta isla navíos a cargar como lo han avisado a sus agentes”⁶⁹.

Sin embargo, esta ambigüedad entre los intereses locales y las ambiciones de la Monarquía no era una característica peculiar del archipiélago canario sino de todo el ámbito circunatlántico bajo el dominio ibérico. También la Casa de la Contratación se quejaba de la injerencia de la isla de Madeira en el comercio americano. En 1595, fue remitida una provisión real a Don Luís de Benavides, capitán del Presidio, para que procediese contra aquellos que trajesen navíos de Indias, con oro y plata para aquella isla, contraviniendo las ordenaciones del monopolio castellano⁷⁰. No fue el único aviso de la Corona a este respecto, en 1628 volvía a advertir a la administración mediata madeirense para que actuase sobre el comercio ilícito que se venía desarrollando desde aquella isla⁷¹.

CONCLUSIONES

Monteiro y Cardim apuntan que estudiar este horizonte hispánico a partir de la simple dualidad entre Portugal y España no es suficiente para explicar la complejidad del escenario que estamos abordando. Hay que tener en

⁶⁵ En 1624, el Monarca por cédula real confirmaba que Brasil, Angola y Cabo Verde no eran Indias, por lo que dividía la escribanía del dicho juzgado en dos. Una para la América española y la otra para las demás partes. Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 22, f. 65.

⁶⁶ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 15, f. 168; Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Reales Cédulas, nº 36.

⁶⁷ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 3, f. 355v.

⁶⁸ Archivo Histórico Municipal de La Laguna, Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 4, f. 387v.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Arquivo Regional da Madeira, Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, Tombo 3º, f. 215v.

⁷¹ Arquivo Regional da Madeira, Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, Tombo 5º, f. 50.

cuenta el comportamiento heterogéneo de cada espacio y en el que, además, intervenían otras naciones como la inglesa, francesa u holandesa que también tenían intereses en actuar sobre este mundo ibérico⁷².

En consecuencia, este estudio sobre la actuación de la administración mediata ante adversidades exógenas en distintos territorios atlánticos, ya fuesen portugueses o castellanos, revela la necesidad que hubo de establecer lazos de comunicación entre distintos espacios en un Atlántico dinámico y relacionante. Demuestra el análisis de la documentación generada por las administraciones locales, tanto continental – como la de Lisboa – como insular –en el caso de Tenerife y Madeira–, patrones comunes de acción ante eventualidades venidas de fuera. Indistintamente del reino al que pertenecieron o de su situación geográfica, las élites del gobierno local en estas partes del Atlántico tomaron medidas semejantes debido a la dependencia e intereses de éstos con el exterior. Estos organismos locales fueron los encargados de intervenir en un primer momento ante posibles infortunios, por lo que las medidas tomadas debían ser ágiles, prácticas y encaminadas a la contención de los peligros. No obstante, en ocasiones las actuaciones de estas instituciones estuvieron condicionadas por los intereses de los propios miembros que formaban parte de ella. Por un lado, en las embarcaciones que arribaban a estos puertos atlánticos llegaba el lucro de las inversiones realizadas por redes mercantiles transnacionales, de las que formaban parte la élite local. Por otro lado, estos contactos podían provocar calamidades, tales como enfermedades, por lo que era obligación de las autoridades locales proveer mecanismos de contención. Por tanto, en último término las administraciones mediatas tuvieron que escoger entre sus propios intereses y los intereses de la comunidad.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUENTES

MANUSCRITAS

Archivo Histórico Municipal de La Laguna

Libros Capitulares, Oficio 1º, Libro 14, 15, 18 e 22.

Libros Capitulares, Oficio 2º, Libro 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 12.

Reales Cédulas, nº 36.

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Chancelaria Régia, Livro do Regimento do Senado.

Arquivo Regional da Madeira

Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, Tombo 3º.

Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, Tombo 5º.

⁷² MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro – A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). *História, histórias*. V. I Nº 1 (2013), p. 3.

ESTUDIOS

ANAYA HERNÁNDEZ, Luis Alberto; ARROYO DORESTE, Aurora – La peste de 1601-1606 en las islas Canarias. *Revista de Historia Canaria*. Tenerife: Universidad de La Laguna. Nº 174 (1984-1986), p. 175-202.

BERNARDO ARES, José Manuel de – El régimen municipal en la Corona de Castilla. *Studia Historica. Historia Moderna*. Salamanca: Universidad de Salamanca. Nº 15 (1996), p. 23-62.

BERNARDO ARES, José Manuel de – Poder local y Estado absoluto. La importancia política de la administración municipal de la Corona de Castilla en la segunda mitad del siglo XVII. In BERNARDO ARES, José Manuel de; MARTÍNEZ RUÍZ, Enrique, ed. – *El municipio en la Edad Moderna*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 1996. p. 112-147.

BICALHO, Maria Fernanda – As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima, org. – *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 189-221.

BICALHO, Maria Fernanda – O que significava ser cidadão nos tempos coloniais. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel, org. – *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 139-151.

CARDIM, Pedro – La jurisdicción real y su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI-XVIII): reflexiones sobre la historiografía. In ARANDA PÉREZ, Francisco José; RODRIGUES, José Damião, coord. – *De Re Publica Hispania: una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*. Madrid: Silex, 2008. p. 349-388.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O poder concelhio. Das origens às cortes constituintes*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

FAJARDO SPÍNOLA, Francisco – Inmigración e integración en Canarias en la Edad Moderna. In GALVÁN TUDELA, José Alberto, coord. – *Migraciones e integración cultural*. Las Palmas de Gran Canaria: Academia Canaria de la Historia, 2009. p. 173-198.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Lourdes – *La formación de la oligarquía concejil en Tenerife: 1497-1629*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2013.

GUIMERÁ RAVINA, Agustín – *Burguesía extranjera y comercio atlántico: la empresa comercial irlandesa en Canarias*. Santa Cruz de Tenerife: Gobierno de Canarias/CSIC, 1985.

HESPANHA, António Manuel – A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima, org. – *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-188.

HESPANHA, António Manuel – Estruturas político-administrativas do império português. In RODRIGUES, Ana Maria, ed. – *Outro mundo novo vimos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 23-39.

HESPANHA, António Manuel – *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Concelhos e organização municipal na época moderna. Miunças 1*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro – A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). *História, histórias*. V. I Brasília: Universidade de Brasília. Nº 1 (2013), p. 3-22.

NÚÑEZ DE LA PEÑA, Juan – *Conquista y Antigüedades de las islas de la Gran Canaria*. Santa Cruz de Tenerife: Imprenta Isleña, 1847.

OLIVEIRA, César, dir. – *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média a União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

RODRÍGUEZ YANES, José Miguel – *Aproximación al estudio del Antiguo Régimen en la Comarca de Daute (Tenerife): 1500-1750. Aspectos demográficos, económicos y sociales*. Canarias: Archipiélago Canario S. L., 1988.

SANTANA PEREZ, Juan Manuel – Diseases Spread by Sea: Health services and the ports of the Canary islands in the eighteenth and early nineteenth centuries. *The Mariner's Mirror*. London: Taylor & Francis. Nº 102 (2016), p. 290-302.

SILVA, Francisco Ribeiro da – Historiografia dos Municípios Portugueses (séculos XVI e XVII). In CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa, ed. – *Os municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Évora: Publicações do CIDEHUS; Edições Colibri, 2016.

TRUJILLO, Oscar José – Integración y conflicto en una elite fronteriza: los portugueses en Buenos Aires a mediados del siglo XVII. In CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da, org. – *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2013. p. 309-332.

VIÑA BRITO, Ana – Los flamencos en Canarias en el siglo XVI: ¿Una comunidad extranjera? Especificidades en la isla de La Palma. *Revista de Historia Canaria*. Tenerife: Universidad de La Laguna. Nº 194 (2012), p. 161-192.

Submissão/submission: 30/07/2018

Aceitação/approval: 08/03/2019

Javier Luis Álvarez Santos, CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa / Universidade dos Açores, 9501-855 Ponta Delgada, Portugal / DCH – Departamento de Ciências Históricas, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 35001 Las Palmas de Gran Canaria. jlasantos@fcsh.unl.pt

ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis – La Administración Mediata en Territorios Atlánticos Durante el Siglo XVII: La Câmara de Lisboa y el Cabildo de Tenerife Frente a las Adversidades Exógenas. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 63 – 81.

Placas foreiras do Hospital Real de Todos-os-Santos no acervo fotográfico da coleção Mac-Bride*

A photo set of property plaques of the All-Saints Royal Hospital in the Mac-Bride collection

Carlos Boavida

RESUMO

O Hospital Real de Todos-os-Santos foi uma importante unidade de cuidados médico-cirúrgicos e assistenciais, existente em Lisboa entre os séculos XVI e XVIII. As suas características gerais, assim como as políticas que motivaram a sua criação e desativação são conhecidas dos historiadores que se têm debruçado sobre o tema, mas também por todos aqueles que se interessam pela História de Lisboa, em particular sobre o Terramoto de 1755, cataclismo que danificou grandemente o famoso edifício, que foi demolido alguns anos depois.

Do património predial do Hospital Real fazia parte uma série de imóveis que chegou à sua posse de diversas formas. Na fachada de cada um deles, junto da porta, existia uma pequena placa com o monograma da instituição. Uma parte significativa dessas placas chegou aos nossos dias, tendo sido registada pelo fotógrafo Eduardo Portugal, em 1945, por indicação de Alberto Mac-Bride, médico-cirurgião e olisipógrafo, interessado na história do Hospital Real de Todos-os-Santos.

PALAVRAS-CHAVE

Hospital Real de Todos-os-Santos / *Omnium Sanctorum* / Coleção Mac-Bride / Eduardo Portugal

ABSTRACT

Between the 16th and 18th centuries, the All-Saints Royal Hospital was the most important medical, surgical and assistance institution in Lisbon. Its general characteristics, as well as the policies that motivated its creation and deactivation, are well known to historians who have considered the subject, but also to all those interested in the history of Lisbon, particularly about the 1755 Earthquake, a cataclysm that greatly damaged the famous building, which was demolished a few years later.

A number of buildings were part of the estate of the Royal Hospital, which came into its possession in various forms. In each, there was a small plaque with the monogram of that institution by the door. Several of these plaques survived to our days, and were registered by photographer Eduardo Portugal in 1945, by request of Alberto Mac-Bride, a doctor-surgeon and olisipograph, interested in the history of the Royal Hospital of All Saints.

KEYWORDS

All-Saints Royal Hospital / *Omnium Sanctorum* / Mac-Bride Collection / Eduardo Portugal

*O autor agradece a Célia Pilão, Rodrigo Banha da Silva, Ana Caessa, José d'Encarnação e Ana Raquel Silva pelos esclarecimentos sobre diversos aspetos, assim como a indicação e cedência de alguma bibliografia; a Edgar Fernandes, João Boavida e António Marques pelo apoio, e a Mário Marzagão e Arquivo Histórico do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central (CHULC) pela cedência das imagens. Ao Arquivo Municipal de Lisboa pelo apoio e esclarecimentos sobre o espólio de Eduardo Portugal.

I. UM MONOGRAMA PRESENTE DESDE AS ORIGENS

Em vários espaços e objetos do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central¹ é visível um monograma constituído por um S inscrito no interior de um O. Além de estar presente numa enorme variedade de objetos, desde o padrão de um tapete ao puxador de uma porta, ele surge igualmente em toda a documentação institucional acompanhando a sigla CHULC, tal como no cartão de identificação de todos os funcionários, ou ainda nas placas de trânsito existentes junto das entradas dos hospitais que integram o centro.

A origem do monograma remonta ao antigo Hospital Real de Todos-os-Santos, fundado em 1492 por iniciativa de D. João II (r. 1481-1495), no Rossio, em Lisboa. Após o Terramoto de 1755, no âmbito dos projetos de reconstrução da Baixa Pombalina, o Hospital foi transferido em 1775 para outro local, o antigo colégio jesuíta de Santo Antão-o-Novo. Este último foi o primeiro de um conjunto de edifícios existentes na colina de Sant’Ana, criados originalmente para outros fins, que passou a ter funções hospitalares. No processo de transferência, foram levados para o novo espaço variados objetos, muitos deles em cerâmica, ostentando o monograma do velho hospital, que resulta da combinação das duas primeiras letras da designação daquele em latim – *Omnium Sanctorum*. Apesar de a designação ter sido alterada, o © continuou assim presente no quotidiano daquela importante casa médico-assistencial.

Entretanto, em 1834, com a extinção das ordens religiosas, verificou-se o esvaziamento de vários edifícios conventuais na colina de Sant’Ana, facto que, aliado à sobrelotação do Hospital de São José, assim como à necessidade da sua expansão, levou a que a administração daquele tenha progressivamente anexado aquelas antigas cercas conventuais, tal como os seus edifícios, dando origem a uma nova designação – Hospital Real de São José e Anexos. Tal nomenclatura acabou por ser alterada pela organização da assistência hospitalar introduzida pela República, passando a sigla HCL – Hospitais Civis de Lisboa – a ser a ‘marca’ oficial da instituição, que surge de igual modo em muitos dos objetos ainda hoje existentes nos espaços do CHULC².

Por iniciativa de Alberto Mac-Bride, que integrou a comissão que elaborou os novos formulários de medicamentos criados para os HCL em 1927, foi introduzido no frontispício daqueles o ©³. Foi deste modo que o antigo monograma, que não era mais que uma memória do passado, voltou a ser a marca identitária dos HCL. A presença deste foi frequente em cartazes de divulgação de diversos congressos organizados nos hospitais de Lisboa, mas surge igualmente no logótipo do Museu da Dermatologia Dr. Sá Penela, que funcionou no Hospital do Desterro e que se encontra, desde 2007, no Hospital de Santo António dos Capuchos.

II. A COLEÇÃO MAC-BRIDE

No dia 1 de novembro de 1954, inaugurou-se no Hospital de São José uma exposição de homenagem a Alberto Mac-Bride Fernandes, cirurgião efetivo naquela unidade hospitalar desde 1912 e falecido em 1953. Foi vasta a sua atuação na área da medicina, não só como cirurgião, tendo integrado nessa qualidade o Corpo Expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial, mas também na organização dos serviços dos hospitais onde exerceu a sua carreira, assim como na vertente literária, como autor de inúmeros trabalhos de investigação⁴. Foi em 1912

¹ O CHULC integra seis unidades hospitalares, a saber: Hospital de São José, Hospital de Santo António dos Capuchos, Hospital de Santa Marta, Hospital de Curry Cabral, Hospital de Dona Estefânia e Maternidade de Alfredo da Costa.

² Designação recente, após ter sido uma vez mais reorganizado e renomeado, em 2007, como CHLC – Centro Hospital Lisboa Central.

³ *Figuras e panoramas da Medicina de outros tempos*. Lisboa: Hospitais Civis de Lisboa, 1954. p. 86, nº inv. 271.

⁴ MORA, Luiz Damas – O Dr. Alberto Mac Bride: soldado, cirurgião e cidadão. *Revista Portuguesa de Cirurgia*. [S.l.]: Sociedade Portuguesa de Cirurgia. Série II Nº 16 (2011), p. 84-87.

que propôs a recolha de objetos e documentos de interesse histórico, tendo por fim a criação de um museu da medicina portuguesa a instalar no Hospital de São José que, na sua perspetiva, era aquele que melhores condições reunia para tal. Por outro lado, considerava este o “imediate sucessor do de Todos-os-Santos”, instituição primordial na história da medicina em Portugal⁵.

Mac-Bride era, também ele, um ávido colecionador, interessando-se por diversos temas, da pintura aos objetos cirúrgicos, passando pelos livros e documentos, possuindo uma extensa biblioteca.

Fora do âmbito médico, foi membro da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Associação dos Arqueólogos Portugueses, além de outras instituições. Juntamente com o seu irmão Eugénio, entre outros, foi um dos fundadores do Grupo Amigos de Lisboa, privando assim com diversos olisipógrafos, como Augusto Vieira da Silva, Gustavo de Matos Sequeira, Eduardo Neves, Luís Pastor de Macedo ou Norberto Araújo.

Apaixonado por Lisboa, envolveu-se em vários projetos para melhorar os espaços urbanos da cidade. Em colaboração com o seu irmão e com o coronel Vicente de Freitas, apresentou o famoso projeto do Grande Bosque de Lisboa, que abrangia a Serra de Monsanto e se estenderia até Carnide, Telheiras e Campo Grande e no âmbito do qual foi também publicado o estudo para o prolongamento da Avenida da Liberdade (1925/1927). Juntamente com Gustavo de Matos Sequeira, elaborou um relatório relativo à reabilitação do Castelo de São Jorge⁶.

Sendo cirurgião e olisipógrafo, não é de estranhar que se tenha interessado pela história do Hospital Real de Todos-os-Santos, tendo reunido diversos documentos valiosos e objetos importantes relativos àquela unidade assistencial, nomeadamente um exemplar do seu Regimento original⁷.

A exposição em sua homenagem, ocorrida no edifício da Biblioteca do Hospital de São José em novembro de 1954, esteve patente apenas durante 30 dias e foi visitada por mais de 2000 pessoas⁸. Incluiu cerca de cinco centenas e meia de objetos, documentos e livros da coleção particular de Alberto Mac-Bride (coleção Mac-Bride), que aquele legou ao Hospital de São José, assim como outros cedidos por diversos particulares, e também do próprio acervo da biblioteca do Hospital. O dia escolhido para a abertura da exposição coincidiu com o dia de Todos-os-Santos, designação do histórico hospital. Daquela exposição foi publicado um roteiro com prefácio de Reynaldo dos Santos⁹.

Em 1957, novamente numa data histórica para o Hospital Real, 15 de Maio, nas comemorações dos 465 anos da fundação daquele, foi inaugurado o Museu dos Hospitais Cívicos de Lisboa, com o nome do seu impulsionador, Dr. Alberto Mac-Bride. Este museu foi instalado na antiga Sala do Capítulo do Convento de Santa Marta, onde permaneceu até aos inícios dos anos 70, sendo então desmantelado¹⁰.

Atualmente, parte significativa da coleção permanece no Hospital de Santa Marta, embora alguns dos objetos e documentos mais relevantes tenham estado até finais de 2018 no edifício do Conselho de Administração do Hospital de São José, de onde transitaram para o edifício da Biblioteca. Alguns objetos estão igualmente expostos no Museu da Saúde, instalado na cerca do Hospital de Santo António dos Capuchos.

⁵ MAC-BRIDE, Alberto – A história da medicina em Portugal. *A Medicina Contemporânea*. Ano 30 N.º 7 (1912), p. 55-56.

⁶ MORA, Luiz Damas, *op. cit.*, p. 87-88.

⁷ *Ibid.*, p. 89.

⁸ Número de assinaturas no livro de honra, cf. LEONE, José – O Dr. Eugénio Mac Bride. In BOTELHO, Luís da Silveira; VELOSO, Barros, coord. – *Subsídios para a história dos hospitais civis de Lisboa e da medicina portuguesa (1948-1990)*. [S.l.]: Comissão Organizadora do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, 1993. p. 173-176.

⁹ *Figuras e panoramas da medicina de outros tempos*. Lisboa: Hospitais Cívicos de Lisboa, 1954. p. 3-4.

¹⁰ MORA, Luiz Damas, *op. cit.*, p. 89; GEORGE, Francisco; MOURA, Rita Barata – Hospital de Santa Marta. In PENEDO, Jorge; ALBUQUERQUE, Ana de; BRANDÃO, Maria João de Paiva, coord. – *Omnia Sanctorum: histórias do Hospital Real de Todos-os-Santos e seus sucessores*. Lisboa: By the Book; Centro Hospitalar de Lisboa Central, 2012. p. 146, nota 24.



Figura 1 Omnipresença de um símbolo: A – Placa informativa na entrada do Hospital de São José; B – Placa na entrada do Museu dos HCL Doutor Alberto Mac-Bride (Hospital de Santa Marta); C – Emblema do Museu da Dermatologia Dr. Sá Penella (atualmente no Hospital de Santo António dos Capuchos); D – Puxadores de porta no Hospital de Santa Marta; E – Escadaria do edifício do Conselho de Administração – Hospital de São José; F – Cartazes de divulgação de encontros científicos; G – Evolução recente do logótipo do CHULC. Imagens do autor (A/B/D) e do Arquivo Histórico do CHULC (C/E/F/G).

III. UM CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS COM ©

A coleção Mac-Bride inclui um interessante conjunto de provas fotográficas, a preto e branco, num total de 39, que mostram diversas placas foreiras do Hospital Real de Todos-os-Santos existentes em edifícios do centro histórico de Lisboa. Todas elas mostram, no verso, além do carimbo do estúdio de Eduardo Portugal (*Cliché de / E. Portugal / Lisboa*), a referência ao arruamento onde se encontram, acompanhadas, em alguns casos, por *croquis* para melhor localização.

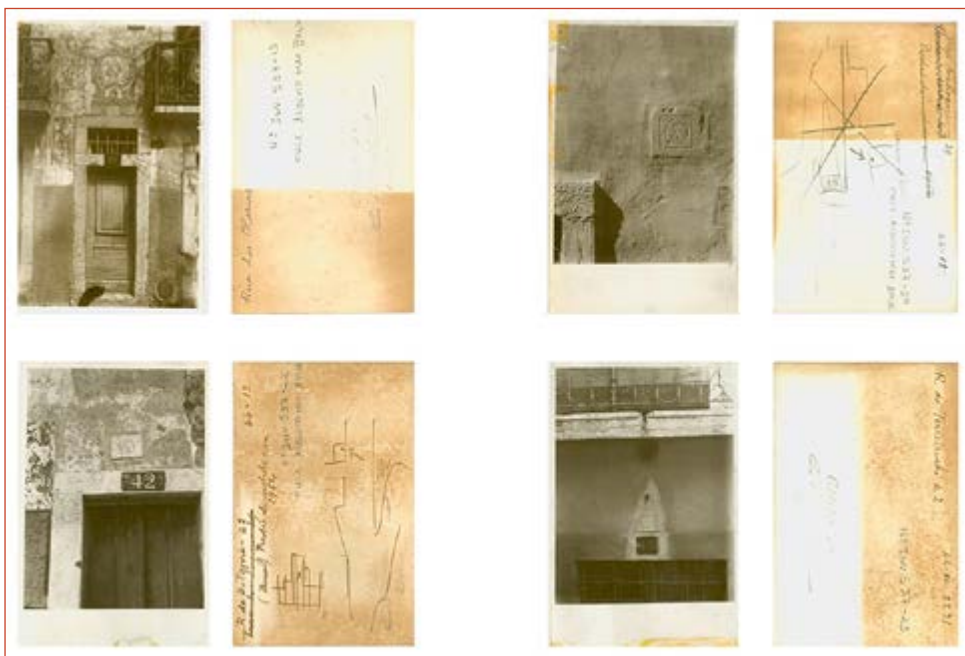


Figura 2 Alguns exemplos das provas fotográficas que se encontram na coleção Mac-Bride (frente e verso). Imagens Arquivo Histórico do CHULC.

No conjunto existe apenas um edifício registado duas vezes, estando presente, na primeira versão, por cima do ©, um registo azulejar onde figura São Sebastião.

Em relação a estas provas fotográficas, a entrada no catálogo da exposição supramencionada no nº de inventário 551 refere o seguinte:

Colecção de © representados em vários prédios de Lisboa e fotografados em 1945. Alguns indicados pelo Dr. Alberto Mac-Bride, outros reunidos por Eduardo Portugal, e que se destinam a estudos sobre o emblema do Hospital Real de Todos-os-Santos – Div. Pertence a E. Portugal¹¹.

Por não ter sido publicado, ou eventualmente levado a efeito, foi sem sucesso que se procurou o estudo referido sobre o *emblema* do Hospital Real. Nesse sentido, parece-nos que a segunda hipótese talvez seja a mais correta, pois o levantamento foi efetuado em 1945 e à data da exposição, em 1954, não existem referências àquele estudo. Tendo Alberto Mac-Bride falecido no ano anterior, é provável que não tenha tido oportunidade de o realizar.

Apesar destas provas se encontrarem atualmente no Hospital de São José, os negativos devem integrar muito provavelmente o acervo fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), visto que o espólio de Eduardo Portugal, falecido em 1958, foi doado a esta instituição em 1991. Embora ainda não tenha sido possível localizar a totalidade dos negativos no vasto espólio daquele fotógrafo, na base de dados do AML disponível em linha, estão pelo menos duas das fotografias em causa, além de uma outra que não está incluída na coleção Mac-Bride¹², pelo que as restantes também se devem encontrar na coleção do AML. Não deve ser ignorado o facto de a maioria destas imagens mostrar apenas a placa foreira e, por vezes, o número de polícia, o que dificulta a identificação dos locais, situação que não ocorre com as provas fotográficas que se encontram na coleção Mac-Bride.



Figura 3 Placas foreiras do Hospital Real de Todos-os-Santos na Travessa dos Lagares, 17, Rua das Olarias, 20 e Rua dos Remédios, 111-113. Imagens Eduardo Portugal. Arquivo Municipal de Lisboa (AML) – EDP000298; EDP000972; EDP000123

Para os objetivos deste trabalho não se justifica mencionar a extensa bibliografia relativa ao Hospital Real, pois na sua maioria não existem referências a esta questão dos ©, apesar destes surgirem frequentemente em objetos associados àquela unidade hospitalar. Entre aqueles, destaca-se um azulejo¹³, presente no catálogo da exposição comemorativa dos 500 anos da fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, onde é mencionado que o *emblema* era usado como marca de propriedade fora do edifício do Hospital, referindo um exemplar existente na Rua das Madres¹⁴, que não consta na coleção Mac-Bride.

¹¹ *Figuras e panoramas da medicina de outros tempos*. Lisboa: Hospitais Cívicos de Lisboa, 1954. p. 140-141.

¹² Esta fotografia mostra a placa foreira que está no edifício da Rua dos Remédios, 111-113, da qual existe distinto registo na coleção Mac-Bride. A existência desta fotografia, ausente daquela última, poderá eventualmente indicar que no acervo de Eduardo Portugal podem existir diferentes fotografias das placas foreiras, talvez até algumas que não constam no conjunto de fotografias agora tratado. A placa referida, ainda no seu local original, encontra-se tapada por cartaz publicitário, pelo menos, desde 2014.

¹³ Este azulejo encontra-se atualmente exposto no átrio do edifício da biblioteca do Hospital de São José.

¹⁴ LEITE, Ana Cristina – Azulejo com as iniciais O S. In Pereira, Paulo, dir. – *Hospital Real de Todos-os-Santos: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 84, nº 64. Catálogo da exposição no Museu Rafael Bordalo Pinheiro.

Foi com alguma surpresa que nos apercebemos da existência de tantos ©, ao ter conhecimento deste conjunto de provas fotográficas em outubro de 2018. Ao iniciar o estudo que agora se apresenta, a primeira tarefa passou por identificar todos os edifícios presentes nas provas fotográficas e verificar, passadas mais de sete décadas, se as placas foreiras do Hospital Real ainda se preservavam em todos eles. Embora alguns arruamentos tenham visto a sua designação alterada, assim como os números de polícia, foi possível localizar quase todos os sítios.

Um novo levantamento fotográfico teve lugar em janeiro de 2019, no âmbito do qual se confirmou a presença *in situ* de 21 dos 38 exemplares registados em 1945. Treze dos desaparecidos estavam em edifícios que foram reconstruídos ou substituídos por outros¹⁵. Não foi possível perceber onde estariam os quatro restantes, três deles na Travessa dos Lagares e um outro na antiga Calçada dos Cavaleiros, atualmente Rua dos Cavaleiros. No âmbito deste levantamento foram identificados mais dois exemplares.

Considerou-se relevante, após a realização deste inventário, mapear todos os locais onde as placas foreiras se encontravam ou encontram, incluindo outros referidos em bibliografia entretanto consultada e que se verificou ainda existirem, elevando o total para 44.

A maior concentração de edifícios com o monograma do Hospital Real localiza-se na Mouraria (29), principalmente na zona dos Lagares/Olarias (24), existindo depois alguns dispersos em Alfama (12), Madragoa (2) e Rossio (1).



Figura 4 Localização das placas foreiras do Hospital Real na cidade de Lisboa. Mapa do autor.

¹⁵ O edifício localizado na Rua de São Tomé, 46, foi demolido em 1954 (data referida no verso da prova fotográfica), juntamente com outros, no âmbito da criação do Largo de São Tomé.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE AS PLACAS FOREIRAS DO HOSPITAL REAL

1. LOCALIZAÇÃO

Parece-nos incontestável o facto de que estas placas foram colocadas em edifícios que pertenciam ao Hospital, prática comum durante vários séculos como marca de propriedade, com diversos paralelos nas centenas de placas foreiras ainda existentes no centro histórico de Lisboa, assim como de outras cidades portuguesas. No entanto, não é possível confirmar se as placas foram colocadas durante a construção dos edifícios em apreço, se anos mais tarde, ou se as placas hoje existentes são as originais ou reproduções. Nesse aspeto, é também relevante tentar perceber de que modo estes edifícios se tornaram propriedade do Hospital.

Em relação aos edifícios da zona dos Lagares/Olarias, no Bairro da Mouraria, tudo indica que se trata de espaços ocupados pelo antigo almocávar, localizado na zona do Largo das Olarias. Após a expulsão das comunidades islâmicas, em 1496, por decreto régio de D. Manuel I (r. 1495-1521), aquele terreno foi doado ao município de Lisboa e ao Hospital Real, tendo sido destruídos os seus eventuais muros, e tendo as suas cantarias, assim como as pedras tumulares ali existentes, sido usadas na construção do novo edifício hospitalar¹⁶, sendo parte significativa daquela área progressivamente ocupada por estruturas habitacionais¹⁷.

Não nos parece, no entanto, que se possa generalizar este aspeto a todos os edifícios existentes na Mouraria que mostram o ©, como sucede com os exemplares do extremo norte da Rua do Benfornoso ou o que existiu na Rua Damasceno Monteiro, o único datado entre todos os exemplares (1760). Mesmo na área dos Lagares/Olarias, vários são os edifícios que estão em zonas que eram já urbanizadas antes do édito de expulsão, como por exemplo, os da Rua do Terreirinho ou o da Rua dos Cavaleiros, antiga Rua Grande Direita. Nesse sentido, é também possível que alguns edifícios destas áreas tenham passado para a posse de novos proprietários na sequência daquela legislação, o que pode ter levado a uma melhor definição e demarcação daqueles bens¹⁸.

É possível que situação idêntica tenha ocorrido em Alfama, mas tais evidências não são suficientemente claras, não se verificando uma concentração de edifícios com o monograma do Hospital Real como sucede na Mouraria. No entanto, existe ali um caso bastante interessante de um marco de propriedade, mas totalmente distinto na forma dos restantes abordados neste artigo.

¹⁶ MOITA, Irisalva – Lápide funerária proveniente de um almocávar de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XXVIII N.º 114/115 (1967), p. 83.

¹⁷ JORGE, Maria Júlia – Olarias e lagares (sítio das). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994. p. 661. Não deve deixar de ser referido que uma parte deste espaço voltou a ser reutilizada alguns anos mais tarde, uma vez mais como necrópole, como evidenciaram trabalhos arqueológicos recentes efetuados no local - vd. PONCE, Mónica...[et al.] – O Sítio dos Lagares (Lisboa): um espaço pluricultu(r)al. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, coord. edit. – *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017. p. 1704-1709.

¹⁸ BARROS, Maria Filomena Lopes de – Mouraria (séculos XII a XV). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994. p. 590-591.



Figura 5 Localização das placas foreiras do Hospital Real na Mouraria existentes na coleção Mac-Bride. A azul, as que ainda se encontram *in situ*, a vermelho, as que já não existem. Mapa do autor (RBF – Rua do Benfornoso; RDM – Rua Damasceno Monteiro; CDM – Calçada do Monte; ROL – Rua das Olarias; BOL – Beco das Olarias; LOL – Largo das Olarias; TTR – Travessa do Terreirinho; TLG – Travessa dos Lagares; RTR – Rua do Terreirinho; RCV – Rua dos Cavaleiros; CAC – Calçada Agostinho de Carvalho; BSM – Beco de São Marçal). Imagens Eduardo Portugal – Arquivo Histórico do CHULC.



Figura 6 Placa foreira no Largo das Alcaçarias. Imagem Mário Marzagão.

No Largo das Alcaçarias, nas traseiras de um edifício com fachada para a Rua de São Pedro, existe uma pequena lápide retangular¹⁹ que apresenta curta informação, organizada em seis linhas, tendo na parte superior o famoso ©, onde se lê: ESTAS CAZAS DO MEIO / P[AR]A A PARTE INTERIOR / CAM FOREIRAS AO ES / PITAL RIAL E PERA A / PARTE DA RVA LIVR / ES.

Este largo dá acesso, do lado sudoeste, ao Beco das Barrelas e, por via deste, ao Largo de São Rafael, assim como à Rua da Judiaria, pelo que é provável que o terreno onde este edifício se encontra tenha integrado a Judiaria de Alfama²⁰, podendo ter sido expropriado aquando do édito de expulsão de 1496.

No entanto, o que se observa, acima de tudo, na encosta a sul da colina do castelo, é a presença de pequenos núcleos de dois ou mais edifícios, quando não isolados, que mostram placa foreira do Hospital Real na sua fachada, embora a sua anexação ao património daquele possa ter ocorrido de modo distinto.

¹⁹ Informação cedida por Rodrigo Banha da Silva.

²⁰ TAVARES, Maria José Ferro – Judiarias. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994. p. 480-482.

Uma das referências frequentes em estudos sobre o Hospital Real é o facto de no mesmo terem sido integradas várias casas assistenciais pré-existentes em Lisboa²¹, entre as quais se encontravam hospitais, albergarias e mercearias, o que significa que passaram a ser propriedade daquele, mas tal não pressupõe obrigatoriamente a sua extinção. Assim, não será estranho verificar, atendendo à localização conhecida destas instituições, que algumas se encontrassem no local, ou nas suas proximidades, de edifícios que mostram um © sobre o lintel das portas.

Um exemplo deste caso é o do Hospital dos Escolares do Estudo, que ficaria junto à Rua dos Cegos, com frente para a Rua de São Tomé²². Um edifício que com ele poderia estar relacionado foi demolido, entre outros, em 1954, para dar lugar ao Largo de São Tomé e que, no registo da coleção Mac-Bride, corresponde ao nº 12 da Rua de São Tomé. Não muito longe deste, perto ao Convento do Salvador encontrava-se uma albergaria²³ que poderia ser no atual Beco de Santa Helena, 9, onde se encontra outro ©, ausente na coleção Mac-Bride.

Existem placas foreiras do Hospital em três zonas localizadas próximas da muralha ribeirinha de Alfama. Os dois primeiros encontram-se na Rua de São Pedro, n.ºs 11 e 19, e podem estar relacionados com alguma das casas assistenciais que existiam na área, não sendo possível identificar uma específica. O mesmo pode ter sucedido com os edifícios do quarteirão imediatamente a oeste, onde está a lápide do Largo das Alcaçarias, anteriormente mencionada, pois não é clara a situação de trespassse.

Passando o Largo do Chafariz de Dentro, seguindo pela Rua dos Remédios, encontramos mais três locais marcados com o ©. O primeiro, invertido, está no nº 111-113, na zona onde existia o Hospital de D. Maria Armenha, para alfaiates, localizado na Rua Direita que ligava a Igreja de Santo Estevão às Portas da Cruz, e que foi anexado ao Hospital Real²⁴. Ultrapassando este local, surge mais uma placa foreira no nº 135, que não se encontra incluída na coleção Mac-Bride.

Finalmente, no início da Rua do Paraíso, nos n.ºs 43, 47, 55 e 57, está o maior conjunto de © de Alfama, dos quais restam três (dois deles invertidos). Nas traseiras, na Calçada do Forte, 20, existia um outro, entretanto também desaparecido. Aqui, às Portas da Cruz, localizava-se o Hospital dos Pescadores Linheiros que não foi integrado no Hospital Real²⁵. Alguns autores colocam a hipótese de estes edifícios, nomeadamente quando mostram o © invertido, poderem ser de casas assistenciais anteriores à criação do Hospital Real que, não tendo integrado aquele, não seriam sua propriedade²⁶.

²¹ CORREIA, Fernando da Silva – *Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1999; SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – Hospitais medievais. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994a. p. 443-446; LEITE, Ana Cristina – Hospital Real de Todos-os-Santos: uma obra moderna. In PENEDO, Jorge; ALBUQUERQUE, Ana de; BRANDÃO, Maria João de Paiva, coord. – *Omnia Sanctorum: histórias do Hospital Real de Todos-os-Santos e seus sucessores*. Lisboa: By the Book; Centro Hospitalar de Lisboa Central, 2012. p. 36-37, nota 5.

²² CORREIA, Fernando da Silva, *op. cit.*, p. 394; SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, *op. cit.*, p. 445; PACHECO, António Fernando Bento – *De Todos-os-Santos a São José: textos e contextos do «espiritual grande de Lisboa»*. Lisboa: [s.n.], 2008. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. anexo 1, nº 29.

²³ CORREIA, Fernando da Silva, *op. cit.*, p. 378; SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – Albergarias. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994b. p. 29; PACHECO, António Fernando Bento, *op. cit.*, anexo 1, nº 69.

²⁴ CORREIA, Fernando da Silva, *op. cit.*, p. 394; SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, *op. cit.*, p. 446; PACHECO, António Fernando Bento, *op. cit.*, anexo 1, nº 26.

²⁵ CORREIA, Fernando da Silva, *op. cit.*, p. 378; SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, *op. cit.*, p. 444; PACHECO, António Fernando Bento, *op. cit.*, anexo 1, nº 49.

²⁶ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – Hospitais medievais. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994b. p. 446.

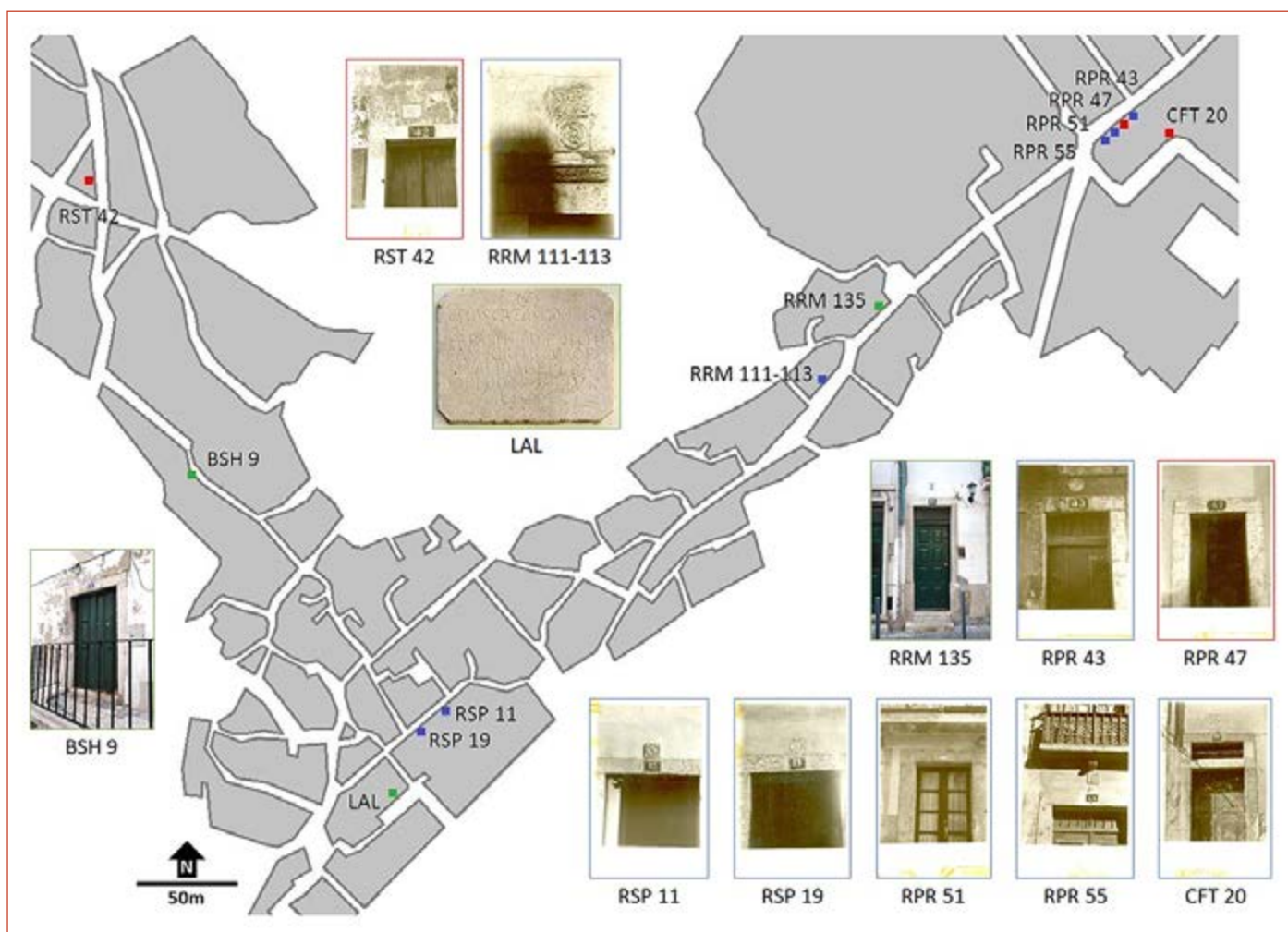


Figura 7 Localização das placas foreiras do Hospital Real em Alfama existentes na coleção Mac-Bride. A azul, as que ainda se encontram *in situ*, a vermelho, as que já não existem, a verde, as restantes (RST – Rua de São Tomé; BSH – Beco de Santa Helena; LAL – Largo das Alcaçarias; RSP – Rua de São Pedro; RRM – Rua dos Remédios; RPR – Rua do Paraíso; CFT – Calçada do Forte). Mapa do autor. Imagens Eduardo Portugal – Arquivo Histórico do CHULC, do autor (BSH 9, RRM 135) e de Mário Marzagão (LAL).

Muito próximo do Rossio, onde funcionou o Hospital Real, encontram-se outros dois © em locais onde existiram hospitais anteriores àquele, ambos nele incorporados. Um está na Rua das Portas de Santo Antão, 19, onde era o Hospital de D. Maria de Aboim, fundado em 1375 e que tinha anexa uma mercearia²⁷. O outro, invertido, pode ser visto na zona tardoz do antigo Hospital Real, quase na Mouraria, na esquina da Calçada de São Lourenço com a Rua de São Pedro Mártir, onde existiu um hospital de corretores daquela última invocação²⁸. Nem um, nem o outro, estão incluídos na coleção de Alberto Mac-Bride.

²⁷ CORREIA, Fernando da Silva, *op. cit.*, p. 379 e 394; SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, *op. cit.*, p. 443; SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – Mercearias. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994c. p. 577; PACHECO, António Fernando Bento, *op. cit.*, anexo 1, nº 25; SANTOS, Aurora Almada [et.al.] – Fontes medievais do Arquivo Municipal de Lisboa para o estudo dos hospitais. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. Série II Nº 8 (2017), p. 261-274.

²⁸ CORREIA, Fernando da Silva, *op. cit.*, p. 394; SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, *op. cit.*, p. 446; PACHECO, António Fernando Bento, *op. cit.*, 2008, anexo 1, nº 22.

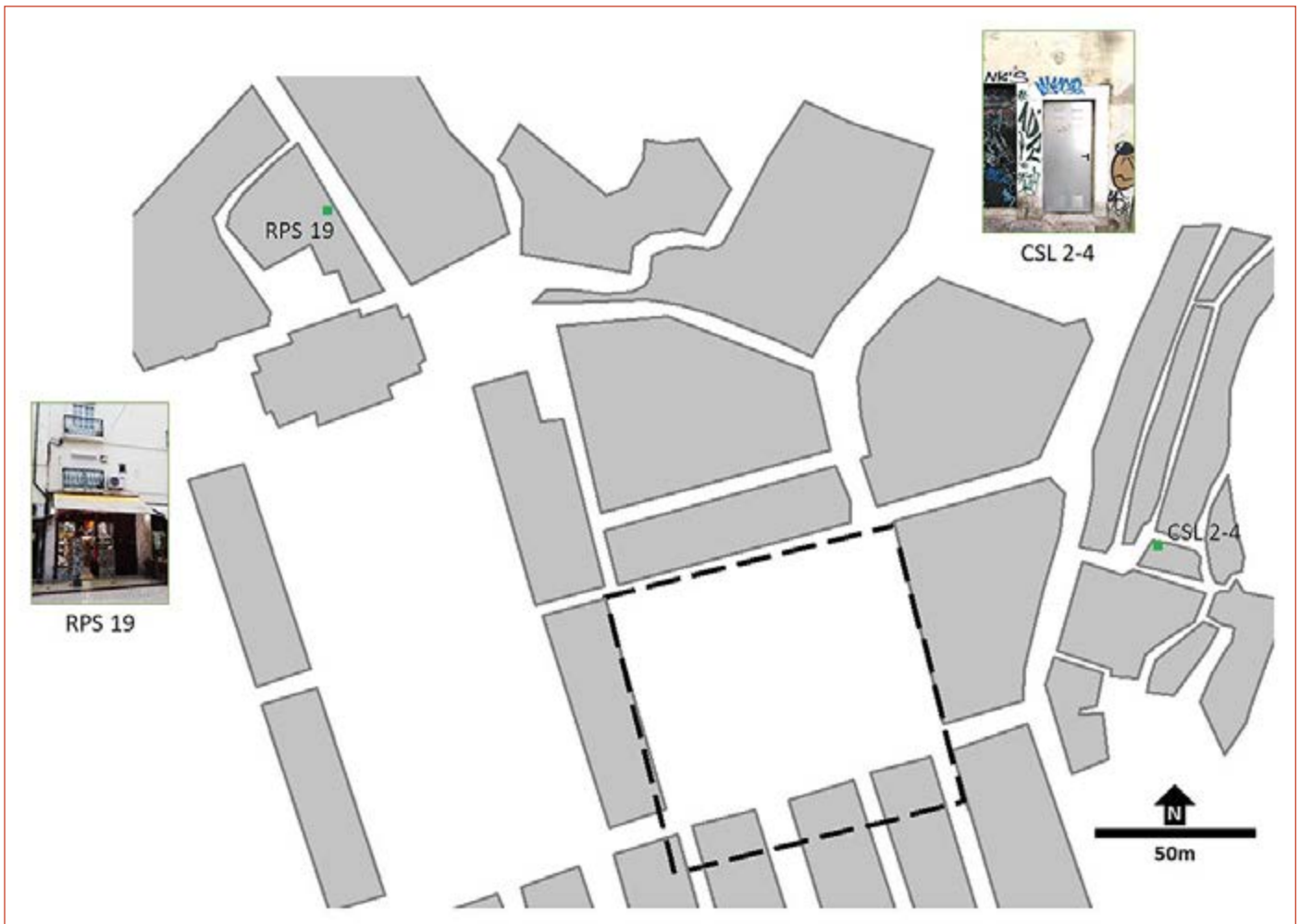


Figura 8 Localização das placas foreiras do Hospital Real na Rua das Portas de São Antão (RPS) e na Calçada de São Lourenço (CSL).
A tracejado, localização aproximada da área ocupada pelo antigo Hospital Real. Mapa e imagens do autor.

Por último, devem ser referidos dois casos de edifícios que se encontram fora da cidade muralhada ou nas suas proximidades, embora ao longo da via que se dirigia das Portas de Santa Catarina para Santos-o-Velho. O primeiro encontra-se no nº 14 da Rua João Brás, sendo a placa foreira sobreposta por óculo e painel de azulejos onde figura Nossa Senhora das Chagas.

Um pouco mais para sudoeste está o já referido exemplar da Rua das Madres, também ausente na coleção Mac-Bride. Infelizmente, ao contrário do que consta no catálogo da exposição dos 500 anos da fundação do Hospital Real, esta placa não se encontra datada²⁹. Efetivamente na sua parte inferior existe uma legenda: F(ORO). 125 R(EI)S, mas a data de 1621 não surge naquela, mas sim numa inscrição que se encontra alguns centímetros mais acima, sobreposta por cruzeiro e pináculos nos extremos superiores³⁰. Ali pode ler-se A VIRGEM MARI / A·N·S· FOI CO[N]C / EBIDA SEN PE / CADO ORGI / NAL·1621.

²⁹ LEITE, Ana Cristina, *op. cit.*, p. 84.

³⁰ Inscrições de idêntico teor podem ser vistas na Rua da Atalaia, nº 18 e na Rua Norberto Araújo, nº 4, sendo esta última datada de 1634.

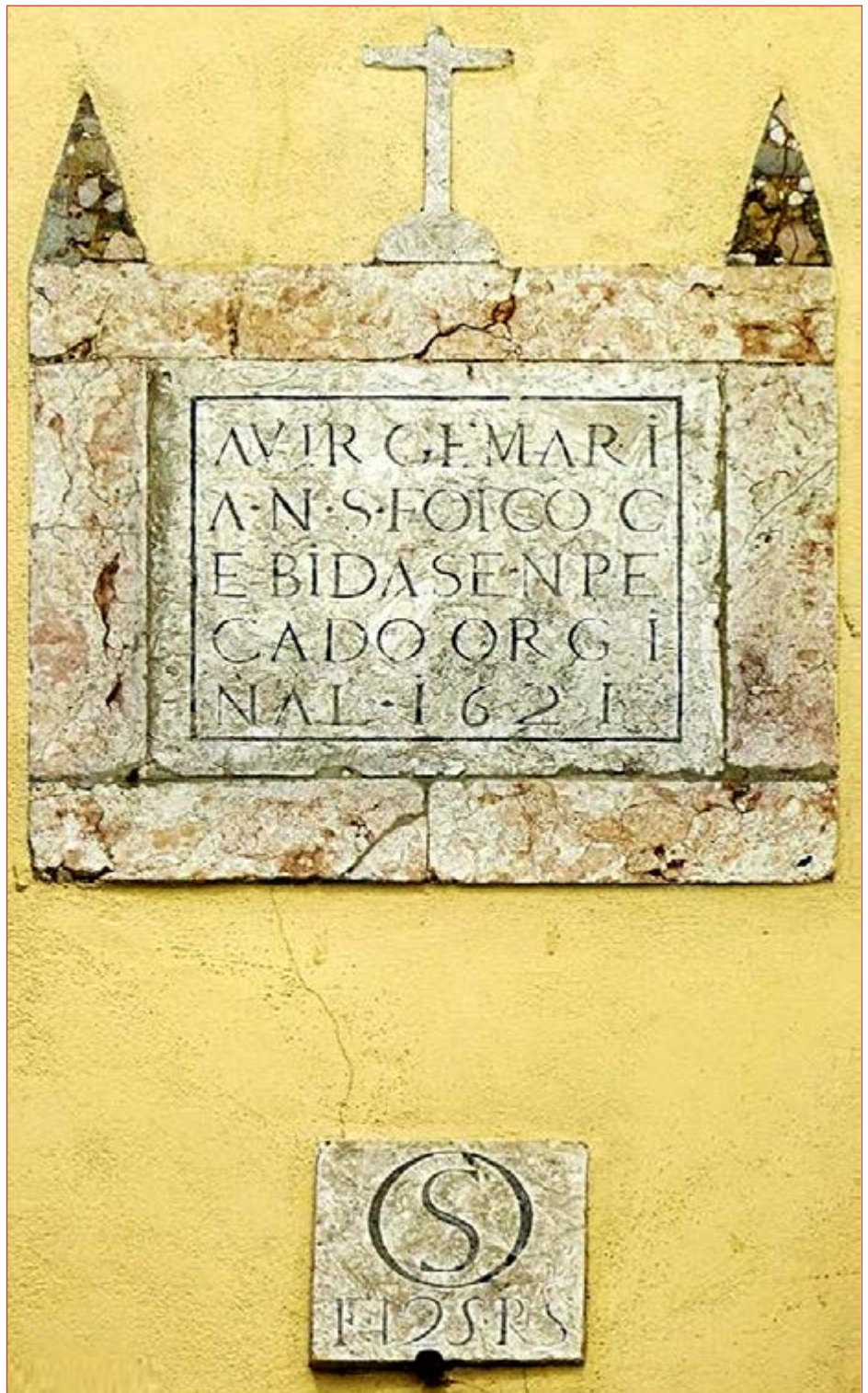


Figura 9 Placa Foreira da Rua das Madres, 13, e inscrição alusiva ao culto mariano. Imagem Mário Marzagão.

Parece-nos que estas casas poderiam ter sido igualmente de cariz assistencial, provavelmente ligadas às paróquias onde estariam integradas. Talvez fossem albergarias de apoio aos viajantes que chegavam ou saíam de Lisboa, que só mais tarde foram anexadas ao Hospital Real. Edifício que terá sido uma eventual albergaria com idênticas funções existe ainda, embora devoluto, em Sacavém, na estrada que vai desta última povoação para Unhos³¹.

³¹ SILVA, Ana Raquel; SANTOS, Suzana Pombo dos – *Villa Romana e Assentamento Proto-Histórico (Unhos, Loures)*. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série II N^o 15 (2007), p. 161. Fica a dúvida se este edifício poderá ser tudo o que resta do Hospital de Gonçalo Vaz, referido por Francisco Silva Correia, que foi incorporado no Hospital Real (*op. cit.*, p. 405); SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, *op. cit.*, p. 443.

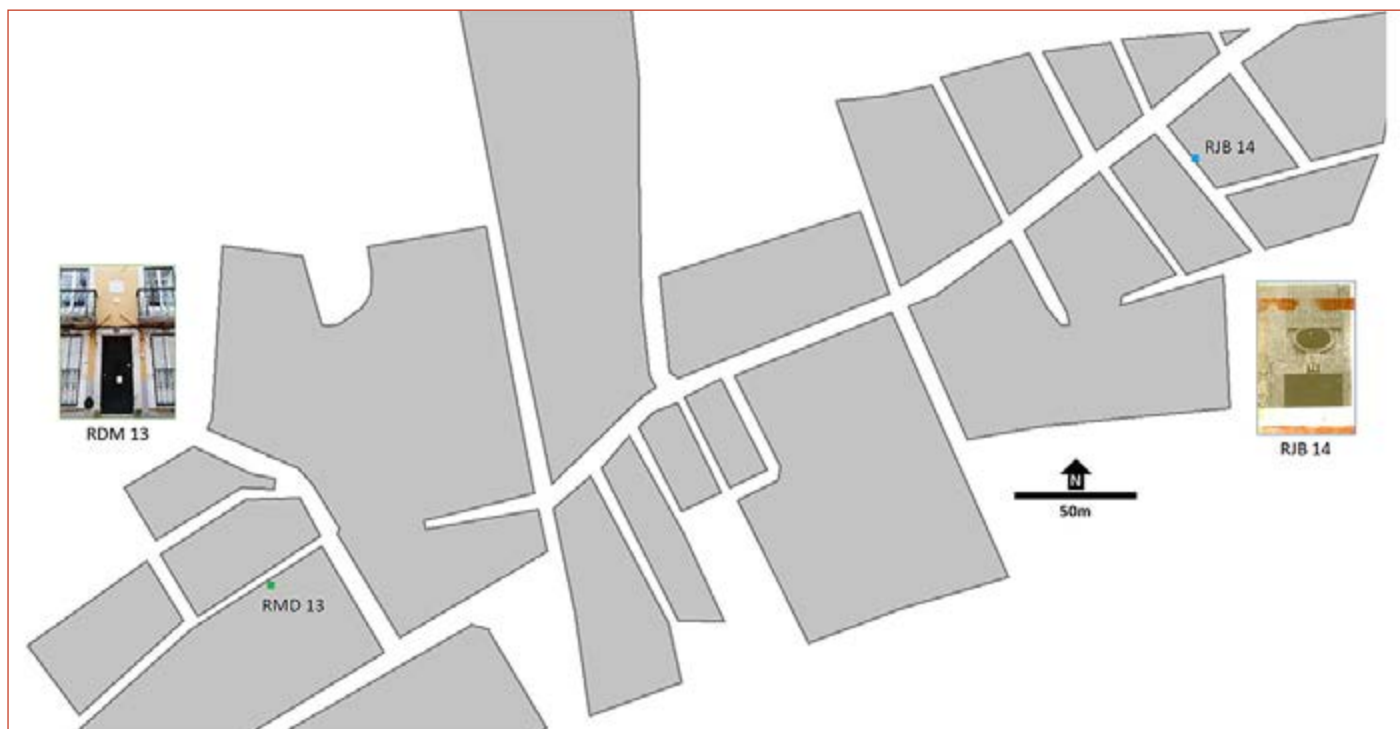


Figura 10 Localização das placas foreiras do Hospital Real na Rua João Brás (RJB) e na Rua das Madres (RMD).

A azul, placa incluída na coleção Mac-Bride. Mapa do autor. Imagens Eduardo Portugal – Arquivo Histórico do CHULC (RJB 14) e do autor (RDM 13).

2. FORMA, MATÉRIA E CRONOLOGIA

No conjunto de placas foreiras agora analisado predominam as que mostram formato quadrangular ou retangular, onde no centro está o S, normalmente inscrito em campo circular, rebaixado (ROL 17, CAC 10, RCV) ou inciso (RST 42, BSM 12, RJB 14). A incisão em muitos casos encontra-se preenchida por pasta negra (BSH 9, RSP 11, RSP 19, RPR 47, RMD 13, ROL 3), o que a faz sobressair no branco da pedra calcária, característica que, pensamos, possa ter ocorrido noutros exemplares, mas da qual não restam vestígios visíveis. Raras vezes o S aparece também isolado (RPR 55, RDT 47) ou pintado (RRM 135), mas este último caso deve resultar de alterações posteriores.

Igualmente comum é a presença de moldura quadrangular incisa (TLG 29, RDT 66-68, RDT 42, TTR 34-36, TLG 20, LOL 65), em alguns casos com os cantos truncados (RSP 11, RSP 19), aspeto que se repete no próprio formato de cinco das placas (ROL 30, CDM 7, ROL 20, ROL 43, CAC 60).



Tabela 1 Placas foreiras quadradas na coleção Mac-Bride. A vermelho, as desaparecidas, a azul, *in situ* e a verde, as restantes.

Imagens Eduardo Portugal – Arquivo Histórico do CHULC (p/b), do autor (cor) e de Mário Marzagão (RDM 13).

Consideraram-se placas de formato circular as que efetivamente mostram esse formato (RDT 34, RPR 43, RPR 51), em alguns casos esculpidos diretamente no lintel das portas (RBF 217, RBF 227, CDM 3, CDM 11, ROL 29).



Tabela 2 Placas foreiras circulares na coleção Mac-Bride.

A vermelho, as desaparecidas e a azul, *in situ*. Imagens Eduardo Portugal – Arquivo Histórico do CHULC (p/b) e do autor (cor).

Considerou-se ainda um terceiro grupo de placas, onde se integraram aquelas que apresentam outros formatos, ou em que aquele não é possível definir corretamente devido à sua localização. A presença de estuques e rebocos não permite perceber qual a forma de cinco placas (CSL 2-4, RPM 111-113, RPS 19, RCV 76, RPR 47). As três primeiras são muito semelhantes entre si, com o S ladeado por dois pontos e moldura circular bem definida.

O S totalmente isolado, sem qualquer moldura, era visível em 3 locais (CFT 20, TLG 7, RDT 10), sendo os dois últimos placas de perfil algo irregular, como se resultassem de reaproveitamento.

Existia na Rua Damasceno Monteiro, nº 48, o único exemplar que apresentava uma data – 1760. Este, que se terá perdido (?) no âmbito da construção do novo edifício que ali se encontra, tinha formato retangular com a parte superior algo destacada, tendencialmente triangular.

Uma das placas (RBF 213), ao contrário das demais, não era em calcário, mas sim em azulejo, com o monograma pintado a negro de manganês sobre fundo branco estanífero. Azulejo semelhante anteriormente referido, mas que combina aquele óxido com o de azul de cobalto, existe na coleção Mac-Bride e integrou o catálogo da exposição dos 500 anos da fundação do hospital, surgindo na capa daquele. Este exemplar terá sido produzido na segunda metade do século XVIII, muito provavelmente após o Terramoto³². O edifício onde se encontrava esta singular placa foreira é totalmente revestido a azulejo de padrão industrial, pelo que é possível que aquela tenha substituído outra mais antiga, que seria de pedra. O mesmo edifício, em duas outras portas (217 e 227), mostrava o © esculpido diretamente no lintel, situação pouco comum, subsistindo apenas um deles (217).

Parece-nos que o estudo da forma aliado à análise epigráfica poderá eventualmente permitir a aferição de cronologias destas placas, facto apenas possível em relação à que estava na Rua Damasceno Monteiro e à fabricada em azulejo, as únicas que nos fornecem dados sobre esse aspecto. No entanto, por ora tal abordagem revelou-se algo infrutífera, pois embora existam diversos exemplares de placas foreiras ou de outras inscrições através das quais se pode comparar a grafia do S, poucos são aqueles dos quais se conhece a data de produção.

³² LEITE, Ana Cristina, *op. cit.*, p. 84. Não nos parece que se possa colocar de lado a hipótese de este azulejo resultar de uma reprodução, copiando modelos anteriores.



Tabela 3 Outros tipos de placas foreiras na coleção Mac-Bride. A vermelho, as desaparecidas, a azul, *in situ* e verde, as restantes.
Imagens Eduardo Portugal – Arquivo Histórico do CHULC (p/b), do autor (cor) e de Mário Marzagão (CSL 2-4 e RPS 19).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo fez-se uma breve análise sobre um tema pouco explorado nos estudos sobre o Hospital Real de Todos-os-Santos, relativo ao seu património predial. Certamente existirão em arquivo documentos escritos relevantes sobre o assunto, mas o objeto do qual partiu esta investigação foi um conjunto de registos fotográficos de placas foreiras. Uma parte delas subsiste na memória de Lisboa graças a estes registos que, de forma diligente, foram captados por Eduardo Portugal, em alguns casos por indicação de Alberto Mac-Bride. Se tal não tivesse sucedido, esta informação ter-se-ia perdido irremediavelmente, facto que poderá em breve acontecer com muitas das placas que permanecem *in situ*, pois na sua maioria estão em edifícios devolutos, tapadas por cabos telefónicos ou eléctricos e por placas de publicidade.

Entre os assuntos abordados, várias questões ficam em aberto, pois os dados agora tratados não permitem conclusões concretas, embora possam ajudar a definir caminhos pelos quais a investigação poderá continuar, contribuindo assim para o esclarecimento de alguns aspetos. O mais relevante destes passaria pelo levantamento do histórico dos proprietários dos imóveis fotografados e de como se tornaram posse do Hospital Real. Nesse âmbito, poderia igualmente aferir-se se, efetivamente, as casas assistenciais anteriormente existentes usavam idêntica placa indicativa do mesmo formato, e se o facto de o © surgir invertido em alguns edifícios terá, realmente, algum significado.

Parece-nos relevante referir que os exemplares mencionados neste estudo se encontram ou encontravam em zonas da cidade que não foram muito afectadas pelo Terramoto de 1755 e incêndios subsequentes, facto que não sucedeu na Baixa ou no Chiado, onde existia igualmente um número assinalável de casas assistenciais que foram integradas no Hospital Real e das quais não restam, na maioria, quaisquer evidências físicas.

Pelos exemplos referidos e pela amostra relativamente pequena e estereotipada, pouco se pode dizer sobre a cronologia destes documentos epigráficos, pois se, por um lado, são poucos os termos de comparação bem datados, por outro, não há forma de ter certezas sobre o momento em que estas placas foram colocadas nos edifícios em causa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa

Preservação da cultura e salvaguarda do património, Fotografia artística e documental, Coleção Eduardo Macedo Portugal, EDP000298, EDP000972, EDP000123.

Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central

Conjunto de 39 fotografias, p/b, da autoria de Eduardo Portugal, 1945. Coleção Mac-Bride (1957).

S/ autor, *Figuras e panoramas da medicina de outros tempos*, Lisboa, Hospitais Cívicos de Lisboa, 1954, 144 p.

ESTUDOS

BARROS, Maria Filomena Lopes de – Mouraria (séculos XII a XV). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994.

CORREIA, Fernando da Silva – *Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1999.

GEORGE, Francisco; MOURA, Rita Barata – Hospital de Santa Marta. In PENEDO, Jorge; ALBUQUERQUE, Ana de; BRANDÃO, Maria João de Paiva, coord. – *Omnia Sanctorum: histórias do Hospital Real de Todos-os-Santos e seus sucessores*. Lisboa: By the Book; Centro Hospitalar de Lisboa Central, 2012.

JORGE, Maria Júlia – Olarias e lagares (sítio das). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994.

LEITE, Ana Cristina – Azulejo com as iniciais O S. In PEREIRA, Paulo, dir. – *Hospital Real de Todos-os-Santos: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. Catálogo da exposição no Museu Rafael Bordalo Pinheiro.

LEITE, Ana Cristina – Hospital Real de Todos-os-Santos: uma obra moderna. In PENEDO, Jorge; ALBUQUERQUE, Ana de; BRANDÃO, Maria João de Paiva, coord. – *Omnia Sanctorum: histórias do Hospital Real de Todos-os-Santos e seus sucessores*. Lisboa: By the Book; Centro Hospitalar de Lisboa Central, 2012.

LEONE, José – O Dr. Eugénio Mac Bride. In BOTELHO, Luís da Silveira; VELOSO, Barros, coord. – *Subsídios para a história dos hospitais cívicos de Lisboa e da medicina portuguesa (1948-1990)*. [S.l.]: Comissão Organizadora do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, 1993.

MAC-BRIDE, Alberto – A história da medicina em Portugal. *A Medicina Contemporânea*. Ano 30 N.º 7 (1912), p. 55-56.

MOITA, Irisalva – Lápide funerária proveniente de um almocávar de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XXVIII N.º 114/115 (1967), p. 81-87.

MORA, Luiz Damas – O Dr. Alberto Mac Bride: soldado, cirurgião e cidadão. *Revista Portuguesa de Cirurgia*. Sociedade Portuguesa de Cirurgia. Série II N.º 16 (2011), p. 83-90.

PACHECO, António Fernando Bento – *De Todos-os-Santos a São José: textos e contextos do «espiritual grande de Lisboa»*. [S.l.: s.n.], 2008. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PONCE, Mónica [et al.] – O sítio dos lagares (Lisboa): um espaço pluricultu(r)al. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, coord. edit. – *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017. p. 1703-1714.

SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – Albergarias. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994a. p. 28-29.

SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – Hospitais medievais. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994b. p. 442-446.

SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – Mercearias. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994c. p. 576-577.

SANTOS, Aurora Almada [et al.] – Fontes medievais do Arquivo Municipal de Lisboa para o estudo dos hospitais. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal. IIª Série Nº 8 (2017), p. 237-274.

SILVA, Ana Raquel; SANTOS, Suzana Pombo dos – *Villa Romana e Assentamento Proto-Histórico (Unhos, Loures)*. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. IIª Série Nº 15 (2007), p. 161-164.

TAVARES, Maria José Ferro – Judiarias. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de história de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e Associados, 1994. p. 480-482.

Submissão/submission: 09/03/2019
Aceitação/approval: 05/06/2019

Carlos Manuel Pereira Boavida, IAP-Instituto de Arqueologia e Paleociências, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal /
AAP-Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1200-092 Lisboa, Portugal Lisboa, Portugal. cmpboavida@gmail.com

BOAVIDA, Carlos – Placas foreiras do Hospital Real de Todos-os-Santos no acervo fotográfico da coleção Mac-Bride.
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 83 – 101.

A Ilha. História e urbanismo do grande quarteirão onde se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1750-1779)

The Island. The history of the large block where the Hospital Real de Todos-os-Santos once stood (1750-1779)

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva
Tiago Borges Lourenço

RESUMO

Contrariamente a uma ideia generalizada e muitas vezes repetida, não foi o Terramoto de 1755 que condenou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio, a um irremediável desaparecimento. Na verdade, não só o plano de reconstrução da Baixa de Lisboa não lhe previa uma nova localização, como, nos anos subsequentes, uma campanha de obras de reconstrução chegou a ser equacionada e (parcialmente) executada. O seu destino foi traçado por uma carta régia assinada por D. José, a 26 de setembro de 1769, que decretou a passagem do hospital para o edifício do antigo Colégio jesuítico de Santo Antão e deu indicações precisas para a divisão e venda do seu terreno, ao Rossio. Mas antes (e depois disso), o local do grande quarteirão que chegou a ser conhecido como a *Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos*¹ foi impregnado de uma riquíssima história como poucos em Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa / Hospital Real de Todos-os-Santos / Urbanismo / Arquitetura / Saúde

ABSTRACT

In the late 15th century a significant part of the Convent of São Domingos' enclosure was occupied by the new Hospital Real de Todos-os-Santos. Located in the eastern side of Rossio square, soon this large block became known as the *island where the Royal Hospital stands*. Although the hospital building was destroyed first by a fire in 1750 and then by a devastating earthquake in 1755, only in 1769 king José decided to transfer it to the former Jesuit College of Santo Antão. This article aims to trace the history of the final years of the Hospital Real de Todos-os-Santos building and the *island* where it was located.

KEYWORDS

Lisbon / Hospital Real de Todos-os-Santos / Urbanism / Architecture / Health

¹ *Planta Topographica, e exacta do Sítio, que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Casas assim do Ilm^o e Exm^o Marquês de Cascais [...]*. Filipe Rodrigues de Oliveira, 1750. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – <http://purl.pt/22488>.

1) A HISTÓRIA ANTES DESTA HISTÓRIA. ESTRATIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO DE UM LUGAR

O lugar tomado como objeto no presente estudo é o grande quadrilátero cujo perímetro, em traços gerais, é atualmente delimitado pela Praça D. Pedro IV (*do Rossio*) e ruas de Barros Queiroz, Dom Duarte, João das Regras, do Poço do Borratém, dos Condes de Monsanto e da Betesga (Figura 1): *A Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Casas assim do Ill.mo e Ex.mo Marquês de Cascaes*².



Figura 1 Marcação do limite do quarteirão do Hospital de Todos-os-Santos, Convento de São Domingos de Lisboa e Palácio dos Marquês de Cascais, sobre cartografia atual. Câmara Municipal de Lisboa (CML), *Lisboa Interactiva*. <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>.

Esta área, uma das mais centrais, nobres e emblemáticas da moderna identidade da cidade de Lisboa, foi outrora ponto de

confluência da bacia de encaixe do Esteiro da Baixa, aquífero do Tejo formado no Quaternário, e das duas ribeiras hoje ocultas que nele desaguam, a de Valverde (equivalente, em termos grosseiros, à Av. Liberdade) e a de Arroios (do mesmo modo hoje fossilizada nos alinhamentos da Rua da Palma e parte da Avenida Almirante Reis)³.

Era, pois, um local particularmente inóspito, o que não impediu uma ocupação humana (ainda que descontínua) ao longo de mais de três mil anos. Tendo sido alvo de campanhas arqueológicas⁴ no decorrer da segunda metade do

² Ibidem.

³ SILVA, Rodrigo Banha da – A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal. Nº 2 (2013), p. 40.

⁴ As mais importantes em 1960, 1962, 1971 e 1999-2001, todas na Praça da Figueira.

século XX, constitui-se como uma das áreas da cidade em que melhor é possível detalhar a diferente estratificação da presença humana, cujas primeiras evidências remontam à Idade do Bronze Final⁵.

Aquando da ocupação romana, o local era atravessado por “um dos dois devertículos de uma das mais importantes vias da Hispania ocidental que, com início na cidade do Tejo se dirigia à capital conventual Scallabis, e dali para o Noroeste Peninsular ou para a capital provincial, Emerita”⁶. Junto a este existiu uma importante necrópole (em funcionamento entre os séculos I e III) e o circo máximo de Felicitas Iulia Olisipo. Contrariamente ao último, cuja implantação correspondia de forma genérica ao Rossio pré-terramoto, a necrópole implantava-se na zona atualmente ocupada pela Praça da Figueira e, por isso, na área em estudo. “Assumindo uma expressão arquitectónica monumentalizada, denunciando a sua importância [...], iria sofrer uma intensa campanha de desmantelamento para aproveitamento de pedra no último terço do século III d.C.”⁷, possivelmente para edificação da primitiva muralha Baixo Imperial. Durante cerca de um século, partes do espaço remanescente mantiveram ainda a função funerária (sepulturas de inumação e incineração), conhecendo-se ainda a existência de uma casa agrícola provavelmente datada do século V⁸, sendo escassos os vestígios referentes aos sete séculos seguintes.

Na sequência das campanhas arqueológicas de 1999-2001 na Praça da Figueira foi descrito um bairro da Al-Ushbuna islâmica com pelo menos 18 habitações, provavelmente datado da primeira metade do século XII e que

significativamente afastad[o] da Medina, bem amuralhada [...], em nada te[ve] a ver com o crescimento orgânico de cidade islâmica [...] [denunciando] planeamento urbano preciso, constituído por fiadas de quarteirões providos da mesma largura e separadas por longas mas estreitas vias longitudinais, ligadas por outras transversais. As dimensões das casas [...] mas também dos quarteirões e das vias, reflectem ocupação intensiva do solo disponível⁹.

Ainda assim, e não obstante a forma consolidada que os vestígios deste bairro parecem sugerir, a sua existência e ocupação ter-se-á limitado a um curto período de tempo, em virtude do seu progressivo abandono na sequência da conquista cristã da cidade em 1147.

Na Lisboa cristã, a primeira notícia relevante relacionada com o local data de 1241, ano da fundação de um convento dominicano, da qual resultou o aterramento do local onde outrora se havia implantado o bairro islâmico. No decorrer dos quase cem anos compreendidos entre os dois momentos, haviam sido fundados em Lisboa seis conventos ou mosteiros¹⁰, enquadrando-se a instituição do Convento de São Domingos de Lisboa nesta tentativa de ancorar na cidade algumas das principais instituições religiosas da época. No entanto, diferia dos demais na forma como a sua implantação não ocorreu em nenhuma das colinas mas antes numa área baixa e próxima do centro nevrálgico da urbe, num terreno que, embora fronteiro a uma das principais vias de saída da cidade (a Corredoura) e próximo do núcleo habitacional consolidado, apresentava características manifestamente adversas.

⁵ Nas escavações arqueológicas de 1962, foram encontradas várias *estruturas* na Praça da Figueira, de entre as quais uma “lítica ovalada [...] descrita como composta por lajes (calcárias?), pouco espessas e encastradas no solo [...]. A ausência de outros elementos de caracterização torna difícil garantir hoje de forma categórica a sua funcionalidade original, sugerindo tratar-se de um fundo de construção (cabana?) de planta quase circular, embora outras hipóteses sejam admissíveis.” (SILVA, Rodrigo Banha da – *op.cit.*, p.42). A presença de estruturas da Idade do Bronze seria confirmada nas campanhas arqueológicas de 1999-2001.

⁶ SILVA, Rodrigo Banha da – A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa). In *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época* (em publicação).

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; SILVA, Rodrigo Banha da – O Bairro Islâmico da Praça da Figueira. In *Cristãos e muçulmanos na Idade Média peninsular: encontros e desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, 2011. p. 23.

¹⁰ São Vicente de Fora (1147), São Miguel das Donas (1160), São Félix de Chelas (1192), São Francisco da Cidade (1217), Santíssima Trindade (1218) e Santos-o-Velho (1220). A este propósito consultar LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – *As casas religiosas de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2018. [Consult. em 04.12.2018]. Disponível na Internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2015/06/CasasReligiosasLisboa.pdf>. Integrado no projeto Lx Conventos.

A sua fundação deveu-se a D. Sancho II, “e com licença do Dayaõ, e cabido da Sè que estava vacante, lançou nelle a primeira pedra hum Bispo estrangeyro”¹¹, já em 1242¹². Embora não seja totalmente claro, parece provável que já não existisse sequer um pequeno esteiro navegável, apesar de relatos da descoberta, durante obras executadas no século XVI, de “sylhares de pedraria bem lavrada, e a partes grossas argollas de bronze travadas, e pendentes dellas, como em caiz, pera servirem de amarrar navios”¹³. Seria uma construção modesta quando, em 1249, D. Afonso III decidiu empreender uma segunda campanha de obras. Desconhece-se a configuração do edifício, sabendo-se, no entanto, que o local da grande igreja então ereta não mais se alterou, correspondendo em rigor ao da atual.

Com os terrenos então doados pelo monarca ao convento¹⁴, a área da sua cerca passou a corresponder aproximadamente ao objeto deste estudo, a *Ilha*¹⁵, que “naquele tempo eraõ terras devolutas que o povo se servia sem aver dono particular delas, em telhaes, e fornos de tijolo por huma parte, e por outra em sementeiras de ferregeais e hortaliças”¹⁶. Ainda que todas estas operações tivessem dotado o edifício conventual de melhoradas condições de acomodação e de uma grande área de cerca, a sua desfavorável localização trazia-lhe ainda graves problemas, maioritariamente provocados pela caudalosa confluência das águas pluviais que, ao longo dos séculos XIV e XV, foi provocando crónicos danos na construção. Terá sido esse o principal motivo que fez com que, no princípio de Quinhentos, D.Manuel I tivesse “mand[ado] derribar todo o edificio velho que era terreo, e f[azer] lavrar, e levantar de novo hum dormitorio alto”¹⁷. Na essência, tratava-se de um projeto que fazia crescer a área do edifício para o interior do seu lote, então o único espaço disponível para o efeito, visto que, por esta altura, o convento havia já perdido uma substancial parte das suas propriedades, em virtude de nela se ter instalado o novo Hospital Real¹⁸.

A decisão de D. João II em construir um grande hospital real assentava na tentativa de aglutinar os diversos hospitais existentes na cidade num único edifício, tendo para o efeito conseguido uma bula papal de Sisto IV em 1479. “Vendo como aquela parte do Rossio estava despejada e sitio bom para se fazer a tall hobra [...], e por lhes não quebrar sua pose, [o monarca] lhes pedio aquelle sitio [...] e os padres lho derão”¹⁹, recebendo em troca um conjunto de propriedades que viriam a ser definidas pela carta de escambo de 22 de agosto de 1502²⁰. Escolhido o local, a primeira pedra foi colocada a 15 de maio de 1492. No geral, seguia o modelo dos hospitais europeus do seu tempo, com planta em “forma de Cruz de quatro braços iguais; ficam nos quatro ângulos quatro claustros grandes, lageados de pedraria, com um poço no meio de cada um”²¹. Num dos braços encontrava-se a grande igreja com entrada pelo Rossio, tendo sido instaladas nos restantes três braços outras tantas enfermarias (de Santa Clara para “males das mulheres”, de São Cosme para “males dos homens” e de São Vicente para “febres dos

¹¹ CACEGAS, Luís – *Primeira parte da história de S. Domingos Particular do Reino, e conquistas de Portugal...* Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1767. p. 182-183.

¹² Subsistem algumas dúvidas sobre se a pequena ermida contígua à nova igreja dominicana já se encontrava construída à época. A Ermida de Nossa Senhora da Purificação (popularmente conhecida como Ermida de Nossa Senhora da Escada devido ao facto de o seu acesso ser feito por uma escadaria) desapareceria com o Terramoto de 1755.

¹³ CACEGAS, *op. cit.*, p. 313

¹⁴ Embora não tenha sido possível encontrar qualquer documento sobre a cedência destes terrenos, tem sido aceite ao longo dos tempos que terá efetivamente sido D. Afonso III quem fez tal mercê aos religiosos.

¹⁵ Implantada a poente dos terrenos dominicanos e próxima do sopé da colina da Alcáçova, no decorrer dos primeiros séculos da Lisboa cristã, a via junto à qual se implantaria a Ermida de São Mateus constituiu-se como uma das principais saídas a norte da cidade, cruzando a Mouraria. A sua importância estratégica é atestada pela opção de nela se erguer a Porta de São Vicente da Mouraria da Muralha Fernandina, assim como pela recém-descoberta arqueológica de uma necrópole medieval nas suas proximidades. Foi igualmente em seu torno que foi construído o Poço do Borratém.

¹⁶ CACEGAS – *op. cit.*, p. 316.

¹⁷ CACEGAS – *op. cit.*, p. 317.

¹⁸ Voltado ao Rossio, grande praça que, entretanto, havia sido aberta.

¹⁹ BRANDÃO, João – *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa na 2ª metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552*. Lisboa: Liv. Ferin, 1923. p. 110-111.

²⁰ [Arquivo Nacional Torre do Tombo] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel, Livro I da Estremadura*, f. 252-255.

²¹ OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1992. p. 602.

homens”). Com o correr do tempo, novas enfermarias e dependências foram sendo construídas no interior do lote (caso das enfermarias dos Capuchinhos Descalços e dos Camilos, esta última já do século XVIII), algumas das quais isoladas por questões de salubridade²².

Assim, desde os primeiros anos do século XVI, a face nascente do Rossio era continuamente edificada, composta pelos dormitórios e demais dependências do Convento de São Domingos e pela frontaria do hospital, tudo assente sobre arcos²³ que acolhiam cerca de duas centenas de pequenas lojas portáteis²⁴, e a Ermida de Nossa Senhora do Amparo (Figura 2). Sobre os arcos, o edifício desenvolvia-se em dois pisos voltados “para o Rossio (com as suas janelas geminadas e loggias, bem ao gosto da arquitectura doméstica quinhentista) e para a Rua da Betesga, [que] constituíam por certo, as habitações dos funcionários do hospital que tinham, por disposição do *Regimento*, direito a nele habitar”²⁵. O acesso à sua grandiosa igreja era feito por meio de uma massiva escadaria de pedra com 21 degraus de três faces que se iam estreitando até culminarem num tabuleiro ao nível do piso do templo, ao qual se acedia “por hum portal de obra muy custosa, todo de pedraria lavrada, que o faz ser hum dos melhores, que ha neste Reyno”²⁶ e o elemento distintivo do edifício.

Seriam estas a configuração e a implantação que o Hospital Real de Todos-os-Santos manteria durante pouco mais de dois séculos e meio, tornando-se num dos mais icónicos referentes da Lisboa moderna.



Figura 2 *Hospital Real de Todos os Santos*, painel de azulejos. Mestre P.M.P. (atribuído), séc. XVIII (1.º quartel). Museu da Cidade, MC.AZU.74.

²² Sobre as instalações hospitalares, consultar MOITA, Irisalva – O Hospital Real de Todos-os-Santos: enfermarias – aposentadorias – serviços. In PEREIRA, Paulo, dir. – *Hospital Real de Todos-os-Santos: 500 Anos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 40-48.

²³ Existe uma crónica falta de consenso entre as fontes (tanto escritas como iconográficas) no que concerne ao número de arcos. Seriam provavelmente cerca de 25, dois terços dos quais pertencentes ao hospital. Esta opção terá sido tomada devido aos crónicos problemas com a humidade no solo do local, que inclusivamente obrigava a que as obras de edificação ocorressem em determinados momentos do ano.

²⁴ “N’essa arcada muitos mercadores possuíam armários e balcões fechados, de que pagavam renda ao hospital, e onde vendiam ao povo toda a sorte de pannos de linho, canequim, cassa e olanda, linhos, rendas, tranças, franjas e outras coisas semelhantes, além de artigos de calçado e estopa; e na escadaria da egreja [...] tinham poiso certo os cegos distribuidores e pregoeiros ambulantes de papeis e novidades” (CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga*. Lisboa: Bertrand. 2ª ed. 1904. p. 197).

²⁵ LEITE, Ana Cristina – O Hospital Real de Todos-os-Santos. In PEREIRA, Paulo, dir. – *op. cit.*, p. 11.

²⁶ COSTA, António Carvalho da – *Corographia Portuguesa...* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III, p. 396.

2) OS DERRADEIROS ANOS DO HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS

O momento de charneira da história deste lugar é, assim, o da assinatura da carta régia de doação da Igreja e Colégio de Santo Antão ao Hospital Real de Todos-os-Santos, a 26 de setembro de 1769, cerca de uma década depois da expulsão do país dos padres da Companhia de Jesus, os proprietários originais do edifício.

Considerando não poder

dar aplicação mais pia à mesma Igreja e Colégio do que fazer dela doação ao Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa [...] [devido] ao estrago do terramoto do ano de mil setecentos cinquenta e cinco se incendiou e reduziu a cinzas a sua Igreja e Hospital e se acha[r] na maior urgência de ter casa própria com a largueza e comodidade que é precisa [...] [D. José doou] tudo o mais que se acha[va] dos muros da dita casa para dentro, sem limitação alguma²⁷.

Mais do que uma mera carta de doação de um novo edifício a uma antiga instituição, o monarca procurou também promover a rentabilização dos terrenos do antigo hospital, que deveriam ser vendidos para custear as obras das novas acomodações, numa situação em tudo semelhante ao que no ano anterior havia já ocorrido aquando da cedência da (também primitivamente jesuíta) Casa Professa de São Roque à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa²⁸. Este documento de doação menciona a existência de duas plantas (uma dos terrenos do antigo hospital e outra do edifício do futuro Hospital Real de São José) que permanecem desconhecidas. A forma como, apenas dois dias depois, o Conde de Oeiras emite uma detalhada “ordem sobre a forma de fazer as obras [em Santo Antão] e quem as dirige” demonstra tratar-se de um assunto que estaria a ser longamente maturado e discutido. Mais do que a ordem régia, este documento é fundamental para compreender as motivações e a forma como deveriam processar-se as obras e a subsequente passagem dos serviços, principiando com uma menção ao facto de “nunca ser conveniente nem conforme ao costume das outras cortes que se fabricasse [o hospital] no interior da cidade capital destes Reinos”²⁹. Na verdade, a localização do primitivo hospital num local tido como insalubre tinha sido posta em causa diversas vezes ao longo do último século e meio, nomeadamente por Filipe III em 1626³⁰ ou por Ribeiro Sanches que, no seu *Tratado de conservação da saúde dos Povos* [publicado em 1756],

[...] apontava como um dos maiores erros da construção dos hospitais antigos, a sua localização nas zonas baixas e centrais das cidades onde os ares pútridos, que impossibilitavam a cura dos enfermos³¹.

Eixo definidor do planeamento de uma Baixa Pombalina de ruas largas e retílineas que contrastavam com o labiríntico traçado dos arruamentos medievais, não parece possível aferir com total segurança que a questão da salubridade justifique, por si só, a transferência do hospital. Na verdade, este processo de transferência do hospital não é linear nem óbvio, pelo que qualquer proposta tenderá a ser apenas conjectural. Como tal, e para o melhor compreender, importa começar por recuar um pouco no tempo.

CINCO ANOS, DUAS CATÁSTROFES, UM HOSPITAL (1750-1755)

O desconforto indiciado pela forma como, pelo menos desde o início do século XVII, foi paulatinamente colocado em questão o local da implantação do hospital não parece ter sido acompanhado por uma efetiva preocupação em o resolver. Apesar do crónico *déficit* financeiro e do número de camas, não existem indícios de que, em algum

²⁷ Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (AHSCML), Carta Régia de 26 de setembro de 1769. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/022.

²⁸ AHSCML, Carta Régia de 8 de fevereiro de 1768. PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/012.

²⁹ AHSCML, Aviso Régio de 27 de setembro de 1769. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/023.

³⁰ Em carta de 16 de julho de 1626 é aludido o conteúdo de uma outra, datada de 7 de março do mesmo ano (cujo paradeiro se desconhece), na qual Filipe III levanta a possibilidade de “mudar [o Hospital] para outro sítio mais são”. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria Régia, Livro 1º de Filipe III, f. 77-77v.

³¹ CARREIRA, Adélia Caldas – *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*. Lisboa: [s.n.], 2012. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 277.

momento, a transferência para um novo local tivesse sido detalhadamente estudada. Parece prová-lo a forma como não houve qualquer tentativa de aproveitamento da destruição provocada pelo grande incêndio da madrugada de 10 de agosto de 1750 para cumprir qualquer ensejo nesse sentido. De modo a compreender a magnitude do desastre deste dia, socorremo-nos da *Relação Verdadeira e Individual do formidável incendio, que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa...*, aquela que será possivelmente a mais fidedigna fonte de informação para perceber a gravidade e alcance das chamas, assim como a composição do edifício em meados de Setecentos. Este documento detalha o início do incêndio, pelas “tres da manhã [...] em húas poucas de apáras das obras, nas casas que chamaõ das tinas, que he aonde se aqueuta agua para os banhos dos doentes”³², relatando também a forma como os religiosos dominicanos e camilos (“que não cessavão de acudir com agua, que trazião a seus hombros”³³) contribuíram para reduzir as chamas de certas zonas do convento, nomeadamente o dormitório e enfermaria de São Camilo e a “selectíssima” biblioteca. Existe ainda uma ampla descrição do importante apoio que a demais comunidade religiosa e laica da cidade empreendeu de modo a evitar uma propagação mais efetiva e gravosa das chamas, o que pode explicar a forma como estas pouparam o vizinho convento.

No rescaldo do incêndio, o grande edifício do Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa encontrava-se praticamente destruído, tendo apenas sobrado intacta a enfermaria de São Camilo, construída no reinado de D. João V. Da igreja, restou pouco mais do que a imponente fachada manuelina, miraculosamente intacta à semelhança do que já se havia verificado aquando do incêndio de 27 de outubro de 1601. Sendo um dos mais importantes e emblemáticos edifícios da cidade, rapidamente foi formulado um ambicioso plano de reconstrução e ampliação³⁴, iniciado com o levantamento que resultou na *Planta Topographica, e exacta do Sitio, que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Cazas asim do Ilm^o e Exm^o Marquês de Cascais...*³⁵ (ver Figura 3). Trata-se do mais importante documento para compreender a forma como a *Ilha* então se encontrava dividida e qual a extensão do terreno de cada um dos seus componentes, podendo verificar-se que o Palácio dos Marqueses de Cascais se encontrava maioritariamente encerrado no interior do quarteirão por “casas particulares” com frente para as ruas dos Alamos, Borratém e Betesga. Por serem consideradas necessárias para a concretização do plano de ampliação do arruinado hospital³⁶, as que se encontravam voltadas para as duas últimas foram adquiridas, em número de quatorze e depois de avaliadas em 39:202\$900, por ordem do Decreto de D. José datado de 6 de julho de 1752³⁷.

³² *Relação verdadeira e individual do formidável incendio, que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste anno de 1750*. Lisboa: Oficina de Manoel Soares, 1750.

³³ *Idem*.

³⁴ Existem também diversas notícias sobre obras avulsas, de carácter prático, nomeadamente a “demolição de algumas paredes que ameaçam ruina” (AML, Livro 1^o de consultas e decretos e avisos de D. José, f. 9-9v, 12/08/1750) e a “abertura de uma porta do lado do Rossio por baixo de um dos arcos [...] para o bom serviço do hospital (AML, Livro 2^o de consultas, decretos e avisos de D. José, f. 85-85v, 28/06/1751).

³⁵ BNP, Iconografia D.100R – <http://purl.pt/22488>.

³⁶ As escrituras de venda destas propriedades foram celebradas entre 1 e 8 de agosto de 1752, sendo através delas possível saber as características de cada edifício, respetivos proprietários e valor pago por cada uma (ANTT, Hospital de S. José, liv. 1107, f. 1-84).

³⁷ ANTT, Hospital de S. José, liv. 1107, f. 1-3.



Figura 3 *Planta Topographica, e exacta do Sítio, que comprehende a Ilha em que estava edificad o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Cazas assim do Ilm^o e Exm^o Marquês de Cascais[...].* Filipe Rodrigues de Oliveira, 1750. Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/22488>.

A forma sequencial como, em pouco mais de uma semana, todas as escrituras de aquisição foram assinadas (pelo exato valor da avaliação) reflete um processo solidamente conduzido que, ainda assim, encontraria dificuldades na resolução da aquisição do mencionado palácio (pertença do Marquês do Lourical, o então representante da Casa de Cascais), peça-chave na concretização deste ambicioso plano. Decorreriam mais de dois anos até à assinatura da escritura de venda deste edifício (a 27 de setembro de 1754), uma vez mais pelo valor da avaliação, 48:000\$00. Contrariamente às demais propriedades, a compra foi feita pela

subroga[ção de] um padram de juro perpetuo de capital do predio em que fossem avaliadas as ditas cazas que lhe mandou a passar para lhe ser pago o juro do capital a sinco por cento ou vinte o milhar pellos rendimentos da fazenda real³⁸.

O edifício era então descrito como

humas cazas grandes [...] junto ao Posso do borrarrem [...] as quaes constam de sinco pavimentos em que entra o terreo ou inferior em que ha varias cazas, logeas, almazens, cocheiras, cazas de creados, cavalharice, palheiro, celeyro e outras muntas acomodações a roda do primeyro pateo que da entrada as dittas cazas e do segundo que que servia de picadeiro, e anexas a estas casas ha o quarto chamado pequeno [...] em que ha varias cazas assim terreas como altas [...] sobre a rua que vay para a Mouraria em que ha algumas cazas e outras que correm athe ao cunhal da Rua de Sam Pedro Martir com sua logeas, e outras que ficam na rua direita que vay para a Mouraria que andavam de aluguer e

³⁸ Idem, f. 106.

no ditto quarto pequeno ha huma capella do orago = Sam Matheos, e sam Eutropio com cazas do servisso da mesma capella e outros sim mais humas cazas pequenas com serventia para a Rua dos Alamos que se compõem de logeas e hum andar que tambem andavam alugadas que sam pertenças das cazas grandes [que andavam vinculadas ao Morgado de Santo Eutropio.] [...] [Foram também incluídas] humas pequenas [casas] sobre o cano real no fim da rua dos Canos junto ao muro de Sam Domingos que se compoem de doys andares e logeas com seus sobrados [avaliadas separadamente em 2:200\$00]³⁹.

Desconhece-se a forma como estava planeada a reconstrução e ampliação do edifício do hospital, escudada pela avultada soma deixada para o efeito por Lourenço de Amorim Costa (1681-1752) no seu testamento⁴⁰. As obras terão começado pouco depois do incêndio, antes mesmo da aquisição das propriedades anteriormente mencionadas. O desaparecimento, aquando do Terramoto de 1755, de grande parte da documentação referente a estas obriga à recolha e utilização de dados avulsos, ainda assim reveladores de uma empreitada em larga escala: em dezembro de 1752 surgem referências aos gastos feitos nas enfermarias e às “mil camas que [o Enfermeiro-Mor do Hospital] mandou principiar”⁴¹ e que o Rei insta a concluir. Em meados de 1755, estavam a ser despendidas substanciais verbas com “reparos” do hospital e no “Hospício dos padres Camilos”, onde trabalhou Manuel Gonçalves Vital, mestre pintor, que recebeu quase 270\$00 por mês e meio de trabalho no final do primeiro semestre de 1755⁴². No entanto, grande parte do plano terá ficado por concretizar, visto que, em novembro seguinte, o pouco que havia sido poupado cinco anos antes foi destruído por um terramoto de grande magnitude seguido de incêndio. Uma vez mais, a fachada manuelina da igreja sobreviveu – cairia apenas alguns anos depois, por ação do homem.

...CUIDAR DOS VIVOS (1755-1789)

Com uma substancial parte da cidade profundamente derruída e queimada, importava *cuidar dos vivos e enterrar os mortos*, frase-chavão que ficou indelevelmente associada à *reconstrução pombalina* mas que, em bom rigor, se desconhece se terá efetivamente sido proferida. No entanto, real ou fruto de uma construção mítica subsequente, descreve como poucas o processo que se seguiu ao Terramoto de 1 de novembro de 1755.

Algumas das primeiras medidas foram tomadas para providenciar uma acomodação temporária dos doentes do hospital e dos muitos feridos que a catástrofe provocou⁴³ e que nos primeiros dias permaneceram no centro do Rossio. Perante a necessidade de reerguer a cidade, a Manuel da Maia (1677-1768), Engenheiro-Mor do Reino, afiguraram-se cinco grandes possibilidades de ação⁴⁴: o “primeiro modo” limitava a restituir a cidade “ao seu antigo estado, levantando os edifícios nas suas antigas alturas, e as ruas nas suas mesmas larguras”, o segundo a “levanta[r] os edifícios nas suas antigas alturas, e mudando as ruas estreitas em ruas largas”, “o terceiro modo, [a] diminui[r] as alturas a dous pavimentos sobre o térreo, e mudando as ruas estreitas em largas”, “o quarto modo [passava por] arrasa[r] toda a Cidade baixa, levantando-a com os entulhos, suavizando assim as subidas para as partes altas, e fazendo descenso para o mar com melhor correnteza das águas, formando novas ruas com liberdade competente, tanto na largura, como na altura dos edifícios que nunca poderá exceder a largura das ruas” e “o quinto modo [por] despreza[r a] Lisboa arruinada, e formando outra de novo desde Alcântara

³⁹ Idem, f. 103v-105.

⁴⁰ Nascido em Ponte de Lima, fez fortuna nas minas do Brasil. Legou várias dezenas de contos de réis para a reconstrução do edifício do hospital.

⁴¹ ANTT, Hospital de S. José, liv. 943, f. 1.

⁴² ANTT, Hospital de S. José, liv. 921, f. 181.

⁴³ Nas casas de Dom Antão de Almada e nos celeiros do Conde de Castelo Melhor e do Mosteiro de São Bento da Saúde.

⁴⁴ Esta questão é originalmente aprofundada em FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1977.

até Pedrouços”⁴⁵. Assim o equacionou no princípio de dezembro de 1755, na primeira das três partes das suas *Dissertações*, nas quais enunciou os fundamentos para a intervenção na Lisboa pós-terramoto. Definiria melhor esta questão ao longo das seguintes partes, revelando uma preferência pelo quarto modo que

não só atend[ia] [...] à prevenção de semelhante flagelo, assim na abreviação da altura das casas, como na largura das ruas, mas a facilitar a difícil acomodação dos desentulhos, servindo-se deles para suavizar a aspereza das serventias da Cidade baixa para a alta, e expelindo também as águas com melhor êxito para o mar, livrando Lisboa baixa das inundações que [até então] padec[ia] em ocasiões de maré cheia⁴⁶.

Manuel da Maia encarrega alguns dos seus melhores técnicos e ajudantes para delinear três planos para a cidade baixa, que de pronto passaram a seis. Com base em indicações precisas sobre a especificidade que cada estudo deveria ter, surgiram assim seis plantas para a cidade baixa que refletiam diferentes filosofias e graus de intervenção, desde a simples emenda de ruas pré-existentes à total “liberdade possível, sem atender à conservação dos sítios das Igrejas Paroquias para que, no caso de não servir de embaraço, a tal mudança possa também entrar na conta dos pensamentos ponderados”⁴⁷. Uma intervenção no Rossio encontrava-se contemplada em quatro das plantas, embora apenas metade destas considerassem a regularização da face poente: a planta 4, a de maior liberdade e da autoria de Pedro Gualter da Fonseca, regularizava toda a área da *Ilha*, dividindo-a em nove quarteirões (cinco dos quais no local do Hospital, que deveria desaparecer), o maior dos quais ocupado pelo Convento de São Domingos, que passaria a contar com uma nova igreja, à face da praça. Da autoria de Eugénio dos Santos (1711-1760), a planta 5 visava uma profunda regularização dos alinhamentos da praça, implicando a redistribuição das propriedades do convento e do hospital, entre as quais se deveria rasgar um novo arruamento⁴⁸. A escolha deste plano para a nova *Lisboa Pombalina* marcou o início da fragmentação da *Ilha* em “Arquipélago”, cuja tendência seria uma constante ao longo do século seguinte.

A leitura destas seis plantas permite compreender que, uma vez mais, perante a enorme oportunidade aberta por uma catástrofe, nem num plano meramente teórico foi fortemente defendida uma realocação do hospital que dissipasse as crónicas dúvidas com a sua pouca implantação. Na verdade, este facto parece entroncar na filosofia seguida para a reconstrução da cidade que não parecia contemplar profundas realocações de serviços públicos nem a edificação de grandes construções para os albergar. Na primeira *Dissertação*, Manuel da Maia ainda ensaia algumas ideias neste sentido (nomeadamente a da própria construção de um novo hospital, a São Bento), abandonando-as progressivamente à exceção da férrea convicção na necessidade de um novo palácio real, entre São João dos Bencasados e o Convento beneditino da Estrela – contrariando a resolução régia de 2 de julho de 1759, o palácio acabaria por não ser construído. Por seu turno, a urgência de novos edifícios para os tribunais públicos seria suprida com a sua passagem para o local do antigo Paço da Ribeira⁴⁹, mantendo a necessária proximidade ao rio. Assim, a manutenção do hospital ao Rossio parece enquadrar-se na lógica urbanística vigente, ampliada pela crónica questão financeira que tende a justificar a maioria das opções tomadas em Lisboa ao longo dos séculos. Não é possível, pois, desprezar a imensa dificuldade material, humana e financeira que constituiria a construção de um novo edifício de raiz que pudesse albergar todos os serviços de um grande hospital; nem o facto de, pouco antes, a coroa portuguesa ter despendido quase 90 contos de réis na aquisição das propriedades necessárias para a ampliação do edifício existente. A equação de uma transferência teria, assim, que confrontar todos estes pontos.

⁴⁵ Dissertação de Manuel da Maia – Primeira Parte (original desaparecido). Transcrito em FRANÇA, José-Augusto – *op. cit.*, p. 291-295.

⁴⁶ *Idem*, p. 292.

⁴⁷ Dissertação de Manuel da Maia – Terceira Parte. Transcrito em FRANÇA, José-Augusto – *op. cit.*, p. 307.

⁴⁸ Desconhece-se o paradeiro desta planta. Em 1950, Vieira da Silva publicou uma cópia de uma planta semelhante (SILVA, A. Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950. p. 19, planta 2), assinada por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (1695/6-1763) (Figura 4). Segundo o olisipógrafo, esta segunda planta, “se não é o desenvolvimento ou ampliação do projecto n.º 5 [...], talvez seja aquela a que se refere o decreto de 12 de Junho de 1758, ou mais provavelmente o de 19 do mesmo mês, conquanto não corresponda exactamente ao plano que foi executado, o que seria devido, porventura, a alterações ulteriormente aprovadas” (SILVA, Vieira da – *op. cit.*, p. 37).

⁴⁹ Do “velho Terreiro do Paço [...] saiu o Paço, mas confirmou-se e reafirmou-se no local o Poder, quer nas funções, quer na estátua que a tonifica em praça real, pese embora do Comércio e não do rei” (ROSSA, Walter – No 1º Plano. In ROSSA, Walter; TOSTÕES, Ana, coord. – *Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje*. Lisboa: Câmara Municipal, 2008. p. 59).

A escolha da planta 5 acabaria por constituir um meio-termo entre a simples reconstrução das construções da *Ilha* e o seu total arrasamento, uma vez que previa a manutenção parcial do edificado acompanhada por um novo alinhamento e desenho das respetivas fachadas. [...] [S]obre as dúvidas, que se devem evacuar, para se dar principio á Praça do Rocio, foi, a 19 de junho de 1759, redigido um conjunto de instruções que definiram pormenorizadamente a forma como os terrenos deveriam ser esquadrihados e divididos para serem edificados. A *Ilha* seria regularizada a norte pela abertura de uma nova “Rua magnífica” de ligação do Rossio à Rua Nova da Palma⁵⁰, “que sai[ria] da mesma Praça [do Rossio] pelo lado Setentrional do Convento de São Domingos [...] sem atenção a que seja o Terreno e o Adro dos Padres”⁵¹. Duas outras ruas se abririam no seu interior: uma, de quarenta palmos e perpendicular ao Rossio que, dividindo as propriedades dos dominicanos das do hospital, deveria “sair à Rua direita que vai do Poço do Borratem para as Portas da Mouraria”⁵² (eixo atualmente composto pela Rua do Amparo, face norte da Praça da Figueira e Rua João das Regras); e outra, à ilharga do convento, unindo as duas novas ruas (Travessa do Amparo⁵³). Pela primeira vez desde o século XV, o Convento de São Domingos ficava totalmente isolado do demais edificado, passando o perímetro do seu terreno a ser composto pelos novos arruamentos. Por seu turno, do lado sul, a Rua da Betesga seria alargada e regularizada. De modo a corrigir o irregular formato quadrilateral da Praça do Rossio, optou-se por emendar a orientação e avançar a implantação dos edifícios a si voltados, o que acentuou o recuo da igreja dominicana, a única construção daquela face a manter o alinhamento original. De modo a serem ressarcidos dos terrenos desapossados pela abertura das novas ruas, considerou-se que o convento e o hospital seriam devidamente compensados pela área ganha na frente do Rossio e pelo potencial rendimento que poderiam retirar “das lojas, que devem fazer no lugar onde antes estavam os Arcos do Rossio”⁵⁴ e pelas “frentes preciosas” que ganhavam voltadas a “boas ruas novas”.



Figura 4 Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada, também segundo o novo alinhamento dos Arquitectos Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel. In SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*, Planta n.º 2. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/456/02.

⁵⁰ Então designada por Travessa de São Domingos, esta nova rua corresponde à atual Rua de Barros Queirós.

⁵¹ *Instruções sobre as dúvidas, que se devem evacuar, para se dar principio á Praça do Rocio*. Lisboa: Impresso Avulso, 1759.

⁵² *Idem*.

⁵³ Esta rua desapareceu no século XIX, sendo substituída pela atual Rua Dom Duarte aberta alguns metros a poente.

⁵⁴ *Instruções sobre as dúvidas...*

Acompanhando a nova feição urbana do Rossio, a arquitetura foi também alvo de rigorosa regulamentação. À semelhança da zona baixa da cidade, para a Praça do Rossio foram delineadas regras estilísticas vertidas em desenhos que deveriam servir de referência a todas as futuras construções. Assim, à semelhança do novo edificado particular, também o convento e o hospital deveriam seguir as regras do *Cartulário Pombalino*⁵⁵ e com isso serem encerrados na “«caixa» pragmática da arquitectura pombalina”⁵⁶. Por ficar implantada numa posição recuada, a igreja do convento pôde manter as suas características definidoras de templo católico, sendo inclusivamente embelezada e barroquizada. Por oposição, toda a fachada nascente do Rossio deveria seguir o desenho nº 23 do *Cartulário* (ver Figura 5), pressupondo a construção de dois quarteirões com cinco edifícios cada, separados por pilastras, que deveriam seguir a métrica de vãos 3-6-9-6-3.

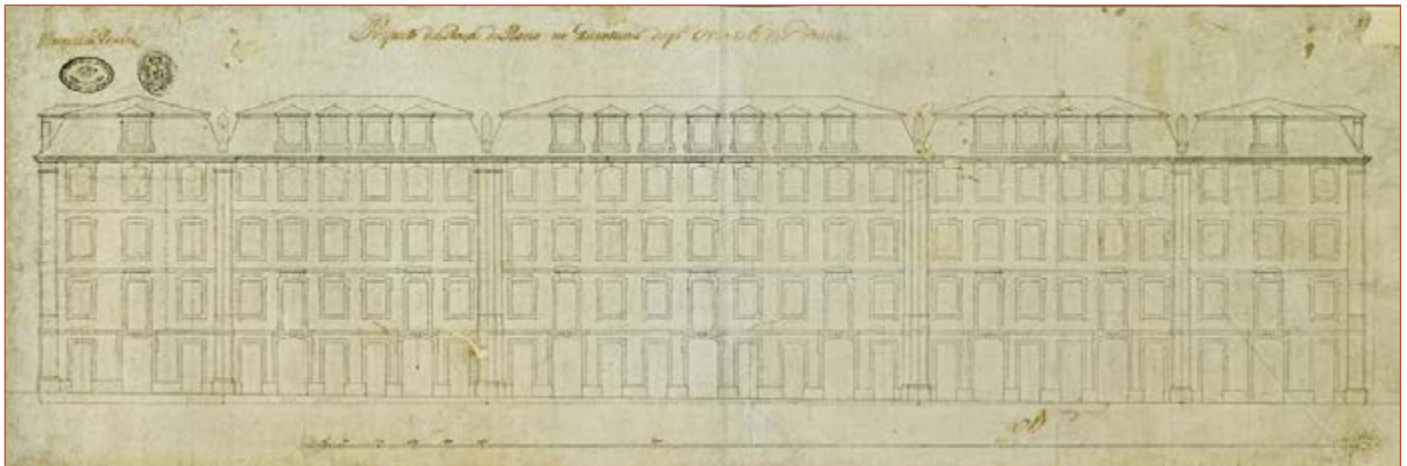


Figura 5 *Prospecto da Praça do Rossio no Quarteirão da 1ª oriental da Praça*. *Cartulário Pombalino*, [c.177?]. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/01/023.

Esta opção de “encartular” edifícios religiosos estendia-se a outras áreas do centro da cidade. A implantação de cinco outros conventos reconstruídos no pós-terramoto⁵⁷ sofreu uma sensível alteração para uma melhor integração na nova malha urbana, o que obrigou a uma total ou parcial regularização dos quarteirões onde se inseriam e à reconstrução dos edifícios respeitando o desenho do cartulário. Menos comum foi a adoção de um programa do género num grande edifício civil, ainda que o caso do Hospital não seja o único conhecido⁵⁸. Embora não existam dados a este respeito, é altamente provável que, a par da fachada voltada para o Rossio, estivesse previsto que toda a reedificação da frontaria da Rua da Betesga seguisse também os princípios do *Cartulário Pombalino*. Perante a potencial perda dos seus elementos definidores (nomeadamente dos arcos sobre os quais assentava, da escadaria monumental e da quinhentista fachada da igreja, profusamente decorada) o Hospital Real de Todos-os-Santos estaria prestes a ficar privado da sua identidade e a constituir-se como mais um edifício num emaranhado reticular de outras construções “encartuladas”. No entanto, este plano, em particular, nunca chegou a ser cumprido.

Ao longo das semanas que se seguiram ao terramoto, foram tomadas rápidas diligências para uma reconstrução do edifício que, numa primeira fase, permitisse o regresso dos doentes entretanto espalhados por diversos

⁵⁵ “Trata-se [...] de um conjunto de 70 alçados para a reconstrução da cidade de Lisboa, segundo as directivas programáticas do Marquês de Pombal [...] [encontrando-se todas as peças] numerad[a]s sequencialmente.” (CAESSA, Ana - *Cartulário Pombalino: da Casa do Risco ao Arquivo Municipal de Lisboa*. In VIEGAS, Inês, coord. - *Cartulário Pombalino: colecção de 70 prospectos (1758-1846)*. Lisboa: Câmara Municipal, 2005. p. 18).

⁵⁶ SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa Reconstruída e Ampliada (1758-1903)*. In ROSSA, Walter e TOSTÕES, Ana, coord. - *op. cit.*, p. 132.

⁵⁷ Boa Hora, Corpo Santo, Corpus Christi, Santíssima Trindade e São Camilo de Lelis (este último adiante abordado). Esta questão é mais profundamente abordada em LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia - *A Lisboa dos conventos: permanências e metamorfoses*. In SEIXAS, João, coord. - *Projeções de Lisboa: utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2018. p. 86-111.

⁵⁸ O mesmo também se verificou com o novo desenho do Palácio da Inquisição, implantado no topo norte da Praça do Rossio (AML, *Cartulário Pombalino, Prospecto do lado do Norte da Praça do Rossio* [...] assim como também os prospectos do edifício da Inquisição - PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/01/065; e RIJO, Delminda - *Palácio dos Estaus de Hospedaria Real a Palácio da Inquisição e Tribunal do Santo Ofício*. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 5 (jan.-jun. 2016), p. 19-49).

edifícios dispersos pela cidade. Não existem dados concretos que permitam compreender de que forma o plano de redesenho e regularização do alinhamento das fachadas colidia com o projeto delineado no pós-incêndio de 1750, que se admite que se mantivesse atual e em vias de ainda poder ser seguido – poderia ser aproveitado com alterações ou teria que ser totalmente reequacionado?⁵⁹ Tão pouco se conhece, de forma concreta, o modo como, na transição para 1756, se iniciou a reconstrução do edifício, ainda que tudo pareça indicar que, perante a urgência, se tenha optado pela construção de estruturas provisórias no interior do quarteirão antes de se poder avançar para construções mais duradouras. A maioria das novas construções seria integral ou parcialmente construída de madeira⁶⁰, seguindo o que já havia sido executado logo após o incêndio de 1750, altura em que se “fizeraão a toda a pressa enfermarias de frontal interinas [...] [e que] depois do terremoto [se] restabeleceraõ [...] e dellas se serviraõ”⁶¹, pelo que é com total naturalidade que, em final de 1774, ainda surja referência à “barraca que serve interinamente de Hospital Real de Todos os Santos”⁶². Do mesmo modo, toda a face sul da Rua Nova do Amparo era constituída por um amontado de barracas e “estanceas” (locais onde se vendia madeira) arrendadas pelo Hospital⁶³. No entanto, diversos dados soltos permitem perceber o aproveitamento de alguns edifícios arruinados⁶⁴, prevendo-se em maio de 1756 fazerem-se “os consertos das duas enfermarias de São Camilo e São Francisco”⁶⁵, numa altura em que quatro novas “enfermarias térreas” já se encontravam concluídas e prontas a receber os doentes⁶⁶. Por seu turno, os religiosos de São Camilo de Lelis mantinham-se desde 1754 em acomodações que correspondiam ao antigo palácio dos Marqueses de Cascais, a parte do hospital que menos terá sofrido com o terramoto⁶⁷.

O vizinho Convento de São Domingos também tinha sido profundamente afetado pelo terramoto e pelo incêndio subsequente. Os seus livros de despesa demonstram que as obras de reconstrução terão sido iniciadas logo em novembro de 1755, embora os pagamentos das diferentes despesas começassem apenas no mês seguinte. No remanescente da década, as intervenções terão essencialmente passado pela consolidação do edificado e pela dotação de condições mínimas de habitabilidade. Em março de 1760, os religiosos começaram a proceder ao desentulhamento dos Arcos do Rossio⁶⁸ (cujo entulho “se mandou conduzir para o meyo do Rocio”⁶⁹), motivados pela necessidade de retirar daí “hum infame estabulo de mulheres perdidas, que agregadas a outros tantos ladrões, so servião de infamar a reputação do Convento, e roubar de noute as pessoas que passavão por aquelle citio, ou discuidadas, ou ignorantes do perigo”⁷⁰. Rapidamente os dominicanos encontraram uma outra motivação

⁵⁹ São conhecidos poucos dados acerca da reconstrução do edifício. Os livros de receita e despesa do hospital do período compreendido entre 1755 e 1771 (ANTT, Hospital de S. José, Livros 921-936, 4776 e 9523) limitam-se a registar obras correntes de pequena monta, invariavelmente descritas como *reparos*.

⁶⁰ Para se cubrirem, mandou D. José reaproveitar “a telha, que se acha[va] nas ruínas das casas, que serviraõ de Thesouro no Castelo de S. Jorge” (FREIRE, Francisco José – *Memória das principais providencias que se derão no Terramoto...* Lisboa: [s.n.], 1758. p. 90).

⁶¹ SACRAMENTO, Frei António do – *Memórias curiosas em que por estes annos de 1778 se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa*. Lisboa: Officina do Tombo Histórico, 1929. p. 14.

⁶² AHSCML, Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 23 de dezembro de 1774. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/039.

⁶³ ANTT, Hospital de S. José, Livros 4776 e 9523.

⁶⁴ Existe também menção às despesas feitas com a *reedificação da igreja* no período compreendido entre 1759 e 1764 (MACHADO, Jorge Francisco – *Breve Relação das Rendas e Despezas do Hospital Real de Todos os Santos...* Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1765).

⁶⁵ ANTT, Hospital de S. José, lv. 943, f. 16v-17. Pela planta resultante do levantamento de 1750 é possível observar que a área ocupada pelo edifício a norte da cabeceira da igreja era manifestamente maior do que no século XVI, englobando grande parte do espaço originalmente destinado a hortas. A falta de terreno para construção de novos edifícios, mesmo que de madeira, parece indicar que a progressiva reconstrução do hospital no pós-terramoto terá também sido feita à custa do reaproveitamento de alguns dos espaços de alvenaria em funcionamento até 1750.

⁶⁶ Em poucos anos, o número de enfermarias do hospital aumentou até um número próximo ao das existentes no final da primeira metade de Setecentos (PEREIRA, Paulo, dir – *op. cit.*, p. 76-77).

⁶⁷ Embora só tivessem delas tomada posse após a transferência do Hospital para Santo Antão – até então, os edifícios eram propriedade hospitalar.

⁶⁸ Apesar de aparentemente simples, esta obra seria embargada por duas vezes.

⁶⁹ ANTT, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Lisboa. liv. 89, f. 1.

⁷⁰ *Idem*, f. 3.

para esta empreitada, uma vez que “desentulhados os arcos[,] acodio o povo para os alugar”⁷¹, ocasionando um rendimento anual de 700 mil réis, precioso num período de carestia. Quase em simultâneo, desentulharam também a igreja para o início da construção do novo templo. No entanto, a coincidência cronológica desta obra com o começo da edificação do novo dormitório⁷², a partir de abril de 1761, acarretou dificuldades financeiras e técnicas à concretização de ambas, obrigando à interrupção da última, um ano depois do seu início. De modo a evitar “não só o damno de se arruinaem aquellas novas paredes com a inclemencia do seguinte inverno, mas tambem, pod[er] adquerir alguns alugueis que servisem para o pagamento do juro”⁷³ dos empréstimos pedidos para a construção, os dominicanos optaram por “cobrir a obra”, possivelmente com uma estrutura de madeira, construindo algumas lojas no piso térreo do edifício voltado ao adro e “por tras da igreja”, que prontamente alugaram. As obras continuaram ao longo da década de 1760, constatando-se um significativo acréscimo do valor com elas gasto no triénio 1764-1766⁷⁴. Entroncando na ausência de recibos de aluguer dos nove arcos dominicanos no Rossio a partir de dezembro de 1764 (momento a partir do qual apenas passam a ser registados os valores referentes ao aluguer das *logeas* voltadas ao adro), é possível afirmar que, a partir do início do ano seguinte, o avanço da obra do Rossio terá implicado a demolição do remanescente dos antigos edifícios quinhentistas pertencentes ao convento. Em 1769 surge menção ao acabamento da “escada que sobe da portaria para dormitorios e concerto da escada da livraria do convento e tilhados”⁷⁵ de uma cela, o que parece apontar para uma fase avançada das obras dos edifícios do Rossio. Ainda assim, a progressiva (re)construção do Convento de São Domingos terá prosseguido de forma consistente, pelo menos, até 1789⁷⁶, registando-se em 1776 a compra de umas impressionantes 2111 carradas de entulho do hospital⁷⁷, possivelmente para empregar nas obras do interior do quarteirão e na construção dos edifícios voltados à recém-aberta Rua do Amparo⁷⁸ (Figura 6).



Figura 6 Igreja e Convento de São Domingos. Pereira, Luis Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Fotografia Estúdio Mário Novais, 1960. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001203.

⁷¹ Idem, f. 3.

⁷² O primeiro edifício voltado ao Rossio a ser construído pelos dominicanos foi o que ficava mais próximo da sua igreja e do Largo de São Domingos.

⁷³ Idem, f. 16v-17.

⁷⁴ De todos os anos consultados, os dois primeiros foram aqueles em que maior verba foi despendida nesta obra: 1764 - 14:029\$622; 1765 - 20:628\$014; 1766 - 8:182\$481, incluindo pagamento de juros (ANTT, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Lisboa, liv. 106).

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Entre 1788 e 1789 registou-se um gasto de cerca de 3:000\$000 com a construção do novo refeitório e da livraria (ANTT, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Lisboa, liv. 76). Nas primeiras décadas do século XIX, o convento tinha arrendado um total de 47 lojas voltadas à Rua do Amparo.

⁷⁷ AHSCML, Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 1, f. 226v.

⁷⁸ Assim se chamava, em virtude de ter sido rasgada no enfiamento do local onde, até 1755, se encontrava a Ermida de Nossa Senhora do Amparo, mencionada no final do primeiro capítulo do presente texto.

UM HOSPITAL QUE SE TRANSFERE, UMA NOVA PRAÇA QUE SE CRIA (1769-1779)

Um hospital abarracado no interior dos seus terrenos e um convento que, com um novo desenho, ao Rossio se reconstruía. Entre ruínas de pedras, construções de madeira e um permanente e atarefado estaleiro, seria esta a realidade da *Ilha* quando, a 26 de setembro de 1769, D. José decide transferir as instalações hospitalares para o antigo colégio jesuíta de Santo Antão⁷⁹.

Um conjunto de circunstâncias parece apontar para que, durante a década que mediou a expulsão dos jesuítas de Portugal (pelo Decreto de 3 de setembro de 1759) e a tomada desta decisão, tenha existido um planeamento longamente amadurecido⁸⁰. Na verdade, um breve prólogo ocorreu logo poucas semanas depois da desocupação do edifício, em cumprimento de uma ordem régia para a passagem de doentes do hospital para o antigo Colégio de Santo Antão, tendo para o efeito o Enfermeiro-Mor ordenado a execução de obras de pequena monta neste último. Tratava-se de “doentes [feridos] que foram prezos para o Collegio de Santo Antao que por ordem de Sua Magestade se foram curar”⁸¹, possivelmente vindos da Cadeia do Limoeiro, na sequência de uma prática habitual⁸². Logo em dezembro, um conjunto de diligências práticas começam a ser tomadas, de que se destaca o aluguer de quatro seges para transferir os doentes. No mês seguinte encontram-se registos do pagamento à “mulher que lavou a Igreja do Collegio de Santo Antao”⁸³, assim como, entre outros, da compra de duas mil varas de pano de berberia, cem cobertores, louça, candeeiros, um turíbulo e uma naveta de latão, o que parece indiciar uma utilização plena do espaço. No entanto, a existência desta enfermaria fora do hospital seria efémera, conforme comprova o pagamento feito em março seguinte ao “arrieyro Joao Dias do aluguel de hua cege que trouce os feridos do Collegio”⁸⁴, coincidindo com a conclusão das obras da enfermaria dos feridos no hospital ao Rossio. Dos livros de receita e despesa do hospital referentes a este ano ou aos seguintes não constam quaisquer outros registos a este respeito, à exceção do pagamento da transferência da antiga botica jesuíta (junho de 1760) e de estantes (março de 1761) para o Hospital Real de Todos-os-Santos. Por si só, a instalação temporária desta enfermaria não permite afirmar que logo em 1759 tenha existido uma ideia concreta para a transferência definitiva do hospital para Santo Antão; no entanto é inegável a forma como desde cedo se percecionou (e se concretizou) a potencialidade do espaço para este fim. Estavam, pois, lançadas as sementes...

Ao longo da década seguinte, o processo de transferência foi sendo sucessivamente aprimorado. Por aviso do Conde de Oeiras datado de 4 de fevereiro de 1764, Caetano Tomás de Sousa (1700-1766) recebeu ordens para “tirar um plano de tudo que pertença ao edifício do Colégio de Santo Antão”⁸⁵. Embora o aviso não discrimine a intenção da ordem, a existência de três plantas de um projeto de reconversão do antigo colégio em hospital assinadas pelo arquiteto⁸⁶ parecem inequivocamente demonstrar ser esse o intuito.

⁷⁹ Contemporaneamente, também no Porto se providenciava a construção de um novo hospital (Santo António) para substituir o quinhentista da Rua das Flores, por questões de salubridade e exiguidade do espaço original.

⁸⁰ Desde logo pela forma como este foi o último dos edifícios jesuítas em Lisboa ao qual foi atribuído um novo uso. O Colégio de São Francisco Xavier foi atribuído para acolher o Recolhimento do Castelo (1759); o Noviciado de Nossa Senhora da Assunção (à Cotovia) para o Colégio dos Nobres (1761); o Noviciado das Missões da Índia (a Arroios) para as religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição, à Luz (1766); e a Casa Professa de São Roque para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1768). Estes edifícios constituíam algumas das melhores, mais sólidas e ricas construções da cidade, com a vantagem de nenhum ter sido irremediavelmente destruído pelo terramoto.

⁸¹ ANTT, Hospital de S. José, livro 926, f. 8.

⁸² Na documentação do século XVIII referente ao Hospital, encontram-se diversas ordens régias para transferência de doentes do Limoeiro para as enfermarias do hospital. Embora não tenha sido possível encontrar a ordem que esteve na base do presente caso, pouco antes, em fevereiro de 1759, D. José ordenou a passagem de um grupo de presos “para o Hospital Real, para o de São João de Deos e para o Tronco” (ANTT, Hospital de S. José, liv. 943, f. 8), devidamente guardados por sentinelas.

⁸³ ANTT, Hospital de S. José, livro 926, f. 66v.

⁸⁴ Idem, f. 68. O facto de se ter alugado apenas uma sege para o retorno dos feridos parece indicar que muitos deles se tivessem, entretanto, curado e regressado à prisão (ou morrido).

⁸⁵ Transcrito em VITERBO, Francisco de Sousa – *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. vol. III, p. 108.

⁸⁶ BNP, [Projecto do Hospital de São José], Iconografia. D.29R., D.30.R., D.31.R. (anteriormente mencionado por CARREIRA, Adélia Caldas, *op. cit.*, p. 283-288).

O Hospital Real é, pois, transferido num cenário semelhante ao que se verificará de forma massiva noutros contextos a partir de 1834, altura em que muitas das instituições públicas são instaladas nos edifícios das recém-suprimidas casas religiosas da cidade. Pela primeira vez, a cidade dispunha de um edifício vago suficientemente grande para acolher todas as acomodações do hospital, à distância da vontade régia, da elaboração de um projeto de readaptação do espaço e do pagamento da respetiva obra. Depois da tempestade perfeita provocada por duas catástrofes em cinco anos, esta possibilidade constituir-se-ia como a tão desejada bonança. Reunidas as condições, Lisboa teria por fim um novo hospital, seguindo os modernos preceitos ao nível do desenho da planta e local de implantação.

Logo a 2 de outubro de 1769, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) tomou posse do antigo edifício jesuíta. Menos de duas semanas depois, a 16 de outubro, as obras iniciaram-se rápida e sequencialmente, com o envolvimento de mais de uma centena de operários (de entre os quais 8 carpinteiros, 2 equipas de pedreiros e 98 outros trabalhadores). Pelo *Auxiliar da despesa do Cofre das obras do novo Hospital*⁸⁷ e por diversos livros de receita e despesa da SCML, é possível traçar um muito rigoroso retrato do modo como as obras decorreram e das verbas despendidas. Com um gasto total de cerca de 137,5 contos de réis⁸⁸, os trabalhos prolongaram-se até outubro de 1777, embora estivessem globalmente concluídos no início de 1775⁸⁹.

Perante a perspetiva de uma realocização a breve trecho, as obras de reconstrução do velho edifício terão sido abandonadas. No entanto, Lisboa era uma cidade em franca recuperação e a Praça do Rossio um dos seus mais nobres locais. É nesse contexto que se dá o curioso caso da venda dos terrenos e início da demolição do antigo edifício antes da transferência dos serviços, ainda com o Hospital Real de Todos-os-Santos em pleno funcionamento. Disso mesmo dá conta, a 27 de março de 1771, a creditação nos livros de despesa da construção do novo Hospital Real da quantia de 7.760\$00 entregue pelo

Padre Procurador Geral dos Conegos Regulares D. Joaquim de Maria Santissima, em nome do Real Mosteiro de Mafra, producto de toda a frente da Praça do Rocio do chão do antigo Hospital Real de Todos os Santos, que comprehende, desde a Travessa nova de S. Domingos até a Rua da Betesga, trezentos outenta e trez palmos de frente com noventa e seis de fundo, que rematou o ditto Padre Procurador Geral pela Inspecção do Bairro do Rocio que hé Inspector e Desembargador Jozé Alberto Leitão, que a respeito de vinte mil reis por palmo⁹⁰.

Para o efeito terá sido levada em consideração a avaliação feita dez anos antes das propriedades do lado poente que, por terem

a vantagem de ficarem logrando da hua rua que lhes fica no fundo para donde podem fazer mais acomodações, dando os proprietarios mayor vallor as propriedades, [...] e [sendo] o mais nobre citio em que pode haver propriedades de particulares, poderá valer um palmo de frente com cem de fundo no Lado do occidente vinte mil reis sem que fique com mais foro algum, pella dita compra⁹¹.

Estando por esta altura a totalidade dos demais terrenos do Rossio com propriedade definida, a perspetiva de uma saída a breve trecho do edifício hospitalar constituía a derradeira oportunidade para a aquisição de terrenos voltados à praça. No caso do grande lote originalmente destinado à nova frontaria do Hospital Real de Todos-os-Santos, coincide com um momento de particular turbulência para a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que, ao longo da primeira metade da década de 1770, se encontrava a passar por uma profunda reformulação, que resultou na extinção da maioria das suas casas religiosas em Portugal. À aglutinação, no

⁸⁷ AHSCML, *Auxiliar da despesa do Cofre das obras do novo Hospital*. PT-SCMLSB/GF/DP/04/02/Lv001.

⁸⁸ Valores por ano (iniciado em julho): 1769-1770: 20:137\$498 // 1770-1771: 18:705\$434 // 1771-1772: 29:459\$937 // 1772-1773: 19:782\$143 // 1773-1774: 1:915\$672 // 1774-1775: 24:521\$932 // 1775-1776: 9:606\$180 // 1776-1777: 1:146\$352; pagamentos liquidados entre 1777 e 1780: 12:259\$112. (AHSCML, *Cofre das Obras do novo Hospital*, Livro 1. PT-SCMLSB/GF/DP/04/01/Lv001).

⁸⁹ Não obstante a interrupção de mais de um ano, entre junho de 1773 e agosto de 1774.

⁹⁰ AHSCML, *Idem*, f. 42v.

⁹¹ ANTT, *Juizo da Inspecção dos Bairros de Lisboa, Bairro do Rossio*, Livro 12. PT/TT/JIBL/F/012.

Convento de Mafra, dos religiosos dos diversos conventos extintos, seguiu-se a venda dos seus bens “por conta do Estado, e do seu producto he que foi edificado o Palacio chamado da Inquisição, e no que se gastarão 99:200\$00rs e quazi igual quantia nas Cazas do Rocio”⁹². Os trabalhos de construção destas últimas foram iniciados de seguida, tendo os agostinhos erguido cinco novos edifícios, cujo traço de fachada seguia o mesmo desenho do cartulário inicialmente previsto para a reconstrução do hospital. A regularização do lado nascente da Praça do Rossio, com a construção dos novos edifícios a uma cota cerca de dois metros acima da original e algumas dezenas de metros no interior da implantação primitiva da praça, não implicou a demolição do que sobrava da fachada principal do edifício hospitalar, apenas ao desmancho do adro da igreja⁹³, por cuja alvenaria “entregou [a 1 de junho seguinte] o Director da obra dos Reverendos Conegos Regrantes de S. Agostinho de Mafra, Frei Joaquim da Anunciação, por mão do Mestre Carpinteiro Francisco Xavier da Silva [a] importancia”⁹⁴ de 240\$00. Tapada por uma cortina de pedra, a fachada principal do edifício hospitalar perdia assim a sua frente para o Rossio, dele ficando apartado pela primeira vez. Fica por compreender o grau de ruína destas suas frontarias, uma vez que, no decorrer do primeiro semestre deste ano, a instituição ainda mantinha arrendadas (pelo menos) três lojas “ao pé da porta d[o] Hospital”⁹⁵ (uma delas com sobrado) e mais de uma dezena na Rua da Betesga, o que indicia a existência de condições mínimas de utilização e habitabilidade. No entanto, o facto de os diversos livros da Décima da Cidade do terceiro quartel de Oitocentos registarem o edifício do hospital na Rua do Amparo, parece indiciar que a sua entrada ter-se-á passado a fazer por aí⁹⁶.

A transferência dos doentes para o novo Hospital Real (dito de S. José) ocorre nos primeiros dias de abril de 1775. Por essa altura, a frente oriental do Rossio estaria já toda construída e consolidada. No quarteirão dominicano, as lojas estariam ocupadas, os primeiros andares arrendados e os três pisos superiores ocupados pelos dormitórios e demais dependências dos religiosos. O quarteirão agostinho cumpriria o preceito para o qual fora construído, o integral arrendamento. No interior do que restava da *Ilha*, estaria a ser levantada a sequência construtiva do Convento de S. Domingos, na face norte da Rua Nova do Amparo, começada pelo lado do Rossio. No entanto, a escassez de verbas impediria a construção de todos os edifícios e o conseqüente fecho do grande quarteirão do convento. Por esse facto, os terrenos mais próximos da desaparecida Travessa do Amparo⁹⁷ foram sendo sucessivamente ocupados por construções abarracadas, que se mantiveram até à supressão do cenóbio em 1834. Sem ligação ao Rossio, truncado no interior de um quarteirão e composto por um misto de construções de madeira e de reminiscências pré-terramotos, algumas arruinadas e outras aproveitadas e adaptadas, o vazio edifício do hospital era uma triste sombra da imponência que em tempos havia tido, perdido entre a cidade que já não existia e aquela que então despontava.

A reutilização do seu terreno constitui uma exceção no grande plano traçado em 1756 e cumprido com algum rigor. No entanto, significou uma oportunidade para resolver eficazmente uma complicada reminiscência urbanística pré-terramoto e permitir uma mais direta ligação com o eixo de saída da cidade que cruzava a zona dos Anjos e Arroios, via Rua Nova da Palma. Com naturalidade, a primeira ideia para a ocupação do espaço consistia no prolongamento do traçado ortogonal das ruas vindas do rio, até então interrompido pela fachada lateral do hospital, à Rua da Betesga.

⁹² ANTT, Ministério das Finanças, Convento de São Vicente de Fora, cx 2223, f. 320-321.

⁹³ E possivelmente parte da sua imponente escadaria. Com a subida de cota do Rossio, os degraus inferiores foram aterrados, tendo-se descoberto alguns no subsolo de uma loja, no decorrer na década de 1950.

⁹⁴ AHSCML, Idem, f. 43v. Em meados do ano seguinte, os edifícios estariam ainda por concluir, visto que não foram registados no livro da Décima da Cidade de 1772. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), Décima da Cidade, freguesia de Santa Justa e Santa Rufina. 1772. DC638PU.

⁹⁵ ANTT, Hospital de S. José, Livro 9523, f. 128.

⁹⁶ AHTC, Décima da Cidade, freguesia de Santa Justa e Santa Rufina.

⁹⁷ Ver nota de rodapé 53.

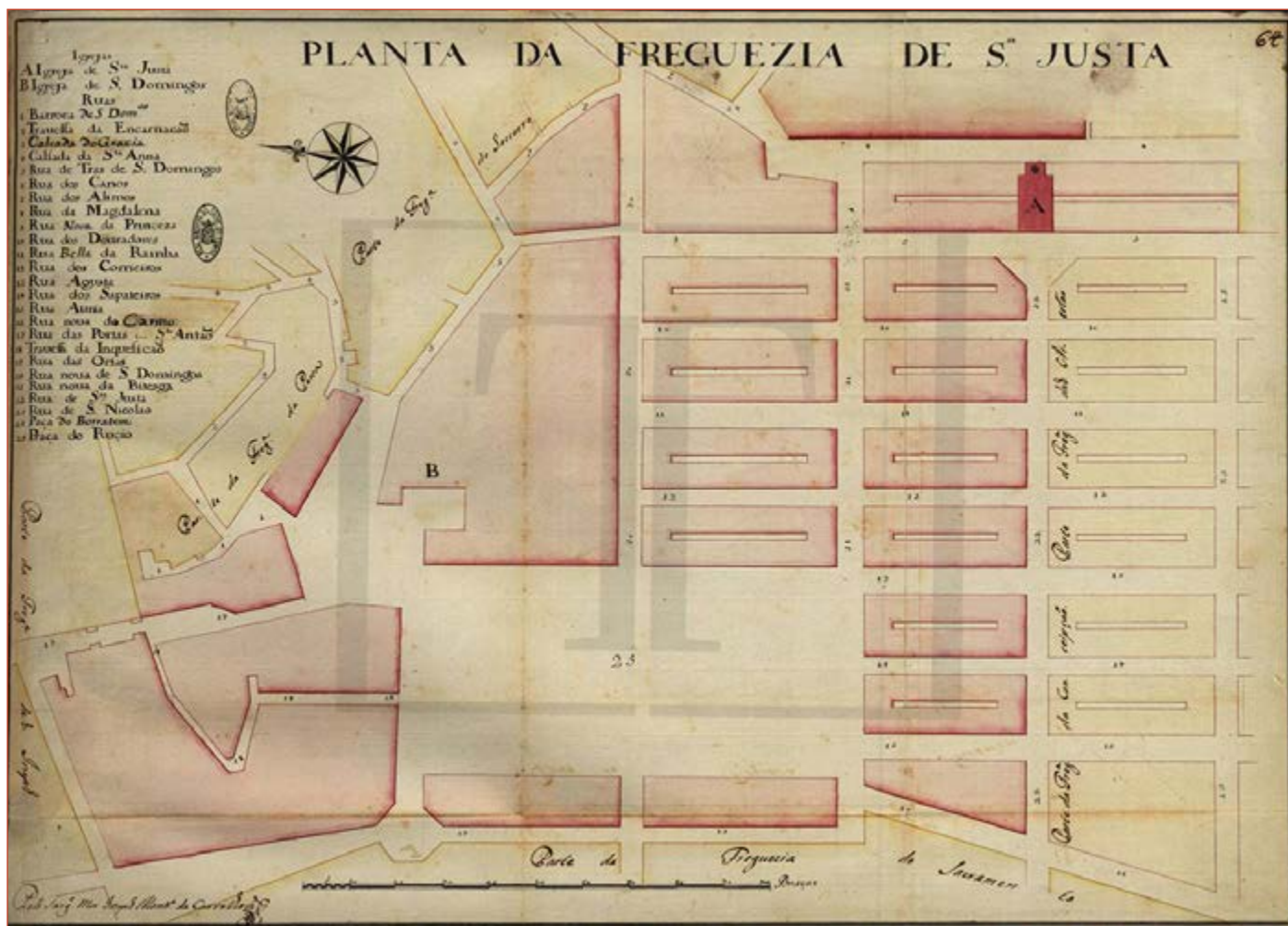


Figura 7 Livro das Plantas da Freguesia de Lisboa, Planta da Freguesia de St.ª Justa, PT/TT/CF/0153, p. 64. Imagem cedida pelo ANTT.

Esta tardia *pombalinização urbanística* dos terrenos do hospital é confirmada pelo próprio aviso que o trunca⁹⁸: perante o esvaziamento do edifício do hospital, a 23 de novembro de 1775, D. José confirma que

ficando devoluto o grande terreno que occupava o antigo Hospital, do que lhe f[e]z Mercê, para que separando-se todo o que não fosse necessario devaçar-se para o serviço público da Cidade, podesse vender o que restasse, ou nelle edificar Propriedades em benefícios da mesma Casa Pia; porque além das duas ruas que logo se cortarão do sobredito terreno, chamadas dos Corrieiros, e da Princeza, se havião de cortar outras duas para se continuarem á rua Bella da Rainha [atual rua dos Fanqueiros], e á dos Douradores, que todas quatro hiao acabar na Rua de S. Domingos⁹⁹.

No entanto, e contrariando as suas próprias diretrizes, por este mesmo aviso ordena

que em lugar destas duas ultimas ruas, que ainda não esta[vam] demarcadas, se devasse em beneficio do Público huma Arca de quatro frente, com [380] palmos do Norte a Sul, e [440] de Nascente ao Poente, para se estabelecer huma Praça de fructa, e hortaliças, com os arruamentos, e cabanas necessarias ao serviço, e uso della, de cujo terreno F[e]z Mercê ao Senado da Camara de Lisboa, com a obrigação de fazer a dita Obra, sem que fique responsavel de pagamento¹⁰⁰.

⁹⁸ Encontra-se também prevista no levantamento do Sargento-Mor José Monteiro de Carvalho (Figura 7). Elaborado na sequência da reconfiguração administrativa de 1770, este levantamento da cidade por freguesias não se limitava a delinear o que se encontrava construído, inserindo também elementos de alterações urbanísticas em projeto.

⁹⁹ AHSCML, Decreto de 23 de novembro de 1775. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/063.

¹⁰⁰ Esta opção parece surgir no contexto da proibição da venda no Rossio e das preocupações reveladas em ações do género, nomeadamente com a construção do Mercado da Ribeira Nova, em 1771.

O monarca justifica esta opção com o dever de fazer “prevalecer a todo o interesse particular, o da Causa Pública”¹⁰¹, garantindo ao Hospital Real a compensação de poder continuar a edificar casas no terreno junto ao Convento de São Camilo de Lelis que, agora voltado à nova praça, ganharia uma acentuada valorização. Não obstante, parece ser insuficiente para compensar a perda de potenciais rendimentos causada pela alienação dos três quarteirões que deixaram de ser construídos. A “Praça Nova”, como então foi sendo chamada, ficava assim maioritariamente encerrada por edifícios conventuais (ou de posse conventual), encartulando-se também a sua face poente, onde se encontrava o convento dos padres camilos.



Figura 8 Planta topográfica da cidade de Lisboa, compreendendo na sua extensão a beira Mar da Ponte [...]. In SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas Topográficas de Lisboa*, Planta n.º 4. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/398.

Com a cedência da placa central ao Senado para um mercado de fruta, foi iniciado o desmancho do antigo edifício hospitalar e a subsequente venda de entulho. Entre 1776 e 1779, os livros de contas da SCML registaram a venda de materiais ao Senado, às comunidades religiosas vizinhas e a particulares¹⁰². A este propósito, destaca-se o pagamento feito por parte do primeiro “dos materiaes que se achavão no sitio do antigo Hospital no chão doado por Sua Magestade para Praça Publica das vendas” (17/05/1776, 800\$00)¹⁰³, assim como a mencionada compra de “2111 carradas de pedra de alvenaria” feita pelos dominicanos (27/08/1776, 316\$65)¹⁰⁴ ou de 880

¹⁰¹ AHSCML, Idem.

¹⁰² A quase totalidade reporta-se à venda de “carradas de pedra de alvenaria” e de “colos de telha”, existindo apenas o registo da venda de “uma pedra de cantaria por 480rs” e de “madeira”. Contrariamente ao valor constante da unidade no caso da venda da telha (200rs/colo), é interessante compreender a total desuniformização dos valores por carrada, variando entre os 150rs e os 230rs, possivelmente atendendo à qualidade da pedra (AHSCML, Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 1, PT-SCMLSB/GF/DP/04/01/Lv001).

¹⁰³ Idem, f. 222v

¹⁰⁴ Idem, f. 226v. No mesmo dia, os administradores da Casa de D. José da Silva Pessanha pagaram 69\$600 por 464 carradas de pedra de alvenaria. Em ambos os casos, a venda fez-se por 150 réis/carrada.

carradas do mesmo material pelos religiosos de S. Camilo de Lelis (03/12/1779, 176\$00)¹⁰⁵, o último registo a este propósito encontrado. Dados que desvendam a incorporação material e simbólica de elementos do antigo hospital na construção dos novos edifícios voltados à Praça da Figueira. Desmanchado o hospital, o trabalho terá prosseguido com o entulhamento das estruturas térreas e subterrâneas e com o alinhamento da nova praça. Pouco depois, começaria a ganhar forma o novo mercado, com as bancas dispostas em retângulo. Em funcionamento já em 1778¹⁰⁶, marcaria o final do grande programa pombalino e o definitivo apagamento do Hospital Real de Todos-os-Santos da imagem e do quotidiano da cidade.

CONCLUSÃO

O desaparecimento do Hospital Real de Todos-os-Santos ocorre, assim, no contexto de uma conjuntura que envolveu as preocupações crónicas com a salubridade do local, os elevados custos de reconstrução do seu edifício (dentro do plano pombalino) e o facto de, pela primeira vez, a cidade possuir um espaço com as condições necessárias para acolher a grande estrutura hospitalar.

A sua transferência em 1775 e a supressão do Convento de São Domingos em 1834 alteraram tão profundamente o urbanismo deste local que hoje é difícil perceber a real dimensão e limites da *Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos*. Desfragmentada em arquipélago¹⁰⁷, este espaço tem sido um contínuo de transformações de usos e vivências, numa sobreposição de camadas ao longo dos últimos 3000 anos, tendo a *Ilha* constituído o mais icónico destes muitos estratos.



Figura 9 Marcação do limite da *Ilha* sobre a cartografia 1650, 1756, 1780. CML, *Lisboa Interactiva*. <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>.

¹⁰⁵ AHSCML, Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 2, f. 76v. PT-SCMLSB/GF/DP/04/01/Lv002.

¹⁰⁶ Nesse ano, Frei António do Sacramento alude já ao “terreno da praça da fructa que se formou no mesmo sítio [do hospital]” (SACRAMENTO, Frei António do – *op. cit.*, p. 14).

¹⁰⁷ Sobre a história e urbanismo do sítio no período entre 1834 e 2019, ver LOURENÇO, Tiago Borges; SILVA, Hélia – *De Ilha a arquipélago: história e urbanismo do lugar do grande quarteirão onde outrora se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1834-2019)* publicado neste número dos *Cadernos do Arquivo Municipal*.

FONTES**MANUSCRITAS****Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

Carta Régia de 8 de fevereiro de 1768. PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/012.

Carta Régia de 26 de setembro de 1769. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/022.

Aviso Régio de 27 de setembro de 1769. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/023.

Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 23 de dezembro de 1774. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/039.

Decreto de 23 de novembro de 1775. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/063.

Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 1. PT-SCMLSB/GF/DP/04/01/Lv001.

Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 2. PT-SCMLSB/GF/DP/04/01/Lv002.

Auxiliar da despesa do Cofre das Obras do novo Hospital. PT-SCMLSB/GF/DP/04/02/Lv001.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Décima da Cidade. Freguesia de Santa Justa e Santa Rufina (diversos livros de arruamentos e prédios, entre 1762 e 1833).

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia, Livro 1º de Filipe III.

Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos e avisos de D. José.

Chancelaria Régia, Livro 2º de consultas, decretos e avisos de D. José.

Urbanismo e Obras, Cartulário Pombalino, *Prospeto da praça do Rossio no quarteirão da arte oriental da Praça*. [c.177?].

Urbanismo e Obras, Cartulário Pombalino, *Prospecto do lado do Norte da Praça do Rocio [...] assim como também os prospectos do edificio da Inquizicam*. 1758-1777.

Urbanismo e Obras, Planeamento Urbanístico, Desenhos e plantas, *Planta topográfica da cidade de Lisboa, compreendendo na sua extensão a beira Mar da Ponte* [...].

Urbanismo e Obras, Planeamento Urbanístico, Desenhos e plantas, *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada, tambem segundo o novo alinhamento dos Architectos Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Hospital de S. José, Livros 921-936, 943, 1107, 4776 e 9523.

Juizo da Inspeção dos Bairros de Lisboa, Bairro do Rossio, Livro 12. PT/TT/JIBL/F/012.

Livro das Plantas da Freguesia de Lisboa, Planta da Freguesia de Stª Justa, PT/TT/CF/0153, p. 64.

Ministério das Finanças, Convento de São Vicente de Fora, cx 2223.

Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Lisboa. Livros 76, 89 e 109.

Biblioteca Nacional de Portugal

Planta Topographica, e exacta do Sitio, que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Cazas asim do Ilm^o e Exm^o Marquês de Cascais, como as dos particulares; a qual foi tirada na prezença do Sargento Môr Philippe Roiz de Oliveira, pello Ajudante Guilherme Joaquim Paês de Menezes, e o Discipulo Thomas Roiz da Costa, a que assistirão tambem outros Discipulos todos do dito Sargento Môr, e se finalizou a 9 de Dezembro de 1750. Iconografia D.100.R.

[Projecto do Hospital de São José]. Iconografia. D.29R., D.30.R., D.31.R.

IMPRESSAS

BRANDÃO, João – *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa na 2ª Metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552.* Lisboa: Liv. Ferin, 1923.

CACEGAS, Luís – *Primeira parte da história de S. Domingos particular do reino, e conquistas de Portugal.* Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, 1767.

CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga.* 2ª ed. Lisboa: Bertrand, 1904.

COSTA, António Carvalho da – *Corographia portuguesa...* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III.

FREIRE, Francisco José – *Memória das principais providencias que se derão no terramoto...* Lisboa: [s.n.], 1758.

Instrucções sobre as dúvidas, que se devem evacuar, para se dar princípio á Praça do Rocio. Lisboa: Impresso Avulso, 1759.

MACHADO, Jorge Francisco – *Breve relação das rendas e despesas do Hospital Real de Todos os Santos...* Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1765.

OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa.* Lisboa: Vega, 1992.

PEREIRA, Luís Gonzaga – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833.* Lisboa: Oficinas Graficas da Biblioteca Nacional, 1927.

Relação Verdadeira e Individual do formidavel incendio, que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste anno de 1750. Lisboa: Officina de Manoel Soares, 1750.

SACRAMENTO, Frei António do – *Memórias curiosas em que por estes annos de 1778 se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa.* Lisboa: Officina do Tombo Histórico, 1929.

VITERBO, Francisco de Sousa - *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. vol III.

ESTUDOS

CAESSA, Ana - *Cartulário Pombalino: da Casa do Risco ao Arquivo Municipal de Lisboa.* In VIEGAS, Inês, coord. – *Cartulário Pombalino: colecção de 70 prospectos (1758-1846).* Lisboa: Câmara Municipal, 2005. p. 13-19.

CARREIRA, Adélia Caldas – *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano.* Lisboa: [s.n.], 2012. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa pombalina e o Iluminismo.* Lisboa: Bertrand, 1977.

FREIRE, João Paulo – *Lisboa do meu tempo e do passado: do Rossio ao Poço do Borratém.* Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1939.

- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; SILVA, Rodrigo Banha da – O bairro islâmico da Praça da Figueira. In *Cristãos e muçulmanos na Idade Média peninsular: encontros e desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, 2011. p. 17-25.
- LEITE, Ana Cristina – O Hospital Real de Todos-os-Santos. In PEREIRA, Paulo, dir. – *Hospital Real de Todos-os-Santos: 500 anos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 5-19.
- LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – A Lisboa dos conventos: permanências e metamorfoses. In SEIXAS, João, coord. – *Projeções de Lisboa: utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2018. p. 86-111.
- MOITA, Irisalva – *V Centenário do Hospital de Todos os Santos*. Lisboa: Correios de Portugal, 1992.
- MOITA, Irisalva – O Hospital Real de Todos-os-Santos: enfermarias – Aposentadorias – Serviços. In PEREIRA, Paulo, dir. – *Hospital Real de Todos-os-Santos: 500 anos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 40-48.
- RIJO, Delminda – Palácio dos Estaus: de Hospedaria Real a Palácio da Inquisição e Tribunal do Santo Ofício. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2.ª Série N.º 5 (2016), p. 19-49.
- ROSSA, Walter - No 1º plano. In ROSSA, Walter e TOSTÕES, Ana, coord. – *Lisboa 1758: O plano da Baixa hoje*. Lisboa: Câmara Municipal, 2008. p. 24-81.
- SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos – *El Proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVIII*. Barcelona: [s.n.], 2012. Tese de Doutoramento apresentada ao Departament d'Urbanisme i Ordennació del Territori, Universitat Politècnica de Catalunya.
- SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950.
- SILVA, Raquel Henriques da – Lisboa reconstruída e ampliada (1758-1903). In ROSSA, Walter; TOSTÕES, Ana, coord. - *Lisboa 1758: o plano da Baixa hoje*. Lisboa: Câmara Municipal, 2008. p. 126-167.
- SILVA, Rodrigo Banha da – A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal. N.º 2 (2013), p. 40-62.
- SILVA, Rodrigo Banha da – A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa). In Congresso Afonso Henriques e a Sua Época - *Actas* (em publicação).

RECURSOS ONLINE

- LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – *As casas religiosas de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2018. [Consult. em 04.12.2018]. Disponível na Internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2015/06/CasasReligiosasLisboa.pdf>. Integrado no projeto Lx Conventos.

Submissão/submission: 09/03/2019

Aceitação/approval: 23/03/2019

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva, Departamento Património Cultural – CML / Instituto de História da Arte / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa. helia.silva@cm-lisboa.pt

Tiago Borges Lourenço, Instituto de História da Arte / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa. tborgeslourenco@gmail.com

SILVA, Hélia Cristina Tirano Tomás, e LOURENÇO, Tiago Borges, *A Ilha*. História e urbanismo do grande quarteirão onde se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1750-1779). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 103 – 126.

De Ilha a Arquipélago. História e urbanismo do lugar do grande quarteirão onde outrora se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1834-2019)¹

From Island to Archipelago. The history of the site of the large block where the Hospital Real de Todos-os-Santos once stood (1834-2019)

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva
Tiago Borges Lourenço

RESUMO

No presente estudo procura-se traçar a história *do lugar do grande quarteirão onde outrora se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos*, depois da sua transferência para o antigo Colégio Jesuíta de Santo Antão, em 1775. A subsequente demolição do edifício hospitalar original, acompanhada da supressão do contíguo Convento de São Domingos em 1834, alterou profundamente a morfologia do sítio e permitiu um remate fora de tempo do grande plano da Baixa Pombalina, que seria aproveitado para a aproximar e coser às novas áreas da cidade que a norte se desenvolveram ao longo do século XX.

PALAVRAS-CHAVE:

Lisboa / Urbanismo / Arquitetura / Praça da Figueira / Hospital Real de Todos-os-Santos

ABSTRACT

The transference of the Hospital Real de Todos-os-Santos to the former Jesuit College of Santo Antão in 1775 and the suppression of the Convent of São Domingos in 1834 deeply changed the urban morphology of the site of the large block once known as the *island where the Royal Hospital stands*. It allowed an out of time expansion of the mid-18th century Baixa Pombalina plan that was ultimately essential to a straighter connection to the new neighborhoods developed in the northern part of the city during the 20th century.

KEYWORDS:

Lisbon / Urbanism / Architecture / Figueira Square / Hospital Real de Todos-os-Santos

¹ O presente artigo foi escrito no âmbito do projeto de doutoramento de Tiago Borges Lourenço intitulado "Entre Circular e Habitar. Do Projeto da *Avenida dos Anjos e Ruas Adjacentes* à abertura da Avenida Almirante Reis", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. SFRH/BD/110343/2015).

Em 1492, o início da construção do edifício do Hospital Real de Todos-os-Santos em terrenos da cerca do Convento de São Domingos marcaria a consolidação urbanística de um grande quarteirão, mais tarde denominado como a *Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Casas assim do Ill.mo e Ex.mo Marquês de Cascaes*². Após dois séculos e meio sem particulares alterações, um grande incêndio em 1750 destruiria quase por completo o hospital. O plano de reconstrução e engrandecimento do seu edifício acaba por não ser colocado em prática devido ao “terramoto de 1755 [que] acabou de destruir no que respeitava a edifícios, e [a]o fogo que se [lhe] seguiu”³. No entanto, por si só não é possível afirmar que este evento tenha sido o único responsável pelo desaparecimento do edifício, o que é visível na forma como o plano de reconstrução da Baixa de Lisboa não lhe previu uma nova localização⁴. O seu destino seria, assim, traçado por uma carta régia assinada por D. José a 26 de setembro de 1769 que decretou a passagem do hospital para o edifício do antigo Colégio jesuítico de Santo Antão, entretanto vago⁵, e deu indicações precisas para a divisão e venda do seu terreno, ao Rossio. Desmantelado o edifício do Hospital e vendido o entulho, a partir de 1778 o remate expandido e fora de tempo do grande plano da Baixa Pombalina concretizava-se com a abertura de uma praça que nunca tinha sido pensada, em cuja placa central se implantou um mercado⁶. Até 1834, a Praça da Figueira foi um espaço maioritariamente encerrado por conventos e edifícios de posse religiosa. Com a extinção das ordens religiosas, a *ilha* transformou-se, em definitivo, num *arquipélago* de propriedade e uso privado, aproveitado para aproximar e coser toda a zona da Baixa às novas áreas da cidade que a norte se desenvolveram ao longo do século XX.

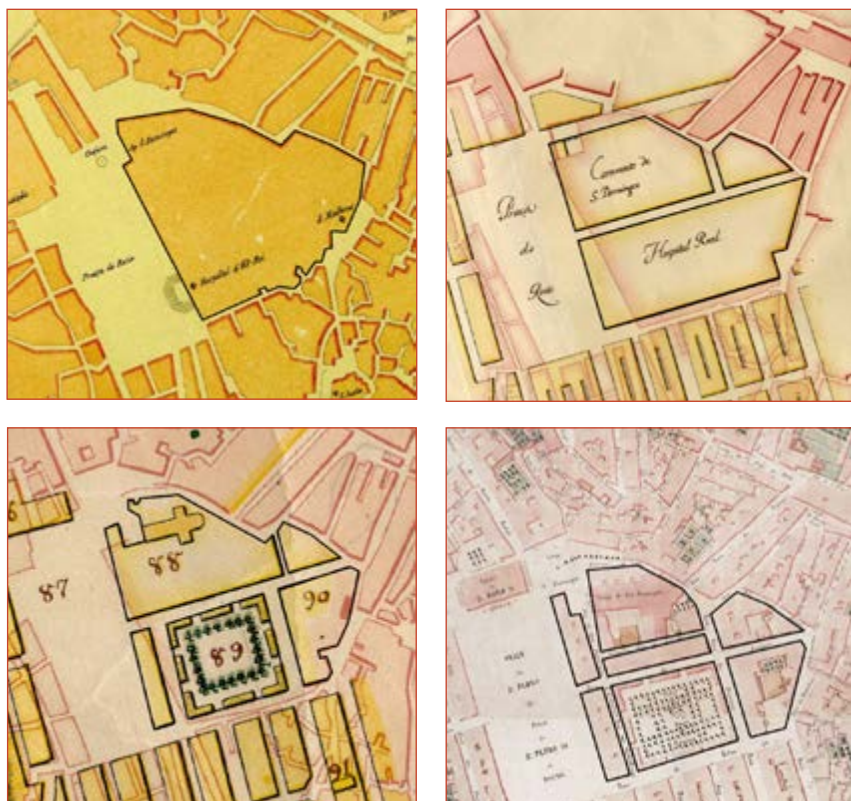


Figura 1 Marcação do limite da *Ilha* sobre a cartografia 1650, 1756, 1780 e 1856/58. Câmara Municipal de Lisboa (CML), Lisboa Interactiva. <http://lx.cm-lisboa.pt/lxi/>.

² Corresponde ao grande quadrilátero cujo perímetro, em traços gerais, é atualmente delimitado pela Praça D. Pedro IV (*do Rossio*) e ruas de Barros Queiroz, Dom Duarte, João das Regras, do Poço do Borratém, dos Condes de Monsanto e da Betesga.

³ SACRAMENTO, Frei António do – *Memórias curiosas em que por estes annos de 1778 se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa*. Lisboa: Officina do Tombo Histórico, 1929. p. 14.

⁴ Da autoria de Carlos Mardel (1795/6-1763) e Eugénio dos Santos (1711-1760), este plano visava a profunda regularização dos alinhamentos da Praça do Rossio, implicando o realinhamento das propriedades do convento e do hospital, entre as quais se deveria abrir uma nova rua. Marcou, assim, o início da fragmentação da *Ilha* em *Arquipélago*, cuja tendência seria uma constante ao longo do século seguinte.

⁵ Pela primeira vez a cidade possuía um espaço vago com as condições necessárias para acolher a grande estrutura hospitalar, o que foi fundamental para a equação e efetivação da transferência.

⁶ Sobre a história e urbanismo do sítio no período anterior a 1834, ver LOURENÇO, Tiago Borges; SILVA, Hélia – *A Ilha: história e urbanismo do grande quarteirão onde se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1750-1779)*. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 103 – 126.

DE ILHA A ARQUIPÉLAGO (1834-1885)

“Lá que havia figueira metida no assunto [Praça da Figueira], havia, porque o nosso povo, alheio ainda à glorificação dos conselheiros, usava para a toponímia, de preferência, os objectos que mais lhe impressionavam a retina ou a memória. [...] As datas históricas e os heróis vieram depois.”

João Paulo Freire

A 1 de agosto de 1833 foi criada a Comissão da Reforma Eclesiástica, que de imediato emitiu disposições reguladoras do funcionamento das ordens religiosas e respetivos conventos. A partir do final do ano iniciaram-se os procedimentos administrativos com vista às primeiras supressões, cuja supervisão competia à Junta do Melhoramento Temporal. Depois de decretada a supressão formal de um convento, a Fazenda Nacional tomava posse do edifício e respetiva cerca, procedendo à avaliação dos bens previamente inventariados. Com a entrada em vigor do Decreto de 30 de maio de 1834, as casas religiosas masculinas ainda ativas ou com processo de supressão em curso foram imediatamente extintas, tendo os casos de Lisboa sido supervisionados pela Prefeitura da Estremadura⁷.

Como consequência, a Praça da Figueira, à qual se encontravam parcialmente voltados os edifícios de dois conventos e um quarteirão pertencente a uma ordem religiosa⁸, sofre mais uma profunda transformação, visível em parte do seu edificado e na abertura de uma nova rua (Figura 1).

A Fazenda Nacional tomou posse do Convento de São Domingos a 10 de junho de 1834, iniciando de seguida o inventário dos respetivos objetos e propriedades. No que diz respeito às últimas, foi descrito e avaliado um conjunto de quase cinco dezenas de *propriedades de cazas, lojas, casas térreas e barracas*⁹. Pela sua descrição é possível compreender que, do plano original de reconstrução do convento, apenas os edifícios voltados ao Rossio e os primeiros do lado poente da Rua do Amparo foram efetivamente construídos (Figura 2). O remanescente do bloco desta última era constituído por casas térreas ou construções abarracadas, vestígios da incompleta reconstrução do edifício conventual que, quase oitenta anos depois do terramoto, davam à face norte da Praça da Figueira uma triste e precária aparência. Por seu turno, estes dados são também fundamentais para compreender a engenhosa e ardilosa forma como os frades dominicanos aceitaram e cumpriram a métrica do Cartulário P ombalino sem que a marcação das pilastras na fachada correspondesse à efetiva marcação dos edifícios. Ao invés da marcação simétrica de 3-6-9-6-3 vãos imposta pelo cartulário para a Praça do Rossio, apenas foram construídos quatro edifícios com a métrica de 9-9-6-3 vãos, o último com entrada pela Rua do Amparo. Embora não constituísse caso único em Lisboa, este facto terá resultado da forma ilusória como a reconstrução do convento, regida por um *encartulamento* que deu ao seu edifício o aspeto de prédio de habitação que ocultava uma outra realidade: as construções voltadas ao Rossio eram compostas de “primeiro andar e das loges respectivas [...] sendo o segundo, terceiro andar e aguas furtadas, as habitações dos religiosos”¹⁰, pelo que nenhum possuía escada própria de serventia. Este motivo prejudicou o valor das avaliações em virtude da “muita despesa que demanda[va] a divisão e arranjos com as obras do segundo e terceiro andar e aguas furtadas, para poder tornar-se um prédio capaz de

⁷ Esta questão é aprofundadamente abordada em LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – A Lisboa dos conventos: permanências e metamorfoses. In SEIXAS, João, coord. – *Projeções de Lisboa: utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2018. p. 98-103.

⁸ Voltados aos topos norte e nascente encontravam-se, respetivamente, os edifícios do Convento de São Domingos e de São Camilo de Lelis. Por seu turno, os edifícios do quarteirão encerrado pelas praças do Rossio e da Figueira e ruas do Amparo e da Betesga (conhecido ao longo das últimas décadas como o “quarteirão da Pastelaria Suíça”) pertenciam aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

⁹ Avaliados num total que ultrapassava ligeiramente cerca de 65.500\$00.

¹⁰ ANTT, Ministério das Finanças, Convento de São Domingos de Lisboa, Cx. 2229, f. 432.

ser habitado por famílias”¹¹. Ironicamente, esta estranha configuração interior e a precária realidade construtiva da Rua do Amparo permitiriam cumprir a Portaria de 5 de Junho de 1834, pela qual o Prefeito da Estremadura instou o Provedor do Terceiro Distrito da cidade a avaliar e dividir “as propriedades de cazas pertencentes a Mosteiro de São Vicente de Fora (citas nesse destricto) e de São Domingos [...] em lotes separadas de três janelas [...] para se tornar mais facil a sua venda a fim de que o Thesouro Publico fique habilitado para ir vendendo os ditos predios sem demora”¹².

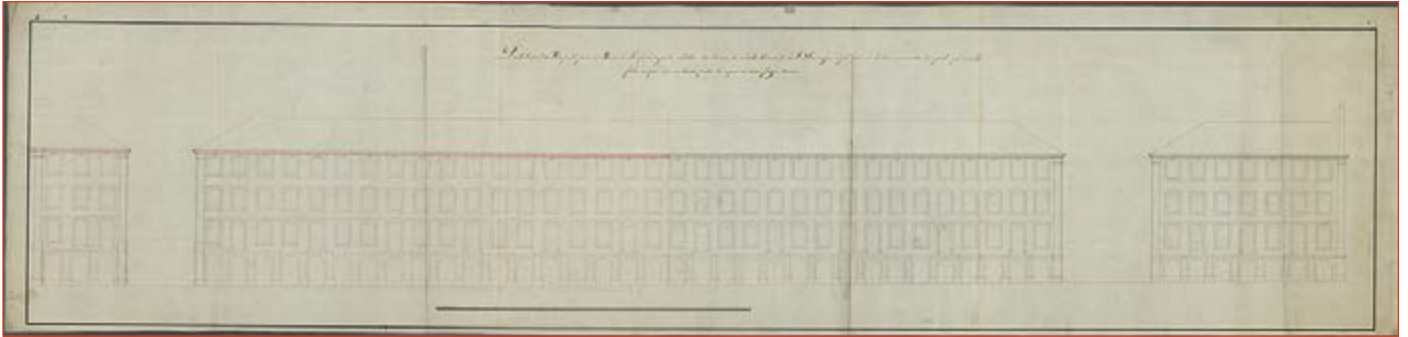


Figura 2 Distribuição do prospecto para a Rua do Amparo segundo o detalhe dos terrenos do extinto Convento de São Domingos, o que vai em linhas encarnadas é a parte que se acha feita e a que se deve fazer de novo. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-A.H.M.F., cx. 5273, n.º 3.

E assim foi feita a avaliação, embora os lotes vendidos não a tenham tomado em consideração, correspondendo maioritariamente à área de implantação de cada construção primitiva. À exceção da igreja, que se manteve aberta para culto público, o edifício do Convento de São Domingos foi dividido em quinze parcelas¹³ levadas a leilão público e quase integralmente arrematadas a 4 de setembro de 1835. Os 135.370\$00¹⁴ que renderam à Fazenda Nacional constituíram o mais elevado valor globalmente pago por um edifício conventual em Lisboa. Apesar do número de parcelas em que foi dividido, acabaria por ser arrematado apenas por 5 compradores¹⁵: Francisco Rodrigues arrematou a 1ª por 30.000\$00¹⁶, Manuel José de Oliveira as 2ª, 3ª, 4ª e 15ª por um total de 66.700\$00¹⁷, Thiago José Lopes a 7ª por 4.810\$00¹⁸ e António Ferreira Madeira a 10ª por apenas 810\$00¹⁹; finalmente, Domingos José de Almeida Lima arrematou as restantes oito parcelas, num valor total de 33.050\$00²⁰, assim como o vizinho quarteirão dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho por 77.550\$00²¹.

¹¹ *Idem*, f. 500. Esta questão é particularmente visível e intrigante na forma como os lotes vendidos na Rua do Amparo não correspondem aos edifícios atualmente existentes, o que parece pressupor uma total reconfiguração do seu interior. Devido a este facto, foi impossível apresentar uma proposta de desenho de divisão dos lotes alienados.

¹² *Idem*, f. 428.

¹³ As quatro primeiras parcelas encontravam-se voltadas ao Rossio e à Rua Antão de Almeida. Da 5ª à 8ª parcela estavam voltadas à Praça da Figueira e Travessa Nova de São Domingos. A 9ª, no gaveto da Rua do Amparo e da Rua Dom Duarte, junto à qual se encontrava a 10ª. Da 11ª à 13ª, na face norte da Travessa Nova de São Domingos. De cada lado da igreja e a esta contígua, encontravam-se a 14ª e 15ª parcelas.

¹⁴ Valor muito superior à avaliação, cifrada em 65.672\$00.

¹⁵ A maioria destes compradores eram homens de negócio, de entre eles se destacando Domingos José de Almeida Lima, que “virá juntar-se a José Bento Araújo na Empresa Social da Compra das Lezírias do Tejo e Sado, e será a partir de 13 de Maio de 1836 o representante da companhia junto ao governo de Sua Majestade, de que era o terceiro maior accionista individual”. Cf. MADALENO, Isabel Maria – Companhia das Lezírias: o passado e o presente. *Hispania Nova: Revista de História Contemporânea*. Nº 6 (2006).

¹⁶ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 482, f. 100.

¹⁷ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 482, f. 101, 103.

¹⁸ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 493, f. 26.

¹⁹ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 482, f. 102.

²⁰ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 482, f. 132-134.

²¹ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 481, f. 55v-56v.

Por seu turno, os autos de inventariação do vizinho Convento de São Camilo de Lelis²² haviam-se iniciado antes ainda, a 31 de maio de 1834, sendo o auto de posse do edifício assinado a 14 de junho. Entre novembro e julho do ano seguinte foram avaliadas as propriedades urbanas do convento. Na sua descrição encontram-se ainda reminiscências espaciais (e possivelmente também construtivas) do antigo Palácio dos Marqueses de Cascais, embora no geral seguisse a mesma configuração encontrada em São Domingos, uma composição de vários edifícios com lojas e primeiros andares com entrada exterior e pisos superiores unificados e ocupados pelos aposentos dos religiosos. As propriedades foram divididas em sete parcelas em julho de 1835 (Figura 3)²³ e levadas a leilão a 3 de setembro seguinte, tendo sido alienadas por valores substancialmente superiores aos da avaliação²⁴: António José da Silva Braga arrematou a 1ª e 2ª divisões (respetivamente por 520\$00 e 620\$00)²⁵, Bernardino Coito a 3ª e 4ª (por 7.060\$00 e 9.020\$00)²⁶, Alexandre José Gomes a 5ª (por 20.790\$00)²⁷ e Jacinto José Ferreira a 7ª (por 4.010\$00)²⁸. Inicialmente, a 6ª divisão ficou por arrematar, tendo sido vendida apenas a 25 de março de 1837 (a Francisco Joaquim Ribeiro por 6.120\$00)²⁹.

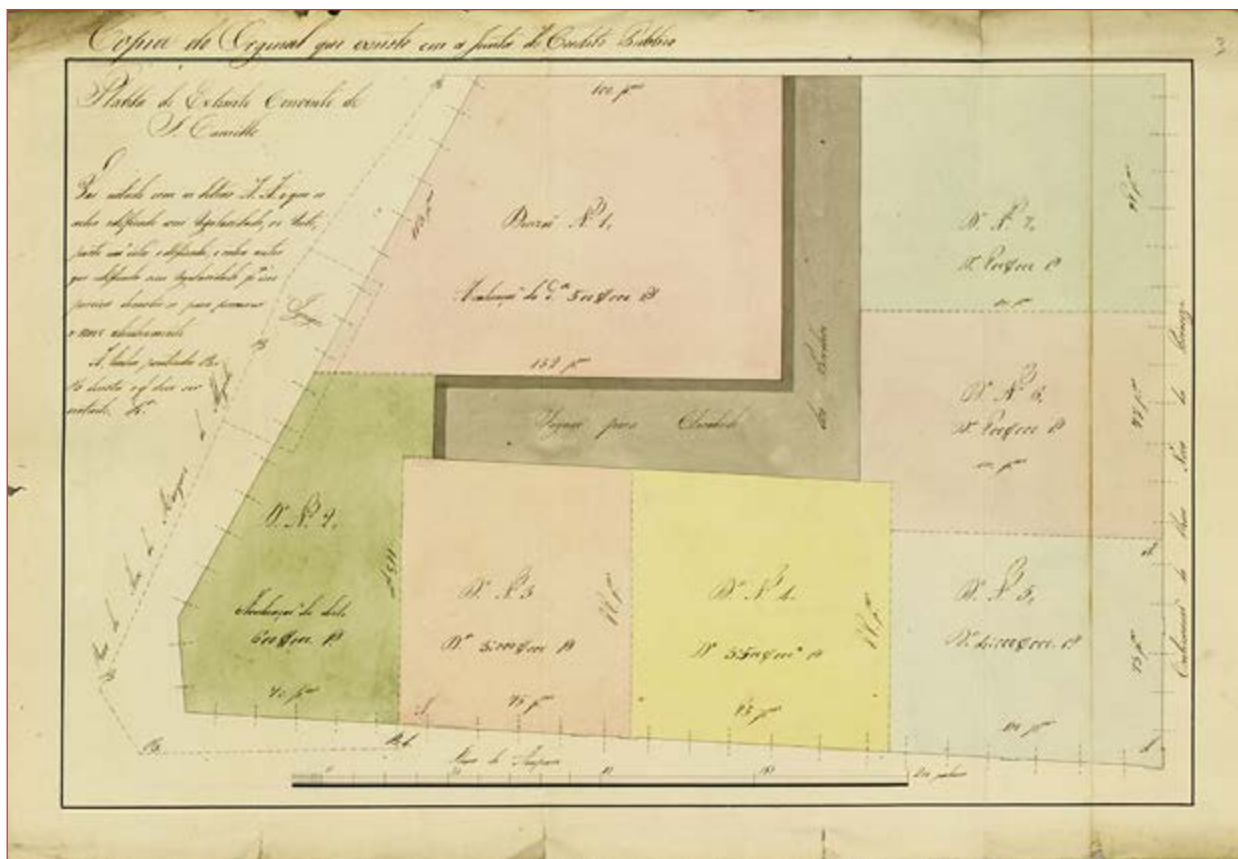


Figura 3 Planta do Extinto Convento de S. Camillo, dividido em lotes para venda em hasta pública, 1837. Arquivo Municipal de Lisboa (AML).

²² Cujas propriedades correspondem maioritariamente ao quarteirão encerrado pela Praça da Figueira e ruas do Amparo, do Poço do Borratém e dos Condes de Monsanto.

²³ As 1ª e 2ª parcelas encontravam-se voltadas à Rua do Poço do Borratém, tendo sido parcialmente demolidas e realinhadas para alargamento da rua. A 3ª, 4ª e 5ª parcelas encontravam-se voltadas para a Rua João das Regras, a última das quais tornejando para a Praça da Figueira, para a qual se encontravam voltadas as parcelas 6ª e 7ª.

²⁴ Foram avaliadas da seguinte forma: 1ª divisão: 500\$00; 2ª divisão: 600\$00; 3ª divisão: 3.000\$00; 4ª divisão: 3.500\$00; 5ª divisão: 4.000\$00; 6ª divisão: 600\$00; 7ª divisão: 800\$00.

²⁵ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 482, f. 92-93.

²⁶ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 482, f. 94-95.

²⁷ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 493, f. 54.

²⁸ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 482, f. 96.

²⁹ ANTT, Ministério das Finanças, Livro 487, f. 33.

A venda de antigas propriedades conventuais constituía um negócio vantajoso para os cofres da Fazenda Nacional e para os compradores, a quem foi dada a possibilidade de adquirir terrenos e edifícios de inequívoca qualidade construtiva nas áreas mais nobres da cidade. No caso de São Domingos, a venda era acompanhada e condicionada por um projeto de regularização urbanística. Se a partir da década de 1870 a ação da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa incidiu no planeamento e desenvolvimento de grandes planos e do rasgamento de grandes avenidas, ao longo dos dois primeiros terços do século recaiu maioritariamente neste tipo de intervenções urbanísticas de pequena escala, muitas delas aproveitando antigos terrenos e edificado conventual para alargar e regularizar antigas vias ou rasgar novos arruamentos. Prevendo o rasgamento de duas novas ruas no interior do quarteirão, então o último grande pedaço que sobrava da *Ilha* quinhentista, o processo de São Domingos é em tudo idêntico ao que contemporaneamente motivou a abertura da Rua Nova da Trindade em pleno coração do antigo Convento da Santíssima Trindade: a *rua em continuação à das Correiros* (atual Rua Antão de Almada³⁰) deveria constituir um prolongamento lógico até ao Largo de São Domingos³¹; por seu turno, e correndo perpendicularmente à anterior, a Travessa Nova de São Domingos permitia uma divisão mais racional (e financeiramente vantajosa para a Fazenda Nacional) dos terrenos interiores do convento e, com isso, a construção de uma nova frente que encerrava o que restava do claustro conventual e um maior desafio aos edifícios da Rua do Amparo (que assim ganhavam uma segunda fachada).

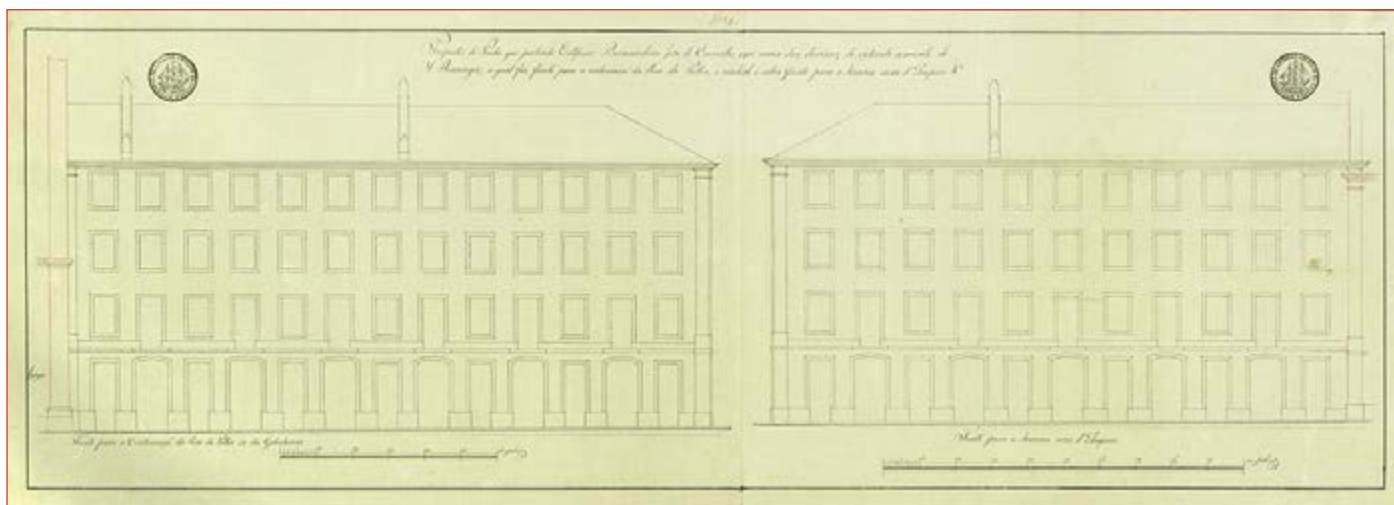


Figura 4 Prospecto do Predio que pertence Edificar Bernardino José de Carvalho, em uma das devizes, do extinto convento de S. Domingos, a qual faz frente para a continuação da rua da Palha, e cunhal, e outra frente para a travessa nova d'Amparo, 1848. AML.

A edificação nesta área da cidade demorou o seu tempo. Ainda jovem aquando do leilão de 1835, Bernardino José de Carvalho (1812-1886) acabaria por adquirir nos anos seguintes parte dos lotes da face nascente da Rua Antão de Almada (Figura 4), a totalidade dos da face norte da Travessa de São Domingos (Figura 5) e dois do antigo Convento dos Camilos, voltados à Rua do Poço do Borratém. É ele quem constrói e arrenda³² grande parte dos novos edifícios³³, tornando-se numa peça-chave deste processo. Na Rua do Amparo, o plano pombalino é finalmente concretizado com a construção dos dois últimos prédios, que seguem com assinalável rigor o

³⁰ Por uma questão de uniformização e identificação, no presente texto optou-se por utilizar os atuais nomes das ruas.

³¹ Uma vez que os edifícios voltados ao Rossio não tinham fachada posterior, a abertura desta rua possibilitou a construção de novos edifícios, a estes contíguos. Ao invés, também obrigou à demolição de um edifício à Rua do Amparo.

³² Os edifícios reaproveitados, reconstruídos ou de novo erigidos nos lotes dos dois antigos conventos em estudo foram arrendados para comércio e habitação.

³³ A maioria dos edifícios da Rua Antão de Almada e Travessa Nova de São Domingos datam de 1847 e 1848, existindo na primeira um edifício construído logo em 1838.

desenho dos originais (Figura 2)³⁴. Na verdade, constata-se que a totalidade dos edifícios desta área construídos neste período seguiu um Cartulário Pombalino simplificado e destempo, cerca de 75 anos depois de ter sido originalmente equacionado³⁵. No entanto, também o século XIX se revelava despidoradamente no piso extra desenhado de raiz que mimetizava as ampliações que grande parte do edificado da Baixa por esses anos se encontrava a ser alvo. Fazendo a ponte entre dois séculos, estes edifícios refletem a mestria camaleónica da arquitetura oitocentista, capaz de se apropriar e recriar qualquer modelo com simultânea ilusão e veracidade.

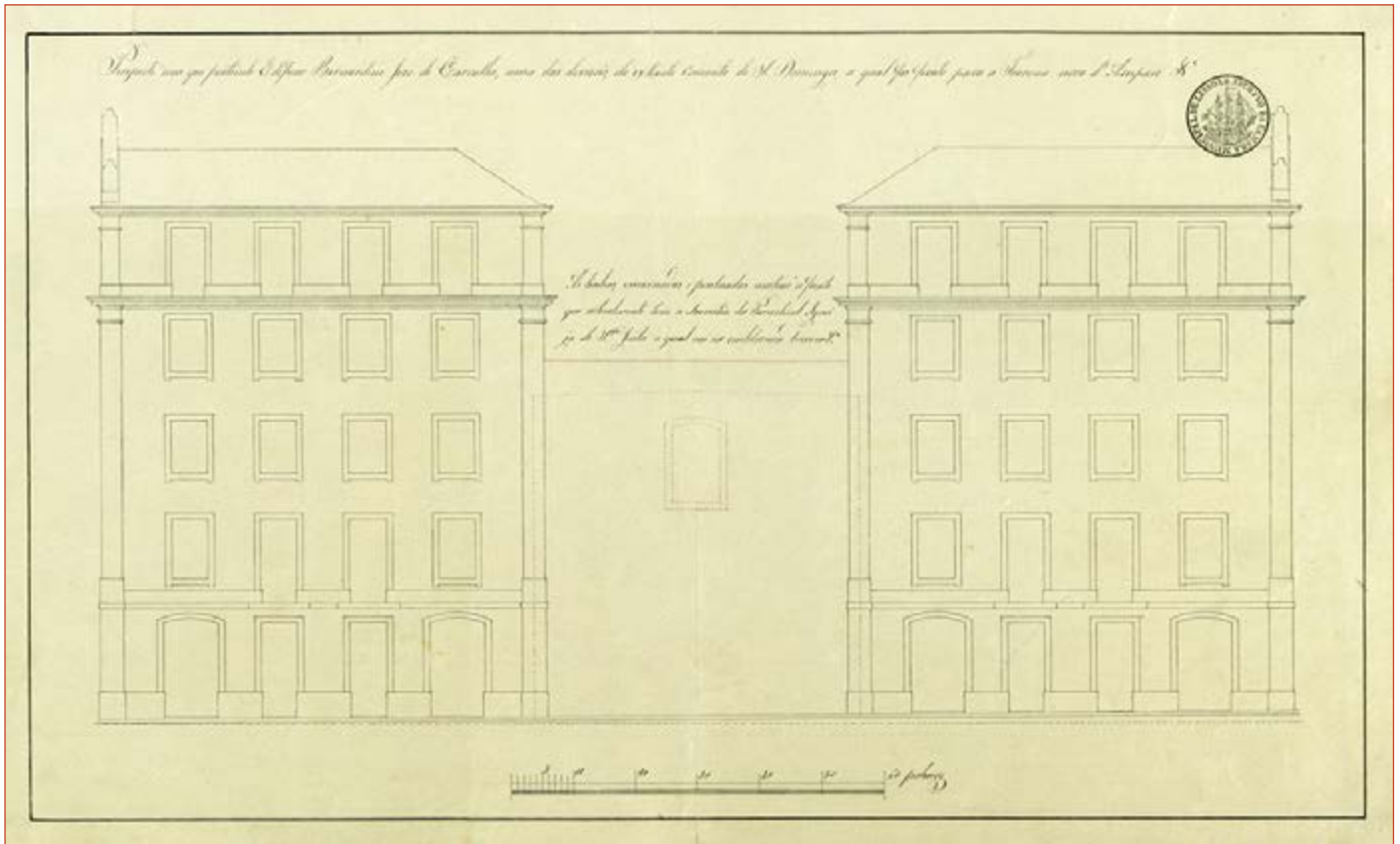


Figura 5 Prospeto do extinto convento de São Domingos, no qual Bernardino José de Carvalho pretende edificar na travessa Nova do Amparo, 1847. AML.

No centro da praça, local que em tempos havia sido totalmente ocupado pelo edifício do Hospital Real de Todos-os-Santos, o mercado mantinha globalmente a configuração setecentista, de venda em bancas ao ar livre. Ao longo do século XIX sofreria pontuais alterações e melhoramentos (Figura 6), nomeadamente a plantação de árvores e abertura de um poço (1835), colocação de “portas novas de ferro, curvas na parte superior, que deviam fechar as várias entradas do recinto”³⁶ (1849) e a construção de um telheiro de ferro (1877). Por iniciativa privada, o processo da grande transformação do mercado iniciou-se no princípio de 1875³⁷, altura em que a Câmara Municipal de Lisboa recebeu três propostas para a construção de novos mercados na Praça da Figueira³⁸

³⁴ Atuais Praça da Figueira, 7A-7D e 8-8E.

³⁵ O modelo da Rua dos Correios é utilizado nos edifícios da face nascente da Rua Antão de Almada, aberta no mesmo enfiamento; por seu turno, na face oposta e na vizinha Travessa Nova de São Domingos seguiu-se o desenho dos prospetos da Praça do Rossio (nomeadamente o desenho nº 23, para a face poente), simplificado no desenho da cantaria da Praça do Rossio.

³⁶ CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga, bairros orientais*. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1937. vol. X, p. 126.

³⁷ Na verdade, ao longo da década anterior, a autarquia havia recebido propostas para a construção de um mercado coberto em substituição do existente (por Leonardo Pinheiro da Cunha Carneiro em 1866 e por J. P. Collares e Pedro Montezuma em 1869) (AML, Correspondência Recebida Pela Repartição de Obras).

³⁸ Uma das quais (de Basílio de Castel-Branco) para a construção de um edifício com lojas dispostas em dois pisos, o que provocou aberta oposição de Ressano Garcia (*Actas da Sessão de Câmara do Anno de 1875*. Lisboa: Câmara Municipal, [1876?]. p. 134-139).

e Ribeira Nova, cuja aprovação significaria uma profunda mudança de paradigma na construção e gestão destes equipamentos, até então administrados pela autarquia. Com base nos pareceres enunciados por Ressano Garcia e Joaquim Maria Osório (vereador responsável pelo Pelouro dos Mercados), em sessão de 17 de maio foi escolhida a proposta apresentada por Joaquim Lúcio de Araújo e Manuel José Ferreira Lima, com os quais foi celebrado um contrato provisório a 3 de junho seguinte. No entanto, o processo arrastar-se-ia por quase uma década, muito por culpa de um imbróglia judicial relativo a uma das cláusulas deste contrato³⁹.

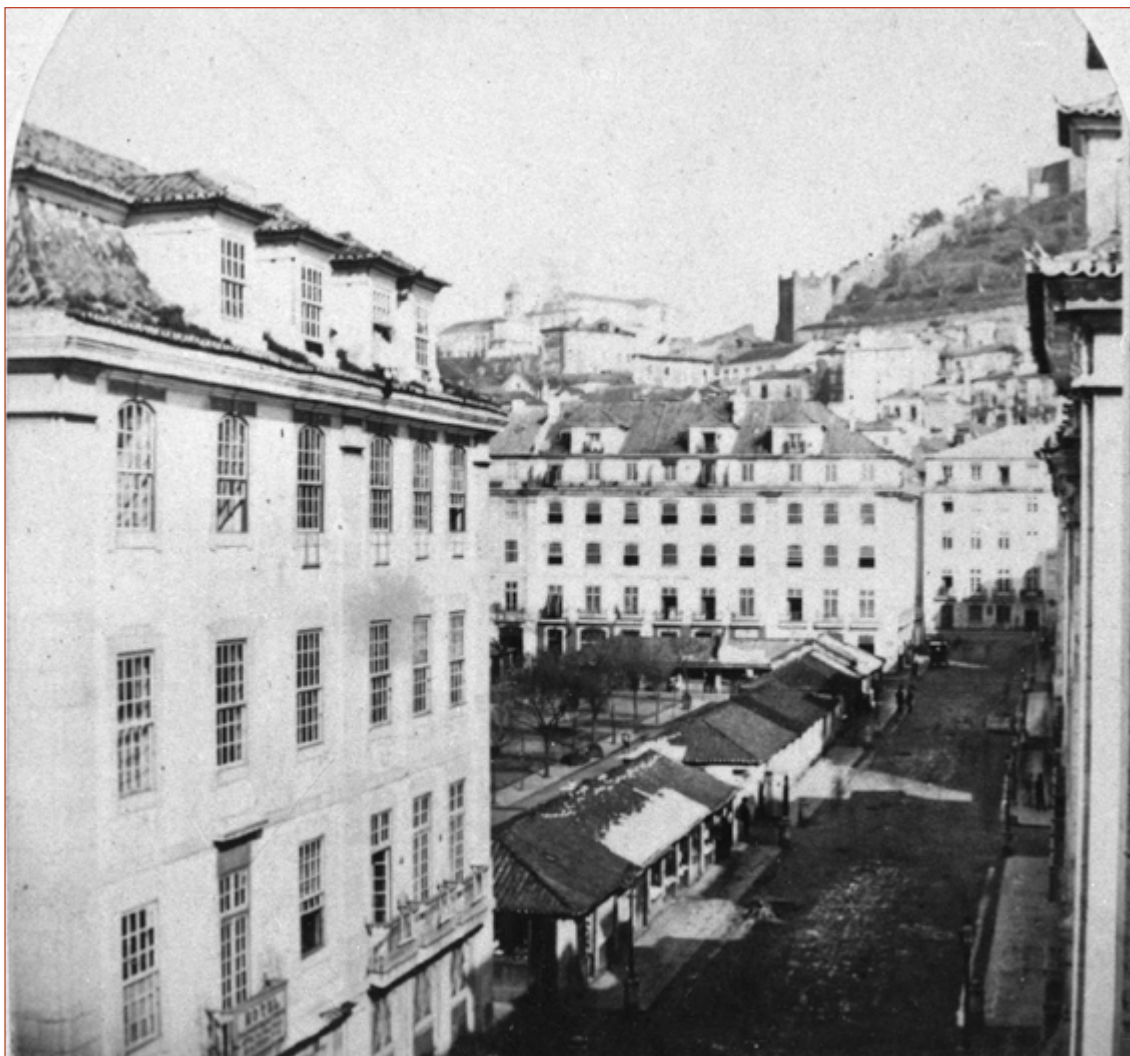


Figura 6 Praça da Figueira. Ant., 1885. Estúdio Mário Novais. AML.

Logo no ano seguinte, e com a mudança de vereação e o processo judicial em curso, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu reverter a decisão de concessionar o mercado a privados⁴⁰ e proceder à abertura de um concurso

entre os architectos e engenheiros portuguezes para a apresentação de um projecto para [a sua] reconstrucção [...] [devendo as propostas ser entregues até 30 de setembro e ficar] ao arbitrio dos concorrentes a escolha do estylo da decoração [...], a disposição interna do mercado e a qualidade dos materiaes a adoptar⁴¹,

³⁹ Reportava essencialmente ao ponto 15º do contrato assinado, relativo à compensação ao município. A descrição do processo encontra-se na sessão de 17 de maio de 1882 (*Actas das Sessões de Câmara de 1882*. Lisboa: Câmara Municipal, [1883?]. p. 281-285).

⁴⁰ *Actas das Sessões de Câmara do Anno de 1876*. Lisboa: Câmara Municipal. [1877?]. p. 618, 626-628.

⁴¹ *Actas das Sessões de Câmara do Anno de 1876*. Lisboa: Câmara Municipal. [1877?]. p. 684.

desde que cumprissem o orçamento estipulado de duzentos contos de réis. As atas de sessão de Câmara dos anos seguintes nada mencionam acerca deste concurso, deduzindo-se que tenha sido abandonado. Neste ponto, o processo sofreu nova inflexão. Perante dúvidas entretanto levantadas a esse respeito, em 1878 foi nomeada uma comissão “afim de consultar ácerca do local mais conveniente para a construcção de um novo mercado em substituição do actual da Praça da Figueira”⁴². Tendo optado por um terreno ao Bairro Barata Salgueiro, junto à Avenida da Liberdade ainda em projeto, a autarquia dá seguimento ao processo com a expropriação da área necessária⁴³ (em janeiro de 1880), aprovação do projeto e respetivo orçamento de cerca de 437 contos de réis (julho de 1881) e início da construção do *Mercado Central*.

Ainda assim, a ideia de reformulação do mercado da Praça da Figueira não estava totalmente abandonada. Em outubro seguinte, o visconde do Paço do Lumiar entregou à autarquia “uma representação assignada por um grande número de cidadãos pedindo que com a maior brevidade se proceda á reconstrucção do mercado da praça da Figueira, e que este mercado não seja suprimido, segundo as apprehensões que tem suscitado a resolução”⁴⁴ da construção do novo mercado, o que estranhamente não foi rebatido pelos serviços camarários. Em simultâneo, com o parecer de 15 de março de 1882 do Supremo Tribunal Administrativo concluía-se o processo judicial que se arrastava há sete anos. Tendo a decisão sido favorável ao concessionário, a autarquia viu-se na contingência de “dar cumprimento á regia ordem e n’esta conformidade [...] reduzi[r] a escriptura publica o respectivo contracto”⁴⁵, o que ocorre a 3 de agosto seguinte⁴⁶. A este respeito lamentar-se-ia o vereador Theofilo Ferreira:

Ninguém diria que no sitio da praça da Figueira se podia construir um mercado em condições rasoáveis; fôra já aquella local condemnado por uma comissão competentissima, como incapaz para um tal estabelecimento, contrario aos principios mais rudimentares da hygiene. [...] E era ao cabo de *sete* annos que o supremo tribunal administrativo surprehendia a camara com um despacho d’aquelle ordem; quando esta, convicta de que aquella mercado não seria reconstruido, contrahira já um emprestimo avultado para a construcção de outro mercado na avenida da Liberdade! [...] Merecia este negocio a mais séria attenção e estudo⁴⁷.

Contrária aos interesses camarários, esta decisão obrigou ao abandono definitivo da construção do mercado da Avenida da Liberdade⁴⁸, em cujo lote se projetaria ainda o edifício de um novo Tribunal (projeto de Ventura Terra de 1889), antes de ser totalmente ocupado por construções privadas nos primeiros anos de Novecentos.

Pouco depois, na Praça da Figueira foi iniciada a construção de

um novo mercado, do systema moderno adoptado em outros paizes e accomodado ao clima d’esta cidade, [...] [de] um só pavimento, e esse terreo, e [...] construido com ferro, madeira, cantaria, vidro, ardosia ou telha de barro calcareo ferruginoso, envernizada [...] devendo [...] a construcção obedecer ao principio do parallelismo entre a referida fachada e o alinhamento das casas fronteiras; dando-se às ruas das Galinheiras [atual face sul da Praça da Figueira] e do Amparo a largura de dez metros, e devendo haver nos quatro vertices do mercado outras tantas entradas para pedestres. [...] Ser[ia] aberto tambem de noite [...] devendo ser illuminado a gaz⁴⁹.

A inauguração do novo mercado ocorreu em maio de 1885, tornando-se no mais icónico elemento arquitetónico da Praça da Figueira e um marco no imaginário lisboeta de *entre séculos* (Figura 7).

⁴² *Actas das Sessões de Câmara do Anno de 1878*. Lisboa: Câmara Municipal. [1879?]. p. 481.

⁴³ Corresponde ao quarteirão formado pela Avenida da Liberdade e Ruas Rosa Araújo, Mouzinho da Silveira e Alexandre Herculano.

⁴⁴ *Actas das Sessões de Câmara do Anno de 1881*. Lisboa: Câmara Municipal. [1882?]. p. 532.

⁴⁵ *Actas das Sessões de Câmara do Anno de 1882*. Lisboa: Câmara Municipal. [1883?]. p. 282.

⁴⁶ O contrato previa que após a aprovação do projeto final, o concessionário tivesse o edifício concluído no prazo de 18 meses, estendendo-se o contrato de exploração por um período de 45 anos.

⁴⁷ *Idem*, p. 284.

⁴⁸ Para evitar a existência de dois mercados próximos e por ir contra ao contrato celebrado a 8 de junho de 1874 com os concessionários dos mercados oriental e ocidental que impedia a autarquia de construir novos mercados num raio de 2 quilómetros, com exceção da reforma do da Praça da Figueira.

⁴⁹ AML, Livro de Escrituras n.º 8, f. 56v-57.



Figura 7 Mercado da Praça da Figueira. Eduardo Portugal, ant.1949. AML.

UMA CIDADE QUE SE QUERIA MODERNA (1887-2001)

Em 1859 iniciava-se uma obra que, em bom rigor, duraria cerca de um século. O alargamento e prolongamento da quinhentista Rua Nova da Palma (que ganhando cerca de meio quilómetro, passaria a estender-se até ao Largo do Intendente) seria, a partir de finais de Oitocentos, pretexto para o desenvolvimento de novos planos de expansão que levariam esta via até próximo da antiga povoação da Portela de Sacavém, sob a forma de duas novas avenidas (Almirante Reis e Gago Coutinho). Ainda que ao longo deste período a prioridade fosse levar a via para norte, para onde a cidade em breve cresceria, desde cedo os serviços de obras da Câmara Municipal de Lisboa compreenderam as dificuldades decorrentes dos crónicos problemas viários e de salubridade do intrincado labirinto de estreitas ruas do Vale da Mouraria. Assim, e perante as tentativas falhadas de resolução desta questão, em Lisboa começou-se a falar do *problema da Rua da Palma*, que em meados do século XX ainda obrigava a “gastar tanto tempo em ir de «carro eléctrico» da Rua Augusta ao Teatro Apolo [localizado justamente na Rua da Palma], como do Cais do Sodré aos Estoris”⁵⁰.

A este propósito, entre 1859 e 1949 foram enunciadas diversas propostas. Embora algumas se limitassem ao mero alargamento da Rua Nova da Palma, grande parte pressupunha intervenções urbanísticas aprofundadas, assentando na reformulação total ou parcial do Vale da Mouraria e no desaparecimento da maioria dos seus arruamentos e edificações⁵¹. No entanto, era a Baixa o horizonte para o qual estes projetos olhavam, equacionando três tipos de ligações com esta: pelo Poço do Borratém; pelo Rossio, por via da reformulação da Rua de Barros Queiroz ou do alargamento da Travessa Nova de São Domingos; ou através da Praça da Figueira, como desembocar lógico do prolongamento da Rua Nova da Palma.

⁵⁰ MACEDO, Luiz Pastor de - A Mouraria, o arco e a paciência dos lisboetas. *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa. Nº 30 (abril 1945), p. 74.

⁵¹ Esta questão foi anteriormente aprofundada em LOURENÇO, Tiago Borges - A Mouraria da velha Rua da Palma: quatro séculos no ciclo de vida de um arruamento (1554-1959). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 9 (janeiro-junho 2018), p. 15-41.

Para o presente estudo importa apenas compreender a tentativa de concretização dos últimos dois, prelúdio da derradeira transformação da Praça da Figueira. Da autoria de Augusto César dos Santos, data de 1887 o primeiro estudo (não concretizado) a contemplar a ligação direta do eixo Avenida Almirante Reis – Rua Nova da Palma com o vértice noroeste da Praça da Figueira. Seguindo a mesma ideia, o projeto de 1907, assinado pelo engenheiro civil Fernando Homem da Cunha Corte-Real, constituiu-se como o mais completo e aprofundado projeto até então formulado para o efeito, incluindo diversas séries de medições de materiais a empregar e um completo caderno de expropriações. Contrariamente a outros anteriormente enunciados para o local, não demonstra qualquer preocupação com a reformulação urbanística do Vale da Mouraria, apontando apenas à resolução do problema viário através do simples alargamento da Rua da Palma (para uma largura idêntica à da Avenida Almirante Reis, 25 metros) e seu prolongamento até ao vértice noroeste da Praça da Figueira, por onde o tráfego deveria ser escoado.

Este estudo não pressupunha a demolição do edifício do mercado, então com pouco mais de duas décadas de existência. Embora fosse notório que, de um ponto de vista teórico, a sua manutenção tornaria ineficaz a resolução a médio/longo prazo do problema do escoamento do tráfego vindo de norte (limitando-se a substituir um estrangulamento por outro), é interessante perceber que o enunciado de uma proposta de ligação direta da Rua da Palma ao Rossio⁵² feita em 1914 também não o previa. Ao invés, privilegiava o alargamento da Travessa Nova de São Domingos e consequente demolição do seu edificado e de pelo menos um dos edifícios da Praça do Rossio. Esta ausência de uma intenção de demolir o mercado torna-se ainda mais intrigante se levada em consideração a forma como, noutros projetos contemporâneos, foi sucessiva e levemente proposto o arrasamento de grande parte do edificado do Vale da Mouraria (incluindo alguns dos seus mais icónicos edifícios, caso da Igreja do Socorro, Teatro Apolo e do Palácio do Marquês do Alegrete) ou mesmo da Igreja de São Domingos. Não obstante, até ao final da década de 1920 a manutenção do mercado constituiu-se como uma das raras certezas no contexto da multiplicação vã de projetos para a área.

Assim, o primeiro projeto a pressupor formalmente a sua demolição é apresentado apenas em 1934, no contexto do retomar da primitiva ideia de prolongar a Rua da Palma até à Praça da Figueira⁵³. À sua apresentação em janeiro desse ano, seguiu-se uma sequência de artigos na imprensa da cidade que abordavam a intenção “em fazer desaparecer do seu local [o mercado d]a velha Praça da Figueira [...] Ficaria em seu lugar uma lindíssima praça, paralela ao Rossio e beneficiando as ruas que actualmente a enquadram”⁵⁴. Nestes textos era unânime o reconhecimento da necessidade do desaparecimento do edifício, apontando-se várias direções e novas localizações⁵⁵, transparecendo a habitual ligeireza como as demolições e reconfigurações urbano-arquitetónicas eram tratadas à época. Em artigo assinado no *Diário de Lisboa* de 25 de janeiro é questionado o modo

como será, arquitectònicamente, planeado e realizado o pequeno Rossio⁵⁶[.] Á imagem e semelhança da praça de D. Pedro, que, aliás, embora pervetido tem um carácter pombalino, e um ar belo e severo ajustado ao tempo do seu levantamento? [...] Como será arquitectado? Á moderna? Com um ar burguês, já filtrado pelas novas doutrinas paisagistas? Num tipo clássico, alfacinha, tradicionalista, que não deixe longe a visão das cêrcas de S. Domingos e do Hospital de Todos os Santos? Em Jardim? Em Parque? Em Praça fria e ampla, que a uma cidade de trânsito convém⁵⁷?

⁵² AML, *Projecto e orçamento da variante da Rua da Palma, entre a rua do Amparo e a de São Vicente à Guia*, f. 4, f. 50-54.

⁵³ AML, Anteprojecto do prolongamento da rua da Palma entre o Socorro e a praça da Figueira.

⁵⁴ FREIRE, João Paulo – *Lisboa do meu tempo e do passado: do Rossio ao Poço do Borratém*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1939. p. 85.

⁵⁵ Em artigo assinado em *A Voz* de 27 de janeiro, Fernando de Souza sugere a construção de um novo mercado junto da antiga rua do Martim Moniz propondo que herde “êsse mercado o nome de *Praça da Figueira*, consagrado pelas velhas usanças populares.” (SOUZA, Fernando de *Apud* FREIRE, João Paulo – *op. cit.*, p. 107).

⁵⁶ Nestes e noutros textos de época é possível compreender a forma como o termo *Praça* se encontrava intimamente ligado ao edifício do mercado, a ponto de se apelidar ao futuro espaço sem mercado *Nova Praça* ou *Novo Rossio*. Esta ideia é manifestamente refletida pela forma como a toponímia da cidade só reconheceu o espaço como *Praça da Figueira* a partir de 1950.

⁵⁷ *Diário de Lisboa*, 25/01/1934. *Apud* FREIRE, João Paulo, *op. cit.*, p. 101-102.

Como adiante será visto, a ausência de respostas a todas estas questões refletia a forma bem lisboeta de *demolir primeiro e perguntar depois* como várias obras camarárias do género foram executadas⁵⁸.

Apesar de (uma vez mais) não ter sido concretizado, o projeto de 1934 refletia uma aprofundada preparação da reformulação da área do Vale da Mouraria, então em curso, num processo onde expropriações e demolições foram decididas e concretizadas antes da efetiva implementação de um plano a seguir⁵⁹. Pouco depois, em 1938, é encomendado ao francês Étienne de Gröer (1882-1952) um plano de conjunto para a cidade com o objetivo principal de melhorar o escoamento do trânsito e a aproximação dos bairros da periferia ao centro de Lisboa. É em articulação com este plano que é encomendada ao arquiteto urbanista João Faria da Costa (1906-1971) a elaboração do *Plano de Remodelação da Baixa*, que deveria incluir um

estudo analítico dos diversos planos que têm sido elaborados tendentes á resolução do problema: – (prolongamento da Rua da Palma – deslocação da Praça da Figueira) [...] [e um] relatório sôbre a conclusão desse estudo e análise das novas premissas do problema criado pela Circular dos Tuneis e o partido a adoptar em função das necessidades de transito⁶⁰.

Apresentado em 1949, consistia no mais radical projeto até então apresentado, pressupondo o desaparecimento de todo o edificado do Vale da Mouraria, que passaria a ser ocupado pela nova *Praça D. João I*, o centro nevrálgico deste plano e local onde dois túneis deveriam desembocar (um com ligação aos Restauradores e o outro ao Campo das Cebolas). À superfície, a ligação com a Baixa deveria ser feita pela Praça da Figueira que, apeada do edifício do mercado, seria transformada numa placa giratória de circulação através da qual o tráfego divergiria para todos os arruamentos vizinhos. Este projeto entroncava e conciliava as diretrizes do estudo das linhas de um sistema de um transporte ferroviário subterrâneo (metropolitano) em desenvolvimento desde 1947, que previa para o subsolo da Praça da Figueira a construção de uma *estação central* que acolheria duas linhas e se constituiria como o ponto nevrálgico da rede. Faria da Costa toma este plano em consideração, engrandecendo-o através da criação de um enorme complexo de galerias comerciais subterrâneas que deveriam ocupar a totalidade do subsolo da Praça do Rossio e permitir uma ligação direta entre as estações de metropolitano e ferroviária.

A demolição do mercado iniciou-se em julho de 1949. Até ao final da década é elaborado o *Anteprojecto de arranjo da Praça da Figueira*, da autoria dos arquitetos João Garizo do Carmo e Orlando Avelino, em colaboração com Faria da Costa, que pressupunha a demolição integral do edificado da praça e a sua substituição por blocos de seis andares com galerias no piso térreo (Figura 8). Subsistem poucas informações acerca deste anteprojecto, embora a ideia subjacente tenha sido apresentada, em outubro de 1950, por Jorge Carvalho de Mesquita no *II Congresso das Capitais*:

[No contexto do plano para a Praça da Figueira,] o alargamento [das] ruas [do Amparo, Betesga e Fanqueiros] foi conseguido à custa da construção de arcadas sob os prédios, garantindo, assim, uma viabilidade económica para a necessidade de alargamento das faixas de rolagem⁶¹.

⁵⁸ Embora o processo de expropriações do Vale da Mouraria tivesse acompanhado a elaboração dos diversos projetos, foi executado de forma independente à sua concretização, o que acabou por ser responsável pelo arrasamento de uma importante área da cidade e surgimento de um vazio urbano, parcialmente resolvido a custo várias décadas depois. O que aqui se verificou seria ao longo das décadas seguintes repetido noutros empreendimentos da cidade, nomeadamente em Alcântara, Braço de Prata, Entrecampos (Feira Popular) e Vale de Santo António.

⁵⁹ Ao facto de finalmente ter existido um desbloqueio não terá sido alheia a mudança de regime político: “A seguir ao golpe militar de 28 de Maio, a análise dos documentos revelou alguma indiferença do poder em relação aos problemas municipais. Período este que parece perdurar até ao lançamento das bases da política de obras públicas do Estado Novo em 1932. Até lá as várias Comissões Administrativas pouco mais fizeram do que gerir as ideias e os problemas herdados da Primeira República.” Cf. SILVA, Carlos Nunes da – *Planeamento Municipal e a Organização do Espaço em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1986. p. 48-49. Dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁶⁰ AML, Livro de Notas nº 90, f. 23-24.

⁶¹ MESQUITA, Jorge Carvalho de – *Plano de remodelação da Baixa: Praça da Figueira, Rossio, R. da Palma e S. Lázaro: comunicação*. [s.l.: s.n.], 1950. p. 11.

Uma vez mais, o edificado antigo era o primeiro a ser sacrificado.



Figura 8 Ante-projecto de Arranjo da Praça da Figueira. Fotografia do Estúdio Mário Novais, 1951. AML.

Apesar de aprovado, o estudo de Faria da Costa “mereceu crítica severa da Comissão de Revisão da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, sobretudo por ser um trabalho parcial, descosido possivelmente da estruturação geral da cidade de Lisboa, desconhecida e não apresentada”⁶². Resultando de uma reformulação desenvolvida entre 1954 e 1956, a nova versão abandonaria a galeria subterrânea, tendo

o estacionamento da Praça da Figueira fic[ado] muito reduzido em relação à sua capacidade actual⁶³ por efeitos da ampliação dos raios das curvas de concordância dos arruamentos e pela criação das estações de autocarros. Todavia, a sua capacidade pode[ria] ser grandemente aumentada pela criação de uma garagem de estacionamento na placa central com dois a três pisos e cujo acesso se faria por meio de rampas⁶⁴.

Fruto do tempo, *a Lisboa que se queria moderna* apontava à substituição de mercados por silos de estacionamento.

Na verdade, nenhuma das versões do projeto de Faria da Costa seria cumprida. A Praça da Figueira manteria a configuração espacial e arquitetónica, sendo no entanto subtraída do seu emblemático mercado, em cujo terreno passou a existir um parque de estacionamento durante mais de duas décadas (Figura 9). A estação de metropolitano prevista no plano de 1947/8 seria efetivamente construída e inaugurada em 1963 (*Rossio*), embora numa versão mais modesta que contemplava apenas uma linha.

⁶² AML, Plano de Remodelação da Baixa, f. 30.

⁶³ Neste projeto, pressupunha-se uma ocupação de 2200m² de terreno para estacionamento, sensivelmente o mesmo que no Largo do Intendente.

⁶⁴ *Idem*, f. 19.



Figura 9 Praça da Figueira. Armando Seródio, 1966. AML.

Numa tentativa de aformosear e engrandecer a praça, em 1971 é inaugurada uma estátua equestre de Dom João I, da autoria de Leopoldo de Almeida⁶⁵, altura em que o estacionamento é abolido da placa central (Figura 10). Até ao presente, a construção de um parque de estacionamento subterrâneo (inaugurado em 2001) foi a última grande intervenção na Praça da Figueira. Foram justamente as diversas obras no subsolo ocorridas na segunda metade de Novecentos que permitiram as importantes escavações arqueológicas e o profundo conhecimento que atualmente existe do local⁶⁶, um dos mais emblemáticos espaços da cidade de Lisboa, que nascendo e crescendo à sombra do Rossio, nunca dele verdadeiramente se conseguiu tornar independente.

⁶⁵ Iniciado na década de 1940 com a intenção de encomenda de uma estátua equestre de Nuno Álvares Pereira para o topo do Parque Eduardo VII, este longo processo conhece um importante avanço em 1959, com a celebração de um contrato entre a autarquia e o escultor para o efeito. Abandonada a localização original, em 1966 definiu-se a Praça da Figueira como o novo local de implantação, iniciando-se os trabalhos de fundição e o estudo do pedestal. Culminando, pouco depois e perante pedido do Governo, com a oferta do monumento por parte da autarquia lisboeta à Batalha, a cidade seria compensada pelo financiamento governamental da nova estátua equestre de D. João I. Cf. ELIAS, Helena – *Arte Pública das administrações central e local do Estado Novo em Lisboa...* Barcelona: [s.n.], 2006. p. 422-447. Tese de Doutoramento em Espai Públic i Regeneració Urbana apresentada à Universidade de Barcelona.

⁶⁶ As mais importantes escavações arqueológicas ocorreram em 1960, 1962, 1971 e 1999-2001, revelando a ocupação humana do local, pelo menos, desde a Idade do Bronze.



Figura 10 Praça da Figueira. Armando Seródio, 1972. AML.

NOTAS FINAIS (2019)

O desaparecimento de um marco arquitetónico e vivencial pode ser tão relevante quanto a sua presença. Porque a cidade é um organismo vivo que se regenera perante as perdas. E uma perda é tendencialmente a oportunidade para mudanças, nem sempre positivas. Como num ciclo, Lisboa existiu antes, durante e depois do Hospital Real de Todos-os-Santos.

Inequivocamente marcante na cidade moderna, quase dois séculos e meio passados sobre o seu desaparecimento, a nota dominante parece ser a total ausência da memória no lugar. Hoje nada sobra do edifício, da sua implantação ou sequer das suas fundações, conhecidas, estudadas e irremediavelmente perdidas em virtude de uma intensiva utilização do subsolo da Praça da Figueira. Sob os alicerces da nova cidade pós-pombalina, a existência do hospital encontra-se hoje intrinsecamente dependente da historiografia e da forma como está a conseguir resgatar para (o imaginário d) a Lisboa contemporânea.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS E FOTOGRÁFICAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Actas da Sessão de Câmara do Anno de 1875, 1876, 1881, 1882.

Armando Serôdio, 1966. Praça da Figueira, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S03850.

Armando Serôdio, 1972. Praça da Figueira, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S07798.

Eduardo Portugal, ant. 1949. Mercado da praça da Figueira, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001346.

Estúdio Mário Novais, 1951. Ante-projeto de arranjo da praça da Figueira, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001876.

Estúdio Mário Novais, ant. 1885. Praça da Figueira, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001036.

Gestão de expediente geral, Propetos, Prospeto do extinto convento de São Domingos, no qual Bernardino José de Carvalho pretende edificar na rua da Palha, fazendo cunhal e outra frente para a travessa Nova do Amparo, 1848,

Gestão de expediente geral, Propetos, Prospeto do extinto convento de São Domingos, no qual Bernardino José de Carvalho pretende edificar na travessa Nova do Amparo, 1847,

Livro de Escrituras nº 8, f. 55v-60v.

Livro de Notas nº 90, f. 23-27.

Planeamento urbanístico, Estudos e Projetos Urbanísticos, Anteprojecto do prolongamento da rua da Palma entre o Socorro e a praça da Figueira, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/03830.

Planeamento urbanístico, Estudos e Projetos Urbanísticos, Plano de recuperação do Chiado, Projecto e orçamento da variante da rua da Palma, entre a rua do Amparo e a de São Vicente à Guia, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/01.

Urbanismo e Obras, Expediente, Correspondência recebida pela Repartição de Obras Públicas, PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB-E/23.

Urbanismo e Obras, Expediente, Correspondência recebida pela Repartição de Obras Públicas, Planta do extinto Convento de S. Camillo (cópia do original que existe na Junta do Crédito Público), 1837, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-E/23/1577.

Urbanismo e Obras, Planeamento urbanístico, Estudos e projectos de urbanismo, Plano de remodelação da Baixa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291.

Urbanismo e Obras, Planeamento urbanístico, Estudos e projectos de urbanismo, Plano de remodelação da Baixa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Distribuição do prospecto para a Rua do Amparo segundo o detalhe dos terrenos do extinto Convento de São Domingos, o que vai em linhas encarnadas é a parte que se acha feita e a que se deve fazer de novo, Coleção de Plantas do ex-A.H.M.F., cx. 5273, n.º3.

Ministério das Finanças, Convento de São Domingos de Lisboa, Cx. 2229.

Ministério das Finanças, Livros 482, 487 e 493.

ESTUDOS

CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga, bairros orientais*. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1937. Vol. X.

ELIAS, Helena – *Arte Pública das administrações central e local do Estado Novo em Lisboa: sistemas de encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*. Barcelona: [s.n.], 2006. Tese de doutoramento em Espai Públic i Regeneració Urbana, apresentada à Universidade de Barcelona.

FREIRE, Francisco José – *Memória das principais Providencias que se derão no Terramoto...* Lisboa: [s.n.], 1758.

FREIRE, João Paulo – *Lisboa do meu tempo e do passado: do Rossio ao Poço do Borratém*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1939.

LOURENÇO, Tiago Borges – A Mouraria da velha Rua da Palma: quatro séculos no ciclo de vida de um arruamento (1554-1959). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 9 (janeiro-junho 2018), p.15-41.

LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – A Lisboa dos conventos: permanências e metamorfoses. In SEIXAS, João, coord. – *Projeções de Lisboa: utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Lisboa: Caleidoscópico, 2018. p.86-111.

MACEDO, Luiz Pastor de – A Mouraria, o Arco e a paciência dos Lisboetas. *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa. Nº 30 (abril 1945), p. 67-78.

MADALENO, Isabel Maria – Companhia das Lezírias: o passado e o presente. *Hispania Nova: Revista de História Contemporânea*. Nº 6 (2006).

MESQUITA, Jorge Carvalho de – *Plano de remodelação da Baixa: Praça da Figueira, Rossio, R. da Palma e S. Lázaro: comunicação*. [s.l.: s.n.], 1950.

SACRAMENTO, Frei António do – *Memórias curiosas em que por estes Annos de 1778 se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa*. Lisboa: Officina do Tombo Histórico, 1929.

SILVA, Carlos Nunes da – *Planeamento municipal e a organização do espaço em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1986. Dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, apresentada à Universidade de Lisboa.

Submissão/submission: 10/03/2019

Aceitação/approval: 29/04/2019

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva, DPC-Departamento Património Cultural, Câmara Municipal de Lisboa, 1249-150 Lisboa, Portugal / IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. helia.silva@cm-lisboa.pt

Tiago Borges Lourenço, IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. tborgeslourenco@gmail.com

SILVA, Hélia, LOURENÇO, Tiago Borges – De Ilha a Arquipélago. História e urbanismo do lugar do grande quarteirão onde outrora se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1834-2019). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 127 – 143.

DOCUMENTA

NOTA INTRODUTÓRIA

■ No códice intitulado *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lixboa ...*¹, encontram-se registados, por Duarte Nunes de Leão, os regimentos reformados por ordem do Senado da Câmara de Lisboa. Estes regulamentos referem uma série de normativas para o exercício de cada ofício mecânico e as medidas disciplinares a aplicar aos não cumpridores. Datados da primeira metade do século XVI, testemunham a intervenção do “município” na regulamentação das profissões pois da Câmara dependia a acreditação do detentor do ofício na sua função.

Entre mais de uma centena de regimentos referentes aos oficiais mecânicos, transcrevemos os que se relacionam com cargos relacionados com a prática da medicina na cidade: boticários, cristaleiras, *drogoeiros*, sangradores e parteiras.

REGIMENTO DOS BOTICÁRIOS, CAP. LXVIII, F. 245V-246²

Nenhã pessoa poderaa ser boticario nem ter botica nesta Cidade sem ter carta de seu exame para o poder ser a qual seraa registrada na Camara desta Cidade onde pediraa este regimento daquillo que he obrigado a fazer. E usando do offiçio sem carta de exame da Cadea pagaraa dez Cruzados e não a tendo registrada nem tendo este regimento pagaraa mil rs. soamente. das quaes penas seraa a metade para a çidade e a outra para quem os accusar.

Item todo o boticairo seraa obrigado a ter em sua botica os Livros que convem a seu offiçio e os pesos e medidas costumadas.

Item nenhũm boticario venderaa merzinhas assi simplezes como compostas, senão pelo preço que estaa escrito nos Livros da camara desta Cidade. Os quaes preços lhe dirão quando apresentar sua carta nas costas da qual se faraa assento disso.

¹ ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA, *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lixboa reformados per ordenação do Illustrissimo Senado della pelo Licenciado Duarte Nunes de Liam*, 1572. <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Documento.aspx?DocumentoID=1623212&AplicacaoID=1&Value=84809da39f0cb34fa0471862f874ad16b8ecb0e72af57550&view=1>

² Optou-se por um critério de transcrição rigoroso mantendo a grafia e a pontuação original, mas aplicando certas normas que permitissem uma leitura mais acessível. Assim, separaram-se e juntaram-se as palavras de acordo com a grafia atual, desenvolveram-se as abreviaturas (com exceção da referência à moeda “rs.”), assinalando as letras acrescentadas e atualizou-se o uso do U e do J.

Item todo o boticario seraa obrigado vender todas as merzinhas *que* tiver per sua mão. E quando for fora de casa nenhũa outra pessoa lhe poderaa vender meizinha algũa salvo se for criado seu que saiba Ler e que aja dous annos pelo menos *que* anda por boticas a aprender o offiçio. O qual criado se Iraa apresentar aa Camara para lhe darem Liçença e Juramento para servir na botica em quanto não tem carta e o que o *contrario* fezer assi o boticario como o criado pagara cada hũm mil rs. a metade para a Cidade e a outra para quem os accusar.

Item nenhũm boticario daraa mais quantidade de meizinhas purgativas daquella *que* os doctores mandão posto caso que qualquer fisico o mande em sua recepta. sob pena de dous mil rs. a metade para a cidade *E* a outra param quem o accusar.

Item nenhũm boticario compoera meizinha algũa sem *primeiro* o fazer saber ao medico da çidade para que dispensada a meizinha a veja compoer. *E* fazendo o *contrario* ser lhe a tomada a tal meizinha *E* pagara dous mil rs. ametade para a cidade *E* a outra para quem o accusar. salvo quando a fezer perante o fisico *que* curar o enfermo.

Item todo o boticario *E* seu criado sera obrigado a escrever sobre o papel da meizinha *que* vende o preço per *que* a vende muito declaradamente sob pena de dous mil rs a metade para a Cidade *E* a outra para quem os accusar.

REGIMENTO DOS DROGOEIROS, CAP. LXVIII, F. 246V

Nenhũa pessoa poderaa usar do officio de drogoeiro sem *primeiro* ser examinado no conhecimento das drogas pelo fisico da Cidade. *E* achando o dito fisico que tem perfeito conhecimento da drogaria lhe daraa sua Certidão per elle assinada para en camara lhe darem Juramento em *que* lhe poera o que he obrigado a guardar. E pagara pela certidão do exame çem rs. ao dito fisico, e o que for achado sem ella pagaraa dous mil rs. a metade para a Cidade *e* a outra para quem o accusar.

Item todo o drogoeiro seraa obrigado a ter em sua tenda boas drogas *e* verdadeiras as quaes serão conservadas com aquellas cousas que os doctores mandão, *e* apartadas hũas das outras para se não corromperem. *E* sabendo que algumas pessoas as tem falsas ou velhas que não são para aproveitar o farão saber ao dito fisico da Cidade sob pena de quem o *contrario* fezer pagar mil rs.

REGIMENTO DOS SANGRADORES, CAP. LXX, F 247-247V

Nenhũa pessoa poderaa usar do offiçio de sangrador sem ter carta do Cirurgiã moor, a qual seraa registrada na camara desta çidade. E não tendo carta não usaraa do dito offiçio sob pena de dous mil rs. da Cadea a metade para a Cidade e a outra para quem o accusar.

Item nenhũm sangrador poderaa sangrar, saiar, nem lancar ventosas sem mandado do medico ou Cirurgião posto *que* o doente lho requeira sob pena de pagar do tronco dous mil rs. a metade para a çidade *e* a outra para quem o accusar.

Item nenhũm sangrador sangraraa senão na vea *que* lhe mandar o medico ou Cirurgião. E fazendo o *contrario* do tronco pagaraa dous mil rs.

Item todos os sangradores trarão pelo menos duas Lançetas estreitas para sangrar no verão e no estio duas Largas, para sangrar no outono *e* no Inverno, e assi teraa hũm espinho de lançeta e não tendo estas peças pagara mil rs. a metade de para a çidade *e* a outra para quem o accusar.

Item o sangrador trara sajador ou Lanceta, sem ponta e não sarrafaraa nem sajaraa com Lançeta sob pena de quinhentos rs. a metade para a cidade *e* a outra para quem o accusar.

Item todo o sangrador traraa *consigoo* poos restrictivos para estancar qualquer fluxo de sangue *que* acontecer das sangraduras sob a mesma pena.

Item todo o sangrador teraa duas ventosas muito pequenas para o pescoço e duas meãs e duas grandes, e hũa muito grande *composta* para barriga. sob a mesma pena.

E nenhum sangrador consentiraa em sua casa obreiro algũm sangrar senão for aprendiz de dous anos para cima, o *qual* dos dous anos para cima podera sangrar seis meses antes *que* aja carta para ter pratica de sangrador, e mais não. sob pena de pagar o mestre que en casa o tiver dous mil rs. e o tal criado pagaraa a pena dos que usão do offiço sem terem carta.

REGIMENTO DAS PARTEIRAS, CAP. LXXI, F. 248

Nenhũa parteira podera Usar do offiço sem ser examinada pelo fisico da Cidade. O qual achando que he para poder usar do dito offiço lhe daraa lhe daraa hũa certidão per elle assinada para em Camara ser confirmada E lhe darem Juramento para fazer verdade do qual exame e çertidão pagaraa ao dito Fisico çincoenta rs. e usando algũa o dito offiço sem a dita examinação e Juramento do tronco pagaraa mil rs. a metade para as obras da Cidade, e a outra para quem a acusar.

Item toda a parteira tanto que chegar a molher que estiver para parir saberaa della se estaa confessada e não o estando a amoestara que o faça. E a parteira que estiver *com* molher *que* não for confessada pagaraa a sobredita pena.

Item toda a parteira seraa obrigada a tomar meudamente *conta do tempo* que a molher estaa prenhe para ver se he tempo de poder parir, e antes do tempo a não faraa parir pelo perigo que a molher corre em a fazer parir mais cedo. E fazendo o *contrario* pagaraa dous mil rs. a metade para a cidade e a outra para quem a accusar.

Item nenhũa parteira se entremetteraa em caso em que tiver duvida mas diraa ao principal da casa que mande chamar hũm medico ou cyrurgião para conselho. E fazendo o *contrario* do tronco pagaraa dous mil rs. pela sobredita maneira.

REGIMENTO DAS CRISTALEIRAS, CAP. LXXII, F. 248V-249

Toda a molher quiser usar do offiço de Cristeireira o não poderaa fazer *sem primeiro* ser examinada pelo fisico da Cidade se he suffiçiente para o tal official, e achando que o he lhe passaraa sua certidão para en camara lhe ser passado carta E dado Juramento de fazer verdade na qual carta Irão todas as cousas *que* ella for obrigada a fazer per este regimento que lhe outrosi seraa dado. E pagaraa ao dito fisico da çertidão trinta rs., e sendo achada sem a dita carta de exame pagaraa mil rs. para a Cidade de que haveraa a metade quem a acusar.

Item toda a Cristaleira seraa obrigada a ter em sua casa dous cristeis -*scillicet*- hũm para o comum da gente E o outro para meninos nos quaes teraa resguardo que estem em lugar que se não enchão de terra. E fazendo o *contrario* pagaraa quinhentos rs. a metade para a cidade e a outra para quem a accusar.

Item toda a Cristeireira seraa obrigada ter em sua casa tres medidas -*scillicet*- hũa de nove onças e outra de duas e a terceira de hũa onça. E assi teraa tachos E baçias que não sirvão de outra cousa senão dos cozimentos das caldas para os cristéis e fazendo o *contrario* pagaraa a sobredita pena.

Item toda a Cristaleira seraa obrigada a ter em sua casa a calda fresca que não passe de dous dias. A qual não poderão serenar nem misturar *com* calda çerdiça, nem acrescentar nem deminuir salvo per conselho de médicos. E fazendo o *contrario* pagarão mil rs.

Item nenhũa Cristeleira poderaa deitar cristel senão de cozimento comum feito de malvas, celgas, urtiga, morta, folhas de violas, malvaisco, agoa de farellos, azeite, mel, e sal sem outra herva nem mezinha da botica ainda que lho diga o doente salvo se for per mandado do medico que o cura, sob pena de pagar do tronco mil rs.

Item toda a Cristeleira mediraa sua calda onde a levar se for a doente robusto *E* esforçado *E* de boom sujeito lançar lhe a no cristel ate dezoito onças de calda *E* quatro onças d'azeite e duas de mel e mea de sal. E se o doente for debilitado e fraco ou de pouca idade Lançar lhe a a metade disto. E fazendo o contrario do tronco pagaraa quinhentos rs. E porem não poderaa lançar no dito cristel mais de dezoito onças ainda *que* o enfermo seja muito robusto pelo perigo que corre o enfermo Lançando lhe mais quantidade e menos poderaa Lançar quando enfermo o for moço ou estiver debilitado como dito he.

Item toda a Cristeleira seraa obrigada no Lançar dos cristeis mostrar a algũas pessoas de casa o folle como nelle não fica calda nem azeite para que o doente saiba que levou bem tudo o que lhe mandarão Lançar. E a dita Cristeleira não levaraa azeite no folle. E fazendo o contrario pagaraa mil rs.

Relação dos oficiais de saúde na cidade de Lisboa (1504-1775)

Adelaide Brochado

INTRODUÇÃO

No âmbito do Projeto *Hospital Real de Todos os Santos: a Cidade e a Saúde*¹, que visa estudar esta emblemática instituição hospitalar, centro de assistência social e de inovação médica em Portugal e na Europa Moderna, foi efetuado um levantamento documental, não só relativo ao percurso orgânico e funcional deste edifício público, com atividade registada de 1504, data em que foi inaugurado, até ao *terminus* do seu funcionamento, em 1775², mas também que constituísse testemunho de todos aqueles que detiveram um papel ativo em matéria de prestação de cuidados de saúde.

A recolha e sistematização de dados teve como intuito agregar, tanto os cargos régios como os cargos camarários, remunerados, respetivamente a expensas da Fazenda régia e dos cofres da Cidade³, como o quadro de oficiais, que garantiram a assistência hospitalar e que empreenderam práticas curativas em Lisboa nos séculos XVI a XVIII.

A relação de oficiais de saúde que se faculta, surge neste contexto e baseou-se não só no critério cronológico (1504-1775), mas também na ponderação documental, ou seja, a incidência em documentação do Arquivo Municipal de Lisboa com maior probabilidade de se adequar à finalidade do projeto. Assim, o arrolamento teve como base documentos dos fundos arquivísticos Chancelaria Régia e Chancelaria da Cidade, não obstante a importância de outros núcleos documentais, tais como o Provimto da Saúde, cujos livros constituem um recurso informacional indispensável para a maturação da investigação nas diversas vertentes da História da Saúde⁴.

¹ O Projeto *Hospital Real de Todos os Santos: a Cidade e a Saúde* é uma iniciativa conjunta do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para o estudo do Hospital Real de Todos os Santos. Através de fontes de arquivo, entre outras, do Arquivo Municipal de Lisboa, do legado artístico e de vestígios da arqueologia, o projeto visa produzir uma leitura integrada de temas relacionados com esta instituição hospitalar como a inovação estética e funcional do edifício, os contributos para a história da medicina, da farmacopeia e da ciência, o seu desempenho no combate à doença, exclusão e pobreza, bem como o seu lugar na renovação urbanística e inserção na vida política e institucional da cidade de Lisboa.

² Por ter ficado arruinado pelo terramoto de 1 de novembro de 1755, o Hospital Real de Todos os Santos funcionou provisoriamente em unidades hospitalares situadas em São Bento e na Casa dos Almadas, e mais tarde no Rossio e às Portas de Santo Antão. A 6 de abril de 1775, os doentes são transferidos para o Colégio de Santo Antão, sob a designação de Hospital Real de São José.

³ Sobre este assunto ver Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria da Cidade, Livro 1º de rendas da Cidade e AML, Provimto da Saúde, Livro 2º de receita e despesa da Casa da Saúde.

⁴ A Coleção Provimto da Saúde integra «O mais antigo regimento do serviço de saúde, de que temos conhecimento, é datado de Thomar, aos 27 de setembro de 1526, e foi ordenado por causa da peste que mais ou menos atormentava Lisboa. Tem por título: - Que leva Pedro Vaz sobre o que toca ao bem da saúde de Lisboa em 1526». In OLIVEIRA, Freire de - Elementos para a história do Município de Lisboa. Lisboa: Typographia Universal, 1906. vol. XV, p. 327; Documentos originais in AML-AH, Provimto da Saúde, Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde, doc. 6-7, f. 31-41v.

Quanto ao tipo de documentos selecionados, constaram predominantemente, regimentos, consultas, decretos, alvarás, provisões régias, petições, assentos, cartas de mercê, cartas de propriedade de ofícios, cartas de provimento na serventia de ofícios e cartas de examinação de ofícios. Uma parte significativa das tipologias contém determinações régias para o desempenho de funções do oficialato com contributo reconhecido na área funcional da saúde⁵.

A especificidade das tipologias documentais consultadas revelou-se como matriz relevante para a reconstituição de trajetos profissionais dos atores da saúde em contextos orgânicos e funcionais delimitados e, desde logo, constitui-se como fonte primária para a apreensão das características inerentes a cada um dos ofícios.

As cartas de propriedade de ofícios que materializam a percentagem mais significativa das fontes utilizadas como recurso informacional no âmbito do Projeto *Hospital Real de Todos os Santos: a Cidade e a Saúde*, surgem na forma original ou de registo e possibilitam identificar encartados em cargos régios ou camarários para desempenho de funções na Corte, no Hospital Real de Todos os Santos e nas diferentes áreas de atuação que competiam à administração municipal, como por exemplo, o Porto de Saúde de Belém e o Hospital de São Lázaro⁶.

Para os oficiais de saúde (médicos, cirurgiões, físicos, enfermeiros e sangradores) encontram-se registos de encartados vitalícia e trienalmente na propriedade dos ofícios ou ainda por dois meses, seis meses ou um ano como serventuários, em substituição dos proprietários.

As cartas de provimento na serventia dos ofícios eram produzidas face ao impedimento dos proprietários, quando se encontravam impedidos por doença ou, embora com menos frequência, se fossem chamados a desempenhar outras funções, como no caso de João Machado de Brito que, em 5 de junho de 1742, fica dispensado da ocupação de médico da Saúde do Porto de Belém para assistir no Paço à enfermidade de D. João V⁷.

Relativamente a cartas de mercê, a maior parte diz respeito a agraciados por serviços prestados durante surtos de peste. Este tipo de ocorrências abrange, entre outros, António Lopes, físico da Cidade, a quem o rei, a 11 de setembro de 1628, faz mercê de 30.000 réis de tença, três molhos de trigo e provimento de filhos legítimos como moços de Câmara do Rei, por exercício de artes físicas nos rebates epidémicos de 1598-1599 e 1602, com assistência a enfermos na Casa da Saúde e em zonas impedidas da capital do reino⁸.

Na relação de providos em cargos de saúde, encontram-se registados todos os oficiais que surgiram nas fontes documentais. Foram identificados, para cada um dos grupos de oficialato, todos os que sobrevieram nos documentos, para o período de 1504 a 1775, independentemente da instituição onde prestaram cuidados de saúde. Neste levantamento, identificou-se quantos prestaram assistência hospitalar: quem foram, quais os conteúdos funcionais que asseguraram, quando exerceram funções, como atuaram e em que contextos operaram.

⁵ Para além dos documentos compulsados, é possível encontrar outras fontes no AML para a regulamentação das atividades ligadas à prestação de cuidados curativos, como o caso do Regimento dos boticários de 1492 (AML, Chancelaria da Cidade, Livro de posturas antigas, f. 77v-78), que já continha disposições regulamentares para o controlo e certificação das mezinhas confeccionadas, competindo ao físico-mor e ao físico da Cidade a tarefa de fazer cumprir o estipulado para o efeito. Também os inúmeros livros de Assentos do Senado da Câmara, bem como de Registo de Consultas e Decretos dos vários reinados, ambos para o período entre os séculos XVI a XVIII, constituem-se como importantes fontes onde se podem encontrar várias determinações e disposições da Câmara no âmbito da regulação da Saúde na cidade de Lisboa, como, por exemplo, os poderes jurisdicionais em devassas, autos e inquirições, a obrigatoriedade de certificação para as mezinhas, os locais autorizados para a sua venda, a forma de fiscalização, os oficiais com legitimidade para conceder autorizações diversas, procedimentos nos exames de admissão, deferimentos vários no âmbito da atividade de médicos, cirurgiões, físicos, sangradores, boticários, alveitares, ou ainda parteiras, para as quais, num Assento de 6 de outubro de 1592, se deferia um pedido do inquisidor-mor, o qual solicitava que, para além de serem aprovadas pelo físico-mor e pelo cirurgião-mor, deviam ainda ser examinadas pela Câmara quanto à sua vida, usos e costumes, para assegurar que, tal como se impediam erros no ofício, também se evitassem erros de cristandade e de maus costumes (AML, Chancelaria da Cidade, Livro 2º de assentos do Senado, f. 16).

⁶ Sobre este assunto veja-se “Regimento e estatuto fecto sobre a Casa de São Lázaro desta cidade de Lisboa” transcrito em RODRIGUES, Maria Teresa Campos, ed. – *Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 180-187 e AML, Livro 1º do Hospital de São Lázaro.

⁷ AML, Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental f. 223.

⁸ AML, Chancelaria da Cidade, Cópia do livro 3º de provimento de ofícios, 1429-1739, f. 191-194v.

FÍSICOS

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Mestre António de Lucena	Físico-mor do reino	26 agosto 1492	Regimento dos boticários com disposições para regulamentação do ofício e especificação de penas a aplicar em caso de incumprimento com registo de obrigatoriedade do físico-mor do reino, doutor mestre António de Lucena, e do físico da Cidade, mestre João, na parte respeitante ao controlo e certificação de mezinhas confeccionadas.	Livro 2º de assentos do Senado, f. 77v a 78
Mestre João	Físico da Cidade	26 agosto 1492	Regimento dos boticários com disposições para regulamentação do ofício e especificação de penas a aplicar em caso de incumprimento com registo de obrigatoriedade do físico-mor do reino, doutor mestre António de Lucena e do físico da Cidade, mestre João, na parte respeitante ao controlo e certificação de mezinhas confeccionadas.	Livro 2º de assentos do Senado, f. 77v a 78
António Barbosa	Físico do cardeal infante D. Henrique	31 outubro 1577	Assento do ofício de físico da Cidade passado ao doutor António Barbosa, físico do cardeal infante D. Henrique, que se havia oferecido para servir a metade do dito ofício.	Cópia do livro 3º de vereação 1553-1565, f. 40 a 41
	Físico do cardeal infante D. Henrique	15 janeiro 1580	Assento do ofício de físico da Cidade passado ao doutor António Barbosa, físico do cardeal infante D. Henrique, que se havia oferecido para servir a metade do dito ofício.	Cópia do livro 3º de vereação 1553-1565, f. 41v a 42
	Físico da Cidade	18 outubro 1597	Assento do Senado a determinar que o ordenado anual lhe seja pago no último quartel de cada ano.	Livro 2º de assentos do Senado, f. 67
António Lopes	Físico da Cidade	1598	Exerce o cargo de físico da Cidade e serve durante o surto de peste.	Cópia do Livro 3º de provimento de ofícios 1429-1739, f. 191 a 194v
	Físico do rei	1602	É-lhe concedida mercê de provimento no cargo de físico do rei com 40.000 réis de ordenado por ter servido durante os surtos de peste de 1598-1599	Cópia do livro 3º de provimento de ofícios 1429-1739, f. 191 a 194v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Gil Pereira de Aguiar	Físico do Hospital da Pampulha	1598	Petição do doutor Gil Pereira de Aguiar, físico da Cidade há cerca de 30 anos, que tinha iniciado funções no Hospital da Pampulha (1598), em rebates de peste na Casa da Saúde (em 1598-99 onde estavam mais de dois mil e trezentos doentes e em 1603), no bairro impedido da rua da Formosa (1600-02), nas casas dos doentes na vila de Peniche (1603), na Casa de São Sebastião e no Hospital de São Lázaro. Solicita a mercê de uma vara da Justiça para a pessoa que casar com a sua filha. Menciona o licenciado António Lopes, físico da Cidade, a quem o rei fez mercê de 30 mil réis de tença, com hábito de Cristo, três molhos de trigo, tendo os seus três filhos sido tomados por moços de câmara com moradias, e o lugar de físico do rei com 40 mil réis de ordenado e mil cruzados em dinheiro atribuídos pela Cidade.	Cópia do Livro 3º de provimento de ofícios 1429-1739, f. 191 a 194v
	Físico da Cidade	1598		
	Físico da Cidade	1598-1599		
	Físico da Cidade	1600-1603		
	Físico da Cidade	29 outubro 1628		
Miguel Cabreira	Físico do rei	14 dezembro 1604 a 31 julho 1607	Registo de desistência e renúnciação de dona Eufémia de Cabreira sobre os 25 mil réis de tença que a Cidade lhe deu pelo direito do ofício de médico da Cidade, que pertencia a seu pai, doutor Miguel Cabreira, cavaleiro do Hábito de Cristo, que foi físico do rei e da Cidade, servindo no Hospital de Todos os Santos, com assento diário na Mesa da Saúde que se fazia na Casa de São Sebastião. Visitou as boticas da Cidade e os doentes da Casa da Saúde, em tempo de peste.	Cópia do livro 1º de quitações e desistências (tomo I), f. 25v a 34
	Físico da Cidade			
Pedro de Barros Pinto	Físico do Hospital Real de Todos os Santos	14 novembro 1612	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Rodrigues, filho de Gonçalo Gonçalves, natural da Póvoa de Santo Adrião, termo da cidade de Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António Monteiro e Francisco da Silva, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 48v
	Físico do rei			
	Físico do rei	5 maio 1616	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel Guerra, filho de Pedro João, natural de Évora de Alcoabaça, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Pedro de Campos e Agostinho Rodrigues, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 34v a 35
	Físico do rei	3 junho 1616	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Gonçalo Pereira, filho de Gonçalo Luís, natural de Monte Longo, termo da vila de Guimarães, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António Monteiro e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 33v a 34

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Pedro de Barros Pinto	Físico do rei	2 dezembro 1616	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Álvares, filho de Manuel Álvares, natural de Aljubarrota exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por António Monteiro e Simão Alonso, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 31 a 32v
	Físico do rei	17 março 1620	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Jerónimo Teixeira, filho de Pedro Ribeiro, natural de Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Bento Fernandes e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 39v
	Físico do rei	19 março 1620	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que António Carneiro, filho de Simão Carneiro, natural de Tomar, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António de Oliveira e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 38 a 38v
	Físico do rei	9 abril 1620	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Rodrigues, filho de Gonçalo Gonçalves, natural da Póvoa de Santo Adrião, termo da cidade de Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António Monteiro e Francisco da Silva, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 44
	Físico do rei	24 março 1621	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor Pedro de Barros Pinto, a Sebastião de Araújo, filho de Baltasar de Araújo, natural da freguesia de Calvos, termo de Braga.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69
Ambrósio Nunes	Físico-mor do rei	6 maio 1614	Registo do alvará do doutor Ambrósio Nunes, catedrático de medicina, jubilado da Universidade de Salamanca, físico e cirurgião-mor do rei, a autorizar que Domingos Barreiros, filho de João Barreiros, natural de Lisboa, exerça o ofício de sangrador.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 36v a 37

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Gil Pereira	Físico da Cidade	13 outubro 1616	Petição de Pero Fernandes, cabeça de Saúde da Cidade, morador na freguesia de São Julião, a solicitar a atribuição de um ofício de escrivãzinha que vagar. O requerente serviu no tempo da peste transportando os doentes, durante cinco meses, por mar e por terra, para o Hospital nas Terceiras da Pampulha, criado pela Câmara, para nele se curarem os doentes no ano de 1598. Contém certidões do físico da Cidade, Gil Pereira, que serviu no referido Hospital, do físico do rei, Salvador Vaz Dorta, e de Luís Coelho, cirurgião.	Cópia do Livro 3º de provimento de ofícios 1429-1739, f. 78v a 87
Salvador Vaz D'Orta	Físico do rei	13 outubro 1616	Petição de Pero Fernandes, cabeça de Saúde da Cidade, morador na freguesia de São Julião, a solicitar a atribuição de um ofício de escrivãzinha que vagar. O requerente serviu no tempo da peste transportando os doentes, durante cinco meses, por mar e por terra, para o Hospital nas Terceiras da Pampulha, criado pela Câmara, para nele se curarem os doentes no ano de 1598. Contém certidões do físico da Cidade, Gil Pereira, que serviu no referido Hospital, do físico do rei, Salvador Vaz Dorta, e de Luís Coelho, cirurgião.	Cópia do Livro 3º de provimento de ofícios 1429-1739, f. 78v a 87
João Álvares Pinheiro	Físico da Cidade	16 setembro 1621	Assento do Senado da Câmara de Lisboa da provisão passada a João Álvares Pinheiro para exercer, durante um ano, o cargo de físico da Cidade, com o ordenado de 16.400 réis.	Livro 3º de assentos do Senado, f. 170
João Bravo Chamisso	Físico do rei	28 junho 1624	Registo do alvará do doutor João Bravo Chamisso, jubilado em medicina pela Universidade de Coimbra e cirurgião-mor do rei, a autorizar que Francisco Machado, filho de Diogo Rodrigues, natural da vila dos Coutos de Alcobaça e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e António Monteiro, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 41v
	Físico do rei	19 março 1627	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor João Bravo Chamisso, a Miguel de Oliveira, filho de Mateus Fernandes, natural e morador em Lisboa.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69
	Físico do rei	30 março 1627	Registo do alvará do doutor João Bravo Chamisso, jubilado em medicina na Universidade de Coimbra e cirurgião-mor do rei, a autorizar que João de Sá, filho de Simão de Sá, natural da freguesia de São Tomé do concelho de Baião, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Manuel do Olival, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 43 a 43v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Baltasar de Azevedo	Físico-mor do rei	5 junho 1628	Registo do alvará do doutor Baltasar de Azevedo, jubilado pela Universidade de Coimbra, físico-mor e cirurgião-mor do rei, a autorizar que António de Araújo, filho de Tomé Nogueira, natural da cidade de Braga, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 47
	Físico-mor do rei	26 novembro 1629	Registo do alvará do doutor Baltasar de Azevedo, jubilado pela Universidade de Coimbra, físico-mor e cirurgião-mor do rei, a autorizar que João Lopes, filho de Tomé Lopes e de Maria da Fonseca, moradores na Vila da Bemposta, bispado da cidade de Coimbra, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi examinado também por Francisco de Lima e António Lopes, sangradores, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 37 a 37v
António Francisco Milheiro	Físico do rei	20 janeiro 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco de Freitas, filho de Gaspar de Freitas, natural da ilha de São Miguel e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Gonçalo Ferreira, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 35v a 36
	Físico do rei	11 fevereiro 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor a autorizar que Manuel da Fonseca, filho de Sebastião Antunes, natural e morador em Vila Nova de Foz Côa, comarca de Pinhel, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Gonçalo Ferreira, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 46
	Físico do rei	15 março 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor a autorizar que Manuel Martins, filho de Francisco Martins, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Constantino Carvalho, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 43v
	Físico do rei	15 abril 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco Ferreira, filho de António Álvares, natural da cidade de Braga e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel do Olival e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 35 a 35v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Francisco Milheiro	Físico do rei	15 março 1632	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor a autorizar que Lourenço Rodrigues, filho de Francisco Rodrigues, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por João Batista e Gonçalo Ferreira, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo de Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 33 a 33v
	Físico do rei	14 dezembro 1633	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Pinheiro, filho de António Gonçalves, natural e morador na freguesia de Nossa Senhora dos Olivais, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Constantino Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade, 1600-1653, f. 37v a 38
	Físico do rei	9 outubro 1634	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que João Machado, filho de Diogo Rodrigues, natural da vila de Alcobaça e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e João de Sá, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 41
	Físico do rei	2 novembro 1634	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco de Leão, filho de João Fernandes, natural de Sevilha e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Manuel Marques, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 40v
	Físico do rei	12 fevereiro 1635	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Matias Pereira, filho de Jorge Gonçalves, morador em Lisboa e natural da vila de Alenquer, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por Matias da Silva e Francisco da Costa, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 30 a 30v
	Físico do rei	15 março 1635	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel da Costa, filho de António da Costa, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e João de Sá, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 38v a 39

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Francisco Milheiro	Físico do rei	25 abril 1636	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco da Fonseca, filho de Fernando João, natural de São Miguel de Milharado e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por Matias da Silva e Francisco Machado, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 32 a 32v
	Físico do rei	26 março 1637	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Matias Pereira, filho de Jorge Gonçalves, morador em Lisboa e natural da vila de Alenquer, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por Matias da Silva e Francisco da Costa, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 31 a 31v
Francisco Borges de Azevedo	Físico do rei	31 outubro 1639	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Pedro Gomes, filho de António Gomes, natural da cidade de Goa «partes da Índia» e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Francisco de Lima, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 42
	Físico do rei	6 junho 1640	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Bernardo da Serra, filho de Bernardo da Serra, natural da vila de Pombeiro, bispado de Coimbra e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e João de Sá, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 44v
	Físico do rei	28 janeiro 1642	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel da Silva, filho de Brás Duarte, natural do lugar de Vila Verde, termo de Sintra e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Miguel de Oliveira, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 67
	Físico do rei	18 março 1642	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído a Manuel Lopes, filho de André Gomes, natural dos Cadafais, termo da vila de Alenquer, pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor Francisco Borges de Azevedo.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco Borges de Azevedo	Físico do rei	17 abril 1642	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco Antunes, filho de Francisco Antunes, natural da vila de Torres Novas, do lugar das Corvasseiras, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Miguel de Oliveira, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 66v
	Físico do rei	10 outubro 1642	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Gregório Rodrigues, filho de João Rodrigues, natural de Paredes, arcebispado da cidade de Braga, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Manuel Marques, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 66
	Físico do rei	10 novembro 1642	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído a Manuel Lopes, filho de André Gomes, natural dos Cadafais, termo da vila de Alenquer, pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor Francisco Borges de Azevedo.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69v
Diogo da Cunha	Físico-mor do reino	1650	Traslado do alvará régio a determinar o embargo de qualquer lei ou disposição em contrário, que a Mesa da Consciência e Ordens reconheça como limpo, Diogo da Cunha, físico-mor do reino, legitimando-o para continuar a exercer o cargo e considerando-o habilitado para receber o hábito de uma das seguintes ordens militares: Jesus Cristo, Santiago de Espada, São Bento de Avis.	Livro 4º de assentos do Senado, f. 137 a 137v
	Físico-mor do reino	19 setembro 1660	Assento do Senado da Câmara de Lisboa do traslado do alvará régio de 1650, que determina, sem embargo de qualquer lei ou disposição em contrário, que a Mesa da Consciência e Ordens reconheça como limpo, Diogo da Cunha, físico-mor do reino, legitimando-o para continuar a exercer o cargo e considerando-o habilitado para receber o hábito de uma das seguintes ordens militares: Jesus Cristo, Santiago de Espada, São Bento de Avis.	Livro 4º de assentos do Senado, f. 137 a 137v

CIRURGIÃO

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Mestre Gonçalo	Cirurgião da Cidade	4 abril 1499	Provisão de D. Manuel I a ordenar à Câmara de Lisboa que, sem embargo de ordenação em contrário, continue a pagar anualmente a tença a Mestre Gonçalo, cirurgião da Cidade.	Livro 1º de D. Manuel I, f. 28v
Mestre Gamito	Cirurgião e barbeiro	1511	Regimento do ofício de barbeiro, elaborado por mestre Gamito, barbeiro e cirurgião, com disposições regulamentares para o exercício do cargo, requisitos para provimento na serventia do ofício e fixação de penas de prisão e de pagamento de 1.000 reais para os que não cumprissem o estipulado.	Livro de posturas antigas, f. 180 a 193v
Gaspar Correia	Cirurgião da Cidade	29 dezembro 1590	Registo do acordo da Câmara de Lisboa a favor de Gaspar Correia, cirurgião da Cidade, que pretendia mercê da sobrevivência do ofício para seu filho legítimo.	Livro 1º de registo de posturas, regimentos, taxas e privilégios, f. 180 a 180v
	Cirurgião da Cidade	3 abril 1610	Assento do Senado da Câmara de Lisboa a favor de Joana Correia, filha de Gaspar Correia, detentor em vida do cargo de cirurgião da cidade de Lisboa, concedendo-lhe licença para renunciar ao cargo em pessoa que seja apta e cristão-velho.	Livro 3º de assentos do Senado, f. 4v a 5
Marcos Alberto	Cirurgião da Corte	28 janeiro 1595 - 19 novembro 1613	Quitação de Ambrósio Rodrigues, almotacé das execuções da limpeza da Cidade, pelos serviços que fez em Lisboa no período da peste, assistindo na Casa da Saúde, nos bairros impedidos, no provimento do Castelo, tendo, ainda, ficado responsável pela execução dos "fogos gerais". Contém certidões do "provedor do bairro impedido", padre Francisco Gomes, do provedor da Saúde, Francisco Gomes, do provedor da Saúde da Mesa de São Sebastião, António Carvalho, do cirurgião do rei, Marcos Alberto, que assistiu no bairro (impedido) de São Roque.	Cópia do livro 1º de quitações e desistências (tomo I), f. 57 a 68
	Cirurgião da Corte	29 outubro 1603	Resolução de D. Filipe II a determinar à Câmara de Lisboa que pague a Marcos Alberto, cirurgião da Corte, 30.000 réis e dois molhos de trigo pelos serviços prestados nas diligências contra a peste.	Livro 1º de Filipe II, f. 67 a 68v
	Cirurgião da Corte	30 julho 1604	Carta de mercê de Filipe II a conceder a Marcos Alberto, cirurgião da Corte, a tença anual de 30.000 réis e dois molhos de cevada pelos serviços prestados durante os surtos de peste.	Livro 1º de Filipe II, f. 67
	Cirurgião do rei	1 dezembro 1606	Quitação de Marcos Alberto, cirurgião do rei, morador em São Cristóvão, no valor de 454.000 réis, atribuídos pela Câmara de Lisboa, pelos serviços prestados em tempo de peste, nos anos de 1601-1602.	Cópia do livro 1º de quitações e desistências (tomo I), 23v a 25

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Amador Álvares	Cirurgião da Cidade	10 dezembro 1605	Provisão de D. Manuel I a ordenar à Câmara de Lisboa que, sem embargos de ordenação em contrário, continue a pagar anualmente a tença a mestre Gonçalo, cirurgião da Cidade.	Livro 1º de D. Manuel I, f. 28v
	Cirurgião da Cidade	10 dezembro 1605	Assento da Câmara de Lisboa da ordem régia para que se dê 12.000 reais a Amador Álvares, por ter exercido bem o cargo de cirurgião da Cidade e se encontrar em situação de doença e muita pobreza.	Livro 2º de assentos do Senado, f. 152
	Cirurgião da Cidade	22 maio 1609	Quitação de Amador Álvares, cirurgião da Cidade e barbeiro, do serviço que fez à cidade no tempo de peste, na Casa da Saúde e nos bairros impedidos de Lisboa.	Cópia do livro 1º de quitações e desistências (tomo I), f. 44 a 45
Pantalião Lopes	Cirurgião da Cidade	17 setembro 1609	Provisão de D. Filipe II a confirmar à Câmara de Lisboa a nomeação de Pantalião Lopes para o cargo de cirurgião da Cidade.	Livro 1º de Filipe II, f. 135
Jorge de Castro	Cirurgião do rei Cirurgião do Hospital Real de Todos os Santos	20 maio 1610	Petição de Francisco Frazão para continuar a servir o ofício de escrivão dos órfãos. Contém certidão de Jorge de Castro, cirurgião do rei e do Hospital Real de Todos os Santos.	Cópia do Livro 3º de provimento de ofícios 1429-1739, f. 46v a 49
Gaspar Rodrigues de Carvalho	Cirurgião-mor da Cidade	11 maio 1611	Petição de Francisco de Andrade que havia servido de provedor da Saúde da cidade de Lisboa em tempo de peste (1609), a solicitar a desistência da serventia do ofício de escrivão das terras da Rainha. Contém certidões de António Bezerra Fajardo, juiz do crime, que serviu de corregedor da Saúde e do Crime em tempo de peste, e de Gaspar Rodrigues de Carvalho, cirurgião-mor da Cidade.	Cópia do livro 1º de quitações e desistências (tomo I), f. 45 a 51v
Pedro de Barros Pinto	Cirurgião-mor	14 novembro 1612	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Álvares, filho de Manuel Álvares, natural de Aljubarrota, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por António Monteiro e Simão Alonso, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 48v
	Cirurgião-mor	5 maio 1616	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel Guerra, filho de Pedro João, natural de Évora de Alcobaça, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Pedro de Campos e Agostinho Rodrigues, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 17600-1653, f. 34v a 35

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Pedro de Barros Pinto	Cirurgião-mor	3 junho 1616	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Gonçalo Pereira, filho de Gonçalo Luís, natural de Monte Longo, termo da vila de Guimarães, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António Monteiro e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 33v a 34
	Cirurgião-mor	2 dezembro 1616	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Álvares, filho de Manuel Álvares, natural de Aljubarrota, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por António Monteiro e Simão Alonso, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 31v a 32
	Cirurgião-mor	17 março 1620	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Jerónimo Teixeira, filho de Pedro Ribeiro, natural de Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Bento Fernandes e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 39v
	Cirurgião-mor	19 março 1620	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que António Carneiro, filho de Simão Carneiro, natural de Tomar, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António de Oliveira e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 38 a 38v
	Cirurgião-mor	9 abril 1620	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Rodrigues, filho de Gonçalo Gonçalves, natural da Póvoa de Santo Adrião, termo da cidade de Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António Monteiro e Francisco da Silva, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 44
	Cirurgião-mor	24 março 1621	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor Pedro de Barros Pinto, a Sebastião de Araújo, filho de Baltasar de Araújo, natural da freguesia de Calvos, termo de Braga.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69
Ambrósio Nunes	Cirurgião-mor do rei	6 maio 1614	Registo do alvará do doutor Ambrósio Nunes, catedrático de medicina, jubilado da Universidade de Salamanca, físico e cirurgião-mor do rei, a autorizar que Domingos Barreiros, filho de João Barreiros, natural de Lisboa, exerça o ofício de sangrador.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 36v a 37

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Luís Coelho	Cirurgião do rei	13 outubro 1616	Petição de Pero Fernandes, cabeça de Saúde da cidade de Lisboa, morador na freguesia de São Julião, a solicitar a atribuição de um dos ofícios de escrivãinha que vagar. O requerente serviu no tempo da peste transportando os doentes, durante cinco meses, por mar e por terra, para o Hospital nas Terceiras da Pampulha, criado pela Câmara, para nele se curarem os doentes no ano de 1598. Contém certidões do físico da Cidade, Gil Pereira, que serviu no referido Hospital, do físico do rei, Salvador Vaz Dorta, e do cirurgião, Luís Coelho.	Cópia do Livro 3º de provimento de ofícios 1429-1739, f. 78v a 87
João Bravo Chamisso	Cirurgião-mor	28 junho 1624	Registo do alvará do doutor João Bravo Chamisso, jubilado em medicina pela Universidade de Coimbra e cirurgião-mor do rei, a autorizar que Francisco Machado, filho de Diogo Rodrigues, natural da vila dos Coutos de Alcobaca e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e António Monteiro, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 41v
	Cirurgião-mor	19 março 1627	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor João Bravo Chamisso, a Miguel de Oliveira, filho de Mateus Fernandes, natural e morador em Lisboa.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69
	Cirurgião-mor	30 março 1627	Registo do alvará do doutor João Bravo Chamisso, jubilado em medicina na Universidade de Coimbra e cirurgião-mor do rei, a autorizar que João de Sá, filho de Simão de Sá, natural da freguesia de São Tomé do concelho de Baião, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Manuel do Olival, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 43 a 43v
Baltasar de Azevedo	Cirurgião-mor do rei	5 junho 1628	Registo do alvará do doutor Baltasar de Azevedo, jubilado da Universidade de Coimbra, físico-mor e cirurgião-mor do rei, a autorizar que João Lopes, filho de Tomé Lopes e de Maria da Fonseca, moradores na vila da Bemposta, bispado da cidade de Coimbra, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi examinado também por Francisco de Lima e António Lopes, sangradores, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 47
	Cirurgião-mor do rei	26 novembro 1629	Registo do alvará do doutor Baltasar de Azevedo, jubilado da Universidade de Coimbra, físico-mor e cirurgião-mor do rei, a autorizar que João Lopes, filho de Tomé Lopes e de Maria da Fonseca, moradores na vila da Bemposta, bispado da cidade de Coimbra, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi examinado também por Francisco de Lima e António Lopes, sangradores, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 37 a 37v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Francisco Milheiro	Cirurgião-mor	20 janeiro 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco de Freitas, filho de Gaspar de Freitas, natural da ilha de São Miguel e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Gonçalo Ferreira, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 35v a 36
	Cirurgião-mor	11 fevereiro 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel da Fonseca, filho de Sebastião Antunes, natural e morador em Vila Nova de Foz Côa, comarca de Pinhel, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Gonçalo Ferreira, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 46
	Cirurgião-mor	15 março 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel Martins, filho de Francisco Martins, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Constantino Carvalho, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 43v
	Cirurgião-mor	15 abril 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco Ferreira, filho de António Álvares, natural da cidade de Braga e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel do Olival e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 35 a 35v
	Cirurgião-mor	15 março 1632	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Lourenço Rodrigues, filho de Francisco Rodrigues, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por João Batista e Gonçalo Ferreira, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 33 a 33v
	Cirurgião-mor	14 dezembro 1633	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Pinheiro, filho de António Gonçalves, natural e morador na freguesia de Nossa Senhora dos Olivais, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Constantino Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 37v a 38
	Cirurgião-mor	9 outubro 1634	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que João Machado, filho de Diogo Rodrigues, natural da vila de Alcobaça e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e João de Sá, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 41

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Francisco Milheiro	Cirurgião-mor	2 novembro 1634	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco de Leão, filho de João Fernandes, natural de Sevilha e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Manuel Marques, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 40v
	Cirurgião-mor	12 fevereiro 1635	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Matias Pereira, filho de Jorge Gonçalves, morador em Lisboa e natural da vila de Alenquer, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por Matias da Silva e Francisco da Costa, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 30 a 30v
	Cirurgião-mor	15 março 1635	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel da Costa, filho de António da Costa, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e João de Sá, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 38v a 39
	Cirurgião-mor	25 abril 1636	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco da Fonseca, filho de Fernando João, natural de São Miguel de Milharado e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por Matias da Silva e Francisco Machado, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 32 a 32v
	Cirurgião-mor	26 março 1637	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel Machado, filho de Manuel Gonçalves, natural e morador na vila de Alhandra, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio foi também examinado por Matias da Silva e Constantino Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 31 a 31v
	Cirurgião-mor	14 maio 1637	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que João de Barros, filho de Álvaro Martins, natural e morador no lugar de Picanceira, freguesia de Santo Isidoro, termo de Mafra, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Francisco da Costa, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 47v
Jorge Soares Pereira	Cirurgião da Corte	5 maio 1634	Certidão de Jorge Soares Pereira, médico e cirurgião da Corte, na qual atesta que Vicente Ferreira de Andrada, tesoureiro da Casa da Índia, se encontra enfermo com "uma febre de sangue com uma complicação de deitar sangue pela boca", e da "qual enfermidade está sangrado, quatro vezes, e corre sua vida muito risco com qualquer violento movimento, adelgaçando-se o sangue com o andar".	Livro de consultas e papéis do período do governo de Castela 1617-1729, f. 36 a 36v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco Borges de Azevedo	Cirurgião-mor	31 outubro 1639	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que João de Barros, filho de Álvaro Martins, natural e morador no lugar de Picanceira, freguesia de Santo Isidoro, termo de Mafra, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Francisco da Costa, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 42
	Cirurgião-mor	6 junho 1640	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Bernardo da Serra, filho de Bernardo da Serra, natural da vila de Pombeiro, bispado de Coimbra e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e João de Sá, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 44v
	Cirurgião -mor	28 janeiro 1642	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel da Silva, filho de Brás Duarte, natural do lugar de Vila Verde, termo de Sintra e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Miguel de Oliveira, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 67
	Cirurgião-mor	18 março 1642	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído a Francisco de Araújo, filho de Pedro Álvares, natural do termo da vila de Sintra, pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor Francisco Borges de Azevedo.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69v
	Cirurgião-mor	17 abril 1642	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco Antunes, filho de Francisco Antunes, natural da vila de Torres Novas, do lugar das Corvasseiras, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Miguel de Oliveira, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 66v
	Cirurgião-mor	10 outubro 1642	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Gregório Rodrigues, filho de João Rodrigues, natural de Paredes, arcebispado da cidade de Braga, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Manuel Marques, barbeiros.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 66
	Cirurgião-mor do rei	10 novembro 1644	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído a Manuel Lopes, filho de André Gomes, natural dos Cadafais, termo da vila de Alenquer, pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor Francisco Borges de Azevedo.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade, 1600-1653, f. 69v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Sucarello Claramonte	Cirurgião da Cidade	25 maio 1647	Consulta do Senado da Câmara sobre mandar-se chamar António Sucarello Claramonte, cirurgião morador na cidade do Porto, para exercer o cargo de cirurgião da Cidade, por ser especialista na cura de doenças de "pedra e carnosidades" oferecendo-se como pagamento o ordenado anual de 15.000 réis e um molho de trigo.	Livro 3º de consultas e decretos de D. João IV, f. 4 a 4v
	Cirurgião da Cidade	4 de junho 1647	Assento do Senado da Câmara de Lisboa da deliberação para provimento de António Sucarello Claramonte no cargo de cirurgião da Cidade.	Livro 4º de assentos do Senado, f. 7 a 7v
Manuel Pereira	Cirurgião da guarnição da Armada	12 maio 1660	Consulta sobre a petição de João Correia, cirurgião-mor do terço da guarnição da cidade de Lisboa, que solicitava à Câmara de Lisboa que o soldo de 4.000 réis que recebia, pago pelas suas rendas, passasse para 6.000 réis, quantia recebida pelo cirurgião da guarnição da Armada, Manuel Pereira.	Livro 4º de consultas e decretos de D. Afonso VI, f. 39 a 40
João Correia	Cirurgião do terço da guarnição da cidade de Lisboa	12 maio 1660	Consulta sobre a petição de João Correia, cirurgião-mor do terço da guarnição da cidade de Lisboa, que solicitava à Câmara de Lisboa que o soldo de 4.000 réis que recebia, pago pelas suas rendas passasse para 6.000 réis, quantia recebida pelo cirurgião da guarnição da Armada, Manuel Pereira.	Livro 4º de consultas e decretos de D. Afonso VI, f. 39 a 40
Francisco Nunes	Cirurgião da Cidade	31 setembro 1662	Assento do Senado da Câmara de Lisboa do provimento do licenciado António de Freitas, cavaleiro do hábito de Santiago, na serventia do cargo de cirurgião da Cidade, com o mesmo ordenado do seu antecessor, Francisco Nunes. Sucede-lhe António de Freitas na serventia do cargo de cirurgião da Cidade.	Livro 4º de assentos do Senado, f. 153v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António de Freitas	Cirurgião da Cidade	31 setembro 1662	Assento do Senado da Câmara de Lisboa do provimento do licenciado António de Freitas, cavaleiro do hábito de Santiago, na serventia do cargo de cirurgião da Cidade, com o mesmo ordenado do seu antecessor, Francisco Nunes.	Livro 4º de assentos do Senado, f. 153v
	Cirurgião da Saúde	20 março 1694	Registo do provimento de cirurgião da Cidade passado a António de Figueiredo, que servia no cargo de cirurgião no Hospital Real, por falecimento do proprietário do referido ofício, António de Freitas.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade, 1693-1694, f. 178
	Cirurgião da Cidade	14 maio 1694	Consulta sobre a conta que deu no Senado Domingos Nogueira de Araújo, provedor-mor da Saúde, de haver no Castelo da cidade de Lisboa “algumas doenças que tinha notícia que poderiam proceder dos muitos corpos que se haviam enterrado no cemitério do Hospital dos Soldados, que estavam tanto à superfície da terra, que deles poderia resultar dano da Saúde pública” e que após visita dos médicos da Saúde e do cirurgião ao cemitério “todos convieram uniformemente que no dito cemitério se devia lançar quantidade de calça, em tal forma que por todo ele excessessem mais dois palmos de altura e se alcasasse de maneira que não pudesse evaporar ruim cheiro dos ditos corpos”.	Livro 13º de consultas e decretos de D. Pedro II, f. 419 a 420v
	Cirurgião da Cidade	16 junho 1696	Registo do provimento de cirurgião da Cidade passado a António de Figueiredo, que servia no cargo de cirurgião no Hospital Real, por falecimento do proprietário do referido ofício, António de Freitas.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1695-1696, f. 252 a 253
António de Figueiredo	Cirurgião do Hospital Real	16 junho 1696	Registo do provimento no cargo de cirurgião da Cidade passado a António de Figueiredo, que servia de cirurgião no Hospital Real, por falecimento do proprietário, António de Freitas.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1695-1696, f. 252 a 253
	Cirurgião da Cidade	18 junho 1696	Registo do provimento no cargo de cirurgião da Cidade passado a António de Figueiredo, que servia de cirurgião no Hospital Real, por falecimento do proprietário, António de Freitas.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1695-1696, f. 252 a 253
	Cirurgião do Senado Ocidental	17 junho 1717	Carta de provimento da propriedade do ofício de cirurgião do Senado Ocidental passada ao licenciado Feliciano de Almeida, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, António de Figueiredo.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1717, f. 12 a 12v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Feliciano de Almeida	Cirurgião do Senado Ocidental	17 junho 1717	Carta de provimento da propriedade do ofício de cirurgião do Senado Ocidental passada ao licenciado Feliciano de Almeida, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, António de Figueiredo.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1717, f. 12 a 12v
	Cirurgião do Hospital de São Lázaro	17 março 1727	Consulta sobre o requerimento de Aleixo da Silva Rodrigues e Julião Gonçalo, partidistas do Hospital Real do Castelo de São Jorge, que pretendiam ser providos em cirurgia da Saúde, por o cargo se encontrar vago, por falecimento de Lourenço Justiniano. Contém registo de cirurgiões do Hospital de São Lázaro: Manuel Vieira, morador no Terreiro do Paço e Feliciano de Almeida.	Livro 2º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 196v. a 199
Lourenço Justiniano	Cirurgião do Hospital de São Lázaro	21 junho 1717	Carta de provimento da propriedade do ofício de cirurgião do Hospital de São Lázaro, passada ao licenciado Lourenço Justiniano.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1717, f. 12v a 13
	Cirurgião dos Senados e da Casa da Saúde	10 dezembro 1726	Carta de provimento da propriedade trienal do ofício de cirurgião dos Senados e da Casa da Saúde, passada a Lourenço Justiniano, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, Lourenço Feliciano de Almada.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1726-1729, f. 6 a 7
	Cirurgião do Hospital de São Lázaro	17 março 1727	Consulta sobre o requerimento de Aleixo da Silva Rodrigues e Julião Gonçalo, partidistas do Hospital Real do Castelo de São Jorge, que pretendiam ser providos em cirurgia da Saúde, por o cargo se encontrar vago, por falecimento de Lourenço Justiniano.	Livro 2º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 196v a 199
	Cirurgião do partido dos Senados	6 junho 1734	Consulta do Senado sobre a petição de Francisco Teixeira Torres, na qual solicitava que, em ocasião de propinas, fosse provido nelas, à semelhança do que era praticado com os médicos e cirurgiões dos Tribunais da Corte, alegando exercitar a sua ocupação com todo o zelo e cuidado e ter nos Senados mais incumbências, a que assitia e a que devia assistir, que os demais oficiais do partido da Corte. Contém despacho favorável do Senado Oriental em razão do ténue ordenado que recebia, que não excedia os 25.000 réis.	Livro 10º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental
	Cirurgião da Cidade	28 setembro 1739	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da cidade de Lisboa, passada a Caetano José Pereira, pelo período de doze meses, em substituição do proprietário, Lourenço Justiniano, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1739, f. 112v
Cirurgião da Cidade e da Casa da Saúde	14 maio 1759	Carta de provimento da propriedade do ofício de cirurgião da Cidade e da Casa da Saúde, passada a António Soares Brandão, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, Lourenço Justiniano.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756-1759, f. 9v a 10	

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Guilherme Haicer	Cirurgião	13 julho 1717	Consulta sobre a petição dos moradores da rua Salvador Correia de Sá que se queixavam da utilização indevida da água de um tanque aí situado por parte de um cirurgião de nacionalidade inglesa, Guilherme Haicer, morador no 1º andar de uma das casas.	Livro 5º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental, f. 410 a 411v
Lourenço Feliciano de Almada	Cirurgião dos Senados e da Casa da Saúde	10 dezembro 1726	Carta de provimento da propriedade trienal do ofício de cirurgião dos Senados e da Casa da Saúde, passada a Lourenço Justiniano, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, Lourenço Feliciano de Almada.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1726-1729, f. 6 a 7
Aleixo da Silva Rodrigues	Partidista do Hospital Real do Castelo de São Jorge	17 março 1727	Consulta sobre o requerimento de Aleixo da Silva Rodrigues e Julião Gonçalo, partidistas do Hospital Real do Castelo de São Jorge, que pretendem ser providos em cirurgia da Saúde, por o cargo se encontrar vago por falecimento de Lourenço Justiniano.	Livro 2º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 196v a 199
Julião Gonçalo	Partidista do Hospital Real do Castelo de São Jorge	17 março 1727	Consulta sobre o requerimento de Aleixo da Silva Rodrigues e Julião Gonçalo, partidistas do Hospital Real do Castelo de São Jorge, que pretendiam ser providos em cirurgia da Saúde, por o cargo se encontrar vago, por falecimento de Lourenço Justiniano.	Livro 2º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 196v a 199
Manuel Vieira	Cirurgião do Hospital de São Lázaro	17 março 1727	Consulta sobre o requerimento de Aleixo da Silva Rodrigues e Julião Gonçalo, partidistas do Hospital Real do Castelo de São Jorge, que pretendiam ser providos em cirurgia da Saúde, por o cargo se encontrar vago por falecimento de Lourenço Justiniano. Contém registo de cirurgiões do Hospital de São Lázaro: Manuel Vieira, morador no Terreiro do Paço e Feliciano de Almeida.	Livro 2º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 196v. a 199
	Cirurgião do Hospital de São Lázaro	13 abril 1737	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião do Hospital de São Lázaro, passada a António Soares Brandão, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, Manuel Vieira, que se encontrava impedido.	Livro de registo de Chancelaria da Cidade 1736-1737, f. 72v
	Cirurgião do Hospital de São Lázaro	8 maio 1737	Carta de mercê da propriedade trienal do ofício de cirurgião do Hospital de São Lázaro, passada ao licenciado António Soares Brandão, em substituição de Manuel Vieira, que se encontrava impedido por doença.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1736 1737, f. 4 a 6

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Soares Brandão	Cirurgião do Hospital de São Lázaro	13 abril 1737	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião do Hospital de São Lázaro, passada a António Soares Brandão, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, Manuel Vieira, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1736-1737, f. 72v
	Cirurgião do Hospital de São Lázaro	8 maio 1737	Carta de mercê da propriedade trienal do ofício de cirurgião do Hospital de São Lázaro, passada ao licenciado António Soares Brandão, em substituição de Manuel Vieira, que se encontrava impedido por doença.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1736-1737, f. 4 a 6
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	6 maio 1748	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1746-1748, f. 79v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	7 novembro 1748	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1746-1748, f. 113v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	17 maio 1749	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1748-1749, f. 89v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	9 dezembro 1749	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1748-1749, f. 125
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	14 dezembro 1751	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1750-1751, f. 117v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	10 junho 1752	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1751-1752, f. 66
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	19 dezembro 1752	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1751-1752, f. 109

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Soares Brandão	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	25 junho 1753	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753, f. 85
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	19 dezembro 1753	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1755, f. 50
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	11 junho 1754	Decreto de D. José I a determinar à Câmara de Lisboa que pague a António Soares Brandão, o ordenado de 30.000 réis, sem embargo do Regimento prever a quantia de 15.000 réis.	Livro 5º de consultas, decretos e aviso de D. José I, f. 102 a 193
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	21 junho 1754	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1755, f. 71v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	16 dezembro 1754	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1755, f. 105
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	13 janeiro 1756	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 51v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	9 agosto 1756	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 82
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	13 março 1758	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1758, f. 82v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Soares Brandão	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	8 setembro 1758	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo de Chancelaria da Cidade 1758, f. 119
	Cirurgião da Cidade e da Casa da Saúde	14 maio 1759	Carta de provimento da propriedade do ofício de cirurgião da Cidade e da Casa da Saúde, passada a António Soares Brandão, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, Lourenço Justiniano.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756-1759, f. 9v a 10
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	24 setembro 1759	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756-1759, f. 113v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	25 setembro 1760	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1760, f. 114v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	26 novembro 1760	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1760, f. 82
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	6 abril 1761	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1760-1761, f. 83
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	9 outubro 1761	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1760-1761, f. 121
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	20 abril 1762	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1762, f. 90

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Soares Brandão	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	22 outubro 1762	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1762, f. 122v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	2 março 1763	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763, f. 92
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	5 novembro 1763	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763, f. 127v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	8 março 1764	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 79v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	12 novembro 1764	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 128
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	11 maio 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1765, f. 64v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	26 novembro 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1765, f. 100v
	Cirurgião da Casa da Saúde	12 dezembro 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 43
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	21 maio 1766	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 60v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Soares Brandão	Cirurgião da Casa da Saúde	12 julho 1766	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 96v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	14 novembro 1766	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 353
	Cirurgião da Casa da Saúde	21 janeiro 1767	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade, 1766-1767, f. 46
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	29 maio 1767	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade, 1766-1767, f. 57v
	Cirurgião da Casa da Saúde	7 agosto 1767	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da chancelaria da Cidade 1766-1767, f. 90v
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	12 abril 1768	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768, f. 96
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	6 maio 1769	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768-1769, f. 113
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	1 julho 1769	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768, f. 98v
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	23 novembro 1769	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1769-1770, f. 85v
Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	22 junho 1771	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1771, f. 108v	

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António Soares Brandão	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	9 fevereiro 1773	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772-1773, f. 76
	Cirurgião da Casa da Saúde	2 outubro 1773	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772-1773, f. 114
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	12 março 1775	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774-1775, f. 90
	Cirurgião da Saúde e da cidade de Lisboa	9 julho 1776	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1776, f. 116v
	Cirurgião da Cidade e da Saúde	15 novembro 1776	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1776, f. 72v
Caetano José Pereira	Cirurgião da Cidade	28 setembro 1739	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da cidade de Lisboa, passada a Caetano José Pereira, pelo tempo de doze meses, em substituição do proprietário, Lourenço Justiniano, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria d Cidade 1739, f. 112v
	Cirurgião da Cidade	14 dezembro 1739	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa, passada a Caetano José Pereira, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1739, f. 133
Joseph Ricourt	Cirurgião do Real Exército	17 agosto 1743	Decreto de D. João V a determinar que seja criado o cargo de cirurgião da Saúde do Porto de Belém e que nele seja encartado vitaliciamente José Ricourt, cirurgião do Real Exército, com emolumentos fixados para cada visita a que assista aos navios do Porto.	Livro 15º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 89 a 90v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	23 agosto 1743	Carta de mercê da propriedade trienal do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Joseph Ricourt.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1742-1744, f. 9 a 9v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	18 setembro 1743	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, Joseph Ricourt, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1743, f. 104

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Joseph Ricourt	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	16 março 1744	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, em substituição do proprietário Joseph Ricourt, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1742-1744, f. 69v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	7 outubro 1746	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, Joseph Ricourt, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1745-1746, f. 118v
Francisco Pereira	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém.	18 setembro 1743	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, Joseph Ricourt, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1743, f. 104
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém.	16 março 1744	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, em substituição do proprietário Joseph Ricourt, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1742-1744, f. 65v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém.	7 outubro 1746	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, Joseph Ricourt, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1745-1746, f. 118v
	Cirurgião da Casa da Saúde + Escrivão da Saúde do Porto de Belém	22 fevereiro 1747	Consulta sobre a propriedade do ofício de escrivão da Saúde do Porto de Belém, por se encontrar vago por falecimento de José Ricourt, na qual o Senado pede que seja provido o atual serventuário, Francisco Pereira, por ser "cirurgião aprovado" e por ter "assistido às visitas dos navios com todo o cuidado, e aos doentes com grande caridade", sendo detentor de toda a "experiência e ciência necessária" como consta de certidão.	Livro 9º de registo de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 215 a 215v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém.	6 maio 1748	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1746-1748, f. 79v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	7 novembro 1748	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário António Soares Brandão que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1746-1748, f. 113v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	17 maio 1749	É-lhe passada Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1748-1749, f. 89v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco Pereira	Cirurgião da Casa da Saúde	23 maio 1749	Petição de Tomás da Costa Moreira, médico do Porto de Belém, serventuário do cargo por nomeação de João Machado de Brito, proprietário do ofício, que pedia que, em caso de impedimento por enfermidade, as visitas da Saúde a bordo de navios ancorados na barra de Belém fossem feitas por Francisco Pereira, cirurgião da Saúde.	Livro 11º de registo de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 18 a 18v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	9 dezembro 1749	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião do Porto de Belém, passada a Francisco Pereira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1748-1749, f. 125
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	13 dezembro 1749	Decreto a favor de Tomás da Costa Moreira, médico serventuário da Saúde do Porto de Belém, concedendo-se licença pelo tempo de mais seis meses e determinando-se que, durante o seu impedimento, "seja por moléstia ou por ou outra qualquer coisa", servisse no cargo o "cirurgião do mesmo Tribunal Francisco Pereira".	Livro 27º de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 109
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	13 dezembro 1749	Decreto a determinar que se conceda prorrogação "por tempo de mais seis meses" de licença, a Tomás da Costa Moreira, serventuário do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém.	Livro 11º de registo de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 87v a 88
	Cirurgião da Casa da Saúde	10 janeiro 1750	Consulta sobre a petição de Tomás da Costa Moreira, médico serventuário da Saúde do Porto de Belém, por nomeação do proprietário, João Machado de Brito, que pedia licença por tempo de mais seis meses e que, durante o seu impedimento, o cargo fosse ocupado pelo cirurgião Francisco Pereira, alegando que "se lhe faz dificultoso ir ao mar".	Livro 27º de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 107 a 108v
	Cirurgião da Casa da Saúde	6 junho 1750	Consulta sobre a petição de Tomás da Costa Moreira, médico serventuário da Saúde do Porto de Belém, por nomeação do proprietário, João Machado de Brito, que pedia prorrogação de licença por tempo de mais seis meses e que, durante o seu impedimento, o cargo fosse ocupado pelo cirurgião Francisco Pereira, alegando que "se lhe faz dificultoso ir ao mar".	Livro 27º de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 279 a 281
	Cirurgião da Casa da Saúde	25 junho 1750	Decreto a favor de Tomás da Costa Moreira, médico serventuário da Saúde do Porto de Belém, concedendo-se prorrogação de licença pelo tempo de mais seis meses e determinando-se que, durante o seu impedimento, servisse no cargo o "cirurgião do mesmo Tribunal Francisco Pereira".	Livro 27º de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 281
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	14 dezembro 1751	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1750-1751, f. 117v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco Pereira	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	10 junho 1752	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1751-1752, f. 66
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	19 dezembro 1752	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1751-1752, f. 109
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	25 junho 1753	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753, f. 85
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	19 dezembro 1753	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1755, f. 50
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	22 junho 1754	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1754, f. 71v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	16 dezembro 1754	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1755, f. 105
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	13 janeiro 1756	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 51v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	9 agosto 1756	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 82
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	13 março 1758	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1758, f. 82v
Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	8 setembro 1758	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo de Chancelaria da Cidade 1758, f. 119	
Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	21 março 1759	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756-1759, f. 85	

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco Pereira	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	24 setembro 1759	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756-1759, f. 113v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	25 setembro 1760	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1760, f. 114v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	26 novembro 1760	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1760, f. 82
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	6 abril 1761	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1760-1761, f. 83
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	9 outubro 1761	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1760-1761, f. 121
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	20 abril 1762	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1762, f. 90
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	22 outubro 1762	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1762, f. 122v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	2 março 1763	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763, f. 92
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	5 novembro 1763	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763, f. 127v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	8 março 1764	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 90
Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	12 novembro 1764	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 128	

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco Pereira	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	11 maio 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1765, f. 64v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	26 novembro 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1765, f. 100v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	21 maio 1766	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 60v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	14 novembro 1766	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 353
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	29 maio 1767	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1766-1767, f. 57v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	1 julho 1768	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768, f. 98v
Jacinto José	Cirurgião da Saúde da vila de Setúbal	18 janeiro 1746	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde da vila de Setúbal, passada a Jacinto José, pelo período de seis meses, "em companhia do guarda-mor da Saúde da mesma vila".	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1745-1746, f. 56
José Gomes da Fonseca	Cirurgião da Saúde da vila de Cascais	28 fevereiro 1752	Carta de provimento da propriedade do ofício de cirurgião da Saúde da vila de Cascais, passada a José Gomes da Fonseca, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, Francisco Martins.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1751-1752, f. 5 a 5v
Francisco Martins	Cirurgião da vila de Cascais	28 fevereiro 1752	Carta de provimento da propriedade do ofício de cirurgião da Saúde da vila de Cascais, passada a José Gomes da Fonseca, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, Francisco Martins.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1751-1752, f. 5 a 5v
Domingos Monteiro	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	14 novembro 1754	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa, passada a Domingos Monteiro, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1755, f. 99v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Pedro de Arvelos Espinola	Cirurgião da Saúde	25 abril 1757	Aviso a informar o Senado da Câmara de Lisboa que, por ordem de D. José I, provesse Pedro Arvelos Espinola no cargo de cirurgião da Cidade, por se encontrar vago por falecimento do proprietário, António Soares Brandão.	Livro 11º de consultas, decretos e avisos de D. José I, f.25 a 25v
	Cirurgião da Cidade e do Hospital de São Lázaro	14 maio 1759	Carta de provimento da propriedade do ofício de cirurgião da Cidade e do Hospital de São Lázaro, passada a Pedro de Arvelos Espinola.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756-1759
Monteiro Ramalho	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	20 julho 1759	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa, passada a Monteiro Ramalho, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756-1759, f. 105v
Manuel da Costa Barreto	Cirurgião da Cidade e da Saúde	16 setembro 1763	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Cidade e Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763, f. 135v
	Cirurgião da Cidade e da Saúde	22 agosto 1764	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Cidade e da Saúde passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 112
	Cirurgião da Cidade e da Saúde	22 abril 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Cidade e da Saúde passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 59v
	Cirurgião da Cidade e da Saúde	12 dezembro 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 43
	Cirurgião da Casa da Saúde	12 julho 1766	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 96v
	Cirurgião da Casa da Saúde	21 janeiro 1767	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1766-1767, f. 46
	Cirurgião da Casa da Saúde	7 agosto 1767	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1766-1767, f. 90v
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	12 abril 1768	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768, f. 98v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Manuel da Costa Barreto	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	6 maio 1769	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768-1769, f. 113
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	23 novembro 1769	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768-1769, f. 85v
	Cirurgião da Saúde	6 outubro 1770	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1769-1770, f. 128
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	22 junho 1771	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1771, f. 104
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	8 julho 1772	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772, f. 100
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	9 fevereiro 1773	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772-1773, f. 76
	Cirurgião da Casa da Saúde	2 outubro 1773	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772-1773, f. 114
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	25 abril 1774	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774, f. 91
	Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	12 março 1775	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774-1775, f. 90
Cirurgião da Saúde da cidade de Lisboa	9 julho 1776	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1776, f. 116v	
Cirurgião da Cidade e Casa da Saúde	15 novembro 1776	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Casa da Saúde, passada a Manuel da Costa Barreto, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, António Soares Brandão.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1776, f. 72v	

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Manuel Ferreira de Sousa	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	6 agosto 1768	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768, f. 121
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	18 fevereiro 1769	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768-1769, f. 77
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	23 setembro 1769	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768-1769, f. 105v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	4 março 1770	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768-1769, f. 78v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	3 outubro 1770	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768-1769, f. 118v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	10 abril 1771	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1771, f. 89
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	22 outubro 1771	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1771, f. 119
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	5 maio 1772	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772, f. 88v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	5 novembro 1772	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772, f. 121
Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	15 junho 1773	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772-1773, f. 95	
Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	20 outubro 1773	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772-1773, f. 124v	

Manuel Ferreira de Sousa	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	6 julho 1774	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774, f. 90
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	25 novembro 1774	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774, f. 109v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	26 janeiro 1775	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774-1775, f. 78
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	27 julho 1775	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade, 1775-1776, f. 102v
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	5 fevereiro 1776	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1776, f. 77
	Cirurgião da Saúde do Porto de Belém	15 julho 1776	Carta de provimento da serventia do ofício de cirurgião da Saúde do Porto de Belém, passada a Manuel Ferreira de Sousa, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1776, f. 112v
Manuel Vicente da Silva	Cirurgião da Saúde da vila de Santo António	1 dezembro 1775	Carta de mercê da propriedade do ofício de cirurgião da Saúde da vila de Santo António, passada a Manuel Vicente da Silva.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774-1775, f. 29 a 29v

ENFERMEIROS

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Ana Luís	Servidora do Hospital Real	12 outubro 1617	Petição de Sebastiana Rodrigues a solicitar que lhe seja passada carta do lugar de servidora do Hospital de São Lázaro, cuja propriedade pertencia a sua mãe Ana Luís, então falecida.	Cópia do livro 1º de renúncias 1600-1628, f. 117-119
Sebastiana Rodrigues	Servidora do Hospital Real	12 outubro 1617	Petição de Sebastiana Rodrigues a solicitar que lhe seja passada carta do lugar de servidora do Hospital de São Lázaro, cuja propriedade pertencia a sua mãe Ana Luís, então falecida.	Cópia do Livro 1º de renúncias 1600-1628, f. 117-119
Margarida Pereira	Enfermeira do Hospital de São Lázaro	5 setembro 1634	Carta do ofício de servidor dos doentes do Hospital de São Lázaro dado a Margarida Pereira em substituição de Sebastiana Rodrigues.	Livro de registo de cartas e provisões de ofícios do Senado, 1626-1636, f. 148v a 149
Maria Nunes	Servidora de dentro do Hospital de São Lázaro	6 abril 1656	Registo do provimento do ofício de servidora de dentro do Hospital de São Lázaro passado a Isabel d'Araújo, por estar vago o cargo que pertencia a Maria Nunes.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1651-1690, f. 56v
Isabel d'Araújo	Servidora de dentro do Hospital de São Lázaro	6 abril 1656	Registo do provimento do ofício de servidora de dentro do Hospital de São Lázaro passado a Isabel d'Araújo, por estar vago o cargo que pertencia a Maria Nunes.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1651-1690, f. 56v
José de Meneses e Távora	Enfermeiro-mor do Hospital Real de Todos os Santos	27 abril 1678	Registo de alvará de privilégio passado pelo tesoureiro e enfermeiro-mor da Fazenda do Hospital Real de Todos os Santos, Joseph de Meneses e Távora, aos regatões do referido hospital, Francisca de Sousa mulher de Domingos Alves, moradores no lugar do Lumiar, em Lisboa. Contém treslados do alvará do príncipe regente por solicitação do provedor e irmãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e alvará do provedor e irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1698-1699, f. 104v a 106
Visconde de Barbacena	Enfermeiro-mor do Hospital Real de Todos os Santos	24 setembro 1733	Consulta sobre o requerimento do visconde de Barbacena, enfermeiro-mor e tesoureiro do Hospital Real de Todos os Santos querer ter aí açougue para provimento de carne aos enfermos.	Livro 4º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 82v a 84

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
D. Luís de Sousa	Enfermeiro-mor do Hospital Real de Todos os Santos	27 setembro 1745	Decreto para se consultar o requerimento de D. Luís de Sousa, enfermeiro-mor e tesoureiro do Hospital Real, que pede meios para o “total suprimento” das despesas do Hospital, que são todos os anos “muito maiores do que o que se cobra das suas rendas” e para a obra que “consiste em se desfazer a grande escada do adro da igreja do Hospital, fazendo-se uma de novo” e “formando debaixo dela 13 lojas”.	Livro 8º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 133 a 133v
		13 outubro 1745	Carta do secretário de estado, Pedro da Mota e Silva, sobre o requerimento de D. Luís de Sousa, enfermeiro-mor e tesoureiro do Hospital Real de Todos os Santos, que pede que “o dito hospital não experimente falta de carne para provimento de seus doentes”.	Livro 21º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 205 a 205v Livro 8º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 154v
		23 outubro 1745	Consulta sobre a petição de D. Luís de Sousa, enfermeiro-mor do Hospital Real, que pede mercê para continuar a ter “um talho no Hospital para provimento dos seus enfermos”, com “marchante certo” e para que o “Hospital continue no seu exercício, como até agora se praticava, e se tem praticado desde tempo imemoriavel” sem intromissão do Senado, nem que o mesmo “possa quebrantar os tais privilégios, visto como a urgência da necessidade”.	Livro 21º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 159 a 159v Livro 8º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 159 a 161v
Conde de Valadares	Enfermeiro-mor do Hospital Real de Todos os Santos	21 abril 1750	Consulta sobre a petição do conde de Valadares, enfermeiro-mor do Hospital Real de Todos os Santos, que pede que “cada capatazia dos homens de trabalho contribua com certa porção para a cura dos homens de trabalho da mesma Capatazia que ao Hospital se forem curar”.	Livro 11º de registo de consultas, decretos e avisos de D. João V, f. 108 a 110v
Maria dos Santos	Enfermeira do Hospital de São Lázaro	17 julho 1756	Carta de mercê da propriedade trienal do ofício de servente de dentro e enfermeira do Hospital de São Lázaro passada a Maria dos Santos por o cargo se encontrar vago por desistência da proprietária Catarina Maria.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 342 a 342v
Catarina Maria	Enfermeira do Hospital de São Lázaro	17 julho 1756	Carta de mercê da propriedade trienal do ofício de servente de dentro e enfermeira do Hospital de São Lázaro, passada a Maria dos Santos, por o cargo se encontrar vago, por desistência da proprietária, Catarina Maria.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 342 a 342v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Antónia Teresa da Veiga	Enfermeira do Hospital de São Lázaro	31 agosto 1764	Carta de provimento da propriedade do ofício de enfermeira do Hospital de São Lázaro, passada a Antónia Teresa da Veiga.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 3v a 4
	Enfermeira do Hospital de São Lázaro	19 outubro 1764	Carta de provimento da serventia do ofício de enfermeira e servente de dentro do Hospital de São Lázaro, passada a Antónia Teresa da Veiga, pelo período de dois meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 124
	Enfermeira do Hospital de São Lázaro	7 janeiro 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de enfermeira e servente de dentro do Hospital de São Lázaro, passada a Antónia Teresa da Veiga, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1765, f. 41
	Enfermeira do Hospital de São Lázaro	8 junho 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de enfermeira e servente de dentro do Hospital de São Lázaro, passada a Antónia Teresa da Veiga, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1765, f. 74v

SANGRADORES

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Pedro Ribeiro	Sangrador	14 novembro 1612	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Pedro Ribeiro, filho de Pedro Leonardo, natural da Ribeira de Litem, termo da vila de Pombal, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Gonçalo Aires e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 48v
Manuel Guerra	Sangrador	5 maio 1616	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel Guerra, filho de Pedro João, natural de Évora, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Pedro de Campos e Agostinho Rodrigues, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 34v a 35
Gonçalo Pereira	Sangrador	3 junho 1616	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Gonçalo Pereira, filho de Gonçalo Luís, natural de Monte Longo, termo da vila de Guimarães, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António Monteiro e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 33v a 34
Domingos Álvares	Sangrador	2 dezembro 1616	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor a autorizar que Domingos Álvares, filho de Manuel Álvares, natural de Aljubarrota, que exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por António Monteiro e Simão Alonso, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 31v a 32
Jerónimo Teixeira	Sangrador	17 março 1620	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Jerónimo Teixeira, filho de Pedro Ribeiro, natural de Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Bento Fernandes e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 39v
António Carneiro	Sangrador	19 março 1620	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que António Carneiro, filho de Simão Carneiro, natural de Tomar, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António de Oliveira e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 38 a 38v
Domingos Rodrigues	Sangrador	9 abril 1620	Registo do alvará do doutor Pedro de Barros Pinto, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Rodrigues, filho de Gonçalo Gonçalves, natural da Póvoa de Santo Adrião, termo da cidade de Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por António Monteiro e Francisco da Silva, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 44

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Sebastião de Araújo	Sangrador	24 março 1621	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor Pedro de Barros Pinto, a Sebastião de Araújo, filho de Baltasar de Araújo, natural da freguesia de Calvos, termo de Braga.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69
Francisco Machado	Sangrador	28 junho 1624	Registo do alvará do doutor João Bravo Chamisso, jubilado em medicina pela Universidade de Coimbra e cirurgião-mor do rei, a autorizar que Francisco Machado, filho de Diogo Rodrigues, natural da vila dos Coutos de Alcobaça e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e António Monteiro, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 41v
Miguel de Oliveira	Sangrador	19 março 1627	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor João Bravo Chamisso, a Miguel de Oliveira, filho de Mateus Fernandes, natural e morador em Lisboa.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69
João de Sá	Sangrador	30 março 1627	Registo do alvará do doutor João Bravo Chamisso, jubilado em medicina na Universidade de Coimbra e cirurgião-mor do rei, a autorizar que João de Sá, filho de Simão de Sá, natural da freguesia de São Tomé do concelho de Baião, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Manuel do Olival, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 43 a 43v
António de Araújo	Sangrador	5 junho 1628	Registo do alvará do doutor Baltasar de Azevedo, jubilado pela Universidade de Coimbra, físico-mor e cirurgião-mor do rei, a autorizar que António de Araújo, filho de Tomé Nogueira, natural da cidade de Braga, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 47
Domingos Barreiros	Sangrador	6 maio 1629	Registo do alvará do doutor Ambrósio Nunes, catedrático de medicina, jubilado da Universidade de Salamanca, físico e cirurgião-mor do rei, a autorizar que Domingos Barreiros, filho de João Barreiros, natural de Lisboa, exerça o ofício de sangrador.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 36v a 37
João Lopes	Sangrador	26 novembro 1629	Registo do alvará do doutor Baltasar de Azevedo, jubilado da Universidade de Coimbra, físico-mor e cirurgião-mor do rei, a autorizar que João Lopes, filho de Tomé Lopes e de Maria da Fonseca, moradores na vila da Bemposta, bispado da cidade de Coimbra, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi examinado também por Francisco de Lima e António Lopes, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 37 a 37v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco de Freitas	Sangrador	20 janeiro 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco de Freitas, filho de Gaspar de Freitas, natural da ilha de São Miguel e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Gonçalo Ferreira, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 35v a 36
Manuel da Fonseca	Sangrador	11 fevereiro 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel da Fonseca, filho de Sebastião Antunes, natural e morador em Vila Nova de Foz Côa, comarca de Pinhel, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Gonçalo Ferreira, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 46
Manuel Martins	Sangrador	15 março 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel Martins, filho de Francisco Martins, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Constantino Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 43v
Francisco Ferreira	Sangrador	15 abril 1631	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco Ferreira, filho de António Álvares, natural da cidade de Braga e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel do Olival e Francisco Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 35 a 35v
Lourenço Rodrigues	Sangrador	15 março 1632	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Lourenço Rodrigues, filho de Francisco Rodrigues, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por João Batista e Gonçalo Ferreira, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 33 a 33v
Domingos Pinheiro	Sangrador	14 dezembro 1633	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Domingos Pinheiro, filho de António Gonçalves, natural e morador na freguesia de Nossa Senhora dos Olivais, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Constantino Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 37v a 38
João Machado	Sangrador	9 outubro 1634	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que João Machado, filho de Diogo Rodrigues, natural da vila de Alcobaça e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e João de Sá, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 41

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco de Leão	Sangrador	2 novembro 1634	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco de Leão, filho de João Fernandes, natural de Sevilha e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Manuel Marques, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 40v
Matias Pereira	Sangrador	12 fevereiro 1635	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Matias Pereira, filho de Jorge Gonçalves, morador em Lisboa e natural da vila de Alenquer, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por Matias da Silva e Francisco da Costa, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 30 a 30v
Manuel da Costa	Sangrador	15 março 1635	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel da Costa, filho de António da Costa, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e João de Sá, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 38v a 39
Francisco da Fonseca	Sangrador	25 abril 1636	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco da Fonseca, filho de Fernando João, natural de São Miguel de Milharado e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por Matias da Silva e Francisco Machado, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 32 a 32v
Manuel Machado	Sangrador	26 março 1637	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor a autorizar que Manuel Machado, filho de Manuel Gonçalves, natural e morador na vila de Alhandra, exerça o ofício de sangrador. Além do físico régio, foi também examinado por Matias da Silva e Constantino Carvalho, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 31 a 31v
João de Barros	Sangrador	14 maio 1637	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que João de Barros, filho de Álvaro Martins, natural e morador no lugar de Picancera, Freguesia de Santo Isidoro, termo de Mafra, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e Francisco da Costa, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 47v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Pedro Gomes	Sangrador	31 outubro 1639	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Pedro Gomes, filho de António Gomes, natural da cidade de Goa "partes da Índia" e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Francisco de Lima, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 42
Bernardo da Serra	Sangrador	6 junho 1640	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Bernardo da Serra, filho de Bernardo da Serra, natural da vila de Pombeiro, bispado de Coimbra e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e João de Sá, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 44v
Manuel da Silva	Sangrador	28 janeiro 1642	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Manuel da Silva, filho de Brás Duarte, natural do lugar de Vila Verde, termo de Sintra e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Miguel de Oliveira, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 67
Francisco da Costa	Sangrador	28 janeiro 1642	Registo do alvará do doutor António Francisco Milheiro, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco da Costa, filho de Luís Vaz, natural e morador em Lisboa, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Matias da Silva e João de Sá, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 67v
Francisco de Araújo	Sangrador	18 março 1642	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído a Francisco de Araújo, filho de Pedro Álvares, natural do termo da vila de Sintra, pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor Francisco Borges de Azevedo.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69v
Francisco Antunes	Sangrador	17 abril 1642	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Francisco Antunes, filho de Francisco Antunes, natural da vila de Torres Novas, do lugar das Corvasseiras, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Miguel de Oliveira, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 66v
Gregório Rodrigues	Sangrador	10 outubro 1642	Registo do alvará do doutor Francisco Borges de Azevedo, físico do rei e cirurgião-mor, a autorizar que Gregório Rodrigues, filho de João Rodrigues, natural de Paredes, arcebispado da cidade de Braga, exerça o ofício de sangrador. Foi examinado pelo físico régio, por Manuel da Guerra e Manuel Marques, barbeiros, tendo sido aprovado.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 66

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Manuel Lopes	Sangrador	10 novembro 1644	Registo do provimento do ofício de sangrador, em todos os reinos e senhorios de Portugal, atribuído a Manuel Lopes, filho de André Gomes, natural dos Cadafais, termo da vila de Alenquer, pelo físico e cirurgião-mor do rei, doutor Francisco Borges de Azevedo.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1600-1653, f. 69v
José Feliz Duarte	Sangrador e barbeiro do Hospital de São Lázaro	9 novembro 1754	Carta de provimento da propriedade do ofício de sangrador e barbeiro do Hospital de São Lázaro, passada a José Feliz Duarte, filho legítimo do proprietário, Filipe Duarte.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1755, f. 36 a 36v
Filipe Duarte	Sangrador e barbeiro do Hospital de São Lázaro	9 novembro 1754	Carta de provimento da propriedade do ofício de sangrador e barbeiro do Hospital de São Lázaro, passada a José Feliz Duarte, filho legítimo do proprietário, Filipe Duarte.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1755, f. 36 a 36v

MÉDICOS

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António do Vale	Médico da Cidade	26 outubro 1612	Assento do Senado da Câmara de Lisboa a determinar que Pedro Vaz de Vilas Boas, procurador da Cidade e António do Vale, médico da Cidade, se desloquem ao Terreiro do Paço, à Ribeira e a outros locais suspeitos de venda de pão apodrecido e prejudicial à saúde.	Livro 3º de assentos do Senado, f. 35
José Rodrigues Froes	Médico da Cidade	16 dezembro 1620	Carta da propriedade do ofício de médico da cidade de Lisboa, passada a José Rodrigues Froes, por o cargo se encontrar vago por falecimento do proprietário, Miguel Rodrigues.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1717-1720, f. 15v a 16
	Médico dos Senados	6 junho 1734	Consulta do Senado sobre a petição de José Rodrigues Froes, na qual solicitava que em ocasião de propinas fosse provido nelas, à semelhança do que era praticado com os médicos e cirurgiões dos Tribunais da Corte, alegando exercitar a sua ocupação como todo o zelo e cuidado e por ter nos Senados mais incumbências a que assistia e a que devia assistir que os demais oficiais do partido da Corte. Contém despacho favorável do Senado Oriental em razão do ténue ordenado que recebia, que não excedia os 25.000 réis.	Livro 10º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental, f. 202 a 203
Miguel Rodrigues	Médico da Cidade	16 dezembro 1620	Carta da propriedade do ofício de médico da cidade de Lisboa, passada a José Rodrigues Froes, por o cargo se encontrar vago por falecimento do proprietário, Miguel Rodrigues.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1717-1720, f. 15v a 16
Jorge Soares Pereira	Médico da Corte	5 maio 1634	Certidão de Jorge Soares Pereira, médico e cirurgião da Corte, na qual se atesta que Vicente Ferreira de Andrada, tesoureiro da Casa da Índia, se encontra enfermo com "uma febre de sangue com uma complicação de deitar sangue pela boca" e da "qual enfermidade está sangrado, quatro vezes, e corre sua vida muito risco com qualquer violento movimento, adelgaçando-se o sangue com o andar".	Livro de consultas e papéis do período do governo de Castela 1617-1729, f.36 a 36v
Gabriel Grisley	Médico	10 janeiro 1657	Assento do Senado da Câmara de Lisboa da mercê a Gabriel Grisley, médico de nacionalidade alemã, concedendo-lhe, da tesouraria da Cidade, 20.000 réis para despesas de impressão de um livro sobre Medicina.	Livro 4º de assentos do Senado, f. 98v
António Ferreira	Médico da Cidade	17 março 1659	Assento do Senado da Câmara de Lisboa do provimento do licenciado António Ferreira na serventia do cargo de médico da Cidade, em substituição de Francisco Borges de Azevedo.	Livro 4º de assentos do Senado, f. 123v
António Ferreira	Médico da Cidade	7 março 1691	Registo da carta do provimento do ofício de médico da Cidade passada ao doutor João Bernardes, pela aposentadoria e impedimento do doutor António Ferreira.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1691-1692, f. 30 a 31

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco Borges de Azevedo	Médico da Cidade	17 março 1659	Assento do Senado da Câmara de Lisboa do provimento do licenciado António Ferreira na serventia do cargo de médico da Cidade, em substituição de Francisco Borges de Azevedo.	Livro 4º de assentos do Senado, f. 123v
	Médico da Cidade	7 março 1691	Registo da carta do provimento do ofício de médico da Cidade passada ao doutor João Bernardes de Morais, pela aposentadoria e impedimento do doutor António Ferreira.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1691-1692, f. 30 a 31
João Bernardes de Morais	Médico da Saúde	14 maio 1694	Consulta sobre a conta que deu no Senado Domingos Nogueira de Araújo, provedor-mor da Saúde, de haverem no castelo da cidade de Lisboa "algumas doenças que tinha notícia que poderiam proceder dos muitos corpos que se haviam enterrado no cemitério do Hospital dos Soldados, que estavam tanto à superfície da terra, que deles poderia, resultar dano da Saúde pública" e que após visita dos médicos da Saúde (João Bernardes de Morais, Diogo Mendes de Leão, Henrique da Costa de Oliveira) e do cirurgião (António de Freitas) ao cemitério "todos convieram uniformemente que no dito cemitério se devia lançar quantidade de calça, em tal forma que por todo ele exercessem mais dois palmos de altura e se alcasasse de maneira que não pudesse evaporar ruim cheiro dos ditos corpos".	Livro 13º de consultas e decretos de D. Pedro II, f. 419 a 420v
			Consulta sobre a conta que deu no Senado Domingos Nogueira de Araújo, provedor-mor da Saúde, de haverem no castelo da cidade de Lisboa "algumas doenças que tinha notícia que poderiam proceder dos muitos corpos que se haviam enterrado no cemitério do Hospital dos Soldados, que estavam tanto à superfície da terra, que deles poderia, resultar dano da Saúde pública" e que após visita dos médicos da Saúde (João Bernardes de Morais, Diogo Mendes de Leão, Henrique da Costa de Oliveira) e do cirurgião (António de Freitas) ao cemitério "todos convieram uniformemente que no dito cemitério se devia lançar quantidade de calça, em tal forma que por todo ele exercessem mais dois palmos de altura e se a calcasse de maneira que não pudesse evaporar ruim cheiro dos ditos corpos".	
Henrique da Costa Oliveira	Médico da Saúde	14 maio 1694	Consulta sobre a conta que deu no Senado Domingos Nogueira de Araújo, provedor-mor da Saúde, de haverem no castelo da cidade de Lisboa "algumas doenças que tinha notícia que poderiam proceder dos muitos corpos que se haviam enterrado no cemitério do Hospital dos Soldados, que estavam tanto à superfície da terra, que deles poderia, resultar dano da Saúde pública" e que após visita dos médicos da Saúde (João Bernardes de Morais, Diogo Mendes de Leão, Henrique da Costa de Oliveira) e do cirurgião (António de Freitas) ao cemitério "todos convieram uniformemente que no dito cemitério se devia lançar quantidade de calça, em tal forma que por todo ele exercessem mais dois palmos de altura e se a calcasse de maneira que não pudesse evaporar ruim cheiro dos ditos corpos".	Livro 13º de consultas e decretos de D. Pedro II, f. 419 a 420v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Diogo Mendes de Leão	Médico da Saúde (Casa da Saúde)	14 maio 1694	Consulta sobre a conta que deu no Senado Domingos Nogueira de Araújo, provedor-mor da Saúde, de haver no castelo da cidade de Lisboa "algumas doenças que tinha notícia que poderiam proceder dos muitos corpos que se haviam enterrado no cemitério do Hospital dos Soldados, que estavam tanto à superfície da terra, que deles poderia resultar dano da saúde pública" e que após visita dos médicos da Saúde e do cirurgião ao cemitério "todos convieram uniformemente que no dito cemitério se devia lançar quantidade de calça, em tal forma que por todo ele exercessem mais dois palmos de altura e se a calcasse de maneira que não pudesse evaporar ruim cheiro dos ditos corpos". Médicos (João Bernardes de Morais, Diogo Mendes de Leão, Henrique da Costa de Oliveira). Cirurgião (António de Freitas).	Livro 13º de consultas e decretos de D. Pedro II, f. 419 a 420v
António Bernardo de Andrada	Médico	4 abril 1734	Carta do secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real, sobre o requerimento de António Bernardo de Andrada, que pede provimento no cargo de médico da Saúde do Porto de Belém.	Livro 4º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 127
Francisco Teixeira Torres	Médico dos Senados	6 junho 1734	Consulta do Senado sobre a petição de Francisco Teixeira Torres, na qual solicita que em ocasião de propinas seja provido nelas, à semelhança do que era praticado com os médicos e cirurgiões dos Tribunais da Corte, alegando exercitar a sua ocupação com todo o zelo e cuidado e por ter nos Senados mais incumbências a que assiste e a que deve assistir que os demais oficiais do partido da Corte. Contém despacho do Senado Oriental em razão do ténue ordenado que recebe, que não excede os 25.000 réis.	Livro 10º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental, f. 202 a 203
José Soares de Faria	Médico da Saúde do Porto de Belém	5 fevereiro 1739	Carta de João da Silva Machado Morais, presidente do Senado, sobre o provimento do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, por estar vago devido ao falecimento do proprietário, José Soares de Faria.	Livro 5º. de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 215v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	22 dezembro 1739	Consulta sobre a petição de João Machado de Brito, que pede que lhe seja concedida mercê da propriedade do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, por o cargo se encontrar vago por falecimento do anterior proprietário, José Soares de Faria.	Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 19 a 33v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
João Machado de Brito	Médico da Saúde do Porto de Belém	5 fevereiro 1739	Carta de João da Silva Machado Morais, presidente do Senado, sobre o provimento do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, por estar vago devido ao falecimento do proprietário, José Soares.	Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental, f. 197 a 198
	Médico da Saúde do Porto de Belém	22 dezembro 1739	Consulta sobre a petição de João Machado de Brito, na qual solicita que lhe seja concedida mercê da propriedade do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, por o cargo se encontrar vago por falecimento do anterior proprietário, José Soares de Faria.	Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 19 a 33v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	22 dezembro 1739	Registo da consulta sobre a petição de João Machado de Brito, na qual solicita que lhe seja concedida mercê da propriedade do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, por o cargo se encontrar vago por falecimento do anterior proprietário, José Soares de Faria.	Livro 3º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental, f. 11 a 13
	Médico da Saúde do Porto de Belém	27 junho 1740	Consulta sobre a petição de João Machado de Brito, que pede para ser provido no ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, determinando-se que o "ofício vitalício" seja "criado de novo", que o "provido nele" resida em Belém e os que pretendessem a respetiva serventia fossem, por edital, proponentes como opositores a João Machado de Brito, vindo a ser nomeado o que, por deliberação régia, fosse considerado com "mais requisitos".	Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 68 a 70v
	Médico da Saúde do Porto de Belém (proprietário)	29 maio 1742	Consulta sobre a petição de João Machado de Brito, médico da Saúde do Porto de Belém, na qual solicita que "o Senado lhe fizesse graça de lhe assinar ordenado do mesmo modo que se assinou aos médicos da Saúde da Corte", alegando ter sido o ofício "criado de novo" e "ter a mesma obrigação e exercício" que os demais médicos da Cidade.	Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 219 a 220
	Médico da Corte	5 junho 1742	Carta do secretário de Estado, Pedro da Mota e Silva, sobre João Machado de Brito "não residir" na ocupação de médico da Saúde do Porto de Belém, enquanto assistir, no Paço, à "enfermidade de Sua Majestade".	Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 223
	Médico da Saúde do Porto de Belém	10 dezembro 1743	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1742-1744, f. 50
	Médico da Saúde do Porto de Belém	15 junho 1744	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1742-1744, f. 86v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
João Machado de Brito	Médico da Saúde do Porto de Belém	9 maio 1746	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1745-1746, f. 83v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	26 setembro 1748	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1746-1748, f. 110
	Médico da Saúde do Porto de Belém	2 maio 1749	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1748-1749, f. 82
	Médico da Saúde do Porto de Belém	23 maio 1749	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro 11º de registo de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 18 a 18v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	9 junho 1749	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro 26º. De consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 102
	Médico da Saúde do Porto de Belém	13 dezembro 1749	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo tempo de dois meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro 11º de registo de consultas, decretos e avisos de D. João do Senado Ocidental, f. 87v a 88
	Médico da Saúde do Porto de Belém	23 janeiro 1751	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1750-1751, f. 56
	Médico da Saúde do Porto de Belém	21 junho 1752	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade, f. 84
	Médico da Saúde do Porto de Belém	1 fevereiro 1754	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1754, f. 54
Médico da Saúde do Porto de Belém	16 março 1761	Decreto sobre a petição de Martinho Nicolau Gil, que pede a propriedade do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, por se encontrar vago por falecimento do anterior proprietário, João Machado de Brito, em atenção a ter servido onze anos como médico da família real, "sem ser remunerado com o ordenado costumado", sendo o pedido satisfeito pela concessão de "mercê da propriedade vitalícia do ofício" pretendido.	Livro 1º de registo de decretos de D. José, f. 84 a 85	

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
António dos Santos	Médico	27 junho 1740	Consulta sobre a petição de João Machado de Brito, que pede para ser provido no ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, determinando-se que o "ofício vitalício" seja "criado de novo", que o "provido nele" resida em Belém e os que pretendessem a respetiva serventia fossem, por edital, proponentes como opositores a João Machado de Brito, vindo a ser nomeado o que, por deliberação régia, fosse considerado com "mais requisitos". Opositores a João Machado de Brito: António dos Santos e António Colasso.	Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 68 a 70v
António Colasso	Médico	27 junho 1740	Consulta sobre a petição de João Machado de Brito, que pede para ser provido no ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, determinando-se que o "ofício vitalício" seja "criado de novo", que o "provido nele" resida em Belém e os que pretendessem a respetiva serventia fossem, por edital, proponentes como opositores a João Machado de Brito, vindo a ser nomeado o que, por deliberação régia, fosse considerado com "mais requisitos". Opositores a João Machado de Brito: António dos Santos e António Colasso.	Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 68 a 70v
Tomás da Costa Moreira	Médico da Saúde do Porto de Belém	8 junho 1743	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1743, f. 84
	Médico da Saúde do Porto de Belém	10 dezembro 1743	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1742-1744, f. 50
	Médico da Saúde do Porto de Belém	15 junho 1744	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1742-1744, f. 86v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	9 maio 1746	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1745-1746, f. 83v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	26 setembro 1748	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1748-1748, f. 110

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Tomás da Costa Moreira	Médico da Saúde do Porto de Belém	2 maio 1749	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1748-1749, f. 82
	Médico da Saúde do Porto de Belém	23 maio 1749	Petição de Tomás da Costa Moreira, médico do Porto de Belém, serventuário do cargo por nomeação de João Machado de Brito, proprietário do ofício, na qual solicita que, em caso de impedimento por enfermidade, as visitas da Saúde a bordo de navios ancorados na barra de Belém sejam feitas por Francisco Pereira, cirurgião da Saúde.	Livro 11º de registo de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 18 a 18v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	9 junho 1749	Petição e Decreto a favor de Tomás da Costa Moreira, em que lhe é concedida a faculdade de poder servir, durante seis meses, no cargo de médico da Saúde do Porto de Belém, durante o impedimento de João Machado de Brito, proprietário do ofício.	Livro 26º de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 102
	Médico da Saúde do Porto de Belém	13 dezembro 1749	Petição de Tomás da Costa Moreira, médico serventuário da Saúde do Porto de Belém, por nomeação de João Machado de Brito, proprietário do ofício, na qual solicita que em caso de impedimento seja substituído, nas visitas a bordo, pelo cirurgião da Casa da Saúde.	Livro 11º de registo de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 87 a 87v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	13 dezembro 1749	Decreto a determinar que se conceda prorrogação de licença, "por tempo de mais seis meses", a Tomás da Costa Moreira, serventuário do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém.	Livro 11º de registo de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 87v a 88
	Médico da Saúde do Porto de Belém	13 dezembro 1749	Decreto a favor de Tomás da Costa Moreira, médico serventuário da Saúde do Porto de Belém, concedendo-se licença pelo tempo de mais seis meses e determinando-se que, durante o seu impedimento, "seja por moléstia ou por ou outra qualquer coisa", sirva no cargo o "cirurgião do mesmo Tribunal Francisco Pereira".	Livro 27º de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 109
	Médico da Saúde do Porto de Belém	10 janeiro 1750	Consulta sobre a petição de Tomás da Costa Moreira, médico serventuário da Saúde do Porto de Belém, por nomeação do proprietário, João Machado de Brito, que pede licença por tempo de mais seis meses e que, durante o seu impedimento, o cargo seja ocupado pelo cirurgião Francisco Pereira, alegando que "se lhe faz dificultoso ir ao mar".	Livro 27º de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 107 a 108v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	6 junho 1750	Consulta sobre a petição de Tomás da Costa Moreira, médico serventuário da Saúde do Porto de Belém, por nomeação do proprietário, João Machado de Brito, que pede prorrogação de licença por tempo de mais seis meses e que, durante o seu impedimento, o cargo seja ocupado pelo cirurgião Francisco Pereira, alegando que "se lhe faz dificultoso ir ao mar".	Livro 27º de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 279 a 281

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Tomás da Costa Moreira	Médico da Saúde do Porto de Belém	25 junho 1750	Decreto a favor de Tomás da Costa Moreira, médico serventuário da Saúde do Porto de Belém, concedendo-lhe prorrogação de licença pelo tempo de mais seis meses e determinando-se que, durante o seu impedimento, sirva no cargo o "cirurgião do mesmo Tribunal Francisco Pereira".	Livro 27 ^o de consultas, decretos e avisos de D. João V do Senado Ocidental, f. 281
	Médico da Saúde do Porto de Belém	23 janeiro 1751	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1750-1751, f. 56
	Médico da Saúde do Porto de Belém	21 junho 1752	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de Registo da Chancelaria da Cidade 1751-172, f. 84
	Médico da Saúde do Porto de Belém	11 abril 1753	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753, f. 75v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	1 fevereiro 1754	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Tomás da Costa Moreira, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, João Machado de Brito, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753-1755, f. 54
José Rodrigues Fernandes	Médico da Cidade, da Saúde e Hospital de São Lázaro	21 junho 1748	Carta de provimento da propriedade trienal do ofício de médico da Cidade, da Saúde e Hospital de São Lázaro, passada a Jorge da Mata Gião, médico da família real, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, José Rodrigues Fernandes.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1746-1748, f. 19v a 20v
Jorge da Mata Gião	Médico da Família Real	21 junho 1748	Carta de provimento da propriedade trienal do ofício de médico da Cidade, da Saúde e Hospital de São Lázaro, passada a Jorge da Mata Gião, médico da família real, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, José Rodrigues Fernandes.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1746-1748, f. 19v a 20v
	Médico da Cidade, da Saúde e Hospital de São Lázaro	21 junho 1748	Carta de provimento da propriedade trienal do ofício de médico da Cidade, da Saúde e Hospital de São Lázaro, passada a Jorge da Mata Gião, médico da família real, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, José Rodrigues Fernandes.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1746-1748, f. 19v a 20v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Alexandre Alves Coutinho	Médico da Saúde da praça de Cascais	24 dezembro 1751	Carta de mercê da propriedade do ofício de médico da Saúde da praça de Cascais passada a Alexandre de Alves Coutinho, médico do Hospital Militar da praça de Cascais.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1751-1752, f. 2 a 2v
	Médico do Hospital Militar da praça de Cascais	24 dezembro 1751	Carta de mercê da propriedade do ofício de médico da Saúde da praça de Cascais passada a Alexandre de Alves Coutinho, médico do Hospital Militar da praça de Cascais.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1751-1752, f. 2 a 2v
Manuel Franco Belchior	Médico da Saúde do lugar da Figueira, da foz do Mondego	3 novembro 1753	Carta de provimento da propriedade trienal do ofício de médico da Saúde do lugar da Figueira, da foz do Mondego, comarca de Coimbra, passada a Manuel Franco Belchior.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1753, f. 42 a 42v
Martinho Nicolau Gil	Médico da Saúde do Porto de Belém	10 abril 1756	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Martinho Nicolau Gil, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 67
	Médico da Saúde do Porto de Belém	11 dezembro 1756	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Martinho Nicolau Gil, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 104
	Médico da Saúde do Porto de Belém	7 junho 1758	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, passada a Martinho Nicolau Gil, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1758, f. 99v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	5 julho 1759	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Martinho Nicolau Gil, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756-1759, f. 102v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	10 janeiro 1760	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Martinho Nicolau Gil, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1760, f. 71
	Médico da Saúde do Porto de Belém	10 setembro 1760	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Martinho Nicolau Gil, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade, f. 110v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	16 março 1761	Decreto sobre a petição de Martinho Nicolau Gil, que pede a propriedade do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém, por se encontrar vago, por falecimento do anterior proprietário, João Machado de Brito, em atenção a ter servido onze anos como médico da família real, "sem ser remunerado com o ordenado costumado", sendo o pedido satisfeito pela concessão de "mercê da propriedade vitalícia do ofício" pretendido.	Livro 1º de registo de decretos de D. José, f. 84 a 85
Médico da Saúde do Porto de Belém	27 julho 1763	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Martinho Nicolau Gil, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763, f. 18v a 19	

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Martinho Nicolau Gil	Médico da Saúde do Porto de Belém	5 outubro 1767	Carta de provimento da propriedade do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Pascoal Pires de Castro, por o cargo se achar vago, por falecimento do proprietário, Martinho Nicolau Gil.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1766-1767, f. 29v
Caetano José Rodrigues	Médico da Cidade e da Saúde	3 agosto 1756	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e Saúde, passada a Caetano José Rodrigues.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 81v
Manuel do Couto Guerreiro	Médico da Saúde da vila de Setúbal	12 agosto 1756	Carta de mercê da propriedade trienal do ofício de médico da Saúde da vila de Setúbal, passada a Manuel do Couto Guerreiro, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, José António de Faria.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 344 a 344v
José António de Faria	Médico da Saúde da vila de Setúbal	12 agosto 1756	Carta de mercê da propriedade trienal do ofício de médico da Saúde da vila de Setúbal, passada a Manuel do Couto Guerreiro, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, José António de Faria.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 344 a 344v
António Ferreira	Médico da Saúde do Porto da Figueira da foz do Mondego	25 agosto 1756	Carta de propriedade trienal do ofício de médico da Saúde do Porto da Figueira, da foz do Mondego, passada a António Ferreira, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, Manuel Franco.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 347 a 347v
Manuel Franco	Médico da Saúde do Porto da Figueira da Foz do Mondego	25 agosto 1756	Carta de propriedade trienal do ofício de médico da Saúde do Porto da Figueira, da foz do Mondego, passada a António Ferreira, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, Manuel Franco.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1756, f. 347 a 347v
Diogo António Correia	Médico da Saúde da vila de Aveiro	11 maio 1758	Carta de provimento da propriedade trienal do ofício de médico da Saúde da vila de Aveiro, passada a Diogo António Correia.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1758, f. 8 a 8v
Luís da Costa Portugal	Médico da Cidade e da Casa da Saúde	29 março 1762	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Casa da Saúde passada a Luís da Costa Portugal, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1762, f. 86v
	Médico da Saúde	20 outubro 1762	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde passada a Luís da Costa Portugal, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1762, f. 116v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco Marques dos Santos	Médico da Cidade e da Saúde	26 março 1763	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 75v
	Médico da Cidade e da Casa da Saúde	6 agosto 1764	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 105v
	Médico da Cidade e da Saúde	7 fevereiro 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1765, f. 49
	Médico da Cidade e da Saúde	27 agosto 1765	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, Jorge da Mata Gião, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1765, f. 81v
	Médico da Saúde	18 março 1766	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 60
	Médico da Casa da Saúde	13 novembro 1766	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1764-1766, f. 355
	Médico da Saúde	15 junho 1767	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1766-1767, f. 78v
	Médico da Saúde	13 junho 1768	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768, f. 95
	Médico da Saúde da cidade de Lisboa	15 março 1769	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1768-1769, f. 110
Médico da Saúde da cidade de Lisboa	30 janeiro 1770	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1769-1770, f. 107v	
Médico da Saúde da cidade de Lisboa	3 outubro 1770	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1769-1770, f. 123	

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
Francisco Marques dos Santos	Médico da Saúde da cidade de Lisboa	23 maio 1771	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1771, f. 101v
	Médico da Saúde da cidade de Lisboa	3 junho 1772	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Cidade e da Saúde passada a Francisco Marques dos Santos, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772, f. 102
Manuel Batista de Almeida	Médico da Saúde da vila da Moita	27 novembro 1763	Carta de provimento da propriedade do ofício de médico da Saúde da vila da Moita e seu termo, passada a Manuel Batista de Almeida.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763, f. 32 a 32v
José Duarte Vidigal da Silveira	Médico da Saúde da vila de Alhos Vedros e seu termo	20 julho 1764	Carta de provimento da propriedade do ofício de médico da Saúde da vila de Alhos Vedros e seus anexos passada a José Duarte Vidigal da Silveira.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 29 a 29v
Manuel Jorge Pinheiro	Médico da Saúde da vila de Santiago do Cacém	21 julho 1764	Carta de provimento da propriedade do ofício de guarda-mor da Saúde da vila de Santiago do Cacém passada a Manuel Jorge Pinheiro, "médico da mesma vila".	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1763-1764, f. 27 a 27v
Pascoal Pires de Castro	Médico da Saúde do Porto de Belém	5 outubro 1767	Carta de provimento da propriedade do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Pascoal Pires de Castro, por o cargo se achar vago por falecimento do proprietário, Martinho Nicolau Gil.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1766-1767, f. 29v
	Médico da Saúde do Porto de Belém	22 abril 1774	Carta de provimento da propriedade do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Manuel da Silva Moreira Paizinho, por o cargo se encontrar vago, por falecimento do proprietário, Pascoal Pires de Castro.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774, f. 6v a 7
José Cardim Franco e Gouveia	Médico da Saúde	8 novembro 1772	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde passada a José Cardim Franco e Gouveia, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772, f. 121v
	Médico da Saúde da Cidade	26 agosto 1773	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde passada a José Cardim Franco e Gouveia, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1772-1773, f. 113v
	Médico da Saúde da cidade de Lisboa	22 setembro 1774	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde passada a José Cardim Franco e Gouveia, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774, f. 103v
	Médico da Saúde da cidade de Lisboa	3 abril 1775	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde passada a José Cardim Franco e Gouveia, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774-1775, f. 92v

Nome	Cargo / Ofício	Data(s)	Registo de atividade	Suporte documental
José Cardim Franco e Gouveia	Médico da Saúde da cidade de Lisboa	4 março 1776	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde passada a José Cardim Franco e Gouveia, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1776, f. 101v
	Médico da Casa da Saúde da cidade de Lisboa	7 novembro 1776	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde passada a José Cardim Franco e Gouveia, pelo período de seis meses.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1776, f. 128v
Manuel da Silva Moreira Paizinho	Médico da Saúde do Porto de Belém	22 abril 1774	Carta de provimento da propriedade do ofício de médico da Saúde do Porto de Belém passada a Manuel da Silva Moreira Paizinho, por o cargo se encontrar vago por falecimento do proprietário, Pascoal Pires de Castro.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1774, f. 6v a 7
José Cardim Manni	Médico da Saúde da cidade de Lisboa	30 outubro 1775	Carta de provimento da serventia do ofício de médico da Saúde da cidade de Lisboa passada a José Cardim Manni, pelo período de seis meses, em substituição do proprietário, seu pai, que se encontrava impedido.	Livro de registo da Chancelaria da Cidade 1776, f. 72v

HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS

Com base no mesmo suporte documental e na relação dos oficiais de saúde referenciados e elencados nos quadros anteriores, extrairam-se apenas aqueles que prestaram serviço no Hospital Real de Todos os Santos para as competências de físico, cirurgião, enfermeiro-mor e sangrador, cuja identificação se apresenta na tabela seguinte.

Oficiais de Saúde do Hospital Real de Todos os Santos

Cargo	Identificação dos providos	Total de providos	Ordenado (anual)	Rendimento complementar	Área funcional	Conteúdo funcional	Requisitos	
Físico	Miguel Cabreira (14 dezembro 1604)	1	18.000 reais	Sem rendimento complementar	Cuidados de saúde (medicina)	Consulta clínica	Letrado e licenciado Certificado do ofício de físico	
						Diagnóstico clínico		
						Prescrição de terapêutica		
						Prescrição de dieta alimentar		
Cirurgião	Jorge de Castro (20 maio 1610)	2	12.000 reais	Alojamento	Cuidados de saúde (cirurgia)	Consulta clínica	Letrado	
	António de Figueiredo (20 março 1694)			Diagnóstico clínico				
				Prescrição de terapêutica		4 anos de prática cirúrgica		
				Prescrição de regime alimentar				
Enfermeiro-mor	D. José de Meneses e Távora (27 abril 1678)	4	6.000 reais	Alojamento	Cuidados de enfermagem	Administração de cuidados terapêuticos	Letrado	
	Visconde de Barbacena (24 setembro 1733)					Gestão de equipa de enfermagem		
				D. Luís de Sousa (27 setembro 1745)		Alimentação	Gestão de enfermaria Gestão de procedimentos fúnebres	De boa condição Sem escândalo
				Conde de Valadares (21 abril 1750)				
Sangrador	Manuel Guerra (5 maio 1612)	4	3.000 reais	Sem rendimento complementar	Cuidados de higiene	Fazer barba	Certificação do ofício de barbeiro e de sangrador	
	Domingos Álvares (2 dezembro 1616)							
	Domingos Rodrigues (9 abril 1620)				Cuidados terapêuticos	Cortar cabelo		
	António de Araújo (5 junho 1628)					Execução de processos flebotómicos		

Tabela dos providos em cargos de saúde (1492-1775) com base na documentação selecionada no âmbito do Projeto Hospital Real de Todos os Santos.

FÍSICOS

O cargo de físico do Hospital Real de Todos os Santos foi criado no reinado de D. Manuel por Regimento outorgado em 1504. Este diploma fixava, para as artes de curar, um físico em regime de internato, letrado e graduado (bacharel ou licenciado) recebendo uma tença anual de 18.000 reais, “hade haver no dito Esprital hum Físico ao qual ordenamos de seu mantimento por anno dezouto mil reaes sem mais outro comer, este Físico ha de viver dentro no Esprital nas cazas que lhe sam ordenadas”⁹.

Competia ao físico visitar todos os doentes duas vezes por dia, “pela manhã em sahindo o sol e à tarde até às duas”¹⁰, tanto nas enfermarias como nas “outras casas”¹¹, cujo início era assinalado por um toque de campainha para que fosse formalizado o percurso e o horário das examinações, “quando aqui nestes tempos as ditas visitas ouver de vir fazer, será tangida pelo dito Físico, ou mandada por ele tanger outo, ou dez golpes huma campão, que no dito Esprital estara por ele ordenada em lugar conveniente para ello sinal da dita campam ser sabido como o dito Físico he vindo para fazer sua visitação”¹².

As disposições regulamentares para o cargo previam que, durante as visitas, fosse acompanhado por uma equipa que assegurava funções de administração, de serviços de apoio e de exercício de práticas curativas: provedor, vedor, hospitaleiro, enfermeiro-mor, cirurgião e boticário, “logo se ajuntarão com o dito Físico o Provedor, e Veador, e Espritaleiro, e todos os outros Officiaes do Esprital, que a visitação ouverem de estar, segundo que em seu regimento lhe será deccrarado”¹³.

Na observação diária dos doentes internados, o enfermeiro-mor, que acompanhava o físico, assentava numa tábua o nome e o número da cama de cada um dos enfermos, “levando na mão huma taboa que elle terá, em que será escrito o número de todolos enfermos da sua enfermaria”¹⁴.

O físico tinha como responsabilidade prestar cuidados primários de saúde que, na prática, se consubstanciavam na verificação da pulsação e na observação da urina, que lhe era trazida pelos ajudantes de enfermaria. Após diagnóstico, ou seja, “feita a vesitação dos pulsos dos doentes”¹⁵ e vistas “as agoas de cada um que lhe serão dadas pelos enfermeiros pequenos”¹⁶, o físico determinava qual o tratamento clínico a observar e prescrevia a título individual os remédios, que eram anotados “para cada hum doente em título apartado”¹⁷, numa “imenta comprida da folha de papel de marca grande encarnada”¹⁸, trazida pelo boticário para que procedesse à sua composição. O registo da terapêutica era feito em secção separada apenas no caso das purgas “apartadas por sy de todas as qualidade de mezinhas, debaxo de doutro titulo, por que humas mezinhas serem tam desvariadas das outras, nos parece bem estarem asy apartadas em títulos por sy”¹⁹. As mezinhas ordenadas pelo físico, também poderiam ser assentes pelo boticário, caso este fosse “melhor escrivão, e mais despachado”²⁰.

Para que houvesse eficácia no uso de medicamentos, ficava obrigado a “sempre prover a imenta da receptas das mezinhas para saber se gastaram todas, porque ás vezes se manda fazer uma mezinha, e o paciente a não toma”²¹.

⁹ CORREIA, Fernando da Silva, pref. – *Regimento do Hospital de Todos os Santos*. Lisboa: Sanitas, 1946. p. 20.

¹⁰ *Idem*, p. 47.

¹¹ *Idem*, p. 49.

¹² *Idem*, p. 47.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Idem*, p. 48.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Idem*, p. 12.

¹⁸ *Idem*, p. 48.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Idem*, p. 49.

Neste âmbito, as receitas eram providas da melhor forma possível, controlando-se a aderência à posologia da medicação estabelecida, sem omissões, nem sobredosagem, “proverá sempre as ditas receptas, e aproveitará as mezinhas o melhor que se possa fazer e falloha de maneira que se não possa fazer cousa indevida e seja tudo aproveitado como devem”²².

O físico tinha ainda como incumbência indicar qual a dieta a ser seguida por cada um dos internados, a qual era apontada pelo enfermeiro-mor numa tábua individual para cada doente. Após assento, a tábua era entregue ao vedor para que providenciasse na cozinha a respetiva confeção “para por aly se mandar fazer o comer na Cozinha pelo Veador”²³. Nesta prática podia ser substituído pelo cirurgião que detinha prerrogativa para impor o regime alimentar.

Para além das tarefas mencionadas, o físico tinha como obrigação realizar, na aceção atual do termo, consultas externas, “ver todolos enfermos que á porta do Esprital vierem, e de aly á porta lhe ver suas agoas, e tomar seus pulsos, e dar todo conselho, e remedio, que para suas curas lhe parecer compridouro em toda consolação, e boa vontade todas, e quantas vezes aly vierem”²⁴, e examinar enfermos com algumas patologias do foro infetocontagioso (sífilis) que se encontravam apartados na Casa das Bubas, “vezitar os doentes das Boubas em todo aquello, que Fisica tocar, e remedialos ha, e curará o melhor que puder na casa apartada, que para os ditos doentes hordenamos no dito Esprital”²⁵.

A 6 de abril de 1775, data do registo da mudança dos doentes do Hospital Real de Todos os Santos para o Colégio de Santo Antão sob a nova designação de Hospital de São José, o ofício de físico continuava ativo²⁶.

CIRURGIÕES

O cargo de cirurgião do Hospital Real de Todos os Santos foi criado no reinado de D. Manuel, por Regimento outorgado em 1504. Este diploma fixava, para as artes de curar, dois cirurgiões, “ordenamos por que seja melhor servido, e os doentes que de Cellorgia ouverem de ser curados, melhor remediados, que tenha dous Sollorgiaes”²⁷, um dos quais em regime de internato, “hum, que seja obrigado a viver no Esprital no apozentamento que lhe é ordenado, e o outro que viva fora delle”²⁸.

Os oficiais deste cargo eram letrados e o regulamento previa, para o que tinha obrigatoriedade de residir no hospital, a atribuição de 12.000 reais por ano e, para o que vivesse fora, o ordenado anual de 6.000 reais, “ao que ha de viver dentro por que ha de ter mais comum trabalho, ordenamos de seu mantimento por anno doze mil reaes e ao que ha de viver de fora seis mil reaes”²⁹.

O cirurgião de dentro contava com o apoio de dois auxiliares que auferiam anualmente o salário de 2.000 reais e alimentação diária, “ao sollorgiam que ha de viver dentro ordenamos pelo mais trabalho, que asy hade ter dous moços que o ajudem, a cada hum dos quaes mandamos que seja dado em cada hum ano dous mil reaes e hão comer no Refeitorio”³⁰.

²² *Ibidem*.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Hospital de São José, Registo Geral, Livro 944, f. 2 (numerado 1A).

²⁷ CORREIA, Fernando da Silva, pref. – *Regimento do Hospital de Todos os Santos*. Lisboa: Sanitas, 1946, p. 83.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Idem*, p. 20.

³⁰ *Ibidem*.

Competia a ambos (cirurgião interno e externo) visitar duas vezes por dia os enfermos internados, “estes Selorgiaes ambos sam obrigados de visitar duas vezes ao dia todos os Enfermos que ouver no dito Esprital e que de Cillurgia ouverem de ser curados”³¹. Durante a examinação asseguravam tarefas idênticas às estipuladas para o físico, “nas visitasões terem a maneira, e regimento, que atraz fica decrarado no Regimento do Físico”³². Prestavam cuidados terapêuticos, prescreviam remédios para serem confeccionados pelo boticário, e fixavam o regime alimentar para cada doente, “asy no receitar de mezinhas do Boticario, como no que se ouver de Ordenar para o comer dos taes doentes”³³. A articulação com a cozinha do hospital era garantida pelo vedor observando-se os mesmos procedimentos que os dispostos no Regimento para o título do cargo de físico, “em a qual maneira o cumpriram, e satisfarão os ditos Cellorgiaes como aos Físicos está mandado, que o fação”³⁴.

O cirurgião de dentro tinha ainda como incumbência funções de ensino, fazendo parte da sua esfera de ação ler diariamente uma lição de teoria e de prática de cuidados cirúrgicos aos dois ajudantes que lhe davam apoio, “mandamos que o dito Cellorgiam que ha de viver dentro no Esprital leya cada dia huma lição aos seus dous mosso que hade ter”³⁵, “para aprenderem theorica, e pratica, e poderem ficar ensinados para o serviço do dito Esprital”³⁶.

A 6 de abril de 1775, data do registo da mudança dos doentes do Hospital Real de Todos os Santos para o Colégio de Santo Antão sob a designação de Hospital Real de São José, o ofício de cirurgião continuava ativo.

ENFERMEIROS

O cargo de enfermeiro-mor foi criado no reinado de D. Manuel, por Regimento outorgado em 1504. Este diploma fixava, para as artes de cuidar, quatro enfermeiros maiores, em regime de internato, três dos quais para assistir nas enfermarias e um para prestar cuidados de enfermagem na Casa das Bubas, “hade haver quatro enfermeiros mayores, convem a saber trez das Enfermarias de dentro do dito Esprital e hum da Caza das Bubas”³⁷, e “estes todos quatro hamde viver dentro do Esprital nas cazas que lhe sam ordenadas”³⁸. Recebiam como pagamento pelas funções desempenhadas a remuneração anual de 6.000 mil reaes, alojamento e alimentação³⁹, e “hade haver cada um deles de seu mantimento por anno seis mil reaes, e mais hamde comer no Refeitório do Esprital, estes todos quatro hamde viver dentro no Esprital nas cazas que lhe sam ordenadas”⁴⁰.

Para o exercício do cargo era requerido ser “homem caridoso, de boa condição, e sem escandalo”⁴¹, sendo recrutado entre detentores de títulos nobiliárquicos e de membros de ordens religiosas. No apoio às tarefas que lhe estavam atribuídas por Regimento, contavam com ajudantes de enfermaria designados como enfermeiros pequenos, num rácio de quatro enfermeiros pequenos para sete enfermeiros-mores, “para estas quatro Enfermarias ordenamos sete Enfermeiros pequenos para ajudadores dos Enfermeiros Mayores”⁴².

³¹ *Idem*, p. 83.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Idem*, p. 84.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Idem*, p. 20-21.

³⁸ *Idem*, p. 21.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Idem*, p. 69.

⁴² *Idem*, p. 20.

Os enfermeiros-mores tinham como principal competência a supervisão das enfermarias e a assistência a todos os internados na vertente de prestação de cuidados de enfermagem, “que tenha cuidado principal da Cura, e Vezitação dos doentes, que houver na Enfermaria, de que for encarregado”⁴³.

Integravam a equipa de cuidados de saúde que visitava duas vezes os enfermos e da qual faziam parte, para além deles, o provedor, o vedor, o hospitaleiro, o físico, o cirurgião e o boticário, e assentavam numa tábua, num registo personalizado, os nomes dos doentes e o número da cama que lhes era atribuída, “terá taboa feita de todos os doentes, que na sua Enfermaria ouver, decrarados por nome”⁴⁴. Anotavam ainda, da mesma forma, as prescrições do físico para o tipo de dieta a ser observada, “escreverá o dito Enfermeiro mayor, o que o dito Físico por bem da sua vezitação ordenar para comer”⁴⁵.

Eram responsáveis por todos os serviços a prestar aos doentes, tanto de higiene pessoal, como de limpeza de roupa individual e de cama, “sam obrigados de ter carrego de todo o serviço dos doentes”⁴⁶, devendo servi-los com “toda caridade, e amor que devem por Deoz, e por os próximos”⁴⁷, “farlheham, as camas o mais limpamente, que o poderem fazer”⁴⁸ e “tellosam sempre bem limpos”⁴⁹. Estavam ainda incumbidos de assegurar a higienização das enfermarias, “terão muy bem limpas e varidas as enfermarias”⁵⁰, assim como “muy bem limpos os ourinoes”⁵¹. Estas tarefas, embora fossem supervisionadas pelo enfermeiro-mor, eram efetuadas pelos enfermeiros pequenos, por camareiros e ainda por escravos, “e varrellasham os ditos Enfermeiros pequenos, e alimparão tantas vezes ao dia quantas convir para que sempre estam limpas, e fora de mau cheiro”⁵², e “os ditos Enfermeyros mayores, terão poder para os ditos Escravos a limpeza dos ditos camareiros mandarem fazer”⁵³. O recurso a escravos estava direcionado para intervenções de fundo, para eliminar sujidade e eram feitas com periodicidade variável, consoante a época do ano, no inverno “huma vez na semana”⁵⁴, e no verão “duas vezes por semana”⁵⁵.

Quanto a cuidados terapêuticos, competia-lhes administrarem as purgas e mezinhas determinadas pelo físico, “seram obrigados de dar purgas aos doentes da sua Enfermaria, e asy de toda outra mezinha que lhe ouver de ser dada, e lamedores, e toda outra couza, que mezinha for naqueles tempos”⁵⁶.

Participavam nas práticas de flebotomia, efetivadas pelo sangrador, tendo como atribuição requerer ao hospitaleiro material considerado necessário para a intervenção: panos e ataduras “seram obrigados de ser presentes a mais sangrias, e de lhes ministrar, e fazer todo o que para ellas convier e requererem ao Espritaleiro as ataduras, e panos, que para isso comprirem, e de com grande cuidado, e diligencia nisso servirem”⁵⁷.

Para além disso, deviam ter sempre em armários das enfermarias, mediante requisição semanal ao provedor, uma reserva de “alguns reparios”⁵⁸, “o dito nosso Provedor mandará dar, e entregar para asy nos ditos Armarios

⁴³ *Idem*, p. 69.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Idem*, p. 70.

⁴⁶ *Idem*, p. 71.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Idem*, p. 72.

⁵⁶ *Idem*, p. 73.

⁵⁷ *Idem*, p. 75.

⁵⁸ *Ibidem*.

terem em tanta quantidade, que possa abastar para toda huma semana”⁵⁹. Estes, consistiam basicamente em ambientadores para anular odores desagradáveis e algumas substâncias coadjuvantes de terapêutica, “dasucar rosado, e agoas de cheiro, e de outros cordiaes, e asy cheiros para se darem aos doentes de noute, e de dia quando lhe parecer necessário”⁶⁰.

O enfermeiro-mor tinha como obrigação assistir aos enfermos durante a noite, contando para o efeito, tal como nos períodos diurnos, com a ajuda dos enfermeiros-pequenos, “sam obrigados os ditos Enfermeiros mayores, e asy os pequenos de cada Enfermaria de Vellarem todas as noutes a gyros todos os Enfermos de suas Enfermarias”⁶¹.

Faziam também parte dos cuidados de enfermagem algumas diligências em caso de falecimento dos internados: amortilhar e remover o corpo de forma discreta para não perturbar os outros doentes, “amortalhaloham, e requerão ao Espritaleiro o lençol que haja de hir á cova”⁶² e “tiraloham do leito onde gouver pelo corredor que está detraz dos leitos por que os outros doentes os não possam ver”⁶³. O apoio na morte abrangia ainda providências para o enterramento, “hiram logo requerer ao que tiver cargo de fazer as Covas que lhe vá fazer a Cova no lugar do jazigo ordenado para os finados do Esprital”⁶⁴, e práticas *post mortem*: retirar a roupa de cama do leito onde o doente havia jazido e encaminhá-la para assepsia “seram obrigados de tirar a roupa da cama do leito em que o tal finado jazia, e da entregarem ao Espritaleiro”⁶⁵ para “a mandar correjer, lavar e alimpar”⁶⁶.

Os cuidados de enfermagem disponibilizados no Hospital Real de Todos os Santos eram também assegurados por mulheres, situação que estava prevista no Regimento outorgado por D. Manuel I em 1504. Este regulamento determinava a existência de uma enfermeira interna “e hade viver dentro no Esprital no apozentamento que lhe he ordenado”⁶⁷, com o rendimento anual de 3.000 reais, para assistir a mulheres, “huma Enfermeira das molheres esta hade haver de seu mantimento por anno trez mil reaes”⁶⁸. Para além do rendimento que auferia em cada ano, tinha ainda direito a alimentação diária, “E mais hade comer no refeitório”⁶⁹. Para apoio nas tarefas que lhe competiam, era-lhe atribuída uma enfermeira auxiliar, residente na unidade hospitalar, com o ordenado de 2.000 reais “huma ajudadeira, a qual hade haver por anno dous mil reaes, e mais hade comer no refeitório e hade viver dentro no Esprital, e agazalharseha com a dita Enfermeira”⁷⁰.

O conjunto de tarefas fixadas tanto para a enfermeira como para a ajudante, por ela supervisionada, era o mesmo que os fixados, respetivamente, para os enfermeiros-mores e para os oficiais menores. O regime geral de prestação de cuidados de enfermagem incluía apenas como disposição excecional o facto de as enfermeiras, independentemente do seu grau de oficialato, terem a sua esfera de ação direcionada apenas para a ala norte do hospital, local onde se situava a enfermaria de Santa Clara destinada a mulheres com febres e feridas.

A 6 de abril de 1775, os doentes do Hospital Real de Todos os Santos são transferidos para o Colégio de Santo Antão, sob a nova designação de Hospital Real de São José. À data, a estrutura orgânica e funcional não tinha sido alterada, continuando a fazer parte do quadro de pessoal o enfermeiro-mor, estando provido nele D. Francisco Furtado de Mendonça⁷¹.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ *Idem*, p. 71.

⁶² *Idem*, p. 72.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ *Idem*, p. 73.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ *Idem*, p. 22.

⁶⁸ *Idem*, p. 21-22.

⁶⁹ *Idem*, p. 22.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ Hospital de São José, Registo Geral, Livro 944, f. 2 (numerado 1A).

O cargo de enfermeiro-mor é extinto pela primeira vez em 1913, por Decreto de 9 de junho, diploma que regulou a criação dos Hospitais Cíveis de Lisboa, voltando a ser reativado em 1927 e tendo perdurado durante todo o período do Estado Novo.

SANGRADORES

O cargo de barbeiro e sangrador do Hospital Real de Todos os Santos foi criado no reinado de D. Manuel, por Regimento outorgado em 1504. Este diploma fixava, para a prática da flebotomia, um barbeiro sangrador sem regime de internato, com remuneração anual de 3.000 réis e sem outro tipo de ajudas de custo, “hum barbeiro, e Sangrador, o qual hade haver por anno de seu mantimento trez mil réis, sem mais outro comer, nem hade viver dentro”⁷².

Competia aos providos no ofício de barbeiro e sangrador do Hospital Real de Todos os Santos fazer a barba e a tosquia dos enfermos, “he obrigado de fazer todas as Barbas, e tosquiar todos os doentes e Enfermos do dito Esprital, convem a saber cada vez, que lhe cumprir, e ouverem mester, e eles o requererem”⁷³. Tinham ainda como atribuição sangrar os doentes, sempre que fosse requerido e ordenado pelo físico, não recebendo pela prática dos atos de flebotomia nenhum emolumento, para além do rendimento anual estipulado para o exercício do cargo, “não hade haver nenhum premio, somente o mantimento que em cada hum anno lhe está ordenado á custa do Esprital”⁷⁴.

Presente na sangria, estava o enfermeiro-mor de cada uma das enfermarias, que providenciava para que o material necessário estivesse sempre disponível, requerendo, para o efeito, panos e ataduras ao hospitaleiro, “seram obrigados de ser presentes a mais sangrias, e de lhes ministrar, e fazer todo o que para ellas convier e requererem ao Espritaleiro as ataduras, e panos, que para isso comprirem, e de com grande cuidado, e diligência nisso servirem”⁷⁵.

A 6 de abril de 1775, os doentes do Hospital Real de Todos os Santos são transferidos para o Colégio de Santo Antão sob a nova designação de Hospital Real de São José. À data, a estrutura orgânica e funcional não tinha sido alterada, continuando a fazer parte do quadro de pessoal o barbeiro sangrador. O ofício é formalmente extinto na segunda metade do século XIX, por Decreto de 13 de junho de 1870.

Adelaide Brochado, Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal.
adelaide.brochado@cm-lisboa.pt

BROCHADO, Adelaide - Relação dos oficiais de saúde na cidade de Lisboa (1504-1775).
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 149 – 213.

⁷² CORREIA, Fernando da Silva, pref. – *Regimento do Hospital de Todos os Santos*. Lisboa: Sanitas, 1946. p. 22.

⁷³ *Idem*, p. 91.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *Idem*, p. Livro 126, f. 82v. e 83).

**MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato da Gama-Rosa,
orgs. – *Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil
e Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.**

Viver e morrer entre mares

Aldrin Moura de Figueiredo

“Porque não considero o mundo como uma hospedaria, mas como um hospital; não como um lugar para se viver, mas para morrer”.

Sir Thomas Browne, *Religio Medici*, parte 2, sessão 11, 1643.

Há muito, a história da saúde e da doença se ocupa dos hospitais. Sua história longínqua e entrelaçada no tempo revela a imagem do doente retirado do lar e do convívio familiar para tratamento e recuperação. A etimologia portuguesa ajuda, aquando da afirmação das línguas modernas. Já no século XVI, em Lisboa documenta-se o termo “hospital” como tradução do francês “hôpital”, usado pelo menos desde o século XII por derivação da forma latina “hospitale”, que quer dizer ter um hóspede, gozar hospitalidade. Os grandes medievalistas como Marc Bloch (1886-1944), Georges Duby (1919-1996), Michel Mollat (1911-1996), Bronislaw Geremek (1932-2008) ou Jacques Le Goff (1924-2014) dedicaram largas passagens sobre esses locais de passagem e acolhimento, via de regra de caráter religioso, como demonstra o termo Hôtel-Dieu, por volta do século VII, na França.

Certamente, porém, uma importante inflexão na historiografia contemporânea ocorre nas décadas de 1950 e 1960, com a obra de Michel Foucault (1926-1984). O filósofo-historiador avalia o nascimento do hospital, em sua acepção de instrumento terapêutico, como obra do Século das Luzes, na conjuntura da Revolução Francesa, nas principais capitais da Europa. Do passado, o hospital traz os conceitos de beneficência e filantropia, estimulados por nomes com John Howard (1726-1790), conhecido como o reformador das prisões, além do médico Jacques--René Tenon (1724-1816), autor das célebres *Memórias sobre os Hospitais de Paris*, de 1788, editadas a pedido da Academia de Ciências de Paris, durante os debates da reconstrução do antigo Hotel-Dieu. Aí, exatamente aí, entra a arquitetura do hospital, o *savoir-faire* da edificação com o estudo de plantas e desenhos, relatos documentais, muitos dos quais reunidos posteriormente, ao tempo de Jules Michelet (1798-1874) e Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), em dossiês que foram determinantes nas reformas, nos restauros e nas novas construções dos hospitais.

Com isso, os historiadores foram se dando conta que a escrita da história dos hospitais estava intimamente relacionada com a análise das condições políticas, com a movimentação da economia, com as transformações culturais, com as rupturas e permanências nos sistemas de valores, assim como com as mudanças no traçado das cidades. Por isso mesmo, o século XIX talvez seja a época das maiores transformações nas concepções acerca

desses espaços de saúde, exatamente no momento em que as antigas noções de caridade se embatem com algumas das múltiplas visões da ciência, ou, de outro modo, concepções de cura relacionadas à piedade e bondade cristãs se chocam com os protocolos da direção hospitalar, agora sob o olhar da chamada medicina moderna.

No livro *Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal*, organizado pela arquiteta e antropóloga Cybelle Salvador Miranda e pelo arquiteto e urbanista Renato da Gama-Rosa Costa, temos um amplo panorama de estudos sobre as transformações e os usos dos espaços hospitalares no Brasil e em Portugal no século XIX, levando em consideração alguns locais importantes nas conexões das redes e fluxos migratórios entre os dois países, como Rio de Janeiro, Belém do Pará, Lisboa, Porto e Fafe. Inicialmente, Inês El-Jaick de Andrade, Renato da Gama-Rosa Costa e Éric Alves Gallo apresentam acurada arqueologia dos edifícios de saúde no Rio de Janeiro do século XIX, dedicando-se na investigação da linguagem arquitetônica neoclássica nos hospitais cariocas do século XIX, tomando como espectro a posição do Rio de Janeiro como capital da corte imperial, com intensa passagem e migração de artistas e influências do ensino das artes na antiga Academia Imperial de Belas de Artes.

Os hospitais são tomados aqui como parte desse patrimônio arquitetônico, em si laboratórios de experimentações estéticas e de expressivas transformações na vida urbana, com o neoclassicismo e seus aportes provenientes do movimento historicista eivado de fantasias do romantismo artístico e literário. Em comum acordo com o que vem sendo posto na historiografia internacional, a arquitetura aqui é parte de uma história polissêmica da saúde no espaço citadino, com o crescimento populacional, as inflexões na legislação e o amargo contexto das epidemias, com uma cronologia detalhada, incluindo endemias, desde casos da Febre de Macau, entre 1828 e 1834, passando pelas epidemias de Febre Amarela e Sarampo, desde 1835 até 1873, até os célebres casos de Cólera e Varíola, desde 1834 até 1883. Na história dos hospitais, os autores dão especial atenção ao Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, ao Hospício Pedro II, à Beneficência Portuguesa, ao Hospital Bom Jesus do Calvário e ao Hospital da Ordem Terceira do Carmo. Por fim, o artigo analisa o processo de “torna-viagem” no legado formal da arquitetura hospitalar entre Brasil e Portugal, por conta do retorno de imigrantes enriquecidos no Brasil para seus locais de origem do outro lado do Atlântico, em especial no norte de Portugal.

Cybelle Salvador Miranda segue o percurso com os hospitais na capital do Pará no século XIX, promovendo um diálogo nos modelos do classicismo entre matrizes luso-brasileiras. A autora busca inquirir o processo de constituição da arquitetura da saúde sob o visor da cultura material, evidenciando o cunho memorial dos monumentos, com uma análise mais detida de suas características físicas e imagéticas. Para isso, revolve parte importante da historiografia sobre as transformações urbanas na capital do Pará no tocante aos melhoramentos sanitários, nas políticas de profilaxia e na saúde pública. Tomando um dos tópicos importantes da publicação como um todo, Cybelle Miranda se debruça sobre a arquitetura do classicismo, inter-relacionando a experiência portuguesa, com o Hospital de Santo António, no Porto, e o Hospital de São José, em Fafe, com a experiência brasileira em Belém do Pará, com o Hospital D. Luiz I da Beneficente Portuguesa e dois hospitais hoje desaparecidos, o Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira e o Hospital Domingos, à guisa de uma cripto-história da arquitetura hospitalar no Pará. Para além de uma história da arquitetura dos estilos, a autora adentra nos usos e concepções sociais e morais das construções, algo que já vem sendo em grande medida pensado na literatura influenciada pela obra de Foucault, sobre as origens das noções de comportamento e recato clínicos, decência no vestir, agir e no falar no complexo “vigiar” e “punir” das casas de Casas de Saúde.

Fruto de um debate oriundo de um grupo de pesquisas, Cybelle Salvador Miranda se une a Emmanuela da Silva Piani Godinho numa importante investigação sobre a passagem da era dos asilos ao movimento antimanicomial nas inflexões sobre o campo da memória arquitetônica de Belém. Para isso, as autoras promovem a reconstituição de imagens e memorialística do Hospital Juliano Moreira do Pará, instituição fundada no alvorecer da República, em 1892, com uma trajetória que se confunde com a memória da psiquiatria e dos métodos e tratamentos das instituições asilares. Sua arquitetura é parte da própria modernização da cidade, no amplo quadro de constituição de políticas públicas de exclusão das áreas centrais dos indivíduos havidos como perigosos. Quase um século depois de sua fundação, tanto o prédio quanto tudo o que representava como prática de medicina pareciam obsoletos e com fortes marcas de um passado que se queria esquecer, como uma espécie de pretérito imperfeito

da ciência e do urbanismo. Outros hospitais de Belém, no entanto, puderam recompor suas memórias no presente. É o caso do Hospital D. Luiz I da Benemerita Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará, a um só tempo patrimônio da cidade e marca identitária da comunidade luso-paraense, conforme demonstra o artigo de Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo. Ao largo das notas sobre o hospital no contexto das epidemias, sua arquitetura classicista, seus aspectos formais dialógicos no trânsito entre a Europa e a Amazônia, a autora finaliza com uma reflexão sobre a arquitetura da saúde no campo do patrimônio histórico e artístico.

A última parte do livro vem com três contribuições importantes sobre o contexto português Oitocentista. Primeiramente o caso das Santa(s) Casa(s) da Misericórdia como exemplares da arquitetura portuguesa da saúde. Joana Balsa de Pinho e Fernando Grilo compõem um rico panorama dos hospitais de Águeda, Cabeceiras de Basto, São Miguel de Refojos, Castro Daire, Celorico de Basto, São Bento de Arnoia, Fafe, Felgueiras, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Lousada, Oliveira de Azeméis, Paredes de Coura, Santo Tirso, São Pedro do Sul, Reguengos, Unhão, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Poiares, de cujos edifícios construídos, todos no século XIX, ainda subsistem vestígios materiais, farta documentação e fortuna crítica. Daniel Bastos toma o caso do Hospital da Misericórdia de Fafe para esquadrihar a contribuição da benemerência brasileira em Portugal no século XIX, com a forte presença dos brasileiros de torna-viagem no fluxo e refluxo migratório entre o Brasil e o norte de Portugal. Com rico material imagético, o trabalho de pesquisa no campo da arquitetura transborda para os marcadores de identidades culturais, literárias e memorialísticas no campo filantrópico de entre-mares.

O último artigo versa sobre a arquitetura assistencial em Portugal no início do século XX, nomeadamente sobre o Sanatório de Sant'Ana, em pesquisa conduzida por Maria João Bonina e Fernando Grilo. A história conturbada da fundação do hospital, as marcas da filantropia, as diferentes encomendas e projetos construtivos, o gosto eclético e revivalista internacional e as especificidades do projeto final, bem como a sua execução, são dignos de nota.

Em vista disso, a publicação em tela, não somente dá conta de seus objetivos de estabelecer um proveitoso e original diálogo entre a arquitetura luso-brasileira, como também se coloca num debate mais amplo, renovado a partir dos anos de 1970, com as conexões entre arquitetura e medicina, em pesquisas, exposições artísticas, catálogos e repertórios documentais, álbuns fotográficos e memórias de sociedades médicas¹. O livro organizado por Cybelle Miranda e Renato Costa, ao revolver memórias, projetos, ornamentos, imagens da arquitetura, também perfaz um caminho já citado no próprio Oitocentos. Ou não teria sido Ruskin que teria dito que a arquitetura é a arte que dispõe e adorna de tal forma as construções erguidas pelo homem, para qualquer uso, que vê-las pode contribuir para a saúde mental, poder e prazer? Ou seja, hospitais e sanatórios são, antes de mais nada, marcas profundas do traço do arquiteto, do médico e da memória do paciente.

Aldrin Moura de Figueiredo, FH-Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 66.075-110 Belém-PA, Brasil. figueiredoaldrin@gmail.com

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de – Recensão ao livro de MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato da Gama-Rosa, orgs. – *Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal. Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série N° 11 (janeiro-junho 2019), p. 215 – 217.

¹ Cf. ROSENFELD, Isadore – *Hospital architecture and beyond*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1969. 310 p.; TAYLOR, Jeremy – *The architect and the pavilion hospital: dialogue and design creativity in England, 1850-1914*. London; New York: Leicester University Press, 1997. 240 p.; ROSELLI, Mimmo – *Arte e ospedale: visual art in hospitals*. Firenze: Ori; Maschietto & Musolino, 1999; VERDERBER, Stephen; FINE, David J. – *Healthcare architecture in an era of radical transformation*. New Haven: Yale University Press, 2000. 416 p.; MONK, Tony – *Hospital builders*. Chichester, West Sussex; Hoboken, NJ: Wiley-Academy, 2004. 224 p.; FERRANTE, Tiziana – *Hospice: luoghi, spazi, architettura*. Firenze: Alinea, 2008. 372 p.; CARRILLO, Ramón. – *Teoría del hospital*. Buenos Aires: Ministerio de Salud, Presidencia de la Nación: Ediciones Biblioteca Nacional, 2012; MOTT, Maria Lúcia; SANGLARD, Gisele, orgs. – *História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Barueri: Manole, 2011. 149 p.

COMELLES, Josep M.; CONEJO, Antoni; BARCELÓ-PRATS, Josep, coords. – *Imago Civitatis. Hospitales y manicomios en Occidente*. Tarragona-Barcelona: Publicacions URV-Universitat de Barcelona Edicions, 2018.

Alfons Zarzoso

Las instituciones hospitalarias constituyen un ejemplo paradigmático de los procesos históricos de construcción de la vida comunitaria, de profundización en un entramado social y del desarrollo de formas complejas de relaciones humanas conformadas a partir de lo puramente organizativo y de lo estrictamente profesional. Entendidas así, su estudio contribuye a una mejor y mayor comprensión de la sociedad en que tienen lugar. A pesar de esta singularidad, la historiografía de estas instituciones ha gozado para el caso español de una fortuna diversa. Existen decenas de estudios marcados por características ligadas a miradas positivistas, conmemorativas, incluso nacionalistas, y a estudios de caso aislados. Apenas ha interesado a los historiadores generales y tampoco ha gozado de un apoyo sistemático entre los historiadores de la medicina. Los cambios producidos en la historiografía internacional en los años noventa del siglo XX han despertado un nuevo interés, abriendo el campo de estudio, mediante un aparato sofisticado de preguntas y fuentes. Con el nuevo siglo, la confluencia de historiadores del arte y de la ciencia, de medievalistas y modernistas, y de miradas procedentes de la antropología, la sociología y la economía, ha impulsado el interés por la historia de los hospitales. Y esto ha ocurrido de manera arrolladora en el ámbito territorial de lo que fue la antigua corona de Aragón. Y el libro que aquí comentamos se inscribe en esta línea de trabajo, desde una perspectiva geográfica – centrando el foco en el arco latino – y desde una pluralidad de enfoques, permitiendo fijar la atención en ciertas continuidades a lo largo del tiempo – de un tiempo largo o *longue durée*.

Los coordinadores del libro han elaborado una trayectoria investigadora que compendia estas afirmaciones. Comelles, Conejo y Barceló representan tres generaciones de investigadores interesados en la recuperación y estudio del pasado asistencial. Una muestra de la confluencia de la antropología médica, la historia del arte y la historia de salud y de la enfermedad a partir de la historia hospitalaria en el ámbito mediterráneo y a lo largo de los períodos medieval, moderno y contemporáneo.

El libro es el resultado de una voluntad de conocimiento que tomó cuerpo en la organización de las reuniones conocidas como “els Abrils de l’Hospital”. Este nombre formaría parte de una suerte de conmemoración del momento fundacional, en 1401, de las primeras piedras del antiguo Hospital de la Santa Creu de Barcelona, considerado como uno de los centros de referencia de la época y uno de los mejores conservados en Europa. Estas reuniones arrancaron en 2011, tienen un carácter anual y han contado siempre con el apoyo del Institut

de Recerca en Cultures Medievales de la Universitat de Barcelona. En el año 2018 se ha producido la feliz circunstancia de la aparición de dos libros gestados en dichas reuniones: el que comentamos, basado en las investigaciones presentadas en la reunión ocurrida en las ciudades de Tarragona y Reus en 2016, y el surgido del encuentro de Zaragoza en 2017. Este último ha sido coordinado por C. Villanueva Morte, Antoni Conejo y Raúl Villagrana-Elías y publicado en Zaragoza por la Institución Fernando el Católico bajo el título *Redes hospitalarias: historia, economía y sociología de la sanidad*.

Nos hallamos pues ante unos resultados serios, fundamentados en la voluntad de discusión tanto desde una perspectiva comparada con otros territorios peninsulares, mediterráneos y europeos, como desde una mirada interdisciplinar en el estudio de las instituciones hospitalarias. Así, en estas reuniones se asiste a un desfile discursivo y analítico, ciertamente enriquecedor, que se nutre de las herramientas de la historia, la antropología, la arquitectura o la arqueología, de la historia del arte, de las instituciones, del derecho, de la economía o de la religión, de los estudios culturales sobre las mentalidades y la perspectiva del paciente. Los frutos resultantes, las aportaciones que va generando el proyecto de “els Abrils de l’Hospital”, hay que entenderlas de manera complementaria, como parte de un trabajo exhaustivo, realizado en equipo.

El libro coordinado por Comelles, Conejo y Barceló está dividido en dos partes: una centrada en el hospital entendido como lugar de producción de significados y de simbología y otra en los espacios de la locura. El libro se abre con una introducción que permite ubicar los estudios hospitalarios en las coordenadas de la historiografía internacional de las últimas décadas. En ese ejercicio se pone de manifiesto en este renovado interés por la historia hospitalaria el concurso de una multiplicidad de fuentes archivísticas. Hallamos aquí una defensa justificada de la necesaria preservación documental, de la recuperación patrimonial y de la comunicación razonada. Parece relevante señalar la apuesta que se hace por la restitución del valor heurístico de las narrativas etnográficas – descripciones naturalistas, reglamentos, correspondencia, visitas, informes externos, etc. – para la reconstrucción cualitativa de determinadas prácticas, cargos y oficios, o de las miradas desde abajo.

Los seis estudios de la primera parte toman en consideración la historia hospitalaria del mundo medieval urbano, en las ciudades de Barcelona y Alcira, y el rural, predominante, a partir de estudios dedicados a tierras tarraconenses y a los valles pirenaicos. Para todos los casos, vale la pena destacar el papel de referente administrativo de la ciudad de Barcelona y de su modelo hospitalario, desde el siglo XIV, dando sentido al concepto de *imago civitatis*. Un modelo pactado entre las élites sociales civiles y religiosas que convirtió el hospital urbano en espacio de representación de poder, de regulación social a través de la caridad y de apuesta por la medicina universitaria a partir del concepto simbólico del Cristo médico, redentor de enfermos. En los estudios se pone de manifiesto que ese modelo pactado no estuvo exento de conflictividad: la exportación de un modelo de gestión compartida y de compromiso ciudadano en la construcción y gobierno de la *res publica* se produjo en contextos de constante fricción y negociación entre administradores de las élites ciudadanas.

En los estudios de hospitales más pequeños se hallan detalles, gracias a las fuentes y las preguntas planteadas, que renuevan ciertas interpretaciones. Así, la mirada etnográfica desvela el caso del leproso Jordi y las razones de su entrada y salida constante de la leprosería barcelonesa del siglo XIV. Los libros de cuentas describen aquellos lugares más como espacios de asistencia que no de cierre de enfermos. Una imagen despectiva y de confinamiento creada por la historiografía liberal del siglo XIX. En otro de los estudios, la historia del arte fija un objeto de investigación como es el devenir del retablo encargado en el siglo XVI al maestro Pere Nunyes para el hospital de clérigos pobres de San Severo en Barcelona. Un viaje fascinante que lleva a diferentes episodios hasta finales del siglo XX, poniendo de manifiesto la frágil historia de muchas pequeñas instituciones asistenciales.

En la segunda parte del libro, la investigación está dedicada a los espacios que sirvieron de albergue para locos. Así, se ofrecen cuatro estudios de carácter histórico sobre diferentes casos del mundo italiano que se enlazan a través de un análisis que recorre un largo período entre el Medieval y nuestra contemporaneidad. El marco comparado es absolutamente necesario para poder comprender la evolución, diferencias y similitudes en las prácticas asistenciales elaboradas por las autoridades civiles y eclesiásticas a lo largo de este período. Los casos

presentados para la ciudad de Cagliari en la Cerdeña medieval y moderna y para las ciudades de la Toscana moderna y contemporánea son útiles para construir una historia común, para identificar y estudiar prácticas organizativas y profesionales, así como las diferentes poblaciones asiladas, especialmente los enfermos mentales. Los otros dos casos italianos dialogan con otros tres dedicados al estudio de la ciudad islámica de Alejandría, de la ciudad de Barcelona y del caso general de los manicomios catalanes. Se trata de cinco trabajos que arrancan en pleno proceso de urbanización de la contemporaneidad y de institucionalización del enfermo mental y que cierran el análisis con el estudio de los procesos surgidos en la crisis de los años 1970 que llevó a la desinstitucionalización de la locura, a la emergencia de nuevos espacios de medicalización – como el ámbito doméstico – o a la detección de nuevos problemas – como el del cierre o no de los “locos judiciales” – o el de la inserción laboral del enfermo mental. En todos estos casos se ponen de manifiesto nuevas estrategias de investigación, mediante el concurso de fuentes y preguntas que relacionan la arquitectura con la terapéutica, la necesidad de rescatar el patrimonio de las instituciones para enfermos mentales o la conveniencia del acercamiento complementario etnográfico e histórico.

En el momento de cerrar esta revisión se anuncia el programa de la novena edición de “els Abrils de l’Hospital” en la ciudad de Barcelona, en esta ocasión dedicada a la intersección del viaje con el hospital, entre la atención dispensada al peregrino desde época medieval y el turismo médico contemporáneo. Se trata de una noticia excelente que augura nuevos frutos para una iniciativa de análisis histórico que cada vez recoge más investigadores y que proporciona resultados tan satisfactorios como los que nos ofrece el libro que aquí comentamos.

Alfons Zarzoso, MHM – Museu d’Història de la Medicina de Catalunya, 08221 Terrassa, Barcelona, Espanha.
azarzoso@museudelamedicina.cat

ZARZOSO, Alfons - Recensão ao livro de COMELLES, Josep M.; CONEJO, Antoni;
BARCELÓ RATS, Josep, coords. – *Imago Civitatis. Hospitales y manicomios en Occidente.*
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 219 – 221.

MOISÃO, Cristina – *A arte das mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV.*
Lisboa: Centro de Estudos Históricos -
Universidade Nova de Lisboa, 2018.

Diana Martins

Assunto ainda pouco estudado, a história da cirurgia medieval a par com a história da medicina não parece ter granjeado, salvo raras exceções¹, grande interesse junto dos historiadores e médicos. Assim, este trabalho, enquanto resultado de uma dissertação de mestrado orientada pelo professor doutor João Alves Dias (responsável pelo prefácio), surge como um contributo válido e interdisciplinar para a compreensão, como o próprio título indica, dos cirurgiões e das práticas cirúrgicas medievais portuguesas. A autora, Cristina Moisão, cirurgiã de profissão, vem com este estudo aliar a sua experiência profissional à investigação e conhecimento histórico de modo a criar um trabalho de inquestionável pertinência para a compreensão do passado medieval.

A obra divide-se em cinco partes distintas, mas que estão claramente orquestradas, conferindo ao leitor um manual medieval da *arte de curar pelas mãos*. Após “deambular” pela historiografia produzida sobre a cirurgia medieval portuguesa, escrutinando tanto os livros produzidos no século XVIII como a bibliografia nacional e internacional mais recente, apresenta-nos um verdadeiro compêndio dos traumatismos e doenças encontradas nos textos medievais, os quais subdivide por patologia, definindo a sua etiologia, evolução e, quando possível, terapêutica. As inúmeras citações que acompanham o texto permitem ao leitor ter uma perceção visual das maleitas e seu tratamento, num levantamento cuidado de evidências documentais que, em certos casos, possibilitam colmatar os impedimentos resultantes da ausência de certos textos técnicos medievais portugueses.

Seguidamente, pela análise crítica dos códigos jurídicos e da documentação recolhida das chancelarias e arquivos municipais, a autora procede à identificação da legislação produzida no sentido da delimitação e regulamentação dos atos cirúrgicos e da atividade dos cirurgiões, grande parte dela publicada nos anexos. A conclusão é inequívoca: além de Portugal ser um dos primeiros reinos a decretar a obrigatoriedade do exame para a prática cirúrgica (1338), os vários reis portugueses tiveram a preocupação de controlar as deslocações destes especialistas, regulamentar as práticas, aumentar o controlo sobre os exames, proibir a produção de mezinhas e impossibilitar os boticários de darem conselhos médicos, avaliar os produtos vendidos pelo triagueiro/teriagueiro e legislar contra os abusos nos atos médicos.

Estabelecido o manual das práticas, Cristina Moisão procura identificar os responsáveis por estas artes de curar, procedendo a uma análise sócio-religiosa deste grupo de profissionais, em que evidencia o seu papel na

¹ Destacam-se em particular os estudos de Iria Gonçalves e André Silva. *Vide*, GONÇALVES, Iria – Físicos e cirurgiões quatrocentistas: as cartas de exame. In GONÇALVES, Iria – *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 19-27; SILVA, André Filipe Oliveira da – *Físicos e cirurgiões medievais portugueses: contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Porto: CITCEM, 2016.

sociedade, a atuação dos indivíduos no quadro familiar e profissional, a sua distribuição geográfica, os seus credos e grau de literacia.

A autora assume como base da sua investigação uma amostra de cerca de 400 cirurgiões identificados na documentação (recolhida das chancelarias e arquivos municipais) e na cronística, na sua maioria em atividade a partir do século XV. Porém, como a própria alerta, esta é uma amostra condicionada tanto pela documentação que se conservou até aos nossos dias (sabe-se da destruição de documentos anteriores ao reinado de D. Afonso V), bem como pela conversão dos judeus após o édito de expulsão, podendo ditar a duplicação dos resultados. Mediante um estudo exaustivo e sistemático da análise dos dados, foi possível concluir que alguns destes especialistas estavam ao serviço de casas aristocráticas, da corte régia ou mesmo do clero. Dispunham de inúmeras benesses, como isenção do pagamento de impostos ou escusa do dever de pousada, mas também de benefícios mais pontuais como permissão de aposentadoria ou pagamento de tenças.

Em termos de atuação profissional, a alusão à atividade dos cirurgiões era rara, bem como a menção aos seus proventos. Porém, atendendo às referências encontradas, a autora conseguiu elaborar uma tabela de honorários que permite avaliar as flutuações dos réditos face ao custo dos bens essenciais. Pela análise das cartas de cirurgia e da cronística, a historiadora/cirurgiã conseguiu igualmente discernir a atuação do cirurgião no campo de batalha, na legitimação a pedido do rei da aposentação de certo indivíduo ou na avaliação de lesões em contexto médico-legal, nomeadamente em caso de violência doméstica. Alguns indivíduos dedicavam-se a ramos especializados como a oftalmologia, pneumologia e urologia, embora em menor número. Pelos dados compulsados, conseguiram identificar-se certos cirurgiões que conciliavam a sua profissão com outras atividades ligadas à saúde, servindo como médicos (12%), mais recorrente no caso dos judeus, mas também a outras que não estavam diretamente ligadas (barbeiros, boticários, tabeliães, mercadores, etc.).

No quadro das relações entre os vários cirurgiões elencados foi possível identificar laços familiares, nomeadamente relações de paternidade e de fraternidade (13 famílias praticantes da arte), bem como elos de cariz não familiar, nomeadamente entre criados e mestres.

No que diz respeito à distribuição geográfica, como já adiantado por Iria Gonçalves e André Silva, observa-se que estes mestres não deambulavam de terra em terra, radicando-se em determinadas povoações e localidades onde praticavam a sua arte. Através deste levantamento observou-se que em certas localidades, como Faro e Leiria, havia carência de profissionais de cirurgia. No século XIV identificou-se a presença de cirurgiões a norte do Tejo e na faixa litoral. Já para o século XV manteve-se a distribuição anterior, ao mesmo tempo que se verificou um incremento de cirurgiões ao longo da linha fronteira terrestre e litoral algarvio. No geral observa-se que a maioria dos profissionais se encontrava em Lisboa.

Atendendo às características sócio-religiosas, e embora dispondo de poucos dados, a autora, considera que terá existido um contínuo crescimento do número de cirurgiões de origem judaica, sendo que a partir da segunda década do século XV mais de 50% dos cirurgiões portugueses eram judeus. Por fim, pela análise da amostra recolhida, determina que havia uma percentagem, ainda que minoritária, de indivíduos que tinham aptidão para ler e escrever, tendo inclusive alguns dos cirurgiões competência universitária comprovada.

Para a leitura e interpretação destes dados, o leitor dispõe de várias ferramentas de enorme riqueza pela sua decomposição crítica e vertente analítica, nomeadamente tabelas, gráficos e mapas.

É uma obra coerentemente estruturada em que se observa um raro cuidado em esclarecer as várias técnicas e termos “mais científicos”, tornando não apenas a leitura mais rica do ponto de vista informativo mas também mais cativante. Em resultado do alargamento do âmbito cronológico, o levantamento realizado permite um melhor conhecimento sobre os responsáveis das práticas cirúrgicas e pela salvaguarda da saúde medieval. Porém, a nosso ver, o trabalho comporta pequenas falhas que, não colocando em causa o alcance e a pertinência do estudo, poderão ser retificadas em trabalhos futuros.

Um primeiro reparo diz respeito ao caso de Isabel Martins, barqueira que foi sujeita ao exame de cirurgia em 1454, aqui apresentado como inédito, mas que na verdade já fora alvo de atenção em alguns dos trabalhos produzidos sobre cirurgiões portugueses medievais. Como observado por Iria Gonçalves e André Silva, de acordo com a regulamentação estabelecida por D. João I (1392), não parece ter existido qualquer impedimento a que as mulheres, desde que submetidas ao exame², exercessem a atividade cirúrgica³.

Um outro reparo, que remete para questões de forma, relaciona-se com a dimensão dos gráficos 1 e 2, aos quais poderia ter sido conferido maior detalhe, com vista a facilitar a utilização e análise dos dados apresentados.

Como acima indicado, estes reparos em nada põem em causa a validade e importância do estudo que se faz nesta obra. Trata-se de um trabalho cirúrgico de seleção e análise de fontes documentais, onde ressalta, desde logo, o exaustivo trabalho de levantamento das doenças e traumatismos que implicaram a atuação dos cirurgiões. Por sua vez, as esclarecedoras e numerosas citações documentais que acompanham este levantamento permitem um melhor conhecimento das terapêuticas, práticas de saúde e condições de vida na Idade Média. De realçar a experiência profissional da autora, que constituiu sem dúvida uma mais-valia na perceção e leitura analítica dos dados que chegaram até à atualidade.

Do mesmo modo destacamos o exaustivo trabalho de inventariação e compilação de informação que remete para a legislação e regulamentação da prática da cirurgia no mundo medieval, permitindo evidenciar a preocupação régia em definir e delimitar a atividade destes profissionais. A transcrição, cópia e mesmo tradução⁴ do *corpus* legislativo que se encontra anexo à obra permite uma melhor compreensão dessa evolução.

É um estudo que se distingue igualmente pela amostra tratada, composta por cerca de 400 indivíduos, e pelo cuidado trabalho de análise crítica e de estudo dos dados coligidos, ao permitir o incremento do número de elementos disponíveis, mas também o desenvolvimento de um ensaio científico que contribui, de facto, para um melhor conhecimento da história social dos cirurgiões medievais. Em linha com os trabalhos de André Silva sobre a circulação de saberes e técnicas, apresenta ainda novos dados relativamente à circulação dos livros técnicos de cirurgia medieval.

Por fim, deve saudar-se o labor e cuidado da autora em tornar este estudo, dotado de grande valor técnico e científico, uma obra acessível e compreensível tanto aos estudiosos como aos interessados nesta *arte das mãos* praticada pelos cirurgiões medievais portugueses.

Diana Martins, IEM-Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. dianawinnifriedmartins@gmail.com

MARTINS, Diana – Recensão ao livro de MOISÃO, Cristina – A Arte das Mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 223 – 225.

² “Para os evitar determinou que ninguém, homem ou mulher, cristão, judeu ou mouro, exercesse clínica antes de ter sido examinado e aprovado por Mestre Martinho, seu físico – que passou a ter o cargo de examinador oficial – e haver recebido carta régia, comprovativa da sua aprovação, assinada pelo dito Mestre Martinho e selada como selo régio.” GONÇALVES, Iria – Físicos e cirurgiões quatrocentistas: as cartas de exame. In GONÇALVES, Iria – *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p. 11.

³ Segundo André Silva, em virtude da progressiva laicização do ofício de cirurgião por toda a Cristandade, as mulheres tinham oportunidade de exercer a arte de curar pelas mãos, desde que submetidas a exame e admitidas. Em Paris, por exemplo, essa possibilidade estava contemplada desde 1311, aquando a instituição da obrigatoriedade do exame para exercer cirurgia. Vide SILVA, André Filipe Oliveira da – *Físicos e cirurgiões medievais portugueses: contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Porto: CITCEM, 2016. p. 80-81.

⁴ É o caso do *Forum Jurdicum* ou *Código Visigótico*, que foi traduzido pela autora.

**MONTALTO, Filipe – *Archipatologia (tratados I-IX)*.
Revisão científica Adelino Cardoso; José Morgado
Pereira; Manuel Silvério Marques; trad. de Domingos
Lucas Dias; Inês de Ornellas e Castro; Joana Mestre
Costa. Lisboa: Edições Colibri, 2017. 408 p.**

Nuno Fonseca

A publicação da primeira tradução portuguesa dos tratados sobre saúde mental do médico português Filipe Montalto (1567-1616) é um marco importante na divulgação do pensamento médico-filosófico e das práticas terapêuticas do final do Renascimento e início da Época Moderna. Trata-se, para já, da edição e tradução dos nove primeiros tratados da obra *Archipathologia in qua internarum capitis affectionum essentia, causæ signa, praesagia, & curatio accuratissima indagine edisseruntur*, publicada originalmente em latim, pelo editor parisiense François Jacquin em 1614, integradas num projecto necessariamente interdisciplinar, “Arte médica e inteligibilidade científica na *Archipathologia* (1614) de Filipe Montalto”, coordenado por Adelino Cardoso, que prepara uma segunda edição, com a futura publicação dos restantes nove tratados num segundo volume.

Como o longo título descreve, o médico judeu (nascido “Rodrigues” numa família de cristãos-novos em Castelo-Branco, emigrando depois para Itália e estabelecendo-se finalmente em Paris, na Corte de Maria de Médicis) dedicou esses tratados às “afecções internas da cabeça”, numa investigação muito cuidadosa e detalhada – poder-se-ia dizer muito douta, crítica e informada, tanto pela revisão da literatura das tradições médicas e filosóficas grega, latina e árabe como pela experiência directa e indirecta de casos e diagnósticos clínicos – da “essência”, das “causas”, “sinais”, “presságios” e “cura”, ou seja, da fisiologia, patologia (causas e sintomatologia) e terapêutica das doenças da cabeça (numa edição posterior de 1628 adoptaria o título geral *De morbis capitis*), isto é, perturbações ou anomalias das (principais) faculdades (razão, imaginação e memória) sediadas na cabeça, lugar do principal órgão do corpo humano, o cérebro, e, certamente, uma das razões do neologismo “*archipathologia*” criado por Montalto (a outra putativa razão seria o facto de alegadamente ser o principal médico, “*archiater*”, da rainha-regente Maria de Médicis). A organização e tratamento sistemático dessas “afecções” – orgânicas, mas também psíquicas e afetivo-dinâmicas – distribui-se sucessivamente no seguinte elenco: a dor (em geral), a dor de cabeça (cefalalgia, cefaleia e hemicrania), a frenite (uma inflamação do cérebro ou das meninges, normalmente acompanhada de delírio e febre alta), a melancolia, a insânia dos amantes, a mania ou furor, as insânias lupina e canina, a amências e a fatuidade (demência), a perda da memória – sendo esta, a última “afecção” destes primeiros nove tratados; mas depois ainda –, o coma ou catáfora, o coma em estado vígil, a letargia, o “caro” (perda total de consciência), a catalepsia, as vertigens, o “incubo”, a epilepsia e a apoplexia. Dentro de cada um destes tratados há ainda uma divisão em capítulos onde distingue os vários tipos patológicos, as causas (materiais, mediatas, internas e externas) das diferentes ‘afecções’, os seus sinais, os presságios e as terapêuticas, inscritas na tradição das práticas hipocrático-galénicas (purgas, sangrias, ingestão de preparados medicinais: electuários, decocções, errinos, antídotos, pílulas, filónios, etc.) e tomando em atenção a especificidade das doenças e o estado geral

do paciente, tal como o seu contexto pessoal, epocal e ambiental, não hesitando em complementar a cura com recomendações psicoterapêuticas ligadas ao regime de vida, onde releva particularmente a atenção dada aos prazeres sensoriais (e.g., *Arquipatologia*, p. 238-239, no tratamento da melancolia), uma nota inovadora do autor.

A obra foi, aliás, muitas vezes referida como uma das primeiras – não sendo, no entanto, a única na época – a fazer um tratamento sistemático das doenças da cabeça e, portanto, ocupando um lugar importante na história da psiquiatria, apesar de pouco conhecida e menos estudada, lacunas que poderão agora ser colmatadas graças ao extraordinário trabalho dos tradutores e investigadores envolvidos neste projecto¹. Correndo o risco de anacronismo, poderia até falar-se da sua relevância para uma história da neurologia ou da filosofia da mente, tendo em conta o carácter médico-filosófico destes tratados e, em particular, do primeiro, talvez o mais original de Montalto, dedicado à dor. Não obstante a matriz hipocrático-galénica em que inequivocamente se inscreve e sendo certo que a teoria humoral era ainda para Montalto o modelo explicativo das afeções e, portanto, também o fundamento dos diagnósticos e das soluções terapêuticas, a erudição do médico albicastrense permite-lhe mergulhar nos textos e controvérsias filosóficas dedicadas à sensação e à dor, de Platão e Aristóteles aos seus comentadores e glosadores árabes, Avicena e Averróis, para tentar esclarecer as dimensões orgânica e psíquica do fenómeno *dor* que resulta de uma alteração súbita e ‘*preternatural*’ – que se afasta, pois, do curso normal da natureza – de algum órgão ou de todo o corpo. Concorrem para este tipo específico de sensação, que é a dor, as faculdades sensitiva (um sentido externo que permite “a percepção do objecto corruptor [*Arquipatologia*, p. 44]”), ‘estimativa’ (a imaginação, que é uma faculdade cognitiva interna “coextensiv[a] aos órgãos [p. 44]”) e ‘apetitiva’ (hoje diríamos afetiva: a “dor é uma paixão do apetite [p. 42]”), gerando uma explicação tridimensional que, segundo Adrián Gramary², parece compatível com a visão atual das bases anatómicas e fisiológicas e o modelo contemporâneo da dor, proposto por Ronald Melzack (psicólogo) e Kenneth L. Casey (neurologista) em 1968, no qual se reconhecem a dimensão “sensorial-discriminativa” (começando com a estimulação dos nociceptores e a deteção das características espaciais e temporais do estímulo), a “afectivo-motivacional” (análise da intensidade e da qualidade subjetiva da dor) e a “cognitivo-avaliativa” (avaliação do estímulo doloroso em função da experiência prévia).

Note-se, no entanto, que apesar de reconhecer a dimensão psíquica da dor e, em geral, das ‘afeccções internas da cabeça’, o galenismo psicossomático de Montalto faz com que procure sempre que possível as causas orgânicas – corpóreas – responsáveis. Mas talvez esta observação diga mais sobre o leitor contemporâneo – ainda influenciado, apesar de tudo, pelo dualismo cartesiano corpo/espírito – do que sobre o médico que escreveu esta obra alguns anos antes desse choque metafísico e epistemológico que multiplicou a necessidade de explicações para a causalidade psicofísica. No enquadramento teórico montaltiano (galénico e renascentista), as doenças resultam sempre de um desequilíbrio ou *destempero* dos humores (sangue, fleuma ou pituita, bílis amarela e bílis negra) ou *discrasia* das suas qualidades primárias (calor, frio, humidade, secura). Fazendo ecoar o título da obra de Galeno, *Quod animi mores corporis temperamenta sequantur*, Montalto diz que “as potências da alma seguem a constituição do corpo” [p. 199], pelo que é importante descobrir a causa material – por exemplo, o humor atrabiliário, a bílis negra, na melancolia (Tratado IV, o mais longo da obra) – e o órgão ou a parte que ela afeta – em geral, o cérebro, nas doenças da cabeça e também na melancolia, ao contrário dos que pensavam que o órgão afetado era aí o coração. Isto não significa que haja uma unívoca redução do mental ao físico, pois, como ele diz no Tratado V sobre a “Insânia dos amantes”, “não só os costumes do ânimo seguem a compleição do corpo, mas também a compleição [*temperatura*] do corpo segue as afeccções do ânimo” [*Arquipatologia*, p. 295]³.

¹ Numa obra que resultou também deste projecto interdisciplinar e que foi publicada paralelamente, uma série de estudos permite compreender melhor a obra e o seu contexto histórico-filosófico, mas também médico, literário e filológico. Num dos ensaios, Hervé Baudry tenta esclarecer algo acerca das especificidades e da nebulosa bibliográfica que certamente explica o carácter algo obscuro e pouco conhecido desta obra. Cf. “Especificidades da bibliografia médica portuguesa” in Cardoso, A & Proença, N., coord. – *Dor, Sofrimento e Saúde Mental na Arquipatologia de Filipe Montalto*, V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2018, p. 33-65.

² Psiquiatra que contribuiu com um ensaio sobre a “A modernidade do conceito de dor na Arquipatologia de Montalto” no livro referido na nota anterior, p. 185-193.

³ A este propósito e numa posição afim à de Montalto, confronte-se o que diz um outro médico judeu português, Rodrigo de Castro (1546-1627) – *O médico político ou tratado sobre os deveres médico-políticos*. Revisão científica de Adelino Cardoso. *Universalia*. Lisboa: Edições Colibri, 2011. p. 84.

O racionalismo naturalista de Elias Montalto, ou seja, a fé na capacidade da razão, da ciência e arte médicas para diagnosticar e tratar as “afecções internas da cabeça”, raramente cede, e apenas quando falham outras explicações racionais, às influências da astrologia judiciária e do pensamento demonológico, ainda dominantes na corte francesa no início do Séc. XVII⁴. No entanto, e aqui num sentido diferente da palavra “racionalismo”, tempera a sua abordagem intelectual da medicina, nomeadamente, no diagnóstico e terapêutica, com uma atenta observação empírica do caso concreto, valorizando a experiência acumulada, as singularidades dos indivíduos e das suas circunstâncias e os detalhes da acção curativa. A obra está aliás preenchida por minuciosas instruções para a cirurgia, purgas, dietas e receitas, para as quais se revelam de grande utilidade as notas e glossário de vegetais, condimentos e preparados medicinais.

Numa última nota, deve realçar-se o trabalho de rigor e precisão na tradução – que exigiu uma atenção redobrada tendo em conta a subtilidade de algumas distinções e a polissemia de alguns termos – tal como o glossário geral e a tábua de autores, que ajudam a contextualizar e compreender, na sua intertextualidade, uma obra tão difícil quanto relevante para compreender a história da filosofia, das ciências e da medicina, em particular.

Nuno Fonseca, IFILNOVA – Instituto de Filosofia da Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. nmfonseca@fcsh.unl.pt.

FONSECA, Nuno – Recensão ao livro de MONTALTO, Filipe – *Arquipatologia (tratados I-IX)*. Revisão científica Adelino Cardoso; José Morgado Pereira; Manuel Silvério Marques; trad. de Domingos Lucas Dias; Inês de Ornellas e Castro; Joana Mestre Costa. Lisboa: Edições Colibri, 2017. 408 p. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2^a Série N^o 11 (janeiro-junho 2019), p. 227 – 229.

⁴ Rodrigo de Castro parecia estar ainda menos pronto a fazer qualquer tipo de concessão à “astrologia judiciária fictícia”. Veja-se *O médico político*, op. cit., p. 84-92.

